UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Francisco Prandi Mendes de Carvalho

**SINDICALISMO E CRISE POLÍTICA NO BRASIL (2013 – 2017): UMA ANÁLISE
DA ATUAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES E DA FORÇA
SINDICAL**

Texto de dissertação do Mestrado apresentado
ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade de São Paulo; como requisito
para obtenção do título de mestre.

(Versão Corrigida após a defesa)

Orientação: Prof^ª Dra. Paula Regina Pereira Marcelino

São Paulo
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C331s Carvalho, Francisco Prandi Mendes de
 SINDICALISMO E CRISE POLÍTICA NO BRASIL (2013 -
 2017): UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS
 TRABALHADORES E DA FORÇA SINDICAL / Francisco Prandi
 Mendes de Carvalho; orientadora Paula Regina Pereira
 Marcelino - São Paulo, 2021.
 172 f.

 Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
 Paulo. Departamento de Sociologia. Área de
 concentração: Sociologia.

 1. Sindicalismo. 2. Crise política. 3. Central
 Única dos Trabalhadores. 4. Força Sindical. 5. Ação
 Sindical. I. Marcelino, Paula Regina Pereira, orient.
 II. Título.

fflch

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Francisco Prandi Mendes de Carvalho

Data da defesa: 18 / 01 / 2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Paula Regina Pereira Marcelino

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 17 / 03 / 2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

*Dedico esse trabalho à Maria Lúcia Prandi
Gomes (in memoriam), tia querida, militante
incansável em defesa da educação pública.
Sem ela, as paixões que me fizeram chegar até
aqui jamais teriam sido despertadas.*

AGRADECIMENTOS

Seria injusto qualquer agradecimento que não começasse com minha mãe (Luciana) e Aninha (meu amor, minha companheira) não nessa ordem de importância necessariamente. Ambas sofreram mais do que todo mundo meus dias azedos e eventuais caras amarradas. Agradeço o amor, o apoio e os cafés. Agradeço à minha família (Mariana, Gabriel, Daniel, Celso, Maria, Baleia, seu Eduardo, dona Neide, dona Michiko – que não me pode ver defender essa dissertação, tia Lourdes e Glorinha). Agradeço também à minha falecida tia Maria Lúcia, a quem dedico esse trabalho, e a quem devo minha paixão militante. Agradeço à Mariana e à Laurinha, querida afilhada, que sempre me brindaram apoio e afeto. Também à Eliete, por tudo.

Agradeço aos amigos da música do EntreLatinos (Aninha, German e Pepe) e do Circuito Dandô, que sempre foram compreensivos e sempre me estimularam muito. Agradeço também aos muitos amigos que me acompanharam nesse processo (Gisele, Alcimara, Lígia, Raphael, Fabricio, Piquete, Mayara, Daniela, Leandro, Kátia, André, Paulo, Selma, Silvia, Adriana, Lênin, Karol, Camila e Mateus). Agradeço também aos muitos camaradas que debateram muito comigo ao longo desse processo (Artur Araújo, José Reinaldo, Julian Rodrigues e Diogo Fagundes). Agradeço à Liciane e Jadir – companheiros do MAB. Todos esses me ajudaram a amadurecer visões, retificar e avançar. Mas, com certeza, os erros são de minha inteira responsabilidade.

Agradeço aos membros da banca da pelas observações que foram fundamentais na reorientação deste trabalho.

Faço um agradecimento especial ao Prof. Danilo Martuscelli pelas observações, críticas e sugestões bibliográficas que me auxiliaram ao longo da pesquisa.

Agradeço aos companheiros e companheiras do nosso grupo de pesquisa o Grupo LUTA - Estudo e pesquisa sobre classes sociais, sindicalismo e gênero no Brasil contemporâneo. Sem dúvidas, um espaço privilegiado de debates e amadurecimento deste trabalho, com observações precisas e críticas altamente construtivas.

Cabe um agradecimento especial à minha orientadora Paula Marcelino pela confiança que depositou em mim desde o ano de 2013, quando me acolheu como seu orientando de iniciação científica. Certamente devo muito a ela pelo ânimo que me deu nos meus momentos de dúvida, pelos puxões de orelha e principalmente pelos conselhos preciosos que levarei para toda a vida.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de mestrado que me foi concedida, sem a qual esta pesquisa não teria sido possível.

Agradeço, por fim, a todos os funcionários da casa que, mesmo que eu não os conheça, acabaram sendo imprescindíveis para que esse trabalho saia à luz. Agradeço principalmente à USP; pública, gratuita, independente e de qualidade, como deve ser.

RESUMO:

O presente trabalho pretende analisar, a partir dos conflitos de classe presentes no processo político contemporâneo, a atuação da Central Única dos Trabalhadores e da Força Sindical durante o período 2013-2017, no qual o país atravessou uma crise política e uma crise econômica, depois de um período de estabilidade política e crescimento econômico. Entre 2004 e 2013, em uma conjuntura favorável, o sindicalismo obteve ganhos reais – que contribuíram para o acúmulo de contradições, de caráter distributivo, no interior da frente política que sustentou os governos Lula e Dilma (2003-2016). Além disso, o sindicalismo foi um agente político relevante, reconhecido como força legítima de interlocução nesses governos. Ainda antes do golpe de 2016, o sindicalismo passou a sentir os primeiros efeitos da crise. O aumento do desemprego, a desaceleração econômica e medidas de ataque aos direitos trabalhistas e sociais reinstalaram um período defensivo para o sindicalismo no qual se demonstrou que, apesar do ciclo grevista ofensivo (2004 – 2013), o sindicalismo não logrou acumular forças que lhe permitissem enfrentar o período seguinte. Além de compreender como essas centrais atuaram, procuramos analisar suas compreensões sobre a crise, mas também o modo como essas duas centrais foram afetadas pela crise. Durante a crise do *impeachment* de Dilma a CUT teve dificuldades de mobilizar sua base em defesa do mandato da presidenta e a Força Sindical se dividiu fortemente. No momento posterior, no enfrentamento às reformas neoliberais propostas por Temer, houve uma unidade maior, ainda que com divergências de métodos de luta, e maior adesão das bases às manifestações de rua. Em relação ao método de pesquisa, lançamos mão, principalmente, da análise crítica dos documentos das centrais e de entrevistas semi-dirigidas com lideranças de ambas as entidades, bem como suas declarações na imprensa (sindical, comercial e alternativa). Julgamos que esse objeto nos permitiu explorar algumas das contradições de classe presentes na conjuntura contemporânea e a compreender, com isso, em maior profundidade a conjuntura política brasileira dos últimos anos.

Palavras-chave: sindicalismo, crise política, Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical, ação sindical.

ABSTRACT:

The present paper intends to analyze, the role played by Central Única dos Trabalhadores and by Força Sindical during the years of 2013 until 2017, a specific period of time that Brasil went through economic and political crisis, considering, as a background, a conflict between classes. Therefore, it can not be ignored that between the years of 2004 and 2013, the unionships had achieved really significant outcomes, that ended up creating an amount of mixed up and paradoxal ideas, among the political front that was, at the time, essential for Lulas and Dilma's administrations (2003-2016).

On top of that, unionships was a really important and legit political agent, because of its capacity to establish a dialogue with those governments. Before 2016 coupe unionism has been affected by the economical crisis primary effects, such as the growth of unemployment, deceleration of economic and a direct attack to their rights, regarding the changes to labor law, field. This scenery restored a defensive approach by the unions towards the government, because it seemed to them that despite their achievements during the ciclo grevista (strike circle), they were not able to stand up to what was coming next.

During the period of time in which Dilma Rouseff was being impeached, CUT had a hard time gathering their members to support her continuance as President. The union's force had a massive split. However, when it came down to the changes regarding the Labor Law, during Michel Temer's administration, the unions were able to present a united front, despite of different points of view regarding different ways to fight for rights. It was also possible to observe a larger participation from unions' members on public manifestations.

Regarding the research methods, a critical analysis of Unions Centrals documents was made. Later the statements given to the press by unions leading members were also analysed. In addition to that, interviews were conducted, in order to get specific informations regarding the topics that integrated the present paper. This "scene", as a study object, allowed an exploration of how paradoxal class struggle ideas and thoughts are present on our society and therefore a deeper understanding of Brazilian Politics, those last years.

Key-Words: Unionism; Political crisis, Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical, Union activism.

Em toda minha vida de movimento sindical, sempre achei que a questão da luta de classes era colocada no discurso político pelos debaixo. Depois das passeatas de 2013, ela foi colocada pelos de cima.

(Lula)

Se não acreditamos no Brasil, iremos acreditar no que? Na luta de classes e no socialismo em abstrato?

(Florestan Fernandes)

LISTA DE SIGLAS

ABIMAQ – Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPAR – BNDES Participações S.A.
CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CEB – Coalizão Empresarial Brasileira
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CNI – Confederação Nacional das Indústrias
CNM – CUT – Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT
CSP-Conlutas – Central Sindical Popular Coordenação Nacional de Lutas
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FNT – Fórum Nacional do Trabalho
G-20 – Grupo dos 20
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDB – Mobilização Democrática Brasileira
Mercosul – Mercado Comum do Sul
MR8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro
MST – Movimento dos Sem-Terra PCB – Partido Comunista Brasileiro
NCST – Nova Central Sindical dos Trabalhadores
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido da Mobilização Democrática Brasileira
PPL – Partido Pátria Livre
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
STF – Superior Tribunal Federal
UGT – União Geral dos Trabalhadores
Unasul – União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	8
INTRODUÇÃO	10
1. Conceitos fundamentais para a análise do objeto	11
2. Fontes e metodologia	25
3. Sistematizando as hipóteses	26
CAPÍTULO 1: Breve histórico da CUT e da Força Sindical	30
1.1. O Novo Sindicalismo e o surgimento da CUT	31
1.2. O surgimento da Força Sindical	36
CAPÍTULO 2: A ascensão da frente política neodesenvolvimentista	40
2.1. O sindicalismo nos governos neodesenvolvimentistas	58
CAPÍTULO 3: Crise política e crise econômica (2013-2018): golpe e restauração neoliberal	70
3.1. O conceito de crise política	70
3.2. As manifestações de junho de 2013: CUT e Força Sindical diante dos limites do neodesenvolvimentismo	79
3.3. As eleições de 2014: a agenda das centrais vence, mas não leva	94
3.4. O ajuste fiscal Dilma-Levy e as centrais sindicais: rompendo com a base social	97
3.5. O golpe jurídico-parlamentar de 2016	105
3.6. A Operação Lava Jato: crise ideológica, corrupção, classe média e impacto nas centrais..	113
CAPÍTULO 4: As centrais e o governo Temer: o retorno do neoliberalismo e unidade relativa na defesa de direitos	122
4.1. A luta contra a reforma trabalhista	125
4.1.1. A questão do imposto sindical	134
4.2. A reforma da previdência	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159

INTRODUÇÃO

Nosso estudo tem por objetivo analisar o lugar ocupado por duas centrais sindicais, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical, nesta última crise política no Brasil; abordaremos o período 2013-2017. Em nossa avaliação, isso implica em duas questões relacionadas: a) entender qual é a compreensão das centrais sobre as razões da crise; e b) analisar quais foram, nesses anos, as consequências da crise política para o sindicalismo, tanto na sua forma de atuação, quanto nas suas bandeiras de luta. A problemática sociológica de fundo que abordamos, portanto, é a ação sindical no processo político ou, mais precisamente, qual lugar que ela ocupa na crise política em questão, como o sindicalismo incidiu e como foi afetado pela crise.

A escolha da CUT e da Força Sindical em nossa análise deu-se, primeiramente, em função de ambas serem as maiores centrais sindicais do país. A última aferição das Centrais Sindicais, realizada pelo Ministério do Trabalho no ano de 2016, demonstra que a CUT possuía naquele ano 2.319 sindicatos filiados (21,22% do total de sindicatos do país). A Força Sindical, embora representasse um número bruto de trabalhadores inferior ao da UGT e da CTB, possuía expressivos 1.615 sindicatos filiados (14,78%). Ambas são seguidas pela UGT que possuía 1.277 (11,69%) de sindicatos filiados. Embora o avanço do desemprego que se seguiu ao ano de 2016 tenha restringido a base representativa dessas centrais, elas ainda são as maiores do país e possuem um papel importante de liderança política.

A Força Sindical disputa com a CUT, desde a década de 1990, a liderança no campo sindical, tendo sido resultado da junção de correntes algumas das quais perderam a hegemonia do movimento operário para o *Novo Sindicalismo* da CUT na década anterior (Rodrigues, 1990, Boito Jr., 1999). Outro aspecto importante diz respeito ao fato de que tanto a CUT quanto a Força Sindical possuem representação parlamentar. A Força Sindical (2017) reconhece oficialmente Paulo Pereira da Silva – conhecido como Paulinho da Força – (Solidariedade – SP) e Bebeto Galvão (Partido Socialista Brasileiro – BA) como deputados da central. A CUT, por sua vez, é historicamente vinculada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e não apenas conta com diversos deputados e até senadores oriundos de suas fileiras, como também muitos de seus quadros e ex-militantes ocuparam cargos relevantes nos governos Lula e Dilma (D'Araujo, 2009).

Além disso, a CUT, por esse vínculo histórico com o PT e os governos Lula e Dilma, foi importante não apenas como força de sustentação desses governos (Boito Jr., Galvão e Marcelino, 2015), como também na organização de grandes manifestações nesse período,

sobretudo a partir do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. A Força Sindical, por sua vez, apoiou esses governos, dividiu-se no final do primeiro mandato de Dilma, e sua liderança mais importante, o deputado Paulinho da Força, teve papel de destaque na articulação da destituição da presidenta. Há, portanto, o interesse de compreender esse processo de divisão e acompanhar sua evolução no período seguinte.

Nossa dissertação está estruturada da seguinte forma: no capítulo 1 realizaremos um breve histórico da Força Sindical e da CUT, de modo a qualificar o objeto, relatar as divergências de concepção de sindicalismo e respectivas composições. No capítulo 2, procederemos à discussão da política de desenvolvimento adotada, a configuração do conflito distributivo de classes nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003 – 2016), o que nos auxiliará a compreender não apenas a relação entre o movimento sindical e esses governos, mas também a configuração da crise política. No capítulo 3, trataremos da crise do governo Dilma Rousseff, sobretudo as manifestações de junho de 2013, a deflagração da Operação Lava Jato, e o *impeachment* sofrido pela presidenta, discutindo como as duas centrais sindicais foram impactadas por esses processos e como atuaram para responder à crise. Por fim, no capítulo 4, tratamos da ofensiva neoliberal do governo Temer, cujo impacto foi negativo para o sindicalismo em geral, mas no qual a CUT e a Força Sindical também protagonizaram grandes manifestações, assim como haviam feito na crise do governo Dilma.

1. Conceitos fundamentais para a análise do objeto

A dissertação que o leitor tem agora em mãos está construída sobre um corpo teórico já bastante consolidado no campo das Ciências Sociais, embora não desfrute de hegemonia no campo das análises da sociologia política. Trata-se da teoria de Nicos Poulantzas sobre o Estado capitalista e as classes sociais. Dessa forma, consideramos necessário, já nesta introdução, proceder algum nível de esclarecimento sobre três conceitos que permeiam toda a nossa análise: 1) bloco no poder; 2) cena política; 3) crise política. Afirmamos que a luta reivindicatória, isto é, o conflito distributivo, incidiu na correlação de forças do bloco no poder e na cena política. Conforme aprofundaremos ao longo dos capítulos 2, 3 e 4, o conceito de bloco no poder auxilia na compreensão das determinações da crise política no Brasil. Para tanto é necessário, também, uma observação sobre a ideia de classes sociais e luta de classes com a qual trabalhamos ao longo da pesquisa.

Em Karl Marx e Friedrich Engels é possível distinguir dois registros quando se trata de luta de classes. Em um nível maior de abstração, que os autores utilizam em obras como o

Manifesto Comunista ou *O Capital*, há uma ênfase naquilo que seriam as chamadas “classes fundamentais”, ou seja, a burguesia e o proletariado. Nesses textos clássicos, o problema é colocado como oposição antagônica e inconciliável entre as classes. Contudo, em obras em que Marx e Engels analisam formações sociais concretas, as chamadas “obras históricas” como *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* ou ainda *As lutas de classes na França (1848-1850)*, esse esquema é mais nuançado. Embora as chamadas classes fundamentais concentrem o conflito, nessas obras aparecem mais classes em luta, bem como as chamadas frações e camadas de classe (Boito Jr., 2011)¹. É com esse segundo registro de conflito de classes que trabalhamos ao longo da pesquisa, compreendendo-o em sua dimensão distributiva, isto é, no sentido da luta pela apropriação de recursos e direitos e não no sentido de uma revolução social.

Esse registro nuançado das classes sociais e da luta de classes nos permite compreender melhor os fenômenos do bloco no poder, da cena política e até mesmo do conceito de crise política com o qual trabalhamos, porque compreendem classes e frações de classe diversas (Boito Jr., 2011). Adiantamos que o conceito de bloco no poder – discutido de forma mais aprofundada no capítulo 2 – é entendido por Poulantzas (2019) como decorrente da existência, nas formações sociais capitalistas, de frações internas à classe dominante. Cabe ressaltar que conforme estabelece Poulantzas (1975), com posterior desenvolvimento de Farias (2009), o fracionamento não é apenas econômico (industrial, financeiro, bancário etc.), ou seja, de acordo com o ramo econômico ocupado por uma determinada fração da burguesia e o porte do capital (pequeno, médio ou grande). Para essa distinção de frações é necessário levar em conta sua posição diante do imperialismo, a ação política em determinada conjuntura, a ideologia e até mesmo questões regionais, como veremos ao longo desse trabalho. Entendemos que esse registro apreende melhor a complexidade das relações sociais em uma formação social específica, para investigar uma conjuntura determinada como a do Brasil contemporâneo, do que a distinção binária entre burguesia e proletariado.

O conceito de bloco no poder consiste fundamentalmente na “*unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, em sua relação com*

¹ A esse respeito, a distinção das unidades de análise em Marx, elaborada por Althusser, entre modo de produção e formação social nos parece fundamental. Em um nível maior de abstração (objetos *formais*), é possível falar em modo de produção capitalista, feudal ou escravista. Em um nível menor de abstração (objetos *concretos*), é possível distinguir formações sociais concretas e específicas em dado período histórico, como a Inglaterra da Revolução Industrial, ou a França de Louis Bonaparte. Nas formações sociais há sempre a *predominância* de um modo de produção sobre outro, o que implica a presença de resquícios de modos de produção anteriores. Assim, as classes fundamentais por si mesmas não dão conta de explicar a complexidade da estrutura de classes (Althusser, 2017; Poulantzas, 1975, 1977a).

uma forma particular do Estado capitalista” (Poulantzas, 2019, p.240-241 – grifos do autor). Nessa relação, uma das frações de classe detém a hegemonia política, aquela que tem seus interesses prioritariamente atendidos pelas políticas de Estado, as econômicas e sociais, mas também a política externa (Saes, 2001; Berringer e Boito Jr., 2018a). Essa ideia comporta a possibilidade de que a conjuntura provoque mudanças nessa relação de forças no interior do bloco no poder entre as frações da classe dominante.

O conceito de bloco no poder nos ajuda a entender distintos elementos da luta política. Um deles é como as classes populares podem ter seus interesses atendidos pelo Estado burguês sem que isso implique em “*nenhum sacrifício político real* dos interesses do bloco no poder” (Poulantzas, 2019, p.249 – grifos do autor). Ou seja, em última instância, sem que a reprodução das relações de produção capitalistas seja posta em xeque. A esse respeito, Poulantzas mobiliza o conceito de *classes-apoio*, isto é, as classes populares que, fora do bloco no poder, apoiam uma determinada forma de dominação burguesa. Isso se deve, segundo Poulantzas (2019, p.249-250) a ilusões ideológicas como “a crença num Estado acima da luta de classes e que poderia servir a seus interesses contra aqueles interesses do bloco no poder”. Contudo, como ressalta Boito Jr. (2018), também é necessário que interesses materiais concretos dessas mesmas classes dominadas sejam contemplados para que esse fenômeno das classes-apoio ocorra. Essa ideia também será importante para compreender a relação complexa e contraditória mantida pelos governos Lula e Dilma com o sindicalismo, discutida nos capítulos 2 e 3, cujos governos atenderam interesses das classes populares (Singer, 2012; Boito Jr., 2018).

Tendo em vista essa ideia de fracionamento de classes e disputa no bloco no poder, procuraremos sustentar no capítulo 2 que a cena política brasileira no período estudado (2013-2017) foi dominada pela disputa entre dois modelos distintos: o neoliberalismo ortodoxo, representando a grande burguesia associada ao capital internacional e o neodesenvolvimentismo – o desenvolvimentismo possível dentro dos marcos do neoliberalismo, representando os interesses da grande burguesia interna (Boito Jr., 2012, 2018). Antes de precisar o que estamos entendendo por neoliberalismo e neodesenvolvimentismo, julgamos pertinente apresentar o conceito de cena política.

Por enquanto, destacaremos que, de acordo com Poulantzas (2019, p.253 – grifos do autor), a cena política consiste em “*um espaço particular do nível das práticas políticas de classe (...) que (...) contém precisamente a luta das forças sociais organizadas em partidos políticos*”. Contudo, neste espaço, a ação dos partidos políticos encontra-se “com frequência

defasada em relação às práticas políticas e ao terreno dos interesses políticos das classes, representadas pelos partidos na cena política” (Poulantzas, 2019, p.253). Não se pode, assim, conceber uma relação mecanicista entre classes e representação de classes, bem como suas respectivas frações. Como aponta Poulantzas (2019, p.254 – grifos do autor), inclusive, “pode ocorrer que a classe ou fração hegemônica no bloco no poder *esteja ausente* da cena política”. Saes (2001), por exemplo, chama atenção para a dificuldade da fração bancária da burguesia apresentar-se na cena política enquanto tal, haja vista que sua atividade é “parasitária”, isto é, não-produtiva (e vista como tal pela população). Contudo, isso não impede sua presença no bloco no poder.

A cena política, de acordo com Poulantzas (2019), por estar defasada em relação ao bloco no poder, permite fenômenos como o das classes ou frações reinantes. Ou seja, aquelas “cujos partidos políticos estão presentes nos lugares dominantes na cena política” (Poulantzas, 2019, p.254), seja ocupando o Executivo, o Legislativo, com bom desempenho eleitoral, por exemplo. Poulantzas (1972a, p.98), ao analisar o caso do nazifascismo demonstrou que “a pequena burguesia torna-se, durante este período, e sem nunca se transformar numa classe politicamente dominante, a *classe reinante*”, devido à composição dos referidos partidos. Como argumenta o autor, isso significa que a pequena burguesia não se tornou hegemônica no bloco no poder. Isso porque, como sustenta o autor, o papel histórico cumprido pelos regimes nazifascistas foi o de organizar a hegemonia do grande capital no bloco no poder. Eram esses os interesses prioritariamente atendidos pela política de Estado e não os da pequena burguesia. De acordo com Boito Jr. (2007, p. 140), é necessário evidenciar “os laços complexos que unem a cena política aos interesses econômicos e aos conflitos de classe”. Martuscelli (2018a, p.140) assinala, ainda, que a cena política extrapola o âmbito dos partidos. O autor sintetiza o conceito de cena política da seguinte forma:

- a) Um espaço de dissimulação de interesses de classe, pois é impregnada pelo caráter aparentemente universalista e igualitarista do Estado burguês; b) um espaço que reflete os interesses de classes, visto que é nesse espaço que se travam as disputas políticas entre as organizações políticas que representam as condições materiais de existência de classes e frações de classe; c) um espaço que coordena e organiza os interesses e conflitos de classe, uma vez que delimita a área de atuação das classes e frações de classe em luta.

Portanto, na visão de Martuscelli (2018a), como a cena política propicia a formação de coalizões governamentais, parlamentares, por meio de partidos e grupos de interesses, ela está mais permeável a mudanças em sua composição social pela existência das classes e frações reinantes. Isso distingue-se de mudar a composição da burocracia de Estado, dos funcionários de carreira. Nessa perspectiva, a vitória eleitoral de um partido oriundo das classes

trabalhadoras pode significar uma mudança na composição social do Congresso, mas isso não implicaria necessariamente em uma alteração no bloco no poder ou mesmo em postos da cúpula do Estado, como o Supremo Tribunal Federal, por exemplo.

Afirmamos anteriormente que a cena política foi, nesse período, dominada pela disputa entre o neoliberalismo ortodoxo e o neodesenvolvimentismo. O advento do neoliberalismo coincidiu com a crise do keynesianismo e do horizonte socialista em nível internacional, sendo experimentado pioneiramente sob a ditadura de Pinochet no Chile (Katz, 2016). No Brasil, foi com o governo Collor, a partir de 1990, que o neoliberalismo passou a ser implementado. Como afirmam Saad Filho e Moraes (2018, p.95), “as reformas neoliberais foram justificadas pelo suposto esgotamento da ISI [industrialização por substituição de importações] e do Estado desenvolvimentista”. Além disso, ainda segundo estes dois autores, essa transição soube disfarçar-se de controle da inflação, reivindicando a melhoria da eficiência econômica e o crescimento da produtividade. Apesar disso, as taxas de crescimento foram muito menores do que nas décadas anteriores.

Para Katz (2016, p.80) o neoliberalismo,

(...) transformou o funcionamento do capitalismo mediante privatizações, aberturas comerciais e flexibilizações dos contratos de trabalho. Este esquema intensificou a competição global por aumentos da produtividade desvinculados do salário, aumentando todas as tensões da produção, do consumo e das finanças (Katz, 2016, p.80).

Além disso, a convergência dessas políticas com a internacionalização da economia, a fragmentação dos processos de fabricação mundial e a transferência da indústria para o Oriente consolidaram a primazia das empresas transnacionais (Katz, 2016). Trata-se, portanto, de uma nova etapa do capitalismo, transcorrida desde os anos 1980 até a atualidade, na qual coube à América Latina a sua inserção material como fornecedora de matérias-primas, com a primazia de um modelo exportador concentrado na agromineração, no extrativismo, e com indústrias montadoras e serviços transnacionais (Katz, 2016). Essas características foram reforçadas por estratégias de livre-comércio e pela ortodoxia monetária, fiscal e cambiária (Katz, 2016).

Do ponto de vista político, no neoliberalismo, Saes (2001), Boito Jr. (2012) e Filgueiras (2006) argumentam que é a burguesia integrada ao capital financeiro internacional a fração hegemônica no bloco no poder. Isso implica dizer que é esta a fração que tem seus interesses prioritariamente atendidos, uma vez que eles coincidem plenamente com o programa neoliberal de desestatização de empresas e serviços públicos, desregulamentação das leis de proteção do trabalho e abertura econômica. Embora, em um primeiro momento, a

burguesia interna tenha aderido a esse programa, ela passou a acumular contradições com o neoliberalismo.

Como detalharemos, ainda no capítulo 2, a grande burguesia interna é caracterizada por Poulantzas (1975) como uma fração da burguesia resultante da internacionalização do capital e sua penetração nas formações sociais dependentes. Essa fração não é mera correia de transmissão do capital estrangeiro, possuindo base de acumulação própria. Ela tampouco consiste em uma burguesia nacional que se opõe frontalmente aos interesses do capital estrangeiro, com uma postura anti-imperialista. A burguesia interna associa-se a ele eventualmente, uma vez que dele é dependente – financeira, tecnológica e politicamente, de modo que isso também a debilita (Poulantzas, 1975). Dessa forma, ela ocupa uma posição intermediária entre a burguesia perfeitamente integrada ao capital internacional (compradora) e a burguesia nacional. Cabe ressaltar, que esse fracionamento não se dá *a priori* e muito menos é estático, isto é, independentemente da conjuntura política e do impacto da política estatal em cada fração da burguesia (Poulantzas, 1975, Saes, 2014, Farias, 2009).

O conceito de burguesia interna é recuperado por Boito Jr. (2012), que argumenta que essa fração foi acumulando contradições com a política neoliberal do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ao longo do mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). No Brasil, o distanciamento da burguesia interna do neoliberalismo foi sobretudo de sua fração industrial, por meio da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e da Federação Industrial do Estado de São Paulo (FIESP), na medida em que essa política desindustrializou fortemente o Brasil e pavimentou o caminho para a busca de alternativas.

Sustentamos que a alternativa encontrada foi o neodesenvolvimentismo, isto é, o desenvolvimentismo possível dentro dos marcos do neoliberalismo (Boito Jr. 2012). Essa alternativa foi possível porque, apesar do período neoliberal ter tido consequências negativas para a economia nacional, o governo de Fernando Henrique Cardoso desmontou apenas parcialmente o aparato estatal de comando econômico (Comin, 2017). Comin (2017, p.66) recorda que, além de haver grandes grupos empresariais sob controle direto do Estado, sobreviveram bancos públicos que foram o ponto de partida para que o PT pudesse retomar políticas desenvolvimentistas dentro dos marcos do neoliberalismo combinadas com políticas públicas compensatórias.

Embora tenha como objetivo a industrialização do país, tal qual o antigo desenvolvimentismo, o neodesenvolvimentismo concentra-se no processamento de produtos agrícolas, pecuários e recursos naturais, de baixa densidade tecnológica (Katz, 2016). Desse

modo, ele aceita a especialização regressiva imposta pelo neoliberalismo. Além disso, como sustenta Bresser-Pereira (2010), é fundamental para o neodesenvolvimentismo a retomada do Estado como indutor, criando condições para que os empresários invistam, mas com “responsabilidade fiscal”, mantendo o superávit primário – um dos pilares do neoliberalismo. Outro aspecto importante é o de que a dívida pública e os juros altos limitam suas taxas de crescimento (Boito Jr., 2012). Contudo, a taxa média de crescimento desse período foi muito superior à do período neoliberal ortodoxo (Boito Jr., 2012).

O neoliberalismo e suas consequências, como a desnacionalização de empresas, desindustrialização e privatização, também impactaram fortemente sobre os trabalhadores. Saad-Filho e Morais (2018, p.125) afirmam que, entre 1990 e 1997, “o número de empregos na indústria diminuiu 38%, o que representa uma redução entre 1 milhão, 1,5 milhão de postos de trabalho”. Além disso, sustentam que meio milhão de trabalhadores perderam seus empregos em indústrias privatizadas. Desse modo,

(...) o número de operários qualificados com empregos estáveis e relativamente bem pagos caiu, enquanto o desemprego, o emprego precário e o trabalho terceirizado aumentaram. O mercado de trabalho tornou-se cada vez mais fragmentado. (...) A taxa de desemprego aberto aumentou de 4% a 8% em 1990, para 8% a 15% em 1999 (Saad Filho, Morais, 2018, p.126).

Além do baixo crescimento e do aumento da concentração de renda e das desigualdades sociais, o neoliberalismo também “criou um padrão de emprego centrado em vagas de baixa produtividade, informais, precários, e em serviços urbanos de baixa remuneração para mulheres” (Saad Filho, Morais, 2018, p.126).

Nesse novo cenário defensivo para o movimento sindical, não apenas no Brasil, mas também na Europa e nos Estados Unidos, debateu-se a crise do sindicalismo industrial, agente político altamente relevante na história do século XX. O declínio do trabalho industrial, o crescimento dos trabalhadores de “colarinho branco”, o surgimento de uma classe trabalhadora precária que já não se identificava com as tradições políticas tradicionais, e até mesmo algumas estratégias sindicais adotadas são alguns dos elementos apontados como fatores dessa crise do sindicalismo (Hyman, Gumbrell-McCormick, 2010). A crise do sindicalismo brasileiro, em alguma medida, também relaciona-se com essa crise internacional. Alguns autores, como Rodrigues (1999), questionaram até mesmo a pertinência do sindicalismo enquanto agente político relevante em uma sociedade que se tornaria cada vez mais pós-industrial, indicando que se tratava de um declínio histórico. Contudo, como destaca Boito Jr. (2003), o sindicalismo diminuiu nas regiões em que era mais forte, como na Europa Ocidental e nos EUA, mas cresceu em outras regiões do globo, como na Ásia. O autor argumenta ainda que esse refluxo do sindicalismo é um fenômeno conjuntural. De fato, como

veremos, o sindicalismo brasileiro recuperou a atividade grevista que esteve em baixa no fim do primeiro período neoliberal e se tornou um agente político relevante na conjuntura nacional (Boito Jr., Marcelino, 2010; Marcelino, 2017).

No final da década de 1990, uma expressiva parte movimento sindical e social, em geral, e o PT, em particular, após ter sofrido quatro derrotas eleitorais, moderou seu programa e incorporou a agenda neodesenvolvimentista. Para os trabalhadores, havia a necessidade de gerar empregos em um país com altos índices de desigualdade e desemprego. Para a burguesia interna, tratava-se de manter o fundamento de sua atividade econômica, prejudicada pela desindustrialização e desnacionalização ocorridas durante o neoliberalismo. De acordo com Boito Jr. (2012), esse cenário fez com que a grande burguesia interna aceitasse integrar uma frente política com o movimento sindical e popular que governou o país de 2003 a 2016. O autor afirma que:

A capacidade de pressão e, ao mesmo tempo, as limitações políticas do movimento operário e popular empurraram, então, a grande burguesia interna para uma frente política que o próprio movimento operário e popular não tinha condições de dirigir (Boito Jr., 2012, p.72).

Tratou-se, portanto, de uma frente política instável e contraditória, mas que teve um importante êxito eleitoral e coesão suficiente para assegurar-lhe treze anos de governo.

Neste período (2003 – 2016), com algumas exceções, a maioria das centrais sindicais apoiou os governos Lula e Dilma, mais especificamente: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e a Força Sindical. Além de ter sido uma força política reconhecida como aliada pelo governo e frequentemente consultada em relação às políticas públicas, o sindicalismo recuperou a atividade grevista, que esteve em declínio nos anos 1990 (Boito Jr., Marcelino, 2010; Marcelino, 2017). O levantamento empírico do número de greves no país, realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)², demonstra um aumento significativo e contínuo dessa modalidade de ação sindical. No ano de 2004, quando iniciou-se uma retomada do crescimento econômico no Brasil, são registradas 302 greves; em 2013 esse número salta para o recorde de 2.050 greves, com ganhos reais para os trabalhadores em acordos coletivos e salários em todo esse período (Marcelino, 2017; Braga, 2016; Boito, Galvão e Marcelino, 2015; Cardoso, 2014; Boito Jr, Marcelino, 2010).

² O Dieese é uma entidade criada e mantida pelo movimento sindical brasileiro, tendo sido fundado em 1955, com o objetivo de desenvolver pesquisas que subsidiassem as demandas dos trabalhadores (cf. www.dieese.org.br/materialinstitucional/quemSomos).

Podemos afirmar que esses elementos indicam certa vitalidade do movimento sindical no Brasil. Além disso, o surgimento de novas centrais sindicais³, entre 2003 e 2016, indica que há uma disputa na cúpula pela base de trabalhadores (Galvão, 2012). A noção de disputa pela base comporta a ideia de que há, também, uma disputa sobre as concepções de sindicalismo não apenas entre as centrais, como também internamente. No Brasil, poderíamos afirmar que muitas delas decorrem da vinculação histórica que as centrais de esquerda possuem com partidos políticos: a CUT, hegemonizada por forças ligadas ao PT; a CTB, oriunda da Corrente Sindical Classista, vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB); a Intersindical – Central da Classe Trabalhadora, hegemonizada por forças vinculadas ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)⁴; a CSP-Conlutas fundada por forças ligadas ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) (Galvão, 2012). Posteriormente, com a saída de militantes do PSTU para o PSOL, este passou a influenciar também a CSP-Conlutas, sem, no entanto, comprometer a hegemonia do PSTU na central. Em contrapartida, a UGT, a Força Sindical, a NCST e a CSB não têm uma hegemonia partidária tão marcada quanto as anteriores, ainda que suas lideranças sindicais possam estar vinculadas a partidos de direita, centro ou centro-esquerda. Além disso, há históricas disputas em torno da concepção de estrutura sindical, sobretudo em relação ao imposto e à unicidade – conforme veremos no primeiro capítulo dessa dissertação.

Discutiremos no capítulo 3 que, embora as manifestações de junho de 2013 tenham abalado uma popularidade até então crescente dos governos neodesenvolvimentistas, a partir de 2015 a coexistência de uma crise política e uma crise econômica passou a comprometer a estabilidade do governo Dilma Rousseff. A perda de popularidade do governo foi agravada pela crise econômica e pela promoção de um ajuste fiscal que implicou em um abandono do programa de governo com o qual a presidenta havia sido reeleita, em outubro de 2014. O ajuste aprofundou a recessão econômica e prejudicou diretamente muitos setores das classes populares que a apoiavam. Em 2016, essa crise parecia ter chegado ao ápice com seu *impeachment*. Contudo, fatores como o prosseguimento da Operação Lava Jato, escândalos de

³ Além da CUT e da Força Sindical, que já disputavam a base nos anos 1990, surgem, a partir de 2004 as seguintes centrais: CSP-Conlutas, Intersindical – Central da Classe Trabalhadora, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), NCST (Nova Central Sindical dos Trabalhadores), Central Brasileira Democrática dos Trabalhadores (CBDT), Pública, Central Unificada dos Servidores Públicos do Brasil e União Sindical dos Trabalhadores (UST) (Ministério do Trabalho, 2016).

⁴ Cabe ressaltar que há, ainda a Intersindical – Instrumento de Organização e Luta da Classe Trabalhadora, fundada em 2006, que não buscou o reconhecimento legal enquanto central.

corrupção envolvendo membros importantes do governo, como o próprio presidente, sua impopularidade, dentre outros, mantiveram a instabilidade e a crise política no país. A ascensão do governo de Michel Temer (PMDB – SP) com uma agenda de reformas trabalhista e da previdência colocou novos desafios para o sindicalismo e até mesmo para a estrutura sindical vigente no Brasil, com a extinção do imposto sindical.

Entendemos que a luta sindical no período estudado não apenas é melhor compreendida à luz desses elementos (forma de acumulação predominante, configuração no interior do bloco no poder, relações ideológicas), como também auxilia a desvendar as contradições e relações de classes presentes na conjuntura abordada. Isto é, elas são influenciadas por esses elementos e, ao mesmo tempo, exercem influência sobre eles. As oscilações, mudanças de posição, continuidades e rupturas nas ações empreendidas pelas centrais sindicais não podem ser compreendidas sem essa discussão.

Passemos à questão da crise política. Como aponta Saes (2001), a instabilidade política da democracia foi uma marca constante no Brasil Republicano ao longo do século XX, ou seja, em diferentes momentos da nossa formação social e do nosso estágio de desenvolvimento – em boa parte devido a seu caráter *limitado*. Martuscelli (2015) recorda que o Brasil possui uma grande tradição histórico-sociológica destinada à problemática das crises políticas no país, sobretudo envolvendo as crises de 1930, 1954, 1964. Contudo, este autor aponta duas razões para o fato de que esta temática não tenha tido uma continuidade no período mais recente: 1) a deposição de Collor, em 1992, e a crise do Mensalão, em 2005, não resultaram em uma mudança do modelo neoliberal⁵; no caso do Mensalão, sequer apeou-se o PT do governo. As crises anteriores tiveram uma significação mais profunda; 2) o segundo motivo é o caráter atual da produção histórico-sociológica, bastante distinta das gerações de pensadores que se dispuseram a pensar os grandes dilemas do desenvolvimento capitalista no Brasil. Desse modo, muitos estudos dessa área ocultam questões fundamentais como a ação e a estrutura de classes, bem como o próprio caráter do desenvolvimento capitalista.

Ao longo do processo de investigação constatamos uma produção bibliográfica significativa com a temática da crise no período que estamos estudando (2013-2018).

⁵ O processo do *Mensalão* foi um escândalo de corrupção que gerou uma crise política no primeiro governo Lula, em 2005. A denúncia era a de que ministros do governo estariam fazendo repasses mensais de dinheiro para parlamentares votarem a favor de emendas propostas pelo governo. Martuscelli (2018) destaca que a não-concorrência de uma crise econômica, como no caso da crise do período mais recente, foi um fator que ajudou a manter o mandato de Lula e o importante apoio de uma fração da burguesia a ele.

Dirigentes políticos, historiadores, sociólogos, cientistas políticos, jornalistas, economistas, enfim, autores e autoras das mais diversas áreas do conhecimento pronunciaram-se sobre ela. O alcance e consequências históricas da crise que vivemos serão certamente objeto de numerosos estudos no futuro. Contudo, faz-se necessário examiná-la “a quente” e tratar de desvendar seus aspectos, suas contradições e sua natureza.

A partir da ideia de que a cena política nesse período foi marcada pela disputa entre o neoliberalismo ortodoxo e o neodesenvolvimentismo – portanto entre duas frações da burguesia – argumentaremos, no capítulo 3, que a crise política desse período pode ser entendida como uma crise positiva para as classes dominantes, conceito desenvolvido por Saes (1998). Isso porque o seu conteúdo diz respeito a acomodações e redefinições no seio do bloco no poder.

Entendemos, de acordo com Poulantzas (1977, p.5), que as crises políticas não são patologias que irrompem repentinamente, mas “que os elementos genéricos de crise (devido à luta de classes) estão constantemente em ação na reprodução do capitalismo”. As crises políticas não são anomalias que interrompem um desenvolvimento linear, mas um momento de *condensação de contradições que já estavam presentes no processo político* em estado latente. São as mudanças na conjuntura que levam essas contradições a operarem em uma situação qualitativamente distinta no processo político, tais como: o agravamento da crise econômica ou das contradições entre as classes e frações de classe, tanto no interior do bloco no poder quanto na relação classes dominantes-dominadas; disputas entre ramos do aparelho de Estado; maior intensidade da disputa pelo fundo público; conflitos salariais; defasagens, rupturas entre representantes-representados; limites da ideologia dominante; por fim, poderíamos incluir ainda, conflitos de lutas por reconhecimento.

Sendo a crise política um tema candente, há uma grande dificuldade de delimitar seu começo. Podemos, contudo, indicar que os limites do neodesenvolvimentismo começaram a se expressar nas manifestações de junho de 2013. Posteriormente, com o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff a crise se agravou. Embora defensores do impeachment argumentassem que esse processo seria uma saída para a crise, ela persistiu no governo Temer, como expresso no caso da delação da JBS⁶ e a consequente denúncia de corrupção

⁶ No dia 3 de maio de 2017, o empresário Joesley Batista, um dos donos do maior frigorífico brasileiro, a JBS, assinou um acordo de delação premiada com a Procuradoria Geral da República. Além de um depoimento, também foram entregues gravações que comprometiam importantes figuras do mundo político, dentre elas, o presidente Michel Temer. A denúncia mais grave, porém, foi a de um conluio para comprar o silêncio do ex-

elaborada pela Procuradoria Geral da República contra o então presidente. Essa denúncia foi arquivada em votação no Congresso, permitindo que o governo Temer prosseguisse até 31 de dezembro de 2018. Os governos Lula e Dilma (2003 – 2016), embora tenham enfrentado períodos turbulentos como a crise do Mensalão em 2005, as manifestações de junho de 2013, pareciam, até meados de 2015, suficientemente consistentes para não serem derrubados pela oposição, o que não ocorreu sem que houvesse perda de apoio popular ao governo. Ao longo da dissertação, desenvolveremos algumas hipóteses sobre esse tema.

Durante a crise política que culminou com o *impeachment* de Dilma Rousseff, houve diversos atos de rua que reuniram centenas de milhares de manifestantes divididos em atos contra ou a favor do afastamento da presidenta. Nesse processo, as centrais sindicais também tomaram posição e mobilizaram suas forças⁷. Em defesa do mandato de Dilma Rousseff, e afirmando que se tratava de um golpe, posicionaram-se a CUT, a CTB e a Intersindical. A única central que se posicionou oficialmente a favor do *impeachment* foi a CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil)⁸. A maior liderança da Força Sindical, o deputado federal Paulo Pereira da Silva (do partido Solidariedade – SP) foi uma ativa liderança pelo *impeachment*, formando com a CGTB a *Frente Popular Fora Dilma*. Contudo, a Força Sindical, assim como a UGT, terminou dividindo-se. Miguel Torres, ex-presidente da Força Sindical defendeu a neutralidade diante do impeachment (A Tarde, 3/12/2015) e João Carlos Gonçalves, conhecido como Juruna, secretário-geral da entidade, era contra o *afastamento da presidenta*, embora não o qualificasse como golpe, conforme veremos adiante (Juruna, 2016, 2020). A UGT possuía importantes lideranças, como o deputado Roberto de Lucena (Partido Verde – SP), que apoiaram a cassação do mandato de Dilma, embora Ricardo Patah, presidente da central, fosse contra. As centrais sindicais NCST e CSB preferiram não se posicionar.

presidente da Câmara, Eduardo Cunha (MDB – RJ), que foi preso por corrupção, com objetivo obstruir a Justiça na investigação de um esquema envolvendo o MDB, no qual Temer teria recebido R\$ 587 milhões em propinas. Cf. A cronologia do caso JBS: pressão, delação e questionamentos (*Nexo Jornal*, 05/09/2017).

⁷ Entre 2015 e 2016 tivemos a oportunidade de sistematizar essas posições em um relatório de iniciação científica com apoio da FAPESP (Carvalho, 2016).

⁸ A CGTB tem suas origens na antiga CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), fundada em 1986 e liderada pelo ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquinão. Em 2004 ela passou a se chamar CGTB. Desde então, a organização que exerce maior influência sobre a central é o antigo MR8, — força política que atuou entre 2009 e 2018 como Partido Pátria Livre (PPL) e que após não atingir os critérios de representatividade exigidos pela legislação eleitoral brasileira, se fundiu com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Atualmente, há uma negociação de fusão da CGTB com a CTB, vinculada ao PCdoB, que está prevista para ser concretizada em 2021, quando se realizará o 5º Congresso Nacional da entidade (CTB, 16/12/2019).

Porém, em posterior levantamento junto à imprensa sindical, notamos que a NCST passou a expor em seu site matérias e artigos de opinião contrários ao governo Temer e falando em golpe, no caso da cassação do mandato de Dilma Rousseff, mas sempre por meio de artigos assinados por jornalistas ou outros analistas da conjuntura. O presidente da CSB, Antonio Neto – hoje no Partido Democrático Trabalhista (PDT), mas filiado ao PMDB, partido de Michel Temer até julho de 2017 –, manteve uma relação inicial de proximidade com o governo Temer. Contudo, após a agenda de reformas e os escândalos de corrupção, o presidente da Central terminou se desfiliando do partido e passou a fazer oposição aberta ao governo Temer (Neto, 2017). A CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular Coordenação de Lutas), por sua vez, manteve ao longo desse processo a defesa da bandeira “*Fora Todos!*” e novas eleições.

A ascensão de Michel Temer (PMDB – SP) à presidência da república e o retorno da agenda neoliberal ao centro de poder mudaram as condições de atuação do sindicalismo, significando uma inflexão na conjuntura. Ainda que Dilma Rousseff já estivesse adotando medidas de caráter neoliberal, foi após sua destituição e com a posse de Temer, que elas tomam a forma de um programa político coerente. Como afirma Comin (2017), a agenda de Temer retirou estímulos da indústria, da construção civil e promoveu uma austeridade da qual apenas a alta burocracia do Judiciário e a cúpulas das Forças Armadas escaparam. As reformas trabalhista e da previdência, a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que congelou o investimento público durante 20 anos⁹, as convocatórias de greve geral e atos de rua por todo o país com participação dos sindicatos foram novos elementos em relação ao período de estabilidade dos governos Lula e Dilma (2003-2016). Desse modo, parece-nos bastante proveitoso, do ponto de vista analítico, relacionar a temática da crise política e da ação sindical, de modo a contribuir para tanto nos estudos da Ciência Política sobre a crise quando naqueles da Sociologia sobre o sindicalismo e compreender as novas condições de atuação sindical no Brasil.

⁹ Essas três medidas (reformas trabalhista e da previdência) e a PEC do teto (ou do “fim do mundo”, como foi chamada pelo movimento sindical e popular) constituíram uma espécie de “programa mínimo” do bloco restaurador neoliberal no Brasil. Além de as reformas reduzirem o valor da força de trabalho por meio de da retirada de direitos, do aumento da precarização do trabalho e do tempo de serviço e idade necessários para a aposentadoria, a PEC que congela os investimentos públicos durante 20 anos tem por objetivo manter o superávit primário para pagamento de juros da dívida pública.

2. Fontes e metodologia

Reconhecemos que há relativa carência de informações sobre o sindicalismo na cobertura por parte da imprensa de grande veiculação (jornais mais vendidos, telejornais, rádios com maior audiência, etc.). Nem por isso, entretanto, deixamos de analisá-los, pois são também uma fonte importante de pesquisa. Tratamos de utilizar essa fonte menos pelos juízos que os veículos de comunicação possam ter sobre o sindicalismo e mais por considerar que cumprem uma função importante em relação à comunicação com o restante da sociedade. Nesse caso, dirigem-se especialmente aos setores da sociedade que não são atingidos pelos documentos internos de cada central. As declarações dadas por dirigentes a esses veículos de comunicação não são “inocentes” e “irrefletidas”, mas possuem e expressam estratégias, interesses, além de serem representativas do posicionamento de suas entidades.

Portanto, focalizamos as entrevistas e declarações dadas no período estudado, totalizando 57 reportagens. Também tivemos como fontes 142 documentos da CUT e da Força Sindical, dentre os quais as revistas internas das centrais, resoluções conjunturais e congressuais, notas públicas, moções, reportagens, artigos de opinião de dirigentes e mais 29 de outros veículos partidários ou sindicais – não vinculados às centrais por nós escolhidas, mas relacionados ao nosso objeto. Por entendermos que esse material já nos permitia desenvolver o trabalho de acordo com as exigências de um mestrado, as entrevistas foram realizadas como um complemento às informações que tínhamos. Desse modo, realizamos cinco entrevistas semiestruturadas com dirigentes das centrais, bem como com consultores sindicais: Artur Araújo (consultor da Frente Nacional de Engenheiros), Júlio Turra (fundador e diretor executivo da CUT), Cida Trajano (diretora executiva da CUT), João Carlos Gonçalves (conhecido como Juruna, secretário-geral da Força Sindical), Antônio Rogério Magri (fundador da Força Sindical, atualmente, consultor da central e ex-ministro do trabalho).

Portanto, nosso trabalho pretende também dar um tratamento sistemático à postura das centrais sindicais CUT e Força Sindical durante o período estudado, seus dilemas e debates internos sobre a conjuntura, as razões da crise, as saídas para o movimento sindical e a maneira como elas foram afetadas pela crise política. Entendemos que nossa pesquisa pode auxiliar na compreensão da natureza da atual crise política, das forças sociais em disputa, como estão se posicionando as classes sociais e, de modo mais preciso, como os trabalhadores organizados nos sindicatos têm se posicionado diante da conjuntura.

3. Sistematizando as hipóteses

Inicialmente, tínhamos as seguintes hipóteses: 1) a crise política do *impeachment* mudou as condições de atuação do sindicalismo no país; 2) o ciclo grevista de 2004-2013 havia contribuído para a ruptura da frente neodesenvolvimentista; 3) houve maior dificuldade de mobilizar as bases sindicais na disputa do *impeachment* do que no enfrentamento às reformas neoliberais propostas por Temer; 4) as diferentes posições das centrais sindicais ao longo desse processo poderiam guardar relação direta com um fracionamento da classe trabalhadora, não sendo mera decisão unilateral da cúpula. De saída, destacamos que esta última hipótese foi abandonada ao longo da pesquisa porque julgamos que não dispúnhamos nem dos dados necessários e nem de tempo suficiente para tratar essa questão adequadamente.

Podemos afirmar que foi confirmada nossa hipótese inicial de que a crise política do *impeachment* de Dilma Rousseff mudou as condições de atuação do sindicalismo no país, exigindo uma nova postura das centrais sindicais frente ao governo, sobretudo pela agenda de reformas consideradas nocivas aos trabalhadores pelas centrais. Como demonstra Marcelino (2017), entre 2003 e 2013 houve uma melhoria nas condições políticas, ideológicas, econômicas, de emprego que permitiu ao movimento sindical avançar em suas reivindicações. Nesse período, ocorreu um ciclo grevista não apenas com um número expressivo de greves, mas com vitórias importantes, como aumentos reais de salário mínimo, política de valorização do salário mínimo, desemprego baixo. Dessa forma, com a deterioração da economia a partir de 2014, é possível que esse ciclo tenha contribuído para a ruptura da base social de classes que sustentou a frente política neodesenvolvimentista Boito Jr. (2016).

Desse modo, é possível que a crise política tenha relação, dentre outros fatores, com o conflito distributivo expresso nesse ciclo de greves, mesmo que o conflito distributivo não se encerre na ação grevista. Na visão de Martuscelli (2018b, p.108), o ciclo grevista pode ter sido um dos aspectos decisivos para a reação da burguesia interna contra o governo Dilma, sobretudo devido à tendência crescente, a partir de 2012, de greves no setor privado e também do número de horas paradas.

A hipótese principal no início da pesquisa era a de que o sindicalismo teria tido mais facilidade em mobilizar sua base contra as reformas neoliberais do Temer, que feriam mais imediatamente seus interesses, do que na disputa em torno do *impeachment*, argumento sustentado por Marcelino e Galvão (2020). Isto porque teria havido um afastamento dos trabalhadores organizados da frente política neodesenvolvimentista. Esse afastamento foi devido sobretudo as opções políticas de Dilma Rousseff em seu segundo mandato (Boito Jr.,

2018, p.298-300), hipótese que se mostrou verificada ao longo da pesquisa. Além disso, as reformas neoliberais de Temer diziam respeito a questões mais próximas do cotidiano dos trabalhadores organizados (direitos trabalhistas e sociais, tais como aposentadoria e serviços públicos). Poderíamos apontar essa observação como válida para a prisão do ex-presidente Lula, que contou com a solidariedade de muitos sindicatos e das centrais sindicais, mas não com uma ampla mobilização dos trabalhadores organizados que pudesse impedir sua prisão. Portanto, o ciclo grevista ofensivo (2004-2013)¹⁰, descrito por Marcelino (2017), não foi suficiente para gerar um acúmulo de forças no movimento sindical que lhe permitisse enfrentar a agenda neoliberal do período subsequente.

Ao longo de nossa pesquisa, elaboramos uma hipótese secundária, mas importante, porque norteou a nossa investigação. Seguindo Boito Jr. (2018), embora a luta reivindicativa dos sindicatos tenha cumprido um papel importante no acúmulo de contradições que levou à dissolução da frente política que governou o Brasil entre 2003 e 2016, ela não foi a contradição principal da crise. Veremos que essa hipótese também se mostrou acertada, pois numa situação de crise econômica, a luta reivindicativa dos trabalhadores incomodou as classes dominantes e produziu alterações no bloco no poder e na cena política (Boito, 2018).

Contudo, a contradição principal dessa conjuntura foi a da luta da grande burguesia associada ao capital internacional para retomar a relação de forças do período neoliberal no interior do bloco no poder (Boito, 2018). Por entender que essa contradição principal determinou o conteúdo da política de Estado, é que julgamos pertinente aprofundar esses temas. A luta sindical, que diz respeito às contradições secundárias no período, pode ser melhor compreendida a partir desse conflito principal. Cabe ressaltar que o fato de uma contradição ser *secundária* em dada conjuntura não retira, em absoluto, a sua importância para a compreensão do período estudado, uma vez que entendemos que o sindicalismo foi um agente político relevante em todo esse período abordado.

O contraexemplo da crise do populismo, cujo desfecho levou ao golpe contra Vargas e seu posterior suicídio em 1954, reforça essa conclusão: nela, a ação sindical impactou de maneira direta na crise do populismo, como demonstram Moisés (1978) e Boito Jr. (1982). Na ocasião, uma greve geral em março de 1953 durou um mês, envolveu 300 mil trabalhadores

¹⁰ Greves ofensivas são aquelas que avançam sobre os lucros das empresas ou sobre os recursos do Estado por meio de novas conquistas em termos salariais, benefícios ou melhores condições de trabalho. A ideia de greves defensivas está relacionada àquelas que buscam recuperar ou evitar perdas, compreendendo ainda pagamento de salários atrasados ou reivindicando o respeito a direitos existentes (Boito Jr., Marcelino 2010).

das mais diversas categorias no estado de São Paulo, e desencadeou a crise do governo Vargas e da política populista por incidir fortemente no bloco no poder.

A esse respeito, nossas hipóteses, não necessariamente excludentes entre si, desenvolvidas durante esse trabalho foram:

a) Houve uma frustração da base sindical com a “virada” neoliberal que Dilma Rousseff imprimiu em seu segundo mandato, como demonstraram os documentos analisados ao longo da dissertação. Isso aconteceu após uma campanha eleitoral feita em 2014 com um discurso que enfatizava a distribuição de renda, o crescimento econômico, a manutenção de direitos, do emprego e que, como argumenta Singer (2016), parecia uma plataforma consistente de acordo com os índices econômicos do país na ocasião. Diante dessa guinada inesperada, por parte de Dilma, Boito Jr. (2018, p.221) argumenta que era muito difícil para o movimento popular conciliar a defesa do mandato da presidenta com a política de ajuste fiscal;

b) A percepção por parte dos trabalhadores de que a crise política era uma disputa entre “elites” – termo aqui utilizado de modo genérico¹¹ – na qual eles não tomavam parte. Entendemos que a ideia de que a grande maioria dos trabalhadores não se sentia representada por nenhum dos lados ou, ainda, a dissimulação dos conflitos de classe na cena política, cumpre um papel importante para compreender as razões pelas quais eles não se mobilizaram na disputa em torno do *impeachment*. Essa ideia está vinculada ao entendimento de que esta crise política teve como uma de suas características uma ruptura no laço entre representantes-representados, assim como as crises políticas que levaram ao fascismo na Europa (Poulantzas, 1972a, p.80). Para este autor, todas as crises políticas incidem na relação organização-representação (Poulantzas, 1977). Entendemos que, dados os limites desse trabalho, essa hipótese foi parcialmente comprovada, na medida em que as organizações partidárias e sindicais não conseguiram se reforçar durante a crise e que a Lava Jato cumpriu um papel muito importante nessa crise representantes-representados;

c) Ao longo do processo de pesquisa também levantamos hipótese de que houvesse entre os trabalhadores a ideia de que o *impeachment* não era possível, ou não impactaria tão

¹¹ Não trabalhamos com a noção de “elite” porque, em pleno acordo com Poulantzas (2019), entendemos que, dentre outros problemas do seu uso, o principal é o de que ela não oferece uma explicação para o fundamento do poder político na sociedade capitalista, não levando em conta os efeitos das relações de produção. Utilizamos esse termo de forma meramente descritiva para elucidar a não correspondência entre representantes e representados no sistema político. Sabemos, contudo, que há autores, inclusive dentro do campo marxista, aquele no qual se inscreve as obras de Nicos Poulantzas, que combinam o uso do conceito de elites com o conceito de classes sociais como Codato e Perissinotto (2011).

diretamente em seu cotidiano, seja pelo discurso triunfalista adotado pelo governo de que não havia possibilidade de golpe, seja pela tradição no Brasil de acordos pelo alto e conciliação¹². Julgamos que não temos elementos suficientes para confirmar essa hipótese. Contudo, pensamos ser plausível indicar que a guinada neoliberal de Dilma já havia tido como efeito a deterioração da economia, de modo que essa deterioração pudesse induzir muitos a pensarem que sua permanência não significaria uma melhora deste cenário. Além disso, é notável o fato de que Dilma Rousseff compareceu a apenas um ato público contra o golpe: o ato de Primeiro de Maio de 2016 em São Paulo, o que indica não apenas que a mobilização de massas não era a estratégia prioritária do governo, mas também que pudesse haver em algum momento subestimação das forças adversárias;

d) Após a destituição de Dilma Rousseff, os escândalos de corrupção envolvendo diretamente o poder central e a deterioração dos índices econômicos no país, sobretudo o desemprego e o poder de compra dos trabalhadores, foram elementos que frustraram a promessa de que os problemas do país seriam resolvidos com o *impeachment*, discurso adotado pela oposição – como demonstra Martuscelli (2018b) ao referir-se ao *slogan* adotado pelo governo Temer: “Vamos tirar o Brasil do vermelho”. Este slogan, além da promessa de resolver os problemas do país pela via do neoliberalismo ortodoxo, comportava também um forte viés ideológico contrário às forças progressistas;

e) As reformas neoliberais da legislação trabalhista, previdenciária e a regulamentação regressiva da terceirização, ao contrário do *impeachment*, têm muito menos mediações ideológicas e políticas, dizendo respeito diretamente a problemas muito concretos do cotidiano do trabalhador (emprego, condições de trabalho, salário, aposentadoria etc.). Desse modo, mostrou-se acertada a hipótese de que elas tinham um potencial muito maior de unidade e mobilização, haja vista a perda de apoio popular do governo Dilma Rousseff pelas razões mencionadas acima. As reformas neoliberais de Temer (trabalhista, previdência e contenção de gastos públicos por vinte anos) forneceram uma plataforma comum que uniu distintas centrais sindicais no enfrentamento àquele programa.

¹² Embora polêmica, entendemos que essa afirmação sobre mudanças “pelo alto” e conciliação conta com o respaldo de boa parte da tradição histórico-sociológica brasileira. Pensamos, por exemplo, nos trabalhos de Florestan Fernandes (2005, 1985) sobre a incompletude das tarefas da revolução burguesa no Brasil, no modo como a introdução do capitalismo no país preservou o poder de oligarquias “pré-capitalistas” ou, ainda, a discussão que o autor desenvolveu sobre a redemocratização do Brasil e a permanência de nexos do “antigo regime” no que seria o Brasil “moderno”. Essa perspectiva não anula nem a existência de lutas populares e muito menos o reconhecimento de que essas mudanças “pelo alto” alteram significativa e qualitativamente as relações (econômicas, políticas, ideológicas etc.) na formação social brasileira.

Constatamos, ao longo da pesquisa, que essa unidade foi *relativa*, isto é, em torno das bandeiras, mas não das táticas adotadas por cada central. Por exemplo, no combate às reformas trabalhista e da previdência. CUT, CTB, Intersindical e CSP-Conlutas deram maior ênfase à necessidade do recurso da greve geral do que UGT e Força Sindical. Durante a tramitação da Reforma Trabalhista, Galvão e Marcelino (2020) destacam que Força Sindical, UGT, CTB e CSB se reuniram com Temer para negociar pontos desta reforma. CUT, CSP-Conlutas e Intersindical não o fizeram porque recusavam reunir-se com um governo que consideravam ilegítimo. Além disso, é importante ressaltar que essa unidade é feita em torno de pautas defensivas, caracterizando uma mudança do caráter do ciclo grevista. Como indica Marcelino (2017, p.221), além da perda de direitos, os balanços das negociações coletivas de 2014, 2015 e 2016 “mostram o descenso da conquista econômica por parte dos trabalhadores sindicalmente organizados”;

A partir do que foi dito anteriormente, pensamos ser plausível indicar como hipótese a ser verificada futuramente que o ciclo grevista periodizado e caracterizado por Marcelino (2017) como indo de 2004 a 2013, mesmo que tenha sido ofensivo e com conquistas importantes para o sindicalismo, não se converteu em acúmulo de forças. Essa limitação comprometeu a resistência à agenda neoliberal, que começou a tomar força ainda no segundo mandato de Dilma Rousseff, mas que se tornou hegemônica após o golpe que destituiu seu governo. Isso não impediu o sindicalismo de protagonizar momentos importantes de resistência a essa agenda.

CAPÍTULO 1: Breve histórico da CUT e da Força Sindical

A história recente do sindicalismo no Brasil passa, necessariamente, tanto pela CUT quanto pela Força Sindical. Além da longevidade, ambas as centrais foram construídas por correntes presentes nas disputas dos rumos do sindicalismo brasileiro pelo menos desde a década de 1970. Isso porque foi no ciclo de greves inaugurado em 1978, no ABC paulista, que surgiu uma importante corrente sindical que passou a disputar com comunistas e os chamados “pelegos”¹³ as direções sindicais: o *Novo Sindicalismo*, que fundaria a CUT em 23 de agosto de 1983. A Força Sindical, por sua vez, surgiria em 8 de março de 1991, muito vinculada à implementação do neoliberalismo no Brasil e como contraposição aberta à CUT, reunindo setores críticos ao Novo Sindicalismo. Como se deu esse processo?

Desde meados da década de 1970 o Brasil vivia a crise da ditadura militar (1964-1985), de seu modelo desenvolvimentista¹⁴ e do chamado “milagre econômico”. Esse é o contexto que marcou o surgimento das greves do ABC, que se concentravam na indústria automobilística, e o surgimento da corrente do Novo Sindicalismo. Esse fenômeno foi particularmente importante, uma vez que o rígido controle político-ideológico feito pela ditadura no sindicalismo, principalmente entre 1968 e 1974, estreitava os limites e as possibilidades de ação tanto no âmbito institucional quanto fabril (Oliveira, 2007).

As origens do Novo Sindicalismo remontam, como demonstra Humphrey (1982), às correntes que competiam com as correntes populistas, defendiam reformas na estrutura sindical e criticavam a estrutura sindical oficial da era varguista. O autor demonstra a semelhança de propostas entre essas correntes críticas e propostas surgidas nas greves do ABC. Na impossibilidade de tratar com a profundidade merecida a questão do sindicalismo populista, indicamos, a partir de Mattos (2009), que ele surge a partir da exitosa política do primeiro governo Vargas (1930-1945) de montar estrutura sindical oficial que tutelasse, via Ministério do Trabalho, as organizações de trabalhadores, a despeito de resistências por parte de correntes comunistas, anarquistas e trotskistas. De acordo com Boito Jr. (1991, p.27), esse aparelho sindical integra o Estado, sobretudo na medida em que os dois requisitos básicos da

¹³ O termo “peleguismo” é amplamente utilizado no movimento sindical para designar grupos políticos ou dirigentes que são “correias de transmissão” do Estado, do governo ou até mesmo dos patrões. Remete à pele de carneiro que é colocada sobre os arreios do cavalo de modo que o assento seja mais confortável para o cavaleiro. Embora seja pejorativo, foi consagrado na sociologia brasileira dado o apego à estrutura sindical e ao Estado de algumas correntes políticas (Boito Jr., 1991).

¹⁴ Reconhecemos que o termo pode parecer demasiado genérico, haja vista que governos como os de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart podem ser caracterizados como nacional-desenvolvimentistas. No caso da Ditadura Militar, ela teve, como aponta Theotônio dos Santos (1972) um caráter industrializante, desenvolvimentista, autoritário e dependente.

atividade sindical (representatividade e poder de constranger o capitalista) são outorgados pelo Estado, que concede esse poder, retomando a ideia de “investidura sindical” de Azis Simão.

Ainda segundo Boito Jr. (1991), essas características não asseguram a dependência e subordinação ao Estado. É preciso levar em conta o papel decisivo que desempenham a unicidade sindical – “sindicato único estabelecido em lei” –, que inibe a formação de entidades paralelas, e a contribuição compulsória, que torna as finanças e recursos do sindicato dependentes do Estado e não dos trabalhadores. O imposto sindical é recolhido e distribuído pelo Ministério do Trabalho, ao passo que a taxa assistencial tem sua arrecadação garantida pelo Poder Judiciário. Para Boito Jr (1991, 93), esse controle da burocracia de Estado está vinculado à ideologia populista, que consiste no “fetiche do Estado protetor”, de modo que “a ideologia do populismo sindical é a transposição desse fetiche para o plano da organização e da luta sindical dos trabalhadores”. O autor, retomando Lenin, afirma que esse fetiche consiste na expectativa, por parte dos trabalhadores, de que “o Estado independentemente da luta popular organizada venha em socorro do povo” (Boito Jr., 1991, p.70). Soma-se a isso a passividade das massas. Essa estrutura comporta apenas a luta reivindicativa sindical e exclui necessariamente a organização partidária em uma luta pelo poder de Estado.

Seria apenas com a eclosão desse ciclo de greves que o Novo Sindicalismo iria afirmar-se como força hegemônica na luta sindical, pelo menos até os anos 1990. Vale ressaltar, a força política do Novo Sindicalismo foi tamanha que ele foi considerado por Humphrey (1982) como a oposição “mais séria” ao regime militar. Araújo e Oliveira (2011), por sua vez, afirmam que sua emergência significa também um marco inicial de uma nova perspectiva de democracia para o país. A Força Sindical, como veremos a seguir, surge a partir da reconfiguração daquilo que genericamente se pode denominar “direita sindical”.

1.1. O Novo Sindicalismo e o surgimento da CUT

A principal divergência do Novo Sindicalismo com as correntes populistas e comunistas consistia no apego à estrutura sindical dessas duas últimas correntes (Boito Jr., 1991; Secco, 2011). Muito embora o projeto inicial da CUT, discutido na primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, realizada em agosto de 1981, fosse reunir em uma única central todas as correntes, a divisão em temas fundamentais como contribuição sindical e unicidade dividiu a Comissão Nacional Pró-CUT, encarregada de formar a nova

Central em dois blocos (Turra, 2019). De um lado, o chamado “Bloco Combativo”, integrado pelo Novo Sindicalismo, militantes vinculados à Igreja Católica e a chamada esquerda radical (Rodrigues, 1990). O outro bloco (chamado “Bloco da Reforma”) ou Unidade Sindical, estava composto por PCB (Partido Comunista Brasileiro), PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e MR8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), além de “dirigentes pouco engajados que controlavam sindicatos federações e confederações importantes” (Rodrigues, 1990, p.6). Em função disso, adiou-se para 1982 esse projeto e, posteriormente, em função das eleições de 1982, adiou-se mais uma vez para o ano de 1983, quando o Novo Sindicalismo decide por si mesmo criar a nova Central. A Unidade Sindical fundaria em 1986 a Central Geral dos Trabalhadores, que em 1991 após uma cisão, daria surgimento à Força Sindical.

Os comunistas argumentavam que, apesar das novas lideranças adotarem uma postura agressiva no discurso, havia no Novo Sindicalismo certa perspectiva liberal ou de um sindicalismo de tipo americano, sobretudo na crítica à intervenção estatal nas relações de trabalho (Oliveira, 2007, p.50). Oliveira sugere que o discurso inicial adotado pelo Novo Sindicalismo, de que a defesa da liberdade sindical teria um caráter apolítico, contribuiu para essa posição. Humphrey, (1982) aponta que o esforço dessa nova força política era o de tentar obter seu poder político através da relação com o Estado e deslocar o centro da luta sindical para o âmbito econômico e interno da fábrica. Embora a defesa da estrutura sindical seja histórica no movimento comunista brasileiro, no ano de 1988 a Corrente Sindical Classista, vinculada ao PCdoB, aderiu à CUT, onde permaneceu até o ano de 2007, quando saiu para formar a Central das Trabalhadoras e dos Trabalhadores do Brasil.

As pautas do Novo Sindicalismo giravam em torno, por exemplo, da reivindicação da liberdade sindical, que ameaçava o controle que o Ministério do Trabalho historicamente exercia, como o fim do imposto sindical e a substituição do dissídio coletivo (que é mediado pelo Estado) por um contrato coletivo, além das organizações das Comissões de Fábricas e do Fundo de Greve (Humphrey, 1982). Rodrigues (1980) destaca que as comissões de fábrica, que surgem entre 1978 e 1981, constituíram-se em um importante instrumento de conquistas de direitos pelos trabalhadores, conseguindo, por exemplo, garantir estabilidade no emprego em boa parte dos casos. O modelo de ação dessa corrente pode ser caracterizado como “representar, agitando e mobilizando” os trabalhadores em seu local de trabalho, por meio das comissões de fábrica, na perspectiva de “superar o corporativismo e o caráter quase exclusivamente econômico de suas lutas para levar adiante um projeto de construção de uma nova ordem social” (Gennari, 1999, p.86). Assim, se em sua fundação, em 1983, a CUT fala

genericamente na defesa de uma sociedade “sem explorados nem exploradores”, ela passa a defender a partir de II Congresso (1986) que seu objetivo é ser parte de um processo maior de luta pelo socialismo.

Na década de 1980, a CUT participou das campanhas pelas Diretas Já e da Constituinte, em oposição à chamada “transição conservadora” (Oliveira, 2007, p.58). Juntamente com o PT e outros movimentos populares, a CUT constituiu, neste processo de ascensão das lutas de massas, um campo democrático-popular (Araújo e Oliveira, 2011). A partir dessa configuração política, esse projeto disputou as eleições presidenciais de 1989 com Lula da Silva, indo para o segundo turno contra o neoliberalismo. Este último sai vitorioso com a candidatura de Fernando Collor. A derrota do campo democrático-popular nas eleições de 1989 representou uma drástica mudança na conjuntura. No que se refere à média de greves, que entre 1985-1989 era de 1.126 ao ano, ela passa para 865 entre 1995-1998 e 440 entre 1999-2002 (Noronha, 2009), indicando forte refluxo da ação grevista. Embora a ação grevista não seja a única modalidade de ação sindical, ela é uma das mais importantes. A ofensiva neoliberal, iniciada com Collor, representou uma mudança estratégica na central sindical ligada ao Novo Sindicalismo, a CUT, que passou a uma defensiva estratégica (Boito Jr, 1999).

Oliveira (2007) argumenta que, diante da nova institucionalidade, inaugurada com a Constituição de 1988, a Central precisou repensar suas estratégias. Desse modo, houve uma grande tensão interna a respeito dos possíveis rumos a serem tomados. Boito Jr. (1999, p.139-141) destaca que, com o passar do tempo, a CUT assimilou muitas das características da estrutura sindical oficial e fez a opção pela organização por dentro desta estrutura, o que comprometeu a organização das massas nos locais de trabalho que, em sua visão, ficou restrita ao discurso.

Diante da vitória de Collor e composta por diversas tendências, a CUT enfrentou o seguinte debate: os grupos “minoritários”, de orientação leninista ou trotskista defendiam que deveria haver um paralelismo entre ação direta e ação institucional, subordinando a segunda à primeira (Oliveira, 2007, p.58). Por outro lado, o grupo que, ao fim, acabou vitorioso, os “majoritários”, passaram a mostrarem-se mais propensos a valorizar a ação institucional (Oliveira, 2007, p.58). Em agosto de 1990, a central, dirigida pela Articulação Sindical, aprova em plenária a ideia de um sindicalismo propositivo¹⁵.

¹⁵ A Articulação Sindical é a corrente majoritária da CUT. Responsável por conduzir essa “virada estratégica”. Embora simpática ao socialismo em suas origens, como demonstra Rodrigues (1990), Galvão (2009, p.181) afirma que ela passou por um processo de assimilação de algumas ideias neoliberais, assim como o PT –

Boito Jr. (1999, p. 131) argumenta que a tese defendida pela Articulação Sindical e adotada pela CUT era a de que “a central deveria ir além da postura exclusivamente reivindicativa e de valorização excessiva da ação grevista, que teria predominado nos anos [19]80, e passar a elaborar propostas de políticas a serem apresentadas e negociadas em fóruns que reunissem os sindicalistas, governo e o empresariado”, como, por exemplo, as Câmaras Setoriais. Esse método rebaixou o conteúdo das reivindicações, na medida em que “se o objetivo é participar dos fóruns decisórios com os governos (neoliberais) e empresários, é preciso ser comedido e realista nas propostas; caso contrário, desliza-se para o confronto, que é o que o método propositivo pretende evitar” (Boito Jr., 1999, p.159). Podemos dizer que isso levou a uma postura contraditória de confronto e conciliação com o neoliberalismo.

Neste cenário, surge o neocorporativismo, que permite ao neoliberalismo manter a ação reivindicativa nos marcos da hegemonia neoliberal (Boito Jr., 1999). A esse respeito, Boito Jr. (1999) analisa a experiência de participação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema nas Câmaras Setoriais, demonstra discursos e documentos nos quais há adoção de valores capitalistas de mercado como lucratividade, produtividade, qualidade e eficiência por parte do sindicalismo, bem como a tarefa de gestão empresarial juntamente com os empresários. Além disso, o autor afirma que o movimento sindical é sempre “levado a buscar soluções setorializadas, através da livre-negociação e da elevação do *consumo individual* no mercado” (Boito Jr, 1999, p.171, grifos do autor). Soma-se a isso que as propostas de contrato coletivo privilegiavam convênios de saúde, aposentadoria e auxílio educação com grupos privados, que seriam atendidos pela ampliação de serviços e equipamentos públicos em um Estado de bem-estar. Como consequência, Boito Jr. destaca que a postura dos Metalúrgicos do ABC, durante os anos 1990, a partir de uma concepção “fatalista” de que a desindustrialização era inevitável no país, acabou por reconhecer a igual inevitabilidade do enxugamento das montadoras, isso é, que seus funcionários fossem demitidos e até mesmo apoiar reivindicações dos capitalistas como redução da carga tributária e crédito subsidiado, o que “mina a base financeira sobre a qual se assentam os direitos sociais” (Boito Jr., 1999, p.171). Essa postura os levou a negociar o “ritmo” desse processo, segundo Boito Jr.

Gennari (1999) defende que a troca do modelo de representar agitando e mobilizando pela incorporação à máquina sindical, ou seja, pela priorização da disputa do aparelho oficial

ressaltando o vínculo entre a Articulação Sindical e a corrente majoritária do PT. Como exemplo, a autora cita a convergência entre o discurso da ideologia neoliberal segundo o qual a falta de empregos decorre da carência de profissionais qualificados e a oferta por parte da CUT de tarefas relativas à qualificação e educação da mão-de-obra. Isso seria uma aceitação da ideia de “empregabilidade”, segundo a autora.

acabou por relegar a um segundo plano a organização no local de trabalho, tendo como consequência o afastamento do cotidiano do trabalhador e uma crise de representatividade. Desse modo, para o autor, a crise do sindicalismo cutista não era apenas resultado de uma conjuntura “catastrófica”, mas também resultado de escolhas políticas realizadas pelas direções que contribuíram para uma progressiva perda da identidade de classe.

Embora a prática da CUT em relação ao neoliberalismo possa ser caracterizada como contraditória por parte do sindicalismo como, por exemplo, no caso das Câmaras Setoriais ou ainda na apresentação da proposta de banco de horas nas montadoras do ABC, isso não impediu que ele tenha desempenhado um importante papel na resistência às privatizações da Vale do Rio Doce e da Petrobras, duas importantes estatais brasileiras, ou mesmo na resistência às reformas administrativa e da previdência (Boito Jr., 1999). É após esse processo de moderação programática e estratégica que a CUT encampa a campanha eleitoral vitoriosa de Lula em 2002.

1.2. O surgimento da Força Sindical

No mesmo contexto regressivo neoliberal e de derrota do antigo “bloco socialista” liderado pela União Soviética, em 1991, um ano depois da posse de Fernando Collor de Mello como presidente do Brasil, é criada a Força Sindical. De acordo com Gianotti (2002, p.95), anteriormente, a CUT reinara durante quase dez anos praticamente sozinha, de modo que manifestações, greves e até a luta dos sem-terra eram vistas como “coisas da CUT”. Como argumenta Trópia (2009, p.14), “no plano sindical, a criação da central representou fundamentalmente uma ofensiva dos setores à direita da CUT”, que possuía hegemonia no movimento e no aparelho sindical oficial. A autora também destaca que em sua conformação político-ideológica, tratou-se de uma frente conservadora que reuniu o antigo peleguismo e o sindicalismo de resultados¹⁶, sob liderança decisiva do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Além disso, muito embora em um primeiro momento o neoliberalismo e o sindicalismo sejam contraditórios, Trópia (2009, p.15) destaca que “a penetração da ideologia neoliberal não se limitou às lideranças, mas se propagou por sua principal base social”, o já referido Sindicato.

¹⁶ O “sindicalismo de resultados” é uma corrente política que prima única e exclusivamente pela conquista de melhorias econômicas para os trabalhadores. Desse modo, é orientado pelo apartidarismo e apoliticismo, conciliação entre capital e trabalho e é abertamente pró-capitalista (Trópia, 2009).

Trópia (2009) também destaca que a Força Sindical também nasceu opondo-se à Central Geral dos Trabalhadores (CGT), em que pese o fato de que no período anterior muitos dos membros da Força Sindical tivessem participado da CGT¹⁷. Santana (2010) destaca que essa composição heterogênea seria um foco de disputas e tensões internas entre membros da antiga CGT, próximos de partidos de esquerda, e os adeptos do “sindicalismo de resultados” – que caracterizaremos adiante.

Embora em seu início tenha predominado um discurso “apolítico” e “não-ideológico”, a Força Sindical nasceu defendendo a necessidade da parceria entre capital e trabalho e também a “modernização” da economia e das relações de trabalho, discurso semelhante ao dos ideólogos do neoliberalismo que veem na legislação trabalhista e até mesmo no sindicalismo um entrave para dita modernização (Trópia, 2009). Essas propostas estão em um documento lançado pela central em 1993, cujo nome é *Um projeto para o Brasil: a proposta da Força Sindical* e que apresenta um programa político completo. Há diversas convergências entre o neoliberalismo e a visão da central, como na defesa da tese de que a falta de dinamismo tecnológico e de competitividade, que estava levando à desindustrialização do Brasil, estava vinculada à “falência do Estado”, o que abria espaço para as privatizações. Contudo, Boito Jr. (1999) afirma que a direção da Força Sindical não possuía um compromisso doutrinário consequente com o neoliberalismo. Segundo ele, “O que os unifica ideologicamente é um conservadorismo político genérico, a moderação ou passividade na ação sindical e a atitude defensiva frente à militância cutista” (Boito Jr., 1999, p.183-184).

Além disso, quadros políticos da Força Sindical foram linha auxiliar dos governos que trataram de implementar o neoliberalismo no país. Como afirma Boito Jr. (1999), é isso que distingue a Central do velho peleguismo varguista. Trata-se de um peleguismo a serviço de governos neoliberais e reacionários.

De suas primeiras lideranças destacam-se Antônio Medeiros, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e Antônio Rogério Magri, do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, que posteriormente seria Ministro do Trabalho e da Previdência do governo Collor (1990-1992). De acordo com Trópia (2009), ambos destacaram-se muito no período Sarney. Medeiros “se fortaleceu como liderança de direita e passou a atuar na Constituinte, junto ao Centrão, criticando as propostas de estabilidade para os trabalhadores do setor privado, de

¹⁷ A Central Geral dos Trabalhadores foi fundada em 1988 pelos setores do CONCLAT, mencionados anteriormente, que não aderiram à CUT (Santana, 2010). Conforme já destacamos, o CONCLAT se dividiu em virtude das diferentes posições sobre a estrutura sindical, sobretudo em função do debate a respeito da unicidade e da contribuição compulsória.

redução da jornada de trabalho para 40 horas e de reforma agrária” (Trópia, 2009, p.49). Posteriormente, também seria crítico da estabilidade do funcionalismo público¹⁸. Essa dependência dos governos e a preferência do Estado pela Força Sindical, em detrimento da CUT, é ressaltada por Boito Jr. (1999, p.185), que aponta não apenas o alto montante de verba conseguido por Medeiros para montar o aparelho sindical, como também compara: “de 1990 a 1992, o Ministério do Trabalho concedeu 132 cartas sindicais ligadas ao grupo de Medeiros. No mesmo período foram concedidas treze cartas sindicais a entidades ligadas à CUT”.

Essa proximidade com o Estado, bem como a adesão seletiva a pontos do programa neoliberal, não significa que a central não realizasse atos de massa ou greves. A Força Sindical participou, por exemplo, da greve geral organizada pela CUT e pela FIESP em 1996 contra a desindustrialização e o desemprego, demonstrando resistência à abertura comercial e à política de juros altos (Boito Jr., 1999). Porém, como recorda Trópia (2009), durante a greve dos petroleiros de 1995, ocorrida no governo Fernando Henrique Cardoso, a Força Sindical organizou-se para, em conjunto com o governo, mobilizar a sociedade para acabar com a greve. A autora ressalta os discursos de Paulinho da Força contra “os privilegiados do funcionalismo público e a manutenção dos monopólios”, bem como manifestações em apoio às reformas da previdência e administrativa, além da privatização da Petrobras e das telecomunicações¹⁹.

Desse modo, é possível falar em um apoio seletivo da Força Sindical ao programa neoliberal. Outro ponto de contato foi a defesa das privatizações. O caso mais emblemático foi o das siderúrgicas, cujos principais sindicatos eram dirigidos pela central. Havia a reivindicação de que os funcionários dessas empresas pudessem adquirir ações em clubes de investimento dirigidos por esses sindicatos (Boito Jr., 1999). Vale ressaltar também que Paulinho da Força integrou a coordenação de campanha à reeleição de Fernando Henrique Cardoso em 1998 (*Folha de S. Paulo*, 11/05/2008).

Além disso, a Força Sindical contou com um tratamento diferenciado por parte do Estado. Trópia (2009) ressalta que, no ano de 2001, durante a tramitação no congresso de um

¹⁸ Embora a Força Sindical tenha nascido demarcando e disputando muito fortemente com a CUT, majoritariamente petista, uma pesquisa empírica realizada no Congresso de fundação da Central por Rodrigues e Cardoso (2009) revelou que o partido preferido dos delegados era o PT (17,7%), seguido de PMDB (16,9%) e PDT (16,6%). Em que pese essa preferência dos delegados, Rodrigues e Cardoso (2009) destacam que na alta direção nacional o PT era extremamente minoritário, predominando o PMDB, com relevante presença de militantes oriundos do então recém-fundado Partido Popular Socialista (cisão do PCB).

¹⁹ Trópia (2009) também ressalta a tentativa de disputar com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra a base no campo. Embora sem sucesso, a Central organizou a Força da Terra, que em conjunto com o Banco da Terra, do governo FHC, visava implementar uma reforma agrária sem desapropriação de terras mediante aquisições com empréstimos desse mesmo banco.

projeto de lei que retirava muitos direitos consagrados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

Houve vários protestos de lideranças da CUT e da CGT que, impedidas de entrar nas dependências da Câmara, precisaram de um *habeas corpus* para ter acesso às galerias e tentar o adiamento na votação da matéria. A direção nacional da Força Sindical teve acesso privilegiado às dependências do Congresso e permaneceu em Brasília para pressionar os deputados pela sua aprovação (Trópia, 2009, p.74).

Contudo, a votação dessa reforma trabalhista não foi adiante. Em 2002, diante do recuo de Fernando Henrique Cardoso, o então sindicalista Paulinho da Força, que havia feito uma assembleia em São Paulo que reuniu de 25 a 30 mil trabalhadores, reforçou a necessidade de “modernizar a legislação trabalhista”, proferiu insultos ao governo e anunciou que passaria a ser oposição. Naquela ocasião, havia sido decidido apoiar as mudanças relativas ao 13º salário, férias e licença-paternidade (*Folha de S. Paulo*, 04/04/2002). Este fato demonstra, como também sustentam Boito Jr. (1999) e Trópia (2009), que setores da classe trabalhadora foram conquistados por pontos desse programa neoliberal. Ainda assim, Galvão (2012, p.203) levanta a hipótese de que o excessivo apoio dado pela Força Sindical ao neoliberalismo é uma das causas da perda de representatividade que ela veio a ter no período posterior aos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), uma vez que o neoliberalismo impactou negativamente “sobre uma parcela de sua base (aquela formada por trabalhadores industriais do setor privado, especialmente em empresas metalúrgicas e de alimentação)”.

Com a eleição de Lula em 2002, em função de uma série de fatores que serão discutidos no capítulo seguinte, a CUT e a Força Sindical tiveram uma maior unidade e a rivalidade do período neoliberal arrefeceu. Magri (2020) aponta que, durante a gestão de Luiz Marinho na CUT (2003-2005), houve um grande esforço de interlocução com Paulinho da Força, presidente da central entre 1999 e 2013. Quando Luiz Marinho foi nomeado Ministro do Trabalho de Lula seu nome foi muito bem recebido na Força Sindical que, de acordo com Paulinho, trabalhou pela sua nomeação e tinha a expectativa de que ele realizasse a reforma sindical (*Folha de S. Paulo*, 09/07/2005). Muito embora a crise do mensalão tenha ameaçado a relação da Força Sindical com o governo Lula, haja visto que seu então presidente, Paulinho, chegou a defender pessoalmente o afastamento de Lula em 2005, no período posterior esta central deu sustentação ao governo em seu segundo mandato (2007-2010)²⁰ e apoiou a candidatura de Dilma Rousseff em 2010.

²⁰ A Força Sindical organizou em agosto de 2005 um protesto contra a corrupção no governo sem, contudo, adotar a palavra de ordem “Fora Lula!”. O protesto foi organizado pela Força Sindical, Social Democracia Sindical (vinculada ao PSDB), CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) e CAT (Central Autônoma dos

A seguir, discutiremos alguns conceitos que norteiam a nossa pesquisa e o caráter dos governos Lula e Dilma e, em seguida, sua relação com o sindicalismo.

Trabalhadores). Na ocasião, Paulinho declarou ser favorável ao afastamento de Lula (*Folha de S. Paulo*, 18/08/2005).

CAPÍTULO 2: A ascensão da frente política neodesenvolvimentista

De acordo com Poulantzas (1975), é um equívoco a ideia de que há uma determinação econômica, *de um lado*, e as posições político-ideológicas de classe, *de outro*. Isso significa que, no nível analítico, é importante distinguir a *determinação estrutural de classe* (o lugar ocupado no processo de produção – objetivo e independente da vontade dos agentes) da *posição de classe*, assumida em uma determinada conjuntura (Poulantzas, 1975, p.14). A própria luta política é lugar de sua constituição enquanto tal, bem como a sua relação com o Estado. Diante de determinadas conjunturas, as classes adotam *estratégias* para perseguir seus interesses, produzindo fenômenos como a *polarização* e as *alianças de classes* (Poulantzas, 1975). Esses elementos esclarecem uma hipótese de trabalho que norteia nossa pesquisa: cada forma de acumulação capitalista corresponde um arranjo específico de classes sociais e frações de classe, e elas aderem ou não ao modelo de acumulação hegemônico do período. Desse modo, argumentamos, com base em Katz (2016), Boito Jr. (2012; 2018) e Alves (2014), que a cena política brasileira na década de 2000 e primeira metade da de 2010 foi dominada pelo confronto entre dois sistemas de acumulação capitalista que conformaram seus respectivos blocos políticos: um neoliberal *strito sensu* e outro neodesenvolvimentista – entendendo neodesenvolvimentismo como o desenvolvimentismo possível dentro dos marcos do capitalismo neoliberal e não como uma ruptura com aquele modelo (Boito Jr., 2012). Entretanto, no que consiste o conceito de cena política?

Segundo Boito (2007), o conceito de *cena política* aparece, em estado prático, isto é, sem o devido desenvolvimento teórico, no *18 Brumário* de Marx. Ao analisar as maiores facções do Partido da Ordem (Orleanistas e Legitimistas, ambos monarquistas), ele afirma que este “Partido” aparece como um emaranhado de facções. De acordo com Marx:

Quando, porém, se examina mais de perto a situação e os partidos, desaparece essa aparência superficial que dissimula a luta de classes e a fisionomia peculiar da época. (...) Sob os Bourbons governara a grande propriedade territorial, com seus padres e lacaios; sob os Orléans, a alta finança, a grande indústria, o alto comércio, ou seja, o capital, com seu séquito de advogados, professores, e oradores melífluos. A Monarquia Legitimista foi apenas a expressão política do domínio hereditário dos senhores de terra, como a Monarquia de Julho fora apenas a expressão política do usurpado domínio dos burgueses arrivistas (Marx, 1969, p. 45).

Trata-se, portanto, de diferenças que tocam no que se refere às condições materiais de existências, com consequências econômicas, políticas e ideológicas. Poulantzas (2019, p. 252) aponta que se trata de “um espaço particular do nível das práticas políticas de classe (...) que (...) contém *precisamente a luta das forças sociais organizadas em partidos políticos*”. Contudo, neste espaço, a ação dos partidos políticos encontra-se “com frequência defasada em

relação às práticas políticas e ao terreno dos interesses políticos das classes, representadas pelos partidos na cena política” (Poulantzas, 2019, p.253). Não se pode, assim, conceber uma relação mecanicista entre classes e representação de classes, bem como suas respectivas frações.

Conforme aponta Boito Jr. (2007, p. 139), a cena política é uma “realidade superficial, enganosa que deve ser desmistificada” pela ciência social, uma vez que ela *dissimula* a luta de classes. Contudo, isso não quer dizer que ela seja uma mentira, ou um engano. Boito Jr. (2007, p. 145-146) também aponta que “Marx parte da realidade superficial do conflito dinástico, aponta o conflito entre frações burguesas que se oculta num plano mais profundo e, finalmente, retorna ao conflito superficial para indicar que ele também faz parte da realidade”. O autor destaca que cabe ao analista marxista evidenciar “os laços complexos que unem a cena política aos interesses econômicos e aos conflitos de classe” (Boito Jr.2007, p. 140). Isso deve-se ao fato de que, consoante com a teoria marxista da ideologia, a cena política não é uma mera “mentira”. Ela dissimula os conflitos justamente porque, em alguma medida, os expressa. A esse mecanismo, Althusser (2017b, p. 63) denominava alusão-ilusão, ou seja, a ideologia “faz de certa maneira *alusão* ao real, mas porque ao mesmo tempo ela não oferece sobre o real mais do que uma *ilusão*”. Desse modo, permite aos agentes “reconhecerem-se” em seu mundo e nega a eles o conhecimento objetivo do mundo.

Finalmente, o conceito de cena política está intimamente ligado ao de bloco no poder, uma vez que as relações que se desenvolvem na cena política “correspondem a uma forma de regime (...) situada dentro dos limites estabelecidos pela forma de Estado correspondente ao bloco no poder” (Poulantzas, 2019, p.253). De acordo com Poulantzas (2019, p.240-241), o conceito de *bloco no poder* consiste em uma “unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, em sua relação com uma forma particular do Estado capitalista”, dentro do qual há uma hegemonia de uma classe ou fração. A tese segundo a qual há frações em uma mesma classe comporta a possibilidade de que haja contradições internas entre essas distintas frações, que podem ou não emergir no processo político, gerando ou não efeitos pertinentes na conjuntura e incidir na correlação de forças entre as classes e frações de classe. Essa compreensão do fracionamento da burguesia e do conceito de bloco no poder nos auxilia na elucidação das diferenças entre o programa neoliberal e o neodesenvolvimentista.

No caso brasileiro, é possível distinguir duas frações da burguesia brasileira: a burguesia compradora, plenamente integrada ao capital estrangeiro, e a burguesia interna

(Boito Jr., 2012). A ideia de *burguesia interna*, em Poulantzas (1975, 1978), consiste em uma fração da burguesia característica dos países de capitalismo dependente. Ela difere tanto das burguesias nacionais (anti-imperialistas) quanto das burguesias integradas ao capital internacional, ocupando uma posição intermediária. De maneira semelhante, em suas análises sobre a formação social brasileira, Gorender (1981) havia demonstrado a existência de uma fração da burguesia (denominada por ele de burguesia brasileira), cujo comportamento frente ao capital estrangeiro não era o de uma passividade completa, mas de uma resistência seletiva. Essa contradição auxilia na compreensão da natureza do conflito na cena política entre neoliberais e neodesenvolvimentistas. Dentro dos limites aqui propostos, traçaremos algumas linhas gerais desse conflito. O neoliberalismo chega ao governo no Brasil nas eleições de 1989, com a vitória de Fernando Collor contra Lula, sendo este último o representante do campo democrático-popular (Araújo e Oliveira, 2011)²¹. A política neoliberal também predominou nos governos Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), comandada por um *bloco no poder* específico.

Qual seria o bloco no poder característico do neoliberalismo brasileiro (de 1989 a 2002)? A fração hegemônica (de função mais estratégica e decisiva) é, seguindo autores como Filgueiras (2006) e Saes (2001), o capital financeiro internacional e a burguesia mais diretamente associada a ele, cujos interesses coincidem com a realização plena do programa neoliberal – desestatização de empresas e serviços públicos, desregulamentação das leis de proteção ao trabalho e abertura econômica. Também estavam presentes no bloco no poder, em um primeiro momento, os grupos econômico-financeiros nacionais (setor financeiro, agricultura, indústria, comércio e serviços) que sobreviveram à globalização, seja por sua capacidade competitiva ou por associação subordinada ao capital estrangeiro, e o capital produtivo multinacional (associado ou não ao capital nacional).

De maneira subordinada, também integraram esse bloco: grandes grupos econômicos não financeirizados, grandes e médios capitais do agronegócio, da indústria, do comércio e do setor de serviços (Saes, 2001; Filgueiras, 2006). No tocante às classes dominantes, portanto, cabe ressaltar que o neoliberalismo sofreu apenas resistências *seletivas*, nos termos de

²¹ Julgamos a caracterização particularmente precisa haja vista que esse elaborou uma estratégia e um programa político denominado democrático-popular, cujos eixos eram a luta contra o capital monopolista, contra o imperialismo e o latifúndio (Machado, mimeo). Além do PT, a CUT e o Movimento dos Sem-Terra (MST) são importantes representantes desse campo. Como afirmam Araújo e Oliveira (2011) esse campo se constitui no enfrentamento à ditadura quando essa estava em processo de derrota e o país entrava na era da redemocratização, nos anos 1980.

Martuscelli (2015), ao modelo neoliberal. Paulatinamente, integrantes desse bloco foram acumulando contradições com ele e buscando alternativas²².

Em 2002, após um período de desgaste da política neoliberal, Lula venceu as eleições enfrentando o então candidato da situação, José Serra, cujo esforço era o de desvincular sua imagem ao mandato de Fernando Henrique Cardoso, embora ambos pertencessem ao mesmo partido, o PSDB (Martuscelli, 2015). Diferentemente da proposta que havia encampado nas eleições de 1989, o chamado campo democrático-popular, em seu processo de afirmação e viabilização eleitoral por meio do PT, constituiu uma frente política com a grande burguesia interna, que se desenhou durante os anos 1990 por iniciativa do próprio movimento operário e popular (Boito Jr., 2012). De acordo com Boito Jr. (2012):

A luta sindical e popular foi o principal fator, ao longo das décadas de 1980 e 1990, para a construção e afirmação do Partido dos Trabalhadores e de um campo reformista eleitoralmente viável. (...) A capacidade de pressão e, ao mesmo tempo, as limitações políticas do movimento operário e popular empurraram, então, a grande burguesia interna para uma frente que o próprio movimento operário e popular não tinha condições de dirigir.

A FIESP e a CNI, expressões de classe da burguesia interna, embora apoiassem elementos do programa neoliberal como a desregulação de direitos trabalhistas e as privatizações, foram prejudicadas por esse mesmo programa, o que permitiu uma base objetiva para o alinhamento com a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva em 2002 (Boito Jr., 2012; Saes, 2001). Diversamente da fração da burguesia integrada ao capital estrangeiro, a burguesia interna, ainda que realizasse parcerias com esse tipo de capital, uma vez que é financeira, tecnológica e politicamente dependente dele, buscou impor alguns limites para moderar sua expansão²³. A grande burguesia interna teme ser completamente destruída pelo capital estrangeiro (Boito, 2012). Essa contradição intensificou-se durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), quando a FIESP e a CNI passaram a criticar a política de “sucateamento da indústria”, abertura comercial, desregulamentação financeira e a suspensão do protecionismo ao mercado interno, herdada do antigo modelo desenvolvimentista (Boito Jr., 2012, p. 79).

²² Saad-Filho e Moraes (2018) atentam para o fato de a transição neoliberal no Brasil ser tardia e mais lenta do que em outros países sobretudo pelo fato de as classes dominantes brasileiras terem dificuldade para chegar a um consenso. Isso pelas condições históricas de: alta inflação, derrota da direita com o fim da Ditadura Militar e forte influência política da esquerda na transição democrática. Contudo, entendemos, com Martuscelli (2015), que a resistência, mesmo que seletiva, da burguesia interna foi fundamental nessa limitação, bem como a resistência oposicionista do campo democrático-popular.

²³ Saes (2001, p.89) ressalta, por exemplo, que a Federação brasileira de bancos pressionou fortemente contra a abertura incondicional do sistema financeiro para o capital estrangeiro *novo* quando o governo de Fernando Henrique Cardoso tratou de implementar a abertura financeira nos anos 1990.

Nesse sentido, por exemplo, Bresser-Pereira (2016b, p. 240), um dos principais formuladores do conceito de novo desenvolvimentismo, defende uma coalizão de classes, envolvendo empresários empreendedores, trabalhadores e burocracia pública. Essa coalização se constituiria em oposição àquela neoliberal, formada por capitalistas rentistas e financistas e representantes internos dos interesses dos países ricos.

Terminado o segundo mandato de FHC, o saldo da política neoliberal foi de grande desindustrialização, privatização, desnacionalização da economia e desemprego. De acordo com dados do IBGE, a participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) caiu da casa dos 45% no ano de 1985 para 25% em 1999, a pior da série histórica do período neoliberal (CNI, 2016). Na visão de Comin (2017, p.66):

O período neoliberal (Collor e FHC) desmontou apenas parcialmente o aparato estatal de comando econômico, deixando grandes grupos empresariais sob controle direto do Estado, caso da Petrobras, ou sob sua influência indireta, como nas privatizadas Vale e Embraer. Sobreviveram também os maiores bancos públicos (BB [Banco do Brasil], CEF [Caixa Econômica Federal], BNDES. A Constituição de 1988 esboçou um Estado de bem-estar bastante ampliado, ao qual os neoliberais responderam com inovações institucionais e políticas sociais limitadas, mas que foram o ponto de partida para os governos do PT implementarem em larga escala políticas de distribuição de renda mínima e benefícios para os mais pobres, ao mesmo tempo em que impulsionaram os salários no mercado formal de trabalho.

Para os trabalhadores, havia a necessidade de emprego e, para a burguesia interna, tratava-se de manter o fundamento de sua atividade econômica. Com efeito, Berringer e Boito Jr. (2018a) demonstram que a disputa em torno da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) – um dos temas centrais discutidos nas eleições de 2002 – teve grande influência na gestação dessa aproximação e da afirmação do programa neodesenvolvimentista. Em virtude dessa disputa, a grande burguesia interna organizou-se na chamada da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), na qual “pela primeira vez na história da política externa brasileira, as classes dominantes se reuniam em torno de uma pauta comum e com abrangência multissetorial e nacional”, de modo que “a CNI conseguiu reunir amplos setores da burguesia brasileira em torno da necessidade de participação desses na formulação, na negociação e na elaboração das decisões nas negociações internacionais” (Berringer, Boito Jr., 2018a, p. 171-172). Por outro lado, o movimento operário e popular também teve enorme importância na campanha de rechaço à ALCA, realizando cursos de formação, manifestações e um plebiscito popular em 2002 que contou com a participação de dez milhões de pessoas (Berringer, Boito Jr., 2018).

Essa convergência entre trabalhadores e a grande burguesia interna não se deu sem um processo de moderação política e até mesmo adoção de pontos do programa neoliberal pelo

PT (Martuscelli, 2015)²⁴. Formou-se uma frente política que, embora fosse instável e contraditória devido a seu caráter policlassista, governaria durante um período relativamente longo de 13 anos (2003-2016)²⁵. Desse modo, com a chegada de Lula ao governo, houve uma transformação no interior do bloco no poder. A burguesia interna, depois de ter seus interesses preteridos no período neoliberal, conseguiu escalar posições no bloco no poder, sendo fortemente beneficiada pelas políticas públicas dos governos Lula e Dilma (Boito Jr. e Saad-Filho, 2018).

Mas, afinal, em quais setores a burguesia interna concentra suas atividades? Embora seus setores mais importantes sejam a grande indústria (indústria de transformação, construção naval, construção pesada) e o agronegócio, ela também está presente no capital bancário nacional (Boito, 2018, p.228; Boito, 2012, p.76)²⁶. Essa fração não apenas não desapareceu no período neoliberal, como foi reforçada sobretudo a partir do segundo governo Lula via BNDES que investiu pesadamente na formação de grandes grupos econômicos nacionais, a chamada política dos “campeões nacionais”. De acordo com Boito (2012) essa política fez com que:

De banco que financiava as privatizações nos governos FHC, [o BNDES] foi convertido num banco estatal de fomento ao grande capital predominantemente nacional. No ano de 2008, quase todas as vinte maiores empresas brasileiras que atuavam no exterior contavam com a participação acionária do BNDES, através do BNDESPAR, ou de fundos de pensão das empresas estatais ou, ainda com grande aporte de crédito a juros facilitados por aquele banco (Boito, 2012, p.81).

Cabe ressaltar que a burguesia interna tampouco é um bloco monolítico. Boito (2020) ressalta o descontentamento do médio e pequeno capital, ainda relevante no Brasil, com a política dos campeões nacionais. Argumenta também que o apoio econômico do governo Lula para a Friboi, que possibilitou a empresa se tornar a maior empresa mundial em produção e

²⁴ Para uma visão histórica desse processo de mudança e moderação programática por parte do PT cf. Secco (2011, pp. 145-198). Martuscelli (2018b, p. 91-94) demonstra as diferenças entre o programa denominado como democrático-popular e o programa posterior, que abandonava os eixos do anterior.

²⁵ Utilizamos o conceito de frente política e não de aliança de classes porque enquanto a ideia de aliança pressupõe forças sociais (classes e frações) distintas, organizadas de modo independente e com um programa comum, a frente política reúne *informalmente* diferentes classes e frações que não necessariamente estão organizadas de maneira independente, com clareza das convergências programáticas (Boito Jr., 2012). No caso dos governos neodesenvolvimentistas os trabalhadores da massa marginal nunca se organizaram de forma autônoma e independente, com programa próprio, disputando a direção, por exemplo. Nesse caso, o apoio ficou restrito ao plano eleitoral.

²⁶ Saad Filho e Moraes (2018, p.196) destacam que nas cadeias produtivas e comerciais da indústria automotiva “são em grande parte propriedade do capital nacional médio, que é obviamente dependente de montadoras transnacionais”. No entanto, argumentam que as montadoras locais possuem “um grau surpreendente de autonomia em relação a suas matrizes, e as revendedoras estão também ligadas a produtores de peças, bancos e seguradoras dominadas pelo capital doméstico” (Saad Filho, Moraes, 2018, p.196). Além disso, os autores argumentam que o setor bancário nacional, embora seja mais ligado ao capital internacional do que os outros setores da burguesia interna, também têm interesse na expansão do consumo interno, possibilitado pelo neodesenvolvimentismo.

comércio de carne bovina, não foi um negócio vantajoso para criadores de gado do Centro-Oeste. Outra contradição nesse mesmo segmento é entre o sistema bancário nacional e a grande indústria. Ambos demandam proteção estatal para preservar a participação dos grupos brasileiros na economia do país, mas a indústria sempre foi crítica da política de juros do governo Lula, assim como a política exterior era objeto de contradição entre a grande indústria e o agronegócio, que teria o acesso ao mercado estadunidense e europeu caso o governo brasileiro realizasse uma nova rodada de abertura econômica no país (Boito, 2012).

Os acordos diplomáticos, que davam preferência nas relações com países do Sul, também cumpriram um importante papel no fortalecimento e expansão da burguesia interna para outros mercados. Dentre os muitos exemplos, como Petrobrás, Vale, Ambev, Sadia (Boito, 2012), podemos citar, com Saad-Filho e Moraes (2018, p.155), a “expansão e transnacionalização, especialmente no Sul global, de empresas ‘campeãs nacionais’ selecionadas”, como “Odebrecht (construção), Inbev (bebidas), Gerdau (aço), Itaú e Bradesco (finanças), Embraer (aviação), Vale (mineração), e JBS Friboi (alimentos processados)”. Os empréstimos subsidiados do BNDES, o Programa de Aceleração do Crescimento, que contratava preferencialmente empresas nacionais para obras de infraestrutura, e a política externa reforçaram essa tendência.

Martuscelli (2018b), recorrendo a Poulantzas (2019), distingue a hegemonia política – restrita àquela no bloco no poder – e a hegemonia ideológica, no sentido mais amplo, isto é, no que toca à sociedade e à cena política em dada conjuntura. Assim, afirma que “a grande burguesia interna somente logrou fortalecer-se politicamente e acomodar seus interesses no bloco no poder, porque constituiu-se como fração reinante na cena política e passou a exercer a hegemonia ideológica diante do conjunto das classes dominantes” (Martuscelli, 2018b, p. 99). Segundo Poulantzas (2019), a fração reinante é aquela que domina a cena política de um determinado período. Martuscelli (2018a, p.141) entende que essa esfera da cena política extrapola os partidos políticos, “já que é também um espaço que dissimula, reflete, coordena e organiza os conflitos de classe”. Desse modo, a cena política comporta coalizões governamentais, parlamentares e está mais permeável a mudanças na sua composição social do que a alta burocracia de Estado ou os funcionários de carreira.

O desgaste do neoliberalismo, bem como a dificuldade que possuem as frações do capital vinculadas a setores não-produtivos (notadamente o rentismo) em apresentar-se como portadoras de um “interesse geral” da sociedade, para retomar o argumento de Saes (2001), permitiram que a grande burguesia interna ocupasse esse posto. Martuscelli (2018b) chama

atenção para a fragilidade político-ideológica dessa fração diante do imperialismo, uma vez que, para escalar posições no bloco no poder, precisou apoiar-se num partido oriundo do movimento popular, ou seja, não era uma relação direta entre representante-representado.

Deve-se ter em conta que a presença e a ascensão de frações burguesas no bloco no poder em uma determinada conjuntura não excluem o conflito entre elas, e menos ainda a presença de frações que foram hegemônicas em momentos anteriores. Saes (2014, p.107) ressalta que a emergência organizacional das frações capitalistas não é um processo “essencialista”, mas sim um processo “intermitente, com idas e vindas, que depende não só das fases do capitalismo como da evolução do Estado”. O fato de a grande burguesia interna ter sido amplamente favorecida e privilegiada pelos governos neodesenvolvimentistas, não significa que a fração da burguesia perfeitamente integrada ao capital internacional tenha sido excluída do bloco no poder. Ao contrário, as disputas permaneceram, como veremos adiante, uma vez que não se pode privilegiar todas as frações por igual (Saes, 2014).

Bresser-Pereira (2016a, p. 30) entende que foi a partir de 2006 que o governo implementou um “social-desenvolvimentismo”, reconhecendo que foi um período marcado pela influência das ideias neodesenvolvimentistas²⁷. O caráter neodesenvolvimentista desse período ficaria mais evidente a partir do segundo mandato de Lula, após um primeiro mandato mais próximo do capital financeiro (Alves, 2014; Katz, 2016; Boito Jr., 2012). Carvalho (2018) recorda que esse processo deu-se não apenas em função das disputas internas do próprio PT, que a partir de 2004 passou a pressionar o governo para ser mais ousado na política econômica, mas também em função de pressões internas do governo – como nos embates entre Palocci e Meirelles (ortodoxos) e José Dirceu, Dilma Rousseff e Luiz Marinho (mais vinculados ao desenvolvimentismo) – e até mesmo do presidente da FIESP à época, Horácio Lafer Paiva. A esse respeito, é sintomático, como afirma Boito (2012, p. 84), o apoio ativo oferecido pela FIESP durante essa crise política que abalou o final do primeiro mandato de Lula. Além disso, a Força Sindical também pressionou pela saída de Palocci, mas muito mais em função das denúncias de corrupção que o envolviam do que por sua heterodoxia econômica (*Folha de S. Paulo*, 11/11/2005).

Do ponto de vista das relações ideológicas estabelecidas com as massas, autores como Antunes (2018a), Braga (2012) e Singer (2012) enfatizam a dimensão da *conciliação de*

²⁷ Embora tenha havido uma tímida retomada da indústria no período Lula e Dilma, esse índice tornaria a cair continuamente a partir de 2013. Bresser-Pereira (2016a) sustenta que o governo Lula teria um caráter muito mais social (distribuição de renda e expansão do consumo de massas) do que desenvolvimentista (industrializante), por isso adota a caracterização de *social-desenvolvimentismo*.

classes. Para Singer (2012), essa configuração política consiste na arbitragem de conflitos, atendendo a demandas ora dos trabalhadores, ora da burguesia. Ao fazê-lo, aplicaria o programa do *subproletariado*. Quais as razões para isso? O subproletariado seria a maior fração da classe trabalhadora. Contudo, por sua condição precária, estaria abaixo das condições de participação na luta de classes. Singer (2012, p. 44) afirma que essa fração condiciona o conflito nuclear no Brasil – o que opõe “incluídos” e “excluídos” – e que ela luta para “aceder ao mundo do trabalho formal em regime capitalista, com todos os defeitos que ele possui, tendo estado historicamente dele excluída”. Aversa a rupturas, por essa condição precária, esta fração teria se aproximado do PT pela capacidade que o partido mostrou de promover reformas lentas, eficazes sem um potencial disruptivo: “*o combate à miséria (...) a ativação do mercado interno, sem confronto com o capital*” (Singer, 2012, p. 13), ou ainda, o subproletariado reconheceu “na invenção lulista a plataforma que sempre sonhara – um Estado capaz de ajudar os mais pobres *sem* confrontar a ordem, deu-lhe suporte para avançar, acelerando o crescimento com redução da desigualdade”. Portanto, não se trata de uma ruptura com o modelo neoliberal, mas um caminho intermediário.

Isso não significa, para Singer, que o impacto do lulismo seja pequeno, haja vista que:

O lulismo partiu de grau tão elevado de miséria e desigualdade, em país cujo mercado interno potencial é expressivo, que as mudanças estruturais introduzidas, embora tênues em face das expectativas radicais, tiveram efeito poderoso, especialmente quando vistas da perspectiva dos que foram beneficiados por elas: o próprio subproletariado (Singer, 2012, p. 21).

Esse novo arranjo político teria se cristalizado com as eleições de 2006, quando essa fração de classe, que predomina nos chamados “grotões”, sobretudo no Nordeste, votou maciçamente em Lula (Singer, 2012, pp. 51-83).

Desse modo, em sua relação com as massas, a grande característica do lulismo seria a arbitragem de conflitos. Singer (2012, p. 156) argumenta que o “ponto central a ser levado em conta é que o subproletariado tende a desaparecer conforme o programa que ele se apoia se converte em realidade”, isto é, sua integração ao mercado formal de trabalho. Portanto, e paradoxalmente no nosso modo de ver, “não possui um modelo próprio de sociedade, desejando (inconscientemente) incorporar-se àquela que é moldada pelos interesses de outras camadas”. Esse panorama permite que o subproletariado seja colocado “em posição de neutralidade”, o que “favorece a arbitragem”. Consequentemente:

O sucesso da arbitragem, entretanto, depende de que os polos que ela equilibra não tenham força suficiente para impor soluções próprias. Por isso, os conflitos parecem fluir em plano relativamente oculto, resolvido por meio de negociações intraestatais, sem que o público amplo os perceba. Ao não mobilizar a sociedade, as propostas divergentes têm mais chance de serem resolvidas por arbitragem, isto é, por um Executivo que paira sobre as classes e funciona como juiz de seus conflitos. Devido à ausência de mobilização, a luta de classes, como já se disse, foi como que empurrada para o fundo do palco, onde é pouco visível. Mas há um permanente

processo de embate entre posições divergentes e arbitragem por parte do Executivo. (...) O sucesso do lulismo envolve uma solução pelo alto. (Singer, 2012, pp. 156-157).

No que se refere à análise de Singer (2012), Boito Jr (2018) afirma que é importante ter em conta que o bonapartismo envolve uma relação de fetiche do Estado protetor²⁸, mas que a expectativa é de uma política repressora em relação ao movimento popular – como aconteceu na França de Louis Bonaparte. Neste caso, os camponeses parcelares demandaram a restauração da ordem no tocante às agitações operárias que se davam na cidade. O lulismo, por sua vez, possui também o aspecto de um fetichismo do Estado, mas de tipo populista. Isto é, “os trabalhadores que servem de base social para uma relação populista, esperam que o Estado (...) tome a iniciativa de protegê-los econômica e socialmente” (Boito Jr., 2018, p. 127). Essa ideia do lulismo como uma variante de bonapartismo (Boito, 2018, p. 121-154), que envolvesse uma relação de arbitragem de conflitos, não é exclusiva de Singer.

Antunes (2018a) qualifica os governos encabeçados pelo PT como social-liberais, comparando-os à administração de Tony Blair, ex-primeiro-ministro britânico. Tanto o *Labour Party* na Inglaterra quanto o PT no Brasil teriam em comum o progressivo abandono da socialdemocracia e a incorporação pontos do programa neoliberal, situando-se em um ponto intermediário entre o neoliberalismo e a socialdemocracia. Desse modo, “o PT foi se configurando cada vez mais como um partido defensor de um programa policlassista” (Antunes, 2018, p. 222). Embora diga que esse governo policlassista “recusava qualquer política de relativo benefício à classe trabalhadora” (Antunes, 2018, p. 222), o autor, paradoxalmente, também afirma que “é preciso reconhecer que, em comparação ao governo anterior de FHC, tal política assistencialista trouxe poucos mas *efetivos ganhos reais para os setores mais pauperizados da classe trabalhadora*” (Antunes, 2018, p. 223 – grifos meus).

Nessa conjuntura, o social-liberalismo promovido por Lula teria se apoiado em uma “relação ‘direta’ com as massas, de fortes laços arbitrais”. Sobre este aspecto, Antunes (2018, p. 225) afirma que:

Em uma quadra histórica em que as frações dominantes não puderam garantir a sucessão presidencial nem em 2002 nem em 2006, Lula se tornou a expressão de um governo excepcionalmente favorável a elas, uma vez que conseguiu articular *interlocução com os pobres, vivência das benesses do poder e garantia de boa vida dos grandes capitais*. Encarnou, dessa forma, uma espécie de *semi-Bonaparte*,

²⁸ Por fetiche do Estado protetor, o autor entende, retomando Marx e Lenin, a ideia de uma ilusão de que o Estado capitalista é uma instituição neutra, independentemente das classes sociais, com uma margem de manobra indeterminada para atender os interesses desta ou daquela classe ou fração de classe. Como afirma Boito Jr. (2018, p. 126), no plano conceitual, o fetichismo do Estado é semelhante ao fetichismo da mercadoria; ele atribui ao Estado uma força que, na verdade, é oriunda da participação política das classes populares, que incide na correlação de forças, assim como o primeiro credita à mercadoria capacidades e características que são oriundas das relações de produção capitalistas.

recatado, cordial, célere diante da hegemonia financeira e hábil no manuseio de sua base social.

Braga (2012, p. 181), por sua vez, trabalha com a ideia de que o lulismo operou uma “*relação dialética de pacificação social*” – nos termos do autor, semelhante à ideia de conciliação de classes. Para ele, o lulismo “representa uma ‘revolução passiva à brasileira’”²⁹ que combina duas formas de consentimento popular: “por um lado, o *consentimento passivo* das classes subalternas”, atraídas pelas políticas redistributivas e “modestos ganhos salariais advindos do crescimento econômico”, e que, por essa razão, aderiram momentaneamente a esse programa. “Por outro, o *consentimento ativo* das direções sindicais, seduzidas por posições no aparato estatal, além das incontáveis vantagens materiais proporcionadas pelo controle dos fundos de pensão”. Mais adiante, desenvolveremos mais alguns aspectos da análise de Braga sobre o sindicalismo nos governos Lula e Dilma.

Conforme veremos adiante, com exceção de Singer (2012), o grupo de autores que propõe esse tipo de análise, tais como Antunes (2011, 2018), Braga (2012), Mattos (2009, 2015) e Demier (2017), considera que o sindicalismo cutista, bem como o PT, passaram por um processo de *transformismo*, isto é, adotaram a cooptação e a integração à ordem capitalista, um abandono dos interesses históricos dos trabalhadores. Esse grupo também entende que, ao organizar a dominação burguesa no Brasil, as diferenças entre governos encabeçados pelo PT e demais governos neoliberais, por diversas razões, seriam secundárias. Entendemos que as diferenças entre os governos encabeçados pelo PT e os governos neoliberais anteriores podem ser melhor compreendidas a partir do conceito de frações burguesas e das distintas posições que elas podem tomar diante da conjuntura. No caso brasileiro, essas diferentes posições levaram a importantes reformas no neoliberalismo pela via do neodesenvolvimentismo. Além disso, também julgamos relevante fazer uma observação a respeito do Estado capitalista e sua relação com as classes dominadas, que se encontram fora do bloco no poder.

O Estado capitalista necessita de uma base sob a qual se apoiar fora do bloco no poder. Poulantzas (2019) destaca o fenômeno das *classes-apoio*. Para o autor, “seu apoio a uma dominação de classe determinada não em geral fundado *em nenhum sacrifício político real*

²⁹ O conceito de revolução passiva, com o qual o autor trabalha, foi elaborado por Gramsci (2002) nas suas análises do *Risorgimento* italiano. A ideia geral é a de que em um determinado momento do processo de lutas, as lideranças do grupo subalterno podem ser cooptadas pelas classes dominantes que promovem mudanças marginais, de modo a garantir a permanência de sua dominação. Expressamente apoiado na análise de Bianchi (2006) sobre essa categoria, Braga (2012, p.213) sustenta que revolução passiva “não significa hegemonia de uma classe em relação à totalidade social, mas sim de uma fração das classes dominantes sobre o conjunto delas por meio do Estado”.

dos interesses no bloco no poder e das classes aliadas em seu favor” (Poulantzas, 2019, p.249). Trata-se de um apoio a uma determinada dominação de classe e que, portanto, neste aspecto, a dominação ideológica cumpre um importante papel. Um apoio ativo da classe trabalhadora a uma determinada forma de dominação burguesa não está descartado *a priori*, sobretudo quando há políticas que atendem a seus interesses, ainda que pontualmente. Dessa maneira, o poder político dominante baseia-se naquilo que Poulantzas (2019, p.195) denomina de *equilíbrio instável de compromisso*:

- 1) *Compromisso*, na medida em que esse poder, correspondente a uma dominação hegemônica de classes, pode dar conta de interesses econômicos de certas classes dominadas, eventualmente contrários ao interesse econômico a curto prazo das classes dominantes, sem que isto atinja o plano dos interesses políticos;
- 2) *Equilíbrio*, na medida em que esses “sacrifícios” econômicos embora reais e criando assim o campo de um equilíbrio, não põem, enquanto tais, em questão o poder político, que fixa precisamente os limites desse equilíbrio;
- 3) *Instável*, na medida em que esses limites do equilíbrio são fixados pela conjuntura.

Desse modo, e de acordo com Martuscelli (2018a, pp. 111-114), entendemos que as noções de *conciliação de classes* e *arbitragem*, dificultam a compreensão do caráter dos governos neodesenvolvimentistas. A noção de conciliação de classes cumpre um papel de denúncia que indicaria “a falta de compromisso desses governos com a execução de políticas que efetivamente representariam os interesses dos trabalhadores”. Contudo, “não logra dar nenhuma resposta satisfatória à seguinte pergunta: quais governos ou Estados dignos desses nomes não conciliam classes?” (Martuscelli, 2018a, p. 112). Ainda seguindo a argumentação do autor, essa noção não leva em conta a relevância do *bloco no poder* e do papel que o Estado tem na hierarquização de interesses de classe em disputa.

Por sua vez, a noção de arbitragem “funda sua análise, mesmo que não intencionalmente, na teoria pluralista, para a qual o poder estaria supostamente difuso na sociedade, cabendo assim ao Estado ou ao governo arbitrar entre os diferentes poderes constituídos na sociedade” (Martuscelli, 2018a, p. 113). Mesmo reconhecendo a diferenciação entre classes dominantes e subalternas, essas análises “parecem operar com o pressuposto de que as diferentes classes e frações competem pelo poder na sociedade em condições de igualdade”, de maneira que “o poder não se encontra concentrado em nenhum lugar e o Estado não hierarquiza interesses, mas arbitra entre os diferentes interesses em disputa” (Martuscelli, 2018a, p. 113). O autor também afirma que essa noção é uma forma de manifestação própria da ideologia governamental capitalista, que se expressa pela ideia de que o governo representa sempre interesses universais, em detrimento de interesses privados de grupos ou classes específicas. A “(...) não monopolização dos cargos da burocracia de Estado

pelos membros da classe dominante é a garantia básica para a reprodução dessa ideologia” (Martuscelli, 2018a, p. 113).

Desse modo, entendemos a abordagem que utilizamos, segundo a qual o Brasil foi governado entre 2003 e 2016 por uma frente política policlassista, instável e contraditória, de caráter neodesenvolvimentista, possui a vantagem de demonstrar que: 1) a política dos governos de Lula e Dilma, em que pesem as diferenças entre os mandatos, *privilegiou* o interesse de uma determinada fração da burguesia, a grande burguesia interna, e alijou, em certa medida, outra fração, a da grande burguesia associada ao capital internacional (Boito Jr., 2012) – o que permite entender o empenho desta na deposição de Dilma; 2) é preciso relativizar a ideia de uma adesão *passiva* a essas políticas por parte das classes trabalhadoras; na nossa avaliação, ela não se sustenta tendo em vista o apoio eleitoral aos candidatos do PT. Diferentemente do período neoliberal, o sindicalismo passou a ser reconhecido como interlocutor legítimo e força de sustentação, integrando a frente política neodesenvolvimentista de modo subordinado. Esse entendimento não significa que não houvesse conflitos salariais, “por entendimento de que eles poderiam ser majorados e, também, por uma percepção de que os governos do PT facilitaram a luta, e, portanto, não eram inimigos” (Marcelino, 2017, p. 215-216). Marcelino (2017) também destaca que os governos petistas foram os primeiros, desde o final da Ditadura Militar, a não serem alvo de greve geral contra a política econômica governamental. Aqui tem-se, assim, mais um elemento que questiona ou relativiza a passividade das massas trabalhadoras diante dos governos.

Embora hegemonizado pela burguesia interna, outras classes sociais tiveram seus interesses atendidos. Podemos citar os ganhos salariais do período para os trabalhadores formais e os benefícios advindos das políticas públicas. Os trabalhadores da massa marginal³⁰ foram contemplados com programas como o Minha Casa, Minha Vida³¹, o Bolsa Família, Mais Médicos³², enquanto a classe média, por sua vez, beneficiou-se com o aumento de

³⁰ Entendemos o conceito de massa marginal, tal como formulado por Kowarick (1977), como uma peculiaridade do capitalismo dependente na América Latina. As diversas formas de trabalho autônomo (setor terciário, ambulantes, serviços, vigilância, limpeza, trabalho doméstico remunerado etc.) entram nessa categoria. Trata-se de um fracionamento interno da classe trabalhadora que contribui para a expansão do capital na medida em que rebaixa o custo da reprodução da força de trabalho, oferecendo bens e serviços a baixos preços.

³¹ O programa *Minha casa, minha vida* foi lançado em março de 2009 pelo ex-presidente Lula com o intuito de construir moradias populares subsidiadas pelo governo Federal. Desse modo, beneficiou tanto as grandes construtoras nacionais quanto as famílias de baixa renda, que puderam ter acesso à casa própria.

³² O programa *Mais médicos* foi lançado em julho de 2013 pela ex-presidenta Dilma Rousseff com o objetivo de suprir a carência de médicos tanto nos municípios do interior quanto nas periferias das grandes cidades.

concursos públicos (Boito Jr., 2012; Cavalcante, 2015). No campo, os programas de compra de alimentos por prefeituras e o crédito rural beneficiaram em especial os pequenos agricultores, bem como o Luz para Todos – que levou a energia elétrica para diversas áreas rurais do Brasil. Em relação aos trabalhadores formais, podemos citar o programa de valorização do salário mínimo, o auxílio de prestação continuada, entre outros.

A valorização do salário mínimo merece um destaque porque diz respeito diretamente ao nosso objeto de estudo: a relação entre as centrais sindicais, suas bases e os governos neodesenvolvimentistas. Carvalho (2018) recorda que as marchas a Brasília, organizadas pelas centrais entre 2004 e 2006, já haviam garantido aumentos dos salários mínimos acima da inflação em 2005, 2006 e 2007. A valorização do salário mínimo, ou seja, “reajustes anuais para repor a inflação do ano anterior e a média do crescimento do PIB dos dois anos anteriores”, já vinha sendo aplicada na prática desde 2008, embora tenha sido aprovada como lei em 2011 (Carvalho, 2018, p.20). De acordo com Carvalho (2018, p.20), o impacto dessa política sobre a distribuição de renda é duplo: 1) o salário médio e a participação dos salários na renda da economia elevam-se; 2) reduz-se a diferença entre o salário mínimo e o salário médio da economia, isto é, quanto ganha o trabalhador mais pobre e quanto ganham em média o conjunto dos trabalhadores. Além de servir como piso para os trabalhadores formais, deve-se recordar que ele também serve como piso dos benefícios da Previdência e do Benefício de Prestação Continuada. Os trabalhadores formais obtiveram aqui um importante interesse de classe atendido por essa política.

Essa afirmação aparece, por exemplo, na entrevista concedida a nós pelo membro da Executiva Nacional da CUT, Júlio Turra (2019), que afirma:

A avaliação nossa aqui na CUT sempre foi que a principal medida adotada pelo Lula, e essa a Dilma manteve, foi a valorização do salário mínimo. Essa teve realmente um impacto porque, é verdade, tirou 44 milhões da miséria, mas isso aí o Salinas no México também tinha um programa de atendimento à extrema miséria. Não provoca nenhuma mudança estrutural. Agora, valorização constante do salário mínimo – chegou a 56% eu acho que no fim do período Lula, de valorização real – ele é que permitiu esse famoso ascenso de um setor mais miserável pra um patamar de classe trabalhadora, digamos assim. Ter a prestação da sua casinha própria, que come três vezes ao dia, que faz a economia rodar. Cria um mercado de massa interno no Brasil mais atraente pro crescimento econômico. Mas num mundo em crise isso teve curta duração. Dez anos né? A Dilma já pega a fase que tinha acabado esse período de bonança.

Carvalho (2018) também argumenta que, na medida em que provocou um aumento mais acelerado nos salários das ocupações de menor qualificação, as alterações no padrão de consumo e na estrutura produtiva permitiram que o crescimento econômico fosse acompanhado de uma redução nas desigualdades. A combinação entre políticas de transferência de renda e valorização do salário mínimo também incidiu fortemente no padrão

de consumo das famílias brasileiras, de modo que os “produtos e serviços antes consumidos apenas pelos mais ricos passaram a ser consumidos também pela população de baixa renda” (Carvalho, 2018, p.23).

A autora chama atenção para a chamada Lei de Engel, segundo a qual “famílias com menor renda direcionariam uma maior parcela para insumos básicos de sobrevivência, como a alimentação, ao passo que famílias com renda superior reservariam uma fatia maior para serviços” (Carvalho, 2018, p.24). Na medida em que o nível de renda das famílias da base da pirâmide aumentava, elas conseguiam incorporar mais serviços em sua cesta de consumo. O aumento da participação dos serviços no PIB e a redução da indústria pode ser explicado por essa Lei, em sua visão. A expansão do crédito também é muito importante nesse dinamismo que o mercado interno experimentou no período abordado.

Assim, essa distribuição de renda na base da pirâmide:

Não foi apenas o resultado de políticas, mas também da própria dinâmica de crescimento da economia brasileira. O crescimento centrado em serviços e construção civil, embora não tenha ajudado a promover avanços tecnológicos e ganhos de produtividade para a economia brasileira, teve o claro benefício de incluir no mercado de trabalho formal uma mão de obra menos qualificada, que o país tem em abundância, elevando seu poder de barganha e salários em relação aos dos demais trabalhadores (Carvalho, 2018, p.25).

O sindicalismo nesse período também atuou em parceria com a grande burguesia interna em diversos momentos, com ênfase em uma plataforma de estímulo ao setor produtivo nacional. Marcelino (2017) destaca dois desses momentos: 1) em outubro de 2011, CUT, Força Sindical, FIESP e a ABIMAQ (Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos) unem-se para reivindicar uma redução na taxa básica de juros; 2) em fevereiro de 2012, novamente juntam-se para realizar manifestações conjuntas contrárias à desindustrialização. Além disso, a autora recorda dois documentos importantes assinados, em 2007 e 2011, pela CUT, a Força Sindical e entidades ligadas à grande burguesia interna. Veremos no próximo capítulo que, em 2015, quando o governo já estava em crise, as seis centrais sindicais reconhecidas por lei e essas mesmas entidades da grande burguesia interna assinaram um documento chamado *Compromisso pelo desenvolvimento*, no qual expressaram apoio às políticas neodesenvolvimentistas.

Afirmamos, a partir de Boito Jr. (2012), Bresser-Pereira (2010, 2016a; 2016b) e Katz (2016), que o neodesenvolvimentismo é uma corrente teórico-política, de repercussão internacional, e que ganhou força na América Latina, com destaque para Brasil e Argentina,

nos primeiros anos da década de 2000, e sobretudo após a crise de 2008³³. Consiste em uma estratégia nacional de desenvolvimento para países de renda média – como o Brasil, no qual o Estado deve possuir um papel indutor, inspirando-se nos países do leste asiático que se industrializaram rapidamente³⁴.

Assim como o “velho” desenvolvimentismo, esse modelo também prima pela (re)industrialização³⁵. De um lado, o Estado deve criar condições para que empresários assumam o risco de investir e inovar; em contrapartida, deve manter o superávit primário, altas taxas de câmbio, baixas taxas de juro, além de primar pela expansão do consumo, mas com controle da inflação (Bresser-Pereira, 2010). Como ressalta Katz (2016), não se trata de uma oposição entre mais ou menos Estado, pois tanto os neoliberais quanto os neodesenvolvimentistas recorrem fortemente ao setor público: “o que está sempre em jogo é o tipo de intervenção estatal predominante” (Katz, 2016, p. 164). A partir de Poulantzas (2019), entendemos que isso reflete a disputa entre as frações de classes burguesas pela hegemonia no comando do Estado capitalista.

Entretanto, o neodesenvolvimentismo é mais modesto em seus objetivos do que o desenvolvimentismo – vivido no Brasil entre as décadas de 1950 e 1980; isto porque ele não se propõe a enfrentar determinados aspectos do neoliberalismo, mas apenas a reformá-los, não cabendo, portanto, a definição de *pós-neoliberalismo*, com a qual trabalham alguns intelectuais vinculados ao PT, notadamente Emir Sader (2013)³⁶. Comin (2017) também destaca que os governos Lula e Dilma tenham encampado a tentativa de reeditar políticas

³³ O campo neodesenvolvimentista é bastante amplo e heterogêneo. No Brasil, podemos identificar como exemplos alguns economistas como Bresser-Pereira (Fundação Getúlio Vargas), Pedro Zabluth Bastos (Unicamp), Nelson Marconi (Presidente do Centro de Estudos do Novo Desenvolvimentismo da Fundação Getúlio Vargas), integrado também por José Luis Oreiro. No mundo político, o ex-senador Roberto Requião (MDB – PR) os ex-ministros Aloizio Mercadante e Guido Mantega (PT), além do ex-presidente do IPEA João Sicsú também se identificam com essas propostas.

³⁴ Carvalho (2018) destaca que a grande expansão do investimento público nesse período foi o principal motor de crescimento do mercado interno, com destaque para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

³⁵ O conceito de *doença holandesa* é particularmente importante nesse ponto. Bresser-Pereira (2016a, pp. 225-228) entende que a desindustrialização do Brasil decorre fundamentalmente da abundância de recursos naturais e *commodities*. A sobreapreciação da moeda nacional destrói o parque industrial, na medida em que a empresa local passa a receber menos moeda local por dólar exportado. Recebendo menos, seus custos aumentam e ela deixa de exportar. A consequência, do ponto de vista do mercado mundial, é que os importadores de matéria-prima recorrem a outros mercados, tornando inevitável o processo de desindustrialização.

³⁶ Embora essa visão seja predominante no PT e sua direção, há intelectuais e dirigentes petistas que ainda que afirmem que as políticas de Estado visaram enfraquecer o neoliberalismo, reconhecem sua persistência e a hegemonia do capital financeiro. Valter Pomar (2013), por exemplo, argumenta que há um primeiro momento social-liberal (2003-2005), um segundo nacional-desenvolvimentista (2006-2010) e um terceiro zigue-zagueante de intenção nacional-desenvolvimentista (2011 – 2013), prejudicado pela deterioração da economia e o descontentamento da burguesia.

desenvolvimentistas, conferindo-lhes um caráter nacional, ampliando políticas sociais, mas sob uma macroeconomia ainda comprometida com a “atração de capitais externos, por meio de câmbio e taxas de juros, na prática, antidesenvolvimentistas” (Comin, 2017, p.67).

Além de concentrar-se no processamento de produtos agrícolas, pecuários e de recursos naturais – que possuem baixa densidade tecnológica – ele também volta-se para o mercado externo. Ao mesmo tempo, a dívida pública e os juros altos limitam as taxas de crescimento, que são bem menores que as do “antigo” modelo (Boito Jr. 2012). A visão da agroexportação como um fornecedor de divisas para financiar a reindustrialização tem como consequência uma coalizão com o agronegócio, ao contrário do conflito com a oligarquia agrária, característico do “velho” desenvolvimentismo (Katz, 2016). Torna-se, então, mais compreensível porque que, mesmo nos anos mais pujantes das políticas neodesenvolvimentistas, a indústria não foi o carro-chefe do crescimento econômico, que se concentrou sobretudo no mercado interno e nos serviços (Carvalho, 2018)³⁷. Comin (2015, p.12) também argumenta que essas limitações relacionam-se com a seguinte questão:

As mudanças no modo de integração das economias nacionais com o mercado, sob o Consenso de Washington, na prática, privaram os estados de uma série de ferramentas que foram extremamente funcionais para produzir crescimento econômico como no passado. O que equivale a dizer que o Estado perdeu, também, a capacidade de formatar o crescimento em termos dos “interesses nacionais”, isto é, de coalizões que reforcem, simultaneamente o poder do Estado e a acumulação capitalista, cuidando de produzir bases sociais de apoio e legitimação, via geração de empregos, aumento da renda, políticas sociais, etc.

Sampaio Jr. (2012) afirma que esse “rebaixamento” em relação ao desenvolvimentismo antigo nega os fundamentos da própria ideia de desenvolvimento, não merecendo, portanto, essa qualificação “desenvolvimentista”. Matizando um pouco mais, avaliando diferenças, avanços e sustentando que a grande burguesia interna constituiu-se como fração reinante na cena política do período, Martuscelli (2018b, p. 100) afirma que:

Foi a “ideologia neodesenvolvimentista” pautada na ideia de uma recuperação do emprego, do salário, da promoção da atividade industrial, do ativismo do Estado e de um realinhamento em termos da política externa Sul-Sul, que cimentou em grande medida uma aproximação da grande burguesia interna não só com os governos petistas, mas com segmentos importantes dos trabalhadores organizados e desorganizados. Trata-se, portanto, de um dispositivo ideológico que se choca contra os pilares da ideologia neoliberal ortodoxa fundada nas virtudes do mercado e na apologia do Estado mínimo.

Ainda segundo Martuscelli, essa função dirigente ocupada pela grande burguesia interna, porém, não foi suficiente para que o neodesenvolvimentismo fosse, de fato, a

³⁷ Carvalho (2018) destaca também que a fragilidade da indústria brasileira se tornaria mais clara após a crise de 2008-2009, quando a retomada do crescimento do comércio varejista foi muito mais rápida do que a produção industrial. Como diz a autora, “se o comércio cresce e a indústria não, é porque os produtos comprados estão sendo produzidos em outro lugar” (Carvalho, 2018, p.43).

principal política de Estado; e menos ainda foi suficiente para que ela se constituísse como fração *hegemônica* no bloco no poder. Esta posição permaneceu com o capital financeiro internacional e a burguesia integrada a ele. O autor prefere a qualificação de *social-liberalismo*, tal como Antunes (2018a). Embora seja difícil afirmar com precisão se a grande burguesia interna chegou de fato a ser hegemônica dentro do bloco no poder, entendemos que é correto caracterizar os governos Lula e Dilma como neodesenvolvimentistas, desde que se tenha claro que neodesenvolvimentismo não se propõe a romper com os pilares da política neoliberal. Adotamos aqui a definição de Boito Jr. (2012), segundo a qual o neodesenvolvimentismo é a política de desenvolvimento possível nos marcos do capitalismo neoliberal. Ele auxilia-nos a compreender as diferenças dos blocos políticos (neoliberal e neodesenvolvimentista) que dominaram a cena política no período que vai do início da década de 2000 até hoje³⁸.

Martuscelli (2018b, p. 101) argumenta que “mesmo reconhecendo que os governos petistas tomaram ou foram influenciados por iniciativas de caráter neodesenvolvimentista, tais iniciativas esbarraram em obstáculos importantes que as impediram de se consumir efetivamente”. Quais seriam as razões para essa não concretização? Além do já mencionado lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho, Martuscelli (2018b) destaca também a herança neoliberal ortodoxa dos governos anteriores, as resistências da burguesia associada ao capital internacional, oscilações dinâmicas do comércio exterior e a fragilidade político-ideológica da grande burguesia interna, bem como a desorganização e fragilidade do campo popular. De fato, é preciso levar em conta que houve oscilações entre os mandatos. O segundo mandato de Lula (2006-2010) e o primeiro de Dilma (2011-2014) foram predominantemente neodesenvolvimentistas. Entre os anos 2003 e 2016, não ignoramos que houveram disputas internas, já mencionadas, entre grupos mais voltados para a ortodoxia econômica e grupos heterodoxos e mais desenvolvimentistas, e que persistiram até o final desses governos. Conforme afirmado anteriormente, após o primeiro mandato de Lula, “a continuação social-liberal inicial foi gradualmente substituída por medidas de intervenção para arrefecer o desgaste gerado pela ortodoxia monetarista” (Katz, 2016, p. 203).

Podemos questionar também se a qualificação de social-liberalismo estaria de acordo com a política externa dos governos Lula e Dilma, mais precisamente a política dos campeões

³⁸ De acordo com Katz (2016) os projetos em disputa na América Latina são o neoliberalismo, o neodesenvolvimentismo e o socialismo. No Brasil, o campo socialista, minoritário, mas não irrelevante, se dividiu. Parte deu apoio crítico aos governos neodesenvolvimentistas (setores da esquerda do PT, PCdoB, Movimento dos Sem-Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, CUT etc.) e parte fez parte do que se convencionou chamar de “oposição de esquerda” (PSOL, PCB, PSTU, Intersindical, CSP-Conlutas).

nacionais. Como demonstram Berringer e Boito Jr. (2018a), as empresas brasileiras foram favorecidas por créditos via BNDES, ao passo que se aprofundou as relações Sul-Sul, criou-se coalizões como o G-20 na Organização Mundial do Comércio e os BRICS e fortaleceram-se o Mercosul e a Unasul. Desse modo, foi possível acessar novos mercados para a exportação de commodities e manufaturados, bem como a instalação de empresas brasileiras nesses territórios. Em artigo escrito em 2013, Berringer e Boito Jr. (2018a, p. 177) afirmavam que havia “quase mil empresas brasileiras com presença relevante no exterior”, atuando principalmente na agricultura, pecuária, recursos naturais, bens de consumo (alimentos, bebidas, têxteis), bens intermediários (produtos químicos e equipamentos), construção civil, comércio e transporte³⁹.

É preciso diferenciar o debate a respeito da viabilidade ou não de determinadas políticas neodesenvolvimentistas nas formações sociais de capitalismo neoliberal e dependente a longo prazo, da existência de governos que implementem, em diferentes graus, com maior ou menor êxito, essa política. Concordamos com Katz (2016, p. 195), quando ele afirma que “o neodesenvolvimentismo apostou pela enésima vez no comportamento produtivo da burguesia, esquecendo as manobras que esse setor tem realizado para fuga de capitais, remarcação de preços e desinvestimento. As expectativas que todos os governos depositam nesse setor terminam sempre em estrondosas decepções”. De igual modo, Katz (2016, p. 30) afirma que:

As burguesias locais latino-americanas não são satélites manipulados pelas metrópoles. Atuam como classes capitalistas que combinam usufruto da renda agromineradora com a mais-valia extraída dos trabalhadores. Comportam-se mais como classes dominantes e não como camadas parasitárias, compradoras ou subordinadas ao capital estrangeiro. Sua incapacidade para desenvolver a região não significa desinteresse por esse objetivo.

Nesse sentido, Katz (2016) também argumenta que é um equívoco generalizar para toda América Latina situações próprias de enclaves, como Honduras e Panamá, que são formações sociais cujos nexos de dependência são muito mais intensos, e nas quais há “burguesias neocoloniais”, inteiramente subordinadas a Washington. Entendemos, pelas razões mencionadas anteriormente, que este não é o caso do Brasil, no qual há um fracionamento mais complexo.

Toda essa caracterização dos governos do PT e das condições sociais e econômicas do período é de fundamental importância para a compreensão do nosso objeto de pesquisa. A

³⁹ Esse panorama levou a uma extensa polêmica no âmbito acadêmico, mas com repercussões em movimentos e partidos políticos, sobre um suposto caráter *subimperialista* dos governos aqui analisados. A retomada dessa discussão extrapola os nossos objetivos, mas merece ser mencionada pela repercussão que teve à época.

chegada de Lula ao governo colocou novos desafios para o movimento sindical, em especial para a CUT, e os movimentos sociais que apoiaram a sua candidatura. Por exemplo, apoiar um governo que havia ajudado a eleger e, ao mesmo tempo, manter sua autonomia. As condições de atuação do sindicalismo haviam mudado. D'Araújo (2009) ressalta que, durante o primeiro mandato de Lula da Silva, sindicalistas compunham metade dos cargos superiores de direção e assessoramento do governo Federal, controlando um orçamento anual superior a 200 bilhões de reais. Além disso, presidências de estatais e postos-chave também foram ocupados por sindicalistas: fundos de pensão, a Petrobras, Furnas, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Como foram as relações entre esses governos e o sindicalismo? Esse será o tema do próximo item deste texto.

2.1. O sindicalismo nos governos neodesenvolvimentistas

Durante os governos neodesenvolvimentistas, as características estruturais de degradação do trabalho persistiram no mercado de trabalho brasileiro, tais como a ampliação da terceirização, a alta taxa de rotatividade do trabalho, a precarização, entre outras. Além disso, o governo não atendeu às bandeiras históricas do sindicalismo, como redução da jornada de trabalho sem redução salarial, a regulamentação restritiva da terceirização, e a reposição automática da inflação (Marcelino, 2017). Contudo, os indicadores do mercado de trabalho mostraram-se bastante positivos, mesmo após a crise de 2008, até 2013 (índice de formalização, crescimento da massa de rendimentos médios reais, aumento real de salário mínimo⁴⁰ – 73% de valorização real entre 2003 e 2013) (Alves, 2014). Essa é uma diferença importante com o período neoliberal, cuja dinâmica do mercado de trabalho era inversa.

Ao longo do período abordado por este estudo, houve um importante debate nas Ciências Sociais sobre o papel do sindicalismo no processo político. Podemos dizer que esses estudos são unidos por uma preocupação comum, que é compreender qual o lugar ocupado pelo sindicalismo enquanto força política nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. Essa discussão permeia uma série de outros aspectos como, por exemplo, o caráter das direções sindicais, isto é, se representariam ou não os interesses das classes trabalhadoras, se os

⁴⁰ Paulani (2017) destaca que a política pública de valorização do salário mínimo foi a que teve maior impacto no combate à desigualdade no período.

dirigentes sindicais estão na condução do Estado ou não, ou ainda, se esses governos atenderam ou não os interesses de classe dos trabalhadores.

Em 2003, primeiro ano do governo Lula, houve uma reforma da previdência que retirou direitos do funcionalismo público e frustrou boa parte da base social de apoio ao governo, avaliação comum tanto de sindicalistas da CUT quanto da CSP-Conlutas (Ferraz, Bridi, 2014). Apesar desse desgaste inicial, posteriormente, o governo Lula buscou um maior diálogo com o movimento sindical, como no ano de 2004, quando realiza o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), que reuniu membros do governo, do empresariado e sindicalistas para discutir as reformas sindical e trabalhista. As propostas acabaram não sendo implementadas e o único saldo do FNT foi a Lei de Reconhecimento das Centrais Sindicais, sancionada por Lula em 2008 (Galvão, 2012). Contudo, conforme procuraremos demonstrar ao longo da nossa exposição, apesar desse distanciamento inicial, o sindicalismo foi reconhecido como uma força política aliada pelos governos neodesenvolvimentistas até o seu fim.

Hoje, na literatura, é possível distinguir três grupos de teses sobre a relação entre o sindicalismo e os governos Lula e Dilma (2003-2016): 1) o sindicalismo chegou ao governo por meio de uma elite dirigente, vinculada sobretudo à CUT (Oliveira, 2003; Sória e Silva, 2011; Cardoso, 2014); 2) o sindicalismo — mais especificamente, as direções sindicais — foi cooptado pelo governo, perdendo a capacidade combativa que teve no passado e subordinando-se a ele (Braga, 2012; Antunes, 2011; Druck, 2006; Soares, 2013; Mattos, 2009); 3) um terceiro grupo de autores que podem ser agrupados em torno de duas teses: a) tanto a ideia de que o sindicalismo foi cooptado, quanto a de que ele foi governo precisam ser relativizadas, em que pese seu apoio a esses governos; b) houve uma reconfiguração no cenário sindical com o surgimento de novas centrais e como uma nova fase da luta dos trabalhadores (Galvão, 2012; Boito Jr., Marcelino, 2010; Ladosky, Ramalho, Rodrigues, 2014; Marcelino, Galvão, Trópia, 2015; Boito Jr., Marcelino, Galvão, 2015, Marcelino, 2017). Entendamos melhor quais são as teses que nos permite essa classificação.

No primeiro grupo temos autores como Oliveira (2003), Sória e Silva (2011), e Cardoso (2014), que identificam uma mudança na elite governante no Brasil. Os sindicalistas teriam chegado ao poder no governo Lula. Oliveira (2003) chega a afirmar que se tratava de uma nova classe social no poder, cujas origens remontam às “capas mais altas do proletariado”; ela teria uma especificidade na gestão dos fundos de pensão públicos, mas não poderia ser caracterizada como burguesia. Essa “nova classe” seria a responsável por mudanças programáticas do PT em relação ao passado. A reestruturação produtiva e as

mudanças nas relações de trabalho teriam implodido os trabalhadores enquanto força social e comprometido a representação de classe (dos trabalhadores). Assim,

A estrutura de classes também foi truncada ou modificada: as capas mais altas do antigo proletariado converteram-se, em parte, no que Robert Reich chamou de “analistas simbólicos”: são administradores de fundos de previdência complementar, oriundos das antigas empresas estatais, dos quais o mais poderoso é o Previ, dos funcionários do Banco do Brasil, ainda estatal; fazem parte de conselhos de administração, como o do BNDES, a título de representantes dos trabalhadores (Oliveira, 2003, p.146) .

Ainda para Oliveira (2003), os trabalhadores que ascendem à gestão dos fundos de pensão preocupam-se apenas com a rentabilidade de tais fundos que, ao mesmo tempo, financiam a reestruturação produtiva que produz o desemprego. Dessa forma, é nessa mudança que estaria a chave para compreender as convergências pragmáticas entre PT e PSDB. Para o autor, há um aparente paradoxo de que o governo Lula realizaria o programa de FHC, radicalizando-o:

(...) não se trata de equívoco, nem de tomada de empréstimo de programa, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas doublés de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do “mapa da mina”.

Embora essa tese tenha sido criticada, ela inaugurou uma discussão e influenciou autores como Sória e Silva (2011) e Braga (2012). Sória e Silva (2011) entende que os fundos de pensão não seriam o suficiente para gerar uma nova classe social; mas eles produziram aquilo que denomina como *intersecção de classe*, ou seja, um ponto no qual o capital e o trabalho tocam-se, mas não se fundem. Esses sindicalistas e ex-sindicalistas, embora sejam gestores dos fundos de pensão, não são proprietários dos recursos que administram. Os governos petistas, portanto, consistiriam na expressão dessa “intersecção de classe”, mais especificamente, no projeto dessa “elite sindical”.

Embora por razões distintas, e com uma avaliação mais positiva dos governos Lula e Dilma do que Oliveira e Sória e Silva, Cardoso (2014) também compreende que o governo Lula seria a expressão mesma do projeto tanto da CUT quanto da CTB, não cabendo a ideia de cooptação. Em sua análise, “o projeto político alimentado pela CUT, ou pelas facções majoritárias da central, chegou ao poder em 2003”, levando “centenas de lideranças cutistas, colocadas em postos estratégicos de gestão do Estado (Cardoso, 2014, p.139). Com essa nova realidade, a CUT teria se tornado “um importante manancial de novas elites, agora extração popular, com lastro no mundo do trabalho, aptas à gestão do Estado capitalista” (Cardoso, 2014, p. 140). O autor recupera a trajetória de Vargas, da regulação do mercado de trabalho urbano, e sustenta que é um equívoco pensar que haveria uma crise de projeto do sindicalismo

quando, ao contrário, há uma história de sucesso de um projeto político. Em sua visão, gostando ou não, tratando-se ou não de capitulação, “a utopia brasileira, a utopia real, vivida por gerações sucessivas, foi e segue sendo a utopia do trabalho assalariado regulado pelo Estado. (...) Lula foi a encarnação dessa utopia” (Cardoso, 2014, p.140). Assim,

Esse projeto cumpriu, finalmente, a utopia varguista da gestão do capitalismo pelos trabalhadores, mesmo que isso não se faça, como aliás queria Vargas, para os trabalhadores, mas sim para criar condições favoráveis à acumulação, dando à ordem burguesa trilhos menos turbulentos sobre os quais prosperar.

A partir das análises de Oliveira (2003), Sória e Silva (2011) e Cardoso (2014), temos a compreensão de que a problemática que orienta a análise dos autores desse primeiro grupo é *quem governa*, e não *para quem* se está governando⁴¹. Contudo, entendemos que o aumento da influência e da participação do sindicalismo na política não significa que ele tenha a direção desse processo mais amplo, sobretudo porque “parte minoritária das proposições do sindicalismo é [foi] efetivamente discutida nos espaços institucionais assegurados pelo governo e uma parte menor ainda é posta em prática” (Boito Jr., Marcelino, Galvão, 2015, p. 214). Desse modo, julgamos impreciso caracterizar os governos encabeçados pelo PT como “dos sindicalistas”, mesmo tendo em conta essa referência à descrição de “qual elite” governa o Estado.

No segundo grupo de autores, podemos encontrar autores como Braga (2012, 2016), Druck (2006), Antunes (2011, 2018), Soares (2013) e Mattos (2009). Em comum, esses estudiosos possuem teses nas quais o sindicalismo teria passado por um processo de cooptação durante o governo Lula. Como podemos ver em entrevistas feitas por Ferraz e Bridi (2014) com dirigentes sindicais, essa tese não se restringe ao meio acadêmico. A CSP-Conlutas e a Intersindical, centrais saídas da CUT e que foram oposição aos governos de coalizão encabeçados pelo PT, também defenderam essa tese. Aqui não se fala na constituição de uma elite, mas de uma burocracia sindical que teria liderado um processo de moderação política e se acomodado em relação ao governo.

Este grupo de autores, grosso modo, está reunido em torno de uma problemática que opera com dois conceitos fundamentais: o conceito trotskista de burocracia e o conceito gramsciano de transformismo. Como uma discussão sobre todos os aspectos de ambos os conceitos extrapolaria os limites de uma dissertação como essa, apenas os apresentaremos na medida em que repercutem nas análises aqui discutidas.

⁴¹ Em entrevista concedida a nós, o ex-membro da Executiva Nacional da CUT, Júlio Turra (2019), afirma que embora a história do PT e da CUT se confundam e a CUT tenha gerado muitos quadros que ocuparam cargos nos governos neodesenvolvimentistas, a CUT nunca indicou um ministro sequer.

Inicialmente pensado para discutir os impasses da transição socialista na União Soviética por Trotsky, o conceito de burocracia também passou a integrar suas análises sobre o sindicalismo, em especial diante do capitalismo monopolista. Para ele, havia uma característica comum “na degeneração das modernas organizações sindicais de todo o mundo: sua aproximação e sua vinculação cada vez mais estreitas com o poder estatal” (Trotsky, 2008b, p.199). Isso se devia à visão de que, ao enfrentarem um adversário capitalista “centralizado e intimamente ligado ao poder estatal”, “os sindicatos têm – enquanto se mantenham numa posição reformista, ou seja, de adaptação à propriedade privada – de adaptar-se ao Estado capitalista e de lutar pela sua cooperação” (Trotsky, 2008b, p.199-200). Para Trotsky, o comportamento dessa burocracia sindical estava de acordo com a “posição social da aristocracia e da burguesia operárias” (Trotsky, 2008b, p.200). Esse grupo poderia ser abertamente reacionário e conservador ou disfarçar-se de “progressista” (Trotsky, 2008a, p.197).

Ainda na visão de Trotsky, nos países dependentes, aos quais ele denominava de “coloniais e semicoloniais”, em consonância com o léxico do marxismo da época, o capitalismo imperialista cria um estrato de aristocratas e burocratas operários que servem de “protetores, de patrocinadores e às vezes de árbitros” dos regimes bonapartistas e semibonapartistas desses mesmos países (Trotsky, 2008b, p.200)⁴². A característica comum dessas burocracias é que elas “se opõem a todo passo audaz no caminho da mobilização de massas” (Trotsky, 2008a, p.197).

Nesse sentido, Bianchi e Braga (2005) retomam essa ideia quando analisam o que seria a financeirização da burocracia sindical – em especial a cutista. Essa financeirização aconteceria em virtude das relações que essa burocracia teria com os fundos de pensão, sobretudo na medida em que seus conselhos de administração cumprem um papel importante no investimento capitalista no país. Ressaltam, desse modo, o caráter “transformista” dessa alta burocracia sindical que pavimentou o caminho sem volta do Novo Sindicalismo na direção do regime de acumulação financeiro globalizado. Nesse ponto, teria sido essencial o papel cumprido pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, que forneceu os quadros que operaram essa financeirização. Conforme mencionado anteriormente, Braga (2012, p.181) entende que o lulismo consiste em uma “revolução passiva à brasileira”, que opera com o *consentimento passivo* das classes subalternas, “atraídas pelas políticas públicas

⁴² Analisando o México de Lázaro Cárdenas (1934 – 1940), Trotsky (2008b, p.206) afirma que as organizações operárias que administravam setores importantes da economia na época eram compostas por “uma burocracia trabalhista, que é independente dos operários, mas que depende totalmente do Estado burguês”.

redistributivas e pelos modestos ganhos salariais advindos do crescimento econômico” e também pelo *consentimento ativo* das direções sindicais, “seduzidas por posições no aparato estatal, além das incontáveis vantagens materiais proporcionadas pelo controle dos fundos de pensão”. O controle do aparato estatal teria fornecido os meios necessários para selar este pacto.

Assim como o conceito de transformismo, o conceito de revolução passiva foi elaborado por Gramsci (2002, p.210), como já mencionamos rapidamente. Este conceito de revolução passiva aplica-se a países que, assim como a Itália do *Risorgimento*, “modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino”, uma revolução pelo alto ou “revolução-restauração”. Para Gramsci (2002, p.286), o transformismo é uma das formas históricas da “revolução-restauração” ou “revolução passiva”. O dirigente comunista italiano observou que há duas modalidades de transformismo: 1) “transformismo ‘molecular’, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à ‘classe política’ conservadora e moderada”, que é hostil à intervenção das massas populares na vida estatal, bem como mudanças na hegemonia política; 2) “o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado”.

Ainda para Braga (2012), as origens dessa revolução passiva, bem como do transformismo da CUT e do PT remontam à relação construída no final dos anos 1970 entre a burocracia sindical de São Bernardo e a massa operária. Isto não apenas porque aí estaria a origem do PT, mas também porque, nessa relação, seria possível “identificar os primeiros passos de uma nova forma de dominação social, cujo fundamento localiza-se no encontro de dois tipos distintos, porém complementares, de consentimento” (Braga, 2012, p.178). Essa relação, contudo, não é unilateral. Para o autor, a mobilização nos anos 1970, alimentada pela insatisfação salarial e pelas más condições de trabalho, pressionou a burocracia sindical a negociar a aliança “empresarial-militar” e dirigir um ciclo de greves julgadas ilegais pelo regime. Além disso, essa burocracia mostrou-se sensível às reivindicações das massas, além de incorporar elementos que se destacavam no trabalho organizativo dentro das fábricas. Contudo, após uma derrota importante no ano de 1980, “essa burocracia reassumiu progressivamente seu lugar na estrutura sindical oficial, sem, contudo, deixar de afiançar concessões aos trabalhadores” (Braga, 2012, p.178). Teríamos, então, as origens dessa nova

forma de dominação social, “apoiada sobre a pacificação dos conflitos trabalhistas e somada à integração à estrutura sindical oficial, isto é, ao Estado” (Braga, 2012, p.179)⁴³.

Para Braga (2012, p.204), a eleição de Lula marcou essa “reviravolta ‘transformista’ nas relações entre o sindicalismo e o Estado brasileiro”. Mais do que isso, o autor afirma que “a arquitetura institucional para a absorção da combatividade sindical em benefício da participação no aparelho de Estado garantiu um contraponto à estagnação do poder de mobilização das bases pelos sindicatos” (Braga, 2016, p.63). Desse modo, essa mudança no sindicalismo cutista permitiu “a transformação do sindicalismo em linha auxiliar do governo federal” (Braga, 2016, p.63).

De igual modo, para Mattos (2009, p.145), a trajetória até então “mais lenta de adaptação à ordem do sindicalismo cutista” sofreu “uma rápida aceleração” com a chegada desse partido ao poder. Mattos (2009) coloca a participação da CUT no CDES, fórum tripartite do governo, como um determinante do posicionamento da central contrário à greve dos servidores públicos, em 2003, contra a Reforma da Previdência e, no ano seguinte, na adesão ao que denomina de “contras-reformas sindical e universitária” (Mattos, 2009, p.147). A CUT teria passado a “não apenas defender uma política sindical de conformação à ordem, mas também de se definir como braço auxiliar de um governo que aplica reformas neoliberais que retiram direitos dos trabalhadores” (Mattos, 2009, p.148). Do mesmo modo, para Antunes (2011, p.138 – grifos do autor), o novo sindicalismo cutista, que era “*classista, autônomo e independente do Estado*”, acompanhou o processo de “neoliberalização” da socialdemocracia sindical, fora da qual havia nascido.

Antunes (2018, p.189) também afirma que, “em 2008, pouco antes de terminar seu governo, Lula, ao mesmo tempo que reconhecia as centrais sindicais permitia que o imposto sindical também as beneficiasse”. O autor também afirma que além de receberem recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e dos apoios financeiros oriundos dos ministérios, o imposto sindical, ao qual a CUT historicamente havia se oposto, também marcava uma diferença importante em relação ao passado⁴⁴. A CUT teria passado, assim como a Força

⁴³ Em artigo posterior, Braga (2016) afirma que ao serem absorvidos pelo aparelho de Estado e pelos fundos de pensão esses “sindicalistas lulistas” teriam deixado de representar os interesses históricos dos trabalhadores para representar os interesses particulares de uma burocracia sindical. Esse processo estaria dando origem à uma “nova burguesia de Estado”.

⁴⁴ Pensamos ser importante recordar que em 2002, pouco antes de assumir, Lula explicitou sua intenção de reduzir drasticamente os recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), o que, de fato, fez no ano seguinte já como presidente. Em 2003, Lula reduziu em 40% o orçamento do FAT (*Folha de S. Paulo*, 10/11/2002; 09/03/2003).

Sindical, a encampar um “sindicalismo negocial de Estado”, reforçado por uma “fértil engenharia de cooptação do governo Lula” (Antunes, 2018, p.213).

Segundo Soares (2013), as cinco centrais sindicais reconhecidas legalmente naquele momento, a Força Sindical, a CUT, a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e a CTB passaram, a partir do processo de *transformismo*, por uma relativa aproximação durante o período Lula, sobretudo após o FNT, que em sua visão seria a maior expressão de tal processo, sobretudo devido ao seu “cupulismo”, que seria uma centralização das discussões por parte das centrais. O reconhecimento legal foi o principal ponto de unidade para as centrais que participaram do FNT. Ao contrário dos outros autores desta seção, Soares (2013) inclui outras centrais que não a CUT em sua análise. Contudo, questionamos a inserção de centrais que nunca tiveram compromisso com a luta pelo socialismo, como a UGT, a NCST e a Força Sindical, na categoria de *transformismo*. Como falar em cooptação daqueles que nunca pretenderam ultrapassar o econômico-corporativo na luta sindical?

A ascensão do movimento grevista é explicada por esse grupo como parte de uma reação das bases ao imobilismo das direções, mais explicitamente no caso de Soares (2013) e Braga (2012, 2016). Um problema das análises referidas é que, com exceção de Soares (2013), todas tratam apenas do sindicalismo cutista. Elementos como a fundação de mais centrais sindicais e a consequente disputa pela base passam ao largo dessa bibliografia. Há, nesses autores, uma ideia geral de que, na medida em que a burguesia e o governo ofereciam ganhos imediatos à classe trabalhadora e os dirigentes sindicais gozavam de benesses do aparelho de Estado, os sindicatos teriam se acomodado. Contudo, como vimos anteriormente, há elementos materiais que permitem sustentar a tese de que houve apoio por parte da maioria da classe trabalhadora sindicalmente organizada a esse governo; segundo Singer (2012), também houve apoio por parte dos trabalhadores em situação mais precária — o subproletariado, na sua denominação. Ele foi expresso, fundamentalmente, no suporte eleitoral a Lula e Dilma e na ausência de greves gerais contra a política econômica dos governos nesse período (Marcelino, 2017 p. 218-219).

Assim, para aquele terceiro grupo de autores (Marcelino, 2017; Galvão, Marcelino e Trópia, 2015; Boito Jr., Galvão, Marcelino, 2015; Ladosky, Ramalho, Rodrigues, 2014; Galvão, 2012; Boito Jr., Marcelino, 2010), não se pode subestimar a adesão consciente por parte da classe trabalhadora às políticas econômicas e sociais implementadas por Lula e Dilma. Também é importante questionar se a separação entre bases e cúpulas sindicais é tão

contundente, já que, como argumentam Galvão, Marcelino e Trópia (2015) se o descolamento entre base e direção fosse completo não seria possível explicar uma série de fatos: a escolha da filiação sindical a uma determinada central, o não aparecimento de sindicatos paralelos e a ausência de um debate, movido pelas bases, em relação à estrutura sindical de Estado e a burocracia sindical que ela forma. Assim, as posições da cúpula, em alguma medida, devem representar os anseios de sua base sindical. Desse modo, esse grupo de autores questiona tanto a ideia de que o sindicalismo foi governo, quanto a de que ele foi cooptado pelos governos Lula e Dilma.

Embora esse terceiro grupo seja o mais heterogêneo, há importantes pontos de convergência entre os/as autores/as. Uma das teses mais presente, e com a qual estamos de acordo, é a de que o sindicalismo integrou, como força subalterna, uma frente política encabeçada pelo PT que levou a cabo uma política que, embora privilegiasse os interesses de uma determinada fração da burguesia, atendeu também a interesses de classe dos trabalhadores. Também há de se destacar um esforço, sobretudo nos trabalhos de Galvão (2012) e Galvão, Marcelino e Trópia (2015), em compreender as novas centrais sindicais surgidas nesse período, enfatizando as relações entre bases sociais e comportamento político de cada central.

Boito Jr., Marcelino e Galvão (2015, p.213) identificam que os governos petistas estimularam duas práticas sindicais que, aparentemente, seriam contraditórias:

- i) Ao expandirem os mecanismos institucionais que os sindicatos dispõem para agir junto ao Estado e ao fomentarem uma aliança entre o movimento sindical e parte do patronato, estimulam a moderação política na cúpula do movimento; ii) ao reduzirem o desemprego e permitirem uma recuperação do crescimento econômico, estimulam a luta reivindicativa e a obtenção de melhorias nas convenções e acordos coletivos.

Assim, se a conjuntura permitiu maiores ganhos para o sindicalismo, a cautela aparece como um elemento que é igualmente favorecido, na medida em que se teme a perda de conquistas atribuídas a esses governos, além de aprofundar contradições internas dessa frente política (Boito Jr., Galvão, Marcelino, 2015). De um lado, a luta reivindicativa de caráter econômico esteve forte e vitoriosa, na avaliação dos autores. Entretanto, a moderação política teve como consequência a limitação da ação sindical.

Galvão (2012) argumenta que o surgimento de novas centrais sindicais (à esquerda e à direita) indica uma reconfiguração no cenário sindical que comprometeu a hegemonia que CUT e Força Sindical tiveram na disputa da base nos anos 1990 e começo da década de 2000. Mas a perda de base social de ambas as centrais também tem relação com as suas escolhas políticas. A Força Sindical deu um excessivo apoio ao neoliberalismo durante os governos de

Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A CUT, por sua vez, manteve apoio aos governos petistas, mesmo em momentos em que ele contrariou interesses dos trabalhadores, como no caso da Reforma da Previdência feita por Lula em 2003. Esse argumento de Galvão (2012) é válido para o período que vai do início dos governos neodesenvolvimentistas até o ajuste fiscal feito por Dilma a partir de novembro de 2014, que será analisado em capítulo posterior. Neste caso, a Central fez duras críticas e organizou manifestações de rua e pressão política contra o governo.

Ladosky, Ramalho e Rodrigues (2014) afirmam que, embora a proximidade com o governo tenha dificultado que a CUT assumisse posturas mais críticas em determinados momentos, isso não quer dizer que essa central tenha sido tomada por uma paralisia. Desse modo, os autores também dizem que a CUT pode não ter tido a visibilidade que teve nas grandes mobilizações dos anos 1980, mas que a interlocução com o governo aumentou sua eficácia política. Portanto, houve conquistas que em outras conjunturas políticas e ideológicas de distanciamento do governo não seriam possíveis. Ainda assim, as centrais sindicais integraram essa frente política de maneira subordinada.

CAPÍTULO 3: Crise política e crise econômica (2013-2018): golpe e restauração neoliberal

A crise política que permitiu o golpe de 2016 permitiu também a restauração do neoliberalismo ortodoxo no país. Pode-se questionar: mas se o neodesenvolvimentismo não rompeu com o neoliberalismo, por que falar de restauração neoliberal? Entendemos que essa restauração já se anunciava no ajuste fiscal promovido por Dilma Rousseff e Levy, após as eleições de 2014, na tentativa de aprovação de um Projeto de Lei que legalizava a terceirização irrestrita. Após o golpe, com as reformas promovidas por Temer (abordadas no capítulo 4), essa restauração passa por um salto qualitativo.

No que toca ao debate público, as eleições de 2014 demonstraram um aspecto distinto em relação às eleições de 2002, 2006 e 2010. Em 2002, por exemplo, a campanha presidencial de José Serra (PSDB) tentou se distanciar do governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, prometendo inclusive fortes incentivos para setores produtivos nacionais (Martuscelli, 2015, p.145). De maneira semelhante, em 2006 e 2010, tanto Alckmin quanto Serra em suas respectivas tentativas de vencer o PT eleitoralmente não reivindicaram o governo FHC. Em 2010, José Serra fez uma campanha com o mote “o Brasil pode mais”, não polarizando diretamente com Lula (Uol Eleições, 17/08/2010). Em contrapartida, Aécio Neves assumiu a presidência do PSDB em 2013 afirmando: “Somos o partido das privatizações que tão bem fizeram para o Brasil”, reivindicando o governo FHC e o programa neoliberal mais claramente (Rede Brasil Atual, 25/10/2014).

Por fim, também entendemos o golpe como parte da tentativa de restauração da relação de forças no interior do bloco no poder que era vigente nos anos 1990, isto é, com a hegemonia incontestada da grande burguesia associada ao capital internacional. Contudo, antes de tratar desse tema, julgamos necessário fazer algumas considerações sobre o conceito de crise política com o qual trabalhamos e sua relação com os conflitos de classe e fração de classes.

3.1. O conceito de crise política

O conceito de “crise” possui diversos significados nas mais distintas tradições das Ciências Sociais. Portanto, faz-se necessário explicitar que o conceito de crise política com o

qual trabalhamos inscreve-se na tradição marxista. A fim de melhor compreender o que estamos falando, iremos contrapor-la a duas abordagens distintas dessa tradição.

Há diversas maneiras de se analisar as crises políticas e suas relações com os agentes sociais. Alonso (2017, p. 49) destaca três ênfases: nas causas, nos atores ou no processo de mobilização. No estudo deste último objeto, ao qual a autora confere a prioridade de suas análises, a principal referência teórica é Charles Tilly e seu conceito de repertórios de confronto (Alonso, 2012). Para esses autores, interessa *como* os agentes sociais se articulam. Esse conceito, que sofre mudanças internas na obra do autor, consiste, em linhas gerais, na mobilização de recursos que são apreendidos durante “performances confrontacionais” (Alonso, 2012, p.31). Ou seja, o uso da marcha, da palavra de ordem, do abaixo-assinado, privilegiando, em suas últimas abordagens, a “*experiência* das pessoas em *interações* conflituosas, e o *uso* e a interpretação dos *scripts* em *performances*, a nova unidade mínima do repertório” (Alonso, 2012, p.32).

Segundo Alonso (2017, p. 49), ao analisar os protestos de rua em São Paulo na mesma conjuntura por nós estudada, pode-se ver que os “manifestantes construíram estilos de ativismo, apropriando-se de repertórios de confronto disponíveis, num jogo estratégico entre si e com as instituições políticas, que configuram três ciclos de confronto entre 2013 e 2016”. Para essa autora e sua linha teórica, o conteúdo das reivindicações não tem relevância analítica. Desse modo, três “repertórios de confronto” teriam sido observados nesse período: 1) socialista: bandeiras vermelhas, megafones, organização vertical; 2) autonomista: movimentos por justiça global, com repaginação de signos e slogans anarquistas, “estilo de vida alternativo (anti-hierarquia de gênero, compartilhamento de espaços e objetos, organização descentralizada, deliberação por consenso e ações performáticas diretas (tática *black bloc*), contra símbolos dos poderes financeiro e político (anticapitalismo, antiestatismo)” (p.49); e, por fim, 3) patriota, que teria sido menos notado em 2013, e que recuperava símbolos das Diretas Já (1984) e do Fora Collor (1992) – bandeira, cores e hino nacionais.

A perspectiva assumida por essa linha teórica é a de que é “difícil identificar causas de uma mobilização em massa. Mais viável é reconstruir elementos do ambiente sociopolítico que facilitaram sua emergência” (Alonso, 2017, p. 50). Com efeito, Alonso procede a uma reconstituição de fatos que põe em foco a forma como os protestos foram realizados nesse período. Sobretudo a maneira pela qual o repertório “patriota” (cores hino, slogans nacionais)

foi reativado após as Manifestações de Junho de 2013 e seus desdobramentos posteriores (como no movimento de 2015-2016 “Fora Dilma!”).

Alonso (2017, p.53), ainda inscrita na problemática do *como* os agentes se mobilizam nas crises políticas, também reivindica o conceito de *conjuntura fluida* de Dobry (2014), isto é, conjunturas que afetam a organização rotineira da sociedade em suas próprias estruturas. Nessas conjunturas ocorre uma “desespecificação das pautas” e perdem força as lógicas “setoriais”, o que acarreta em uma “incerteza estrutural”. É assim que a autora caracteriza o período abordado pelo artigo, de 2013 a 2017, tal como podemos observar na seguinte análise:

O ciclo de 2013 gerou uma “conjuntura fluida”, situação de incerteza estrutural, na qual padrões rotineiros de orientação da conduta política se dissolveram, clivagens usuais esmaeceram e novas conexões, entre setores sociais distantes entre si ganharam expressão política (Alonso, 2017, p.53).

Contudo, do ponto de vista da teoria marxista, que adotamos, há um limite nessa abordagem que, nas palavras de Martuscelli (2018a, p. 151) “prioriza apenas um aspecto da crise, a mobilização social – entre as diversas dimensões que a recobrem”. Seja mais ou menos viável a identificação das causas de uma mobilização, o problema das razões pelas quais os agentes se mobilizam, ou seja, a pergunta que a linha teórica anterior não se faz, o “por que”; ao menos não de maneira sistemática, consciente e cientificamente controlada – em torno de uma determinada reivindicação e não de outra permanece e não é resolvido pela desistência da investigação. A conjuntura na qual uma mobilização social é inserida, as razões políticas e ideológicas pelas quais aderem a determinadas palavras de ordem e reivindicações e não outras, as classes ou frações de classes que predominam nas mobilizações são elementos extremamente relevantes para compreender tanto a forma quanto o conteúdo das crises e a articulação dos agentes. Esta análise “unifatorial” tende, ainda segundo o autor, a limitar-se a uma “explicação formalista e abstrata das crises (...) entre outros aspectos, deixando de lado os elementos objetivos que as caracterizam e as dinamizam, e que estruturam o jogo político” (Martuscelli, 2018a, p. 151). De fato, Alonso (2017) procede meramente à descrição jornalística das manifestações que vão de Junho de 2013 ao “Fora Temer”, entre 2016 e 2017.

Diríamos ainda que esse caráter mais descritivo que assume a problemática teórica presente em Alonso (2017) revela alguns impasses e limites: os megafones e carros de som, identificados com o “repertório socialista” também estiveram presentes nas manifestações pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, nas quais teria predominado o repertório “patriota”, como a própria autora reconhece (Alonso, 2017, p. 54). Além disso, em manifestações organizadas pelas forças contrárias ao golpe de 2016 e pelo “Fora Temer”, bem

como as que se seguiram no período estudado, é possível observar uma série de elementos patrióticos presentes: bandeiras do Brasil, ainda que em quantidade bastante menor do que nas manifestações opositoras, a própria simbologia da Frente Brasil Popular (composta por forças como PT, PCdoB, CUT, CTB, MST, etc.). Como explicar esse fenômeno? Entendemos que esse impasse decorre da própria problemática teórica em torno da qual se organiza a dita corrente, na ênfase na mobilização social em detrimento das causas. Para a teoria marxista, diferentemente, o conteúdo das reivindicações diz muito mais sobre a natureza das manifestações do que sua forma; aliás, o conteúdo de classe das reivindicações determina, em larga medida, a forma como elas serão colocadas⁴⁵.

Desse modo, pode-se ressaltar a diferença que há, por exemplo, entre o nacionalismo chauvinista das potências imperialistas no período do nazifascismo, o nacionalismo das ditaduras militares do Cone Sul nos anos 1960-1980, e o nacionalismo em alguns países dependentes, que assumiu a forma de guerras de Libertação Nacional (China, Cuba, Nicarágua etc.)⁴⁶. Alonso (2017), ao afirmar que esse repertório patriota esteve presente em outras lutas, como as *Diretas Já!* e o *Fora Collor!*, não questiona as razões de suas distintas apreensões em relação ao último período, por exemplo. Isso deve-se, justamente, à desconsideração da natureza causal de tais manifestações.

Ainda em relação à teoria de Dobry (2014), é importante a distinção entre “conjunturas rotineiras” e as “conjunturas críticas” (ou fluidas). As conjunturas críticas seriam distinguidas das conjunturas rotineiras por: a) predomínio das mobilizações multissetoriais, enquanto na primeira predominam mobilizações setoriais; b) maior interdependência nas ações e cálculos políticos dos atores envolvidos; c) predomínio das reivindicações de dimensão global em detrimento das setoriais, específicas.

De acordo com Martuscelli (2018a, p. 152) é “questionável a tese de que as mobilizações setoriais seriam a marca distintiva das conjunturas críticas, tendo em vista que se podem configurar situações de crise política resultantes de mobilizações setoriais”. O autor dá o exemplo do “paro del campo”, ocorrido na Argentina entre março e julho de 2008, que consistiu em protestos de proprietários rurais contra taxações sobre a exportação de carne, soja e trigo, impostas pelo governo Kirchner. Poderíamos também recordar a greve de

⁴⁵ Arias (2018) trabalha essa relação em uma análise sobre o ATTAC. Para a autora, o conteúdo de classe média das reivindicações desse que foi um dos mais importantes movimentos altermundialistas presentes dentro do Fórum social Mundial está explícito, também, na forma como suas reivindicações são socialmente apresentadas.

⁴⁶ Poulantzas (1978, p.88) refere-se a esse fenômeno das metamorfoses do nacionalismo: “No estágio imperialista, adquiriu pouco a pouco, nos países dominantes, um aspecto eminentemente reacionário, enquanto que nos países dominados, através das reivindicações de ‘libertação nacional’, tomou um aspecto progressista”.

caminhoneiros no governo Temer, em 2018. Nesse caso mais recente, caminhoneiros paralisaram suas atividades durante 11 dias (de 21 a 31 de maio), o que, em um país extremamente dependente do modal rodoviário como o Brasil, significou impactos extremamente negativos na distribuição de alimentos, combustíveis, gás, etc.. Embora as críticas se voltassem sobretudo para a política de preços de combustíveis adotada pelo governo Temer, houve, de acordo com Valle e Martuscelli (2018) fundamentalmente um locaute, possível graças ao grande controle que os empresários possuem sobre a frota rodoviária (61%). Além dessa característica, as empresas e organizações patronais tenham melhores condições de pressionar o governo e ser a força dirigente deste tipo de movimento, como ocorreu neste caso (Valle, Martuscelli, 2018). Este locaute demonstrou a fragilidade política do governo Temer que, instável, cedeu à pressão de caminhoneiros e empresários. A greve dos caminhoneiros no Brasil e o “paro del campo” na Argentina têm em comum o fato de serem mobilizações setoriais que colocaram esses governos em crise.

Martuscelli também destaca outros limites da abordagem de Dobry (2014), utilizada por Alonso (2017): 1) os fatores objetivos limitam a atividade tática, condicionando a própria dinâmica interna de uma conjuntura particular, o que “não quer dizer que o desfecho ou resultado de uma conjuntura de crise já esteja inscrito no seu início” (Martuscelli, 2018a, p. 152); 2) essa análise comporta uma visão cíclica da história, “condenada a uma meras repetições de fatos”, o que compromete o entendimento dos diferentes tipos e dinâmicas de cada crise política em formações sociais distintas; 3) ainda que essa abordagem auxilie na distinção entre momentos de crise e de estabilidade, ela não leva em conta a caracterização do seu conteúdo, “o que demanda não apenas observarmos sua dinâmica interna, mas, suas causas e resultados. Nota-se, desse modo, que as perspectivas apresentadas se orientam em torno de problemáticas teóricas distintas.

Na visão de Alonso (2017, p. 53) o ciclo das manifestações de junho de 2013 abriu uma “conjuntura fluida”, uma ruptura com a organização rotineira da sociedade, como vimos. Na perspectiva marxista, porém, compreende-se que se trata da *condensação de contradições que já estavam presentes no processo político* em estado latente, mas que, devido a alterações na conjuntura (agravamento da crise econômica, das contradições entre as classes e frações de classe, maior intensidade da disputa pelo fundo público, conflitos salariais etc.), passam a operar em uma situação qualitativamente distinta no processo político. Desse modo, seguindo Poulantzas (1977, p.5) afirmamos que as crises políticas não são patologias que irrompem

repentinamente, mas “que os elementos genéricos de crise (devido à luta de classes) estão constantemente em ação na reprodução do capitalismo”.

Outra abordagem presente nas análises sobre as crises políticas, à qual também nos contrapomos, é a abordagem institucionalista, de autores como Almeida (2017). A corrente institucionalista concentra suas análises, como anunciado em seu nome, em como seu desenho produz determinados resultados – no caso, o assim chamado presidencialismo de coalizão. Ou seja, ela analisa apenas a *cena política* (relação Executivo e Parlamento), a forma como os conflitos aparecem em determinada instituição. A razão dos conflitos e a natureza de classe do conflito, que são pontos extremamente relevantes para nossa abordagem, ficam de fora de uma análise institucionalista. Este tipo de análise está, por exemplo, em Almeida (2017): partindo da ideia de que o pacto da Constituição de 1988 permitiu um “círculo virtuoso”, no qual a noção de cidadania imperou, a autora afirma que o presidencialismo de coalizão e o Plano Real, abriram espaço para políticas progressistas moderadas, um arranjo político no “qual políticas públicas semelhantes são postas em prática independentemente de quem esteja no governo” (Almeida, 2017, p. 24). Assim, a autora sustenta que:

Em resumo, a experiência democrática dos últimos trinta anos se materializou em um sistema político pluralista no qual a livre e vigorosa competição por votos esteve lastreada em uma cultura política compartilhada e ancorada no princípio da igualdade cidadã e na convergência em torno da necessidade de garantir o valor da moeda e buscar mais inclusão e equidade social. Em outros termos, conviveram acesas competição eleitoral e significativa convergência com relação a uma agenda de reforma social progressista e de manejo monetário e fiscal prudente (Almeida, 2017, p. 25).

Desse modo, Almeida (2017) compreende que o sentido da crise política que estudamos é o de que ela desarranjou o mecanismo político que sustentou as políticas moderadamente progressistas. As raízes desse processo estariam no “relaxamento da prudência fiscal” com o qual o governo Lula combateu os efeitos da crise de 2008 (Almeida, 2017, p. 26). Almeida argumenta ainda que, submetido a uma lógica eleitoral, o PSDB foi aglutinando cada vez mais setores direitistas, liderados por Alckmin, em detrimento dos setores comprometidos com a “reforma social” que fundaram o partido, como Mário Covas e Franco Montoro. Foi desse modo que, na visão da autora, “o terreno comum sobre o qual se dava a competição eleitoral centrípeta afundou de vez durante a campanha eleitoral de 2014, destruído pela polarização política que envolvia lideranças políticas e a opinião pública informada em um jogo de soma zero” (Almeida, 2017, p. 27).

O grande dilema do futuro da democracia no Brasil seria, ainda de acordo com Almeida (2017), a possibilidade de continuidade do presidencialismo de coalizão e a necessidade de reconstituição de uma maioria parlamentar centrista que pudesse retomar os

valores da Constituição de 1988. Essa maioria estaria fortemente comprometida também pela Operação Lava Jato “que revela, como nunca, as entranhas do sistema político em sua intimidade promíscua com grandes interesses privados, [haja vista que essa operação denunciou um esquema corrupto de financiamento de campanhas] sem dúvida azeitou as engrenagens do presidencialismo de coalizão”, posto que tanto o PT quanto o PSDB nunca formaram maioria suficiente para governar sem aliar-se “ao centro ocupado pelo PMDB, de fundo enraizamento subnacional e que reunia o que havia de mais pragmático e patrimonialista na elite política brasileira” (Almeida, 2017, p. 25).

Entendemos que esse tipo de abordagem possui alguns problemas: 1) a desconsideração da cena política como dissimulação do conflito de classes, portanto também como reflexo da luta de classes, das posições adotadas pelas classes e frações de classes em determinadas conjunturas; 2) caracterizar a crise política como uma anomia disfuncional – que, no referido caso, diz respeito à perda de um centro parlamentar moderador. Esse tipo de análise institucionalista está vinculado à noção de governabilidade, elaborada originalmente por Samuel Huntington nos anos 1960, mas que ganhou notoriedade na América Latina nos anos 1980, durante os processos de redemocratização (Osorio, 2014). A ideia fundamental dessa corrente analítica é a de que há um processo de instabilidade política decorrente da “sobrecarga de demandas” e pela redução da autoridade governamental, decorrente do atendimento dessas demandas”, como descreve Martuscelli (2018a, p. 153).

Embora Almeida (2017) reconheça como positiva a ideia de “reforma social” que teria imperado após a promulgação da Constituição de 1988, a reflexão da autora inscreve-se na problemática institucionalista da governabilidade, situando a atual crise brasileira como uma “anomia”, e não reflexo de uma determinada etapa das lutas de classes. Desse modo, não apenas oculta as contradições de classe, portanto os distintos projetos, os possíveis sistemas de acumulação em disputa na sociedade, como também oculta a questão: governabilidade para quem? Como afirma Osorio (2014, p. 283): “a noção de governabilidade está associada à noção de democracia de modo conflitivo, pois elas respondem a lógicas distintas: uma responde à estabilidade e ao poder, a outra à igualdade”. Sobretudo com o neoliberalismo, essa ideia de governabilidade passa a estar cada vez mais vinculada à necessidade de estabilidade política e responsabilidade orçamentária, “questões que terminam se traduzindo em uma convocatória para fechar – ou diminuir – as portas às demandas por bem-estar e por uma maior participação dos cidadãos, assumindo os programas de ajuste neoliberal” (Osorio, 2014, p. 273).

Ao criticar essa corrente por não compreender a especificidade do conceito de crise – concebendo-a como um momento passageiro que rompe a funcionalidade de um sistema harmonioso, Poulantzas (1977, p. 22) afirma que um dos equívocos do institucionalismo é conceber o Estado como sujeito. Seria a ideia de que “a autonomia do Estado, considerada até aqui como absoluta, é relacionada com a sua vontade própria como instância racionalizante da sociedade civil”. Esta autonomia absoluta estaria concentrada nos portadores dessa racionalidade, a saber, a burocracia estatal e as elites políticas. Diz Poulantzas (1977, p. 22):

Com efeito, é um traço próprio desta tendência [institucionalista-funcionalista] dotar as instituições-aparelhos de poder próprio, quando na verdade o aparelho de Estado não possui poder, já que só se pode entender por poder de Estado o poder de certas classes e frações, a cujos interesses corresponde o Estado.

Esse problema aparece na abordagem de Almeida (2017), que situa o parlamento como um “moderador”, agindo em nome de uma “vontade geral” (a noção de “cidadania”). O institucionalismo possui ainda o equívoco de compreender Estado como neutro e não um aparelho atravessado de contradições entre classes e frações de classe, mas sempre com o intuito de preservar os interesses do conjunto da burguesia no capitalismo, portanto, um Estado burguês.

O que estamos entendendo por *crise política* e por que insistir em sua especificidade? De acordo com Poulantzas (1977)⁴⁷, a ideia geral de crise, portanto também as crises políticas, consiste em uma *situação particular de condensação das contradições* entre as diversas classes e frações de classe. Trata-se de uma situação particular porque, embora as contradições já estejam genericamente presentes na reprodução das relações capitalistas nos períodos de estabilidade, devido à luta de classes, a articulação e condensação dessas contradições revestem-se de características específicas. Ela incide, portanto, em uma determinada conjuntura, modificando substancialmente as relações de força, alianças de classe, o bloco no poder, aparelhos de Estado, e suas relações com as classes dominadas, podendo até fazer emergir novas forças sociais e alterar a forma de Estado, de regime ou de governo em uma determinada formação social.

O primeiro ponto que se deve ter claro é que a crise política de que estamos tratando refere-se a uma crise política típica de um período histórico de reprodução social, retomando as análises de Saes (1994) e Martuscelli (2018a). Ela distingue-se, portanto, das crises

⁴⁷ Operamos aqui com a retificação conceitual elaborada por Martuscelli (2018a, p. 165-168) em sua crítica ao último Poulantzas, que fundiu os conceitos de crise política e crise de Estado no texto citado, o que resulta “em defender unilateralmente o conceito de história como mudança, ou transição social e em ocultar a sua dimensão reprodutiva” (Martuscelli, 2018a, p. 166), de modo que nem toda crise política se converte em crise de Estado. Em suma, a menos que os mecanismos estruturais da dominação de classe sejam postos em xeque, não faz sentido falar em crise de Estado.

políticas que se inscrevem em períodos de transição social, como as crises revolucionárias, ou seja, “numa conjuntura marcada pela não correspondência entre forças produtivas e relações de produção, podendo se efetivar na mudança do tipo de Estado” (Martuscelli, 2018a, p. 160). Portanto, nem toda crise política tem a característica de constituir-se naquilo que Gramsci (2017, p. 61) chamava de “crise de hegemonia”, ou “crise do Estado no seu conjunto”, isto é, uma crise que coloca em risco a hegemonia da classe dominante na condução do Estado⁴⁸. Contudo, Poulantzas (1972b, p. 112) afirma que “em qualquer crise política, constata-se a instabilidade hegemônica e o caráter movediço de relações de força no seio do bloco no poder”.

Assim, Poulantzas (1977) argumenta que as crises políticas não são necessariamente uma anomia disfuncional para as classes dominantes, uma vez que podem contribuir para restaurar a hegemonia de uma fração da classe dominante ou realizar acomodações no seio do bloco no poder. A esse tipo de crise, Saes (1998, p. 141) denominava crises “positivas” para as classes dominantes. Nesse caso, os períodos de crise política são marcados por uma instabilidade hegemônica – nos termos de Poulantzas (1972, 1977) –, isto é, pela incapacidade de uma fração de impor sua hegemonia no seio do bloco no poder às outras frações das classes dominantes. Desse modo, segundo Martuscelli (2018a, p. 170), dois tipos de situação de crise decorrentes de disputas pela hegemonia no bloco no poder são possíveis: a) a mudança na forma de Estado; b) os conflitos entre frações menos poderosas e a fração dominante, “o que pode abrir espaço para a instauração de uma nova hegemonia política, para a acomodação dos interesses das frações menos poderosas no interior do núcleo hegemônico, ou ainda para uma mudança na hierarquia e/ou divisão social do trabalho dos interesses de classe que compõem o bloco no poder”.

Poulantzas (1977) considera errôneo afirmar que as crises políticas emergem subitamente, rompendo com um sistema “harmonioso”, uma vez que são processos efetivos com ritmos próprios, tempos fortes e fracos, de maior ou menor intensidade. Essa ideia também comporta a tese de que nem sempre há uma coincidência entre crise política, crise ideológica, crise econômica e crise de Estado, cada uma delas possui “tempos distintos” e ritmos próprios, embora possam condicionar-se mutuamente. Gramsci (2017, p. 44) adverte

⁴⁸ Ao analisar aquilo que denomina como *crise orgânica*, Gramsci (2017, p. 60-71) afirma que esse tipo de crise ocorre quando há um descolamento entre os partidos de massas e os grupos sociais que eles representam. Essa situação se dá quando as classes dominantes fracassaram em um grande empreendimento político, para o qual pediram ou impuseram pela força o consenso das massas, ou então quando as massas passam da passividade para a atividade de modo súbito “e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução” (Gramsci, 2017, p. 61).

que ainda que as crises econômicas criem “um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de por e de resolver as questões que envolvem todo o curso da vida estatal”, elas não possuem o alcance suficiente para determinar por si só o curso daquilo que chama de “crises históricas”. Desse modo, é possível evitar dois equívocos correlatos: 1) negar uma relação entre a crise econômica e a crise política; 2) compreender a crise política como decalque da crise econômica.

Nesse aspecto, Boito Jr. (2016) insiste que o ciclo grevista, inaugurado em 2004 e que permitiu ganhos salariais contínuos e crescentes, deu condições para o sindicalismo elevar suas exigências a partir de 2012-2013. Esse seria um dos elementos para compreender a gradual deserção da burguesia interna do governo Dilma⁴⁹. Destacando o avanço da luta distributiva no período, Boito (2018, p.299) ressalta que os ganhos que o sindicalismo obteve foram indiretos, mas consistentes. Como exemplos, o autor cita o crescimento econômico, a enorme redução de desemprego, que caiu de 13,5% em 2003 para 4,6% em 2014, e a valorização do salário mínimo. Em um quadro de crise econômica, é de se supor que as políticas sociais do antigo governo passassem a atingir mais diretamente os interesses do conjunto da burguesia, sobretudo a política de valorização do salário mínimo, a de maior impacto no combate à desigualdade (Paulani, 2017). Assim, Boito (2018, p.275) destaca que, no período anterior à crise, os documentos das associações da grande burguesia interna valorizavam a intervenção do Estado para promover o crescimento econômico e poupavam os interesses dos trabalhadores. Em 2015, porém, essas mesmas associações pleiteavam o apoio ao ajuste fiscal e a defesa de reformas que feriam interesses dos funcionários públicos e dos trabalhadores do setor privado (Boito Jr., 2018, p.275).

A crise política também se relaciona com uma crise ideológica, isto é, uma crise da ideologia dominante, portanto, da relação entre ela e as classes dominantes, bem como de sua relação com os subconjuntos ideológicos das classes dominadas, que é o modo como lhes é inculcada a ideologia dominante (Poulantzas, 1972a; 1977). Conforme afirmamos anteriormente, a ideologia cumpre, juntamente com as instâncias do político e do econômico, um papel de constituição das classes sociais. Poulantzas (1977, p. 13) ressalta que, mais do que isso, a ideologia “é ainda mais importante na constituição das classes em forças sociais”, quer dizer, na posição assumida pelas classes em dada conjuntura. É também constituindo em

⁴⁹ Essa hipótese também é levantada por Singer (2016) e Braga (2016). Braga não trata dos conflitos internos da burguesia e Singer opõe uma coalizão produtivista, mais próxima ao governo, a outra de caráter rentista, identificada com o PSDB. Porém, ambos reconhecem o papel do ciclo grevista no afastamento das classes dominantes em relação ao governo.

“parte ativa das relações de forças entre as classes”, incidindo na formação de aliança, nas formas de organização e representação e nas relações entre as classes dominadas e o bloco no poder.

A ideologia não consiste somente em ideias abstratas, encarnando-se “nas práticas, nos hábitos, nos costumes e modos de vida de uma formação social”. Elas são, de igual modo, relações de poder (Poulantzas, 1977, p. 13). Em virtude disso, estão presentes nos aparelhos de Estado, que tem como uma das funções “reproduzir a ideologia dominante em suas relações com as ideologias ou subconjuntos ideológicos das classes dominadas” (Poulantzas, 1977, p. 13). Como a crise política também tem como característica uma crise de legitimação, seja de poderes, partidos, organizações, ou aparelhos do Estado, a própria forma de materialização da ideologia (aparelhos⁵⁰) é posta em questão. Poulantzas (1972a) afirma que um dos efeitos disso é a ruptura do laço representantes-representados, entre as classes e frações e seus partidos, ou se preferirmos, a crise orgânica, como afirmava Gramsci.

De fato, o sistema partidário foi posto em questão no Brasil com a operação Lava Jato, e os desdobramentos posteriores das eleições de 2018 parecem autorizar a ideia de que houve uma ruptura entre os partidos tradicionais, sobretudo no caso das classes dominantes – o PSDB – e seus representados, que seriam a base eleitoral vinculada à classe média alta (Singer, 2012)⁵¹. Uma característica da crise política é sua relação com outros ramos e aparelhos do Estado, na qual também se expressam disputas entre frações da classe dominante. Décio Saes (1998) ressalta que, no regime presidencialista, há dois tipos de crises políticas possíveis: a que exprime o conflito entre presidência e parlamento e a que exprime o conflito entre a burocracia de Estado e a presidência. No período recente tivemos a ocorrência simultânea dessas duas crises, haja vista que a operação Lava Jato, após cumprir um importante papel no golpe jurídico-parlamentar de 2016 – como veremos no item 3.6 – prosseguiu durante o governo Temer. Mais do que isso, o poder judiciário também extrapolou por diversas vezes os seus limites constitucionais durante a crise política, seja na condução coercitiva de Lula para depoimento, seja na divulgação ilegal do grampo telefônico envolvendo a então presidenta Dilma e o ex-presidente Lula, ou mesmo na anulação da

⁵⁰ Poulantzas (1972b) argumenta que numa formação social a ideologia não consiste somente nas “ideias”, ela se encarna nas práticas dos agentes, com uma perspectiva de classe por meio de aparelhos ideológicos de Estado (Igreja, partidos políticos da ordem, sindicatos, escolas, universidades, meios de informação, família etc).

⁵¹ Podemos sugerir que isso aconteceu também no seio da burguesia que optou pela candidatura de Jair Bolsonaro do até então inexpressivo Partido Social Liberal (PSL), que acabou resultando vitoriosa do pleito. Essa opção das classes dominantes ocorreu em detrimento de outras candidaturas cujos vínculos de representação com a burguesia eram mais tradicionais.

nomeação de Lula para o ministério da Casa Civil⁵². Poulantzas (1977, p. 39) afirma que a “confusão orgânica dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e a invasão constante dos campos de ação e de competência dos aparelhos ou ramos que lhes correspondem (polícia e justiça, por exemplo)”, é uma característica das crises políticas. Ainda segundo o autor, isso também revela uma crise ideológica, haja vista que, mesmo que ilusória, essa separação não deixa de constituir o “fundamento ideológico do poder burguês”. Tem-se, então, uma situação análoga ao do duplo poder, que consiste em uma separação entre *poder real* e *poder formal*.

Saes (1998, p. 141) afirma que o presidencialismo facilita “uma resolução do conflito em termos favoráveis à burocracia estatal” (Saes, 1998, p. 141). Uma das razões para isso é a de que:

(...) Os golpes de Estado nos países capitalistas têm, em geral, visado mais diretamente o Presidente e não o Parlamento (...) o golpe de Estado direto contra o Parlamento é mais difícil de se organizar, já que implica um ataque frontal à organização política do ‘conjunto da sociedade’; acaba, portanto, vitimando igualmente partidários e adversários da política estatal em curso” (Saes, 1998, p. 142).

Por essa razão, as Forças Armadas procuram manter o Parlamento funcionando após golpes militares. O autor o afirma para sustentar a tese de que é muito mais difícil para um presidente encontrar forças na sociedade para mobilizarem-se na defesa de seu mandato do que o parlamento para enfrentar eventuais ataques golpistas (Saes, 1998).

No caso do governo Dilma, houve diversas manifestações de apoio, como veremos no próximo item, ainda que tenha prevalecido por parte do governo uma estratégia de enfrentamento centrada nas instituições do Estado e, por diversas razões, as manifestações de rua tenham sido insuficientes para barrar o golpe de 2016. Mais adiante, trataremos dos efeitos da Lava Jato na configuração da crise. Por ora, destacamos a afirmação de Martuscelli (2018c, p. 11), segundo a qual “todo golpe de Estado está ligado a conflitos entre um ou mais ramos subalternos do Estado e o ramo dominante no qual se expressa a hegemonia política de uma fração no bloco no poder”. Essa argumentação teórica nos ajudará a compreender a razão pela qual o alvo da Lava Jato eram ramos do Estado no qual a grande burguesia interna tinha mais força, como argumentam Boito Jr. e Saad-Filho (2018). Esse vínculo com os conflitos

⁵² No dia 4 de março de 2016, o ex-presidente Lula foi levado em condução coercitiva para depoimento. Esse expediente só pode ser acionado pelo poder Judiciário quando o intimado é convocado por duas vezes a depor e não comparece, ou seja, não se aplicava ao caso. Posteriormente, no dia 16 de março, Dilma Rousseff nomeou Lula como seu ministro-chefe da Casa Civil. No dia 18 de março, o ministro do STF Gilmar Mendes acatou uma ação judicial do PSDB e do PPS que pediam a suspensão da nomeação com a alegação de que Lula se valeria do cargo para fraudar as investigações da operação Lava Jato, isto é, por um crime que ele *poderia* vir a cometer. Cabe recordar que isso não ocorreu quando Michel Temer nomeou Moreira Franco, já réu na operação Lava Jato, para a Secretaria-Geral da Presidência (Rede Brasil Atual, 04/03/2019, El País, 14/02/2017, Portal G1, 18/03/2016). A divulgação dos grampos do diálogo completo também mostra que a intenção de Lula não era essa (The Intercept Brasil, 03/09/2019).

entre frações dominantes ocorre porque as instituições estatais “são apropriadas por diferentes frações da classe dominante e por classes ou frações aliadas às frações dominantes (caso das camadas superiores da classe média que tende a preencher os quadros da alta cúpula estatal)” (Martuscelli, 2018c, p. 11). Isso implica em disputas e alterações na hierarquia institucional.

Seguindo a teoria marxista do Estado, entendemos que os agentes que compõem a burocracia estatal não são indiferentes ao seu pertencimento de classe e às tendências ideológicas que dela relevam. Contudo, Poulantzas (1977; 2019) lembra que se trata de uma categoria social específica, e não de uma classe. Entretanto, nos períodos de crise, em virtude da crise ideológica e do rompimento do laço representantes-representados, tendem a politizar-se. De fato, a operação Lava Jato cumpriu um papel mobilizador em torno do tema da corrupção, principalmente da classe média, e, por diversos meios, contribuiu para desmoralizar o governo Dilma Rousseff, e o PT em particular.

3.2. As manifestações de junho de 2013: CUT e Força Sindical diante dos limites do neodesenvolvimentismo

É muito difícil precisar “o começo da crise”. Contudo, e de acordo com o conceito de crise como uma *condensação de contradições* que já estavam presentes no processo político, entendemos que é possível apontar essas contradições e compreender como elas foram se articulando. Lula encerrou o seu segundo mandato na presidência da república com 87% de aprovação; e Dilma, antes das manifestações de junho de 2013 teve 79% (Portal G1, 16/12/2010; UOL, 19/03/2013). Contudo, esse período de relativa estabilidade teve seu primeiro grande desgaste com as manifestações de junho de 2013. A aprovação da presidente Dilma Rousseff despencou nesse período e não retomaria os índices do passado até sua deposição em agosto de 2016 – embora ela tenha sido reeleita em pleito de 2014. O baixo crescimento econômico em 2014, com queda de 4,4% em relação ao ano anterior, também contribuiu para colocar o governo na defensiva, cortando os gastos públicos (Singer, 2016). Nesse momento, as contradições que estavam latentes emergiram com força na conjuntura. À sua reeleição em disputa acirrada contra o candidato Aécio Neves (PSDB), no segundo turno, seguiu-se a coexistência de uma crise econômica e uma crise política que abalou severamente as bases sociais de seu governo, culminando no *impeachment* em agosto de 2016 (Singer, 2016; Boito Jr., 2016; Braga, 2016). Mas como se deu esse processo?

Entre 2011 e 2014, o governo Dilma Rousseff intensificou as iniciativas neodesenvolvimentistas com a chamada Nova Matriz Econômica, o que foi chamado por Singer (2016, 2018) de *ensaio desenvolvimentista*, gerando forte reação, sobretudo das agências internacionais de risco e instituições de controle econômico (FMI, Banco Mundial), bem como dos bancos estrangeiros, corporações multinacionais e a mídia – vide a revista *The Economist*, que exigiu a demissão de Guido Mantega do Ministério da Fazenda em dezembro de 2012. Paulani (2017) e Moraes (2017) argumentam que quando eclodiu a crise de 2008, o governo conseguiu driblar seu impacto no país por meio de uma agressiva expansão do crédito e investimentos públicos em infraestrutura. Singer (2016, p. 28-32) destaca nove iniciativas que foram tomadas pela presidenta nesse sentido (a chamada “Agenda FIESP”): 1) redução dos juros, para facilitar o acesso ao crédito e o investimento empresarial; 2) uso intensivo do BNDES, com uma linha de crédito subsidiado para empresas; 3) aposta na reindustrialização, por meio do programa Brasil Maior, lançado em agosto de 2011; a proposta era que o BNDES investisse 600 bilhões na indústria até 2015; 4) desonerações, haja vista que a “carga fiscal elevada” era criticada por empresários como um obstáculo ao investimento; 5) planejamento para infraestrutura, com um pacote de concessões que visava estimular investimentos em rodovias e ferrovias; 6) reforma do setor elétrico, reduzindo em 20% o valor da energia e aumentando a competitividade da indústria nacional em relação aos importados; 7) desvalorização do real, de modo que as exportações compensassem para os empresários instalados no Brasil; 8) controle de capitais, para impedir que a entrada de dólares valorizasse o real e comprometesse a competitividade; 9) proteção ao produto nacional, por meio da política de conteúdo local – que, dentre outras medidas, estabelecia que as compras governamentais beneficiassem sempre a produção local.

Além disso, forçar os *spreads*⁵³ para baixo fez com que o mercado financeiro entrasse abertamente em conflito com o governo, o que não havia ocorrido no período de Lula (Singer, 2016). Contudo, a ideia propagada pelos governos neodesenvolvimentistas de que a crise havia sido superada – que no Brasil o tsunami da crise de 2008 foi uma “marolinha” – mostrou-se equivocada e seus efeitos foram sentidos já no início do primeiro mandato de

⁵³ Entende-se por *spread* a diferença entre a taxa de juros de aplicação e captação. Dessa forma, ele abrange o lucro e o risco relativo às operações de crédito. Também diz respeito à diferença entre o preço de compra e de venda de título de uma determinada moeda. Ele especifica o prêmio adicional que deve ser pago por um devedor em relação em relação a uma taxa de referência. Varia, portanto, de acordo com a qualidade de crédito do emissor, o prazo, as condições de mercado, o volume e a liquidez da emissão ou empréstimo. Ver Glossário (Banco Central do Brasil, disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#/c/GLOSSARIO> >). Acesso em: 28/03/2018.

Dilma Rousseff, em 2011. A queda do preço das *commodities*, de grande relevância na economia brasileira, e a redução da sua demanda pela China, impactaram na economia nacional. Após um início de governo marcado por um ajuste fiscal, o governo adotou medidas mais heterodoxas. As entidades empresariais, embora tivessem boa parte de suas reivindicações atendidas pelo governo, passaram a criticar o intervencionismo estatal e o que chamavam de ineficiência, ou seja, os gastos públicos. Por outro lado, Dilma propôs que as parcerias público-privadas tivessem margem de lucro limitada para as empresas e restringiu a possibilidade de privatizações nas concessões públicas (Singer, 2016). O agravamento da luta pelo fundo público e, a partir do final de 2012, a queda da taxa de investimento ajudaram a deteriorar a situação do governo e da economia (Morais, 2017; Paulani, 2017).

No que se refere à distribuição de renda, Carvalho (2018) demonstra que, se entre 2001 e 2004 a fatia dos lucros na renda nacional cresceu de forma contínua (45,2% a 47,5%), de 2004 a 2013 – com exceção do ano de 2010 –, era a participação dos rendimentos do trabalho que aumentava a cada ano, passando de 52% em 2004 para 57,4% em 2013. Em uma situação na qual a economia estava desacelerando, não é de se estranhar que houvesse um mal-estar nas classes dominantes diante desse avanço.

Paralelamente, Singer (2018, p. 177-194) argumenta que Dilma também havia decidido fazer um “ensaio republicano” em seu mandato, afastando ministros e presidentes e secretários de estatais envolvidos em escândalos de corrupção e enfrentando resistências de “interesses clientelistas” que estavam incrustados no Estado. O ensaio foi apelidado pela imprensa de “faxina ética”. Esse cenário também levou a indisposições com partidos aliados, como o Partido da República (PR) e o poderoso Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

No ano de 2013, Singer (2016, p. 39) afirma que “os estímulos estabelecidos ao longo de 2011/2012 e os investimentos realizados para a Copa do Mundo de 2014, garantiram crescimento de 2,3% (pela metodologia antiga; 2,7% pela nova)”⁵⁴. Assim, os níveis de emprego e os ganhos salariais dos trabalhadores foram mantidos. Esse chamado “ativismo estatal”, além das críticas em meios de comunicação nacionais e internacionais, qualificado por Singer de “cerco rentista”, ganhou um “inesperado reforço proveniente das ruas”. Como

⁵⁴ Em março de 2015, o IBGE adotou as recomendações de órgãos como a ONU, Banco Mundial e OCDE e realizou uma revisão da série histórica 2001-2011, posteriormente realizada para os anos subsequentes. Elementos como Pesquisa e Desenvolvimento deixaram de ser considerados despesas para integrarem a parte de investimentos, assim como investimento em máquinas e construção civil, que também foram realocados. Em contrapartida, como no caso do setor energético, se uma termoeletrica ficar ligada por mais tempo do que o comum para compensar uma baixa nos reservatórios de água, isso é tido como elemento de retração do PIB (Portal G1, 27/03/2015).

veremos a seguir, as manifestações de junho possuíam um caráter contraditório, posto que, como indica Singer (2016, p.41), além da demanda por melhores serviços públicos, “verificava-se, também, a presença da visão liberal do Estado como inútil sorvedouro de recursos” (Singer, 2016, p. 41).

Comin (2017) argumenta que esse período sempre esteve marcado pela contradição entre priorizar a estabilidade ou priorizar a aceleração do crescimento. Desse modo, após uma ofensiva que visava acelerar o neodesenvolvimentismo, o governo Dilma Rousseff foi posto na defensiva por meio de uma contraofensiva neoliberal restauradora. Essa contraofensiva teve reforço, paradoxalmente, das famosas manifestações de junho de 2013. Vejamos como esse processo de deu na opinião de analistas e sindicalistas.

Se a crise política do *Mensalão* não foi forte o suficiente para causar grandes abalos no governo Lula – ao contrário, seu saldo foi o reforço de sua base de sustentação na grande burguesia interna, como demonstra Martuscelli (2015) –, não se pode dizer o mesmo das manifestações de junho de 2013, que cumpriram um importante papel na crise política que estamos analisando⁵⁵. Após um início de mandato estável, gozando de boa aprovação popular e com a imagem da presidenta que combatia a corrupção – ensaio republicano, nos termos de Singer (2018) –, Saad Filho e Moraes (2018, p. 175-176) sustentam que:

(...) no início de 2013, o país foi dominado por um pânico promovido pelo setor financeiro e pela grande imprensa em consequência da ameaça (nada realista) de uma espiral inflacionária, que decorreria do aumento de preços dos alimentos como resultado de uma oscilação na safra, e do excesso de demanda agregada, devido à queda dos juros, ao aumento dos salários e do número de empregos, e do repasse do impacto da desvalorização. (...) O Banco Central abandonou seu experimento heterodoxo (...). O governo discordava, mas o capital não confiou no “intervencionismo” da presidenta Rousseff nem no otimismo do ministro Guido Mantega.

Do ponto de vista do sindicalismo, algumas tensões já vinham se acumulando há algum tempo desde o início do mandato de Dilma. Os sindicalistas e consultores sindicais que entrevistamos ressaltaram um início de mandato marcado por um breve ajuste fiscal, em 2011, e uma deterioração do cenário econômico nacional e mundial como uma das causas para um “afastamento” entre Dilma Rousseff e as centrais sindicais. Além de ressaltarem que a trajetória política da então presidenta sempre foi distante do sindicalismo, ao contrário de Lula, o trato dado pela presidenta às centrais sindicais também foi muito criticado.

⁵⁵ Martuscelli (2015) sustenta que no primeiro governo Lula (2003-2005) os interesses da grande burguesia interna passaram a ser contemplados no interior do bloco no poder. Em sua visão, a eclosão da crise do mensalão evidenciou que a política de governo privilegiaria a grande burguesia interna, o que possibilitou que o governo fizesse reformas no neoliberalismo. A grande burguesia interna e suas associações, como a FIESP e seu presidente Paulo Skaf, entendiam que a crise não podia criar obstáculos à política econômica do governo e apoiou ativamente sua manutenção. Skaf defendeu a manutenção da governabilidade e a necessidade de uma “agenda de desenvolvimento”. O movimento foi seguido por outras associações com o mesmo caráter.

De acordo com o Secretário-Geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, conhecido como Juruna (2020):

(...) a Dilma pega num momento que tem que fazer ajustes, entendeu? Na hora que ela pega que tem que fazer ajustes, ela vai ter que negar coisas. Então, por esse lado ela já sai perdendo. Segundo, ela já sai perdendo pela maneira da formação política dela.

Nas palavras de Artur Araújo (2019), assessor da Frente Nacional dos Engenheiros:

O Lula tinha uma habilidade: você sai da sala e ele acabou de não entregar nada do que você queria e você sai contente. A Dilma você vai, consegue o que você queria e você sai bravo. Porque ela não cria nenhuma empatia, ela não cria espírito, ela não cria espaço, ela é ácida, ela é dura, ela é cheia de quinas... E o sindicato, principalmente nas direções, esses rituais de sociabilidade têm muita importância.

Em relação ao que nosso entrevistado chama de “rituais de sociabilidade”, o próprio afirma que isso se dá em virtude de que a própria ideia de uma “mesa de negociação” envolve alguma empatia. Isso porque, caso o contrário, a prevalência do conflito leva ao encerramento das negociações. Porém, é interessante confrontar esse aspecto com o certo grau de pragmatismo das conquistas que é exigido no movimento sindical.

A afirmação de Artur Araújo é confirmada por Juruna (2020) quando ele afirma que

Foram momentos difíceis. Ela rompeu com centrais. Teve gente, sindicalistas, até da nossa central, que participou desse famigerado impeachment. (...) Ela não era fácil não. O Lula chegou a negar muita coisa pra nós, os sindicalistas, mas sabia fazer, sabia negociar, fazia com jeito.

Júlio Turra (2019), à época membro da Executiva Nacional da CUT, afirma ser um fato que o governo Lula propiciou muito mais espaço para os sindicalistas do que o governo Dilma. Essa situação marcava uma mudança fundamental em relação à sua primeira eleição no ano de 2010, quando Dilma Rousseff contou com o apoio de seis centrais sindicais (CUT, CTB, Força Sindical, UGT, NCST e CSB). O ex-ministro do Trabalho e da Previdência e líder sindical, Antônio Rogério Magri (2020), hoje assessor da Força Sindical, afirma que o fato de Dilma, quem diz ser “cabeça dura”, ter fechado as portas do governo para as centrais contribuiu imensamente para o golpe que viria sofrer depois.

Em entrevista dada ao jornalista Fernando Rodrigues em 25/09/2013, Paulinho da Força⁵⁶ qualificaria a então presidente como “inimiga das causas trabalhistas” por não chamar as centrais sindicais para negociar pautas trabalhistas e não cumprir uma série de acordos feitos na campanha de 2010 com a Força Sindical. A celebração do Primeiro de Maio de 2013, organizado pela Força Sindical, evidenciou que havia divergências importantes entre a central e o governo. Paulinho da Força, à época deputado federal pelo Partido Democrático

⁵⁶ Vale ressaltar que recorremos amplamente às opiniões de Paulinho da Força não apenas porque ele foi presidente da Central, mas sobretudo porque, como reconhecem as resoluções do 8º Congresso da entidade, realizado em julho de 2017, ele é representação parlamentar da Força Sindical, juntamente com Bebeto Galvão (PSB – BA).

Trabalhista (PDT) de São Paulo, havia feito uma proposta de aumento trimestral dos salários, contestada pelo secretário-geral da Presidência Gilberto Carvalho, que acusou a proposta de irresponsável. O deputado retrucou afirmando que a inflação era de responsabilidade do governo e também questionou o fato de o governo ter se reunido apenas com a CUT no dia anterior para discutir questões trabalhistas (*Folha de S. Paulo*, 02/05/2013).

Nesse cenário de tensões acumuladas, porém com ganhos econômicos importantes, as centrais sindicais defrontaram-se com um fato inédito desde a redemocratização do país após o fim da ditadura militar. Era a primeira vez que grandes manifestações de massas em todo o país ocorriam sem a participação ativa dos sindicatos na organização e direção. Embora Juruna (2020) aponte para o fato de que os trabalhadores contratados formalmente (via CLT) não são diretamente atingidos pelo aumento da passagem – estopim para as manifestações de junho de 2013 –, uma vez que possuem o benefício do vale-transporte, a análise da imprensa sindical em geral, e da CUT e da Força Sindical, em particular, demonstram imensa simpatia não só pela questão da tarifa, mas também pela necessidade de melhores serviços públicos. Por sua vez, Artur Araújo (2019) afirma que “o movimento sindical assiste aquilo, não tem nenhuma relação orgânica, (...) assiste como o resto da nação assiste, é algo que passa completamente ao largo da vida sindical, da organização sindical”. O consenso entre os entrevistados diz respeito ao fato de que as manifestações de junho acabaram fortalecendo a direita e pavimentando o caminho para a destituição de Dilma Rousseff. Isso embora as manifestações tenham sido desencadeadas por uma pauta justa.

Na visão de Júlio Turra (2019):

Aparentemente, estava um céu de brigadeiro, a Dilma estava bem avaliada e, de repente, ocorreu uma espécie de explosão social que, em função da hesitação da esquerda em geral, do PT e da CUT, em particular, diante do que estava acontecendo, foram rapidamente canalizadas pela direita. Então, a partir de um determinado momento, a Globo chamando as manifestações, gente de extrema-direita inclusive, cara de academia e tal, agredindo quem estava de vermelho, agredindo manifestantes que estavam identificados como da esquerda. Acabou sendo capturada, por assim dizer, por pautas que não estavam na origem.

De acordo com Jessé Souza (2016, p. 87), “existe uma linha clara de continuidade entre as glorificadas e midiaticamente manipuladas manifestações de junho de 2013 (...) e o golpe de abril de 2016”. Segundo o autor, essas manifestações significaram “o ponto de virada da hegemonia ideológica até então dominante e das altas taxas de aprovação aos presidentes dos governos petistas”. Protestos inicialmente localizados e com foco no aumento das passagens no transporte público se “federalizaram e passaram a centrar fogo no governo Dilma Rousseff, que então dispunha, já naquele momento, de grande aprovação popular. Singer (2018, p. 102) matiza um pouco essa compreensão de continuidade entre as

manifestações de 2013 e o golpe de 2016, defendida por Souza (2016), e afirma que “é verdade que junho de 2013 produziu um tremor, mas não chegou a ser um terremoto e, sobretudo, não foi um levante contra a ordem capitalista. Também não foi um *putsch* direitista como pode ter soado em certos momentos”.

Boito Jr. (2018, p. 218) defende que a ofensiva restauradora neoliberal iniciou-se antes das manifestações de junho de 2013 e, “ao contrário destas últimas, sempre teve clareza política e força suficiente para eleger como alvo a conquista do poder governamental”. O campo neoliberal, que no primeiro momento hesitou em apoiar as manifestações, passou, na medida em que estas se massificaram enormemente, não apenas a estimular as manifestações como também a canalizá-las para derrubar a presidenta, o que foi facilitado pela heterogeneidade e acefalia política das manifestações (Boito Jr., 2018). O autor também recorda que, durante 2014, ano em que se celebrariam as eleições presidenciais, a grande imprensa passou “a estimular novamente as manifestações, direcionando-as agora contra a Copa do Mundo” – posição distinta da que adotaria diante da realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro pouco tempo depois (Boito Jr., p. 218). Esse comportamento da grande imprensa evidencia as simpatias e antipatias nutridas por um e outro governo. Além disso, “as manifestações de junho de 2013 são um componente da crise por terem afastado grande parte da baixa classe média – que fora beneficiada pela forte expansão do ensino universitário, entre outras políticas, promovida pelo neodesenvolvimentismo – e do próprio governo neodesenvolvimentista”.

Singer (2018, p. 99) destaca que

(...) junho foi o resultado do encontro entre correntes sociais e ideológicas que trafegavam em sentidos opostos: uma esquerda “extrapetista” que em busca de conectar-se com a ‘inquietação’ da nova classe trabalhadora (...) e uma classe média tradicional cansada do “populismo” do PT. O ponto de encontro foi a crítica das instituições.

Com efeito, com a geração e formalização de empregos, houve um grande contingente de trabalhadores que, nos termos de Singer (2018, p. 94), “ingressou na condição proletária”, uma “nova classe trabalhadora”. Olhando para este mesmo fenômeno, levando em conta as limitações do neodesenvolvimentismo no tocante à geração de empregos mais qualificados, Saad Filho e Morais (2018) argumentam que essa classe trabalhadora desempenha funções muito diversificadas, centradas nos serviços urbanos, diversamente da classe trabalhadora criada no período da substituição de importações (que tinha sua base no setor manufatureiro).

Heterogênea e mais fragmentada, essa classe média baixa também compreende “uma grande parcela de jovens subcontratados, mal pagos, de baixa escolaridade e com reduzida qualificação técnica” (Saad Filho, Morais, 2018, p. 197). Comin e Barbosa (2011, p.76)

recordam que “o encontro entre qualificações e ocupações não é automático. Demanda tempo e depende da qualidade do crescimento econômico”. A expansão do ensino superior privado, sobretudo a partir de 2004 com o ProUni, permitiu que jovens de baixa renda pudessem ter acesso ao diploma de ensino superior. Ainda de acordo com os autores, a crescente presença de graduados no mercado de trabalho coincidiu com a redução dos diferenciais de renda entre graduados e o grupo de indivíduos que possui apenas o ensino médio⁵⁷. Com pouco acesso a empregos estáveis e bem pagos, os jovens de baixa classe média, “trabalhadores que, na maioria dos casos, são também estudantes”, como ressalta Boito Jr. (2018, p. 283), evidenciaram um limite do neodesenvolvimentismo que promoveu a escolarização, mas os empregos permaneceram com essas características anteriormente mencionadas. Esse mal-estar expressou-se, segundo Boito (2018), nas manifestações de junho de 2013.

Se as manifestações de junho de 2013 são consideradas por muitos autores como o marco do início da crise política que levou à deposição de Dilma, acreditamos que é útil destacar mais um elemento explicativo dessas manifestações. Seguindo Saad Filho e Moraes (2018) e Singer (2018), é preciso distinguir dois momentos dessas manifestações. Em um primeiro, dirigido pelo Movimento Passe Livre, os atos de rua eram compostos por estudantes de classe média e da periferia da capital. Singer (2018, p. 114) argumenta que as transformações trazidas pelo lulismo, com a expansão do acesso à universidade para jovens de baixa renda, explicavam o fato de que parte significativa dos manifestantes tivessem escolaridade superior à renda, “fenômeno sociológico relevante, envolvendo frustração estrutural”. Nesse sentido, Souza (2016, p. 88) afirma que, nesse primeiro momento, as manifestações “já espelhavam um descontentamento talvez maior que o simples aumento das passagens”. O segundo momento, quando as manifestações massificaram-se enormemente, o conteúdo reivindicativo e de classe alteraram-se muito. Bandeiras do Brasil, camisas da seleção brasileira⁵⁸ e rostos pintados passaram a predominar em junho de 2013, e o perfil passou a ser de famílias de classe média com renda alta (Souza, 2016).

Esses diferentes “momentos”, tanto de conteúdo das reivindicações quanto do protagonismo de classe de cada etapa, também foram ressaltados nas entrevistas que

⁵⁷ Os autores fazem questão de frisar que o movimento de alargamento da oferta de graduados no mercado de trabalho *coincide* com esta redução de diferenciais de renda, mas não *explica* “no sentido usualmente associado à tese da inflação de credenciais, que supõe que a oferta ‘exagerada’ de pessoas com escolaridade superior obrigaria esses indivíduos a se empregarem em ocupações de baixa qualificação” (Comin, Barbosa, 2011, p.92).

⁵⁸ Souza (2016, p. 100-101) destaca que além do ufanismo a camisa da seleção brasileira tem ainda o símbolo de “não somos de nenhum ‘time’, como não somos de nenhum partido. Nosso time é a seleção, e nós torcemos pelo Brasil”.

realizamos com sindicalistas e indicam que o movimento sindical, no geral, esteve distante daqueles atos. Há uma leitura geral de que havia uma convergência entre a pauta inicial das manifestações e os anseios de melhorias para a classe trabalhadora das centrais sindicais. Isso porque o preço da passagem diz respeito ao custo de vida, e a melhoria dos serviços públicos está ligada a uma demanda por “mais Estado”. Artur Araújo (2020) chama atenção para aquilo que denomina de movimento do “quero mais”, recorrendo a uma metáfora que se popularizou à época de que a vida havia melhorado da porta de casa para dentro, mas não da porta de casa para fora. Neste momento, em sua visão, trata-se de uma reivindicação principalmente de trabalhadores jovens. Diz ele:

Era dominante, pelo menos na rua a juventude, muito ligada ao primeiro emprego, garotada de telemarketing e outras atividades, comércio etc., mas muito o primeiro emprego. Na minha opinião, ali juntava: havia tido uma melhora na vida das famílias, evidente, por melhoria salarial, por crescimento de emprego, por desenvolvimento da economia, mas a vida urbana não havia reagido (Araújo, Artur, 2019).

Esta impressão é confirmada pelo estudo de Antunes e Braga (2014), que também demonstra uma progressiva adesão dos assalariados médios urbanos, além de uma forte presença daqueles que ganhavam até um salário mínimo.

O processo de crescimento e massificação dessas manifestações acontece principalmente após a violenta repressão que houve sobretudo nas capitais São Paulo, Rio de Janeiro, e Belo Horizonte. As imagens repercutiram enormemente nas redes sociais. De acordo com Júlio Turra (2019), foi aí que houve uma hesitação do PT e da CUT, uma vez que, como também recorda Araújo (2019), havia uma ideia nesse setor de que essas manifestações eram “coisa da ultraesquerda”. Podemos questionar se a adoção da tática *black bloc* também não reforçou essa percepção em setores do movimento sindical. Juruna (2020), da Força Sindical, por exemplo, diz que

(...) aquelas coisas do black bloc foram coisas que colocaram o movimento sob suspeita também. E aí vira aquela baderna e a turma não consegue distinguir quem é quem, e o noticiário também ajuda a não explicar.

De toda forma, num quadro de uma repressão desproporcional e generalizada,

(...) o Estado aparece para essas pessoas, que queriam mais Estado, como um monstro. Ele é ou repressor ou ele as ignora. E isso que vai abrir a brecha para a direita organizada no Brasil perceber que havia insatisfação e que essa insatisfação podia ser instrumentalizada (Araújo, 2019).

Como diz Antunes (2018, p.251), neste momento o movimento torna-se “pluri-ideológico” e enseja uma forte disputa entre direita e esquerda, “fazendo uma clara tentativa de influenciar a massa de estudantes, muitos dos quais estavam participando pela primeira vez de manifestações de rua”.

Singer (2018, p.101) recorda que, no segundo semestre de 2012, a classe média havia acompanhado o julgamento do mensalão, transmitido pela televisão, “como se fosse uma telenovela”. Além disso, no primeiro semestre de 2013, somou-se a essa exposição feita pela mídia, críticas nos telejornais ao “descontrole inflacionário, à maquiagem das contas públicas, ao excesso de propaganda governamental, à péssima qualidade dos serviços públicos”, que foram importantes no impulso mobilizador da classe média em junho de 2013 (Singer, 2018, p.101). A última etapa dessas manifestações é marcada pelo discurso genérico contra a corrupção na política, assumindo feições de “antipolítica” – como a descrença nos partidos políticos (Singer, 2018, p.106) –, e a ineficiência dos gastos públicos, como na rejeição ao programa Mais Médicos e dos investimentos para a realização da Copa do Mundo de 2014. Souza (2016, p. 92) aponta que “os partidos políticos foram demonizados, já que, como sabemos, apenas os partidos de esquerda têm capilaridade e militância (...) se começa aqui a criminalizar a política enquanto tal, o que só aumentaria com a manipulação midiática da operação Lava Jato”. O clima “antipartido” generalizou-se por todo o país e chegou ao seu ápice com um desfecho trágico dessas manifestações em São Paulo, com a expulsão organizada e violenta de grupos e partidos políticos de esquerda na última manifestação convocada pelo MPL em São Paulo (O Estado de S. Paulo, 21/06/2013).

Esse clima “antipartido” também incidiu fortemente nas centrais sindicais, que tardaram em aderir, encontraram dificuldades para participar dessas manifestações e, ao final, foram rechaçadas fisicamente pela direita organizada. Na avaliação de Júlio Turra (2019), o rechaço ao sindicalismo que surgiu nesse contexto “foi um subproduto das manifestações, colocando no mesmo saco todo mundo: ‘você não nos representam’”. Na visão de Antunes (2018, p.251):

As centrais sindicais entraram, posteriormente, para afirmar a preservação do seu espaço. Mas isso não foi fácil para a CUT, por exemplo, que comprou a ideia de que o novo Brasil de Lula e Dilma tinha nos levado à condição de Primeiro Mundo. Ficou complicado para a CUT ir à rua dizer: “não era bem assim...”. Situação difícil também para outras centrais sindicais com postura sempre marcada pelo oficialismo.

Contudo, em nossa visão, a adesão ao neodesenvolvimentismo não foi a única barreira encontrada pelas centrais sindicais. Araújo (2019) chama atenção para o fato de que a conformação político-ideológica autonomista do Movimento do Passe Livre, que dirigiu essas manifestações, é contrária a qualquer tipo daquilo que eles denominam de “verticalização”, dentre as quais se encontram as centrais sindicais e os sindicatos tais quais conhecemos hoje. Ainda em sua visão, foi por isso que, em um terceiro momento, no qual a direita tratou de se organizar-se para influenciar nos rumos dessa manifestação, ela reforçou justamente essa corrente. Segundo ele:

Quem tem partido, naquele momento, no Brasil, é a esquerda! Se eu veto partido, se eu veto carro de som, se eu veto tudo aquilo que tenha aparência de formal, orgânico e vertical, eu estou vetando uma única coisa: eu estou vetando a esquerda. Porque eu, direita, estou operando por outro caminho. Eu estou operando via redes sociais, tenho um enorme guarda-chuva que já me protege que são os meios de comunicação “neutros”, mas que são da minha operação. E é um momento em que surgem organizações pretensamente horizontais de direita; MBL, Vem Pra Rua, essas coisas vão aparecendo naquele momento, imitando o desenho do MPL, mas já sendo organizações de direita. Então, a negação da presença partidária, a negação da bandeira partidária etc. é uma junção desses dois processos, que na fase que é a fase determinante, sob o comando da direita; a direita se traveste de não-partidária. Ela veste uma camisa, que é a camisa da Nação (Araújo, 2019).

O desencanto com a política e as organizações em geral também é apontado por Juruna como uma das causas do distanciamento das centrais sindicais e sindicatos de base em relação às manifestações de junho de 2013. Contudo, ele reconhece, assim como Antônio Rogério Magri (2020), dirigente histórico da Força Sindical, que as formas de participação política nos sindicatos e nas centrais sindicais não acompanharam as mudanças que ocorreram nas relações de trabalho e que exigem estratégias distintas das usadas pelas centrais sindicais em outras épocas. De acordo com Juruna (2020):

Então você tem muita coisa que aconteceu no processo de produção, dos trabalhadores, dos sindicatos.... Você entra numa metalúrgica hoje de uma Volkswagen que era 45 mil, hoje tem... 20 mil, tem 15 mil... muitas mudanças assim que ocorreram. As novas formas de organização, as novas tecnologias com uso das redes sociais também, eu creio que foram processos que os sindicatos, as instituições, os dirigentes de movimentos eu acho que não se atentaram pra essas novas formas também. (...) Então, também tem um pouco dessa lógica... eu acho que o pessoal do MBL, aquela turma toda, soube usar isso melhor do que nós.

Souza (2016) atribui essa “virada” sobretudo à cobertura midiática da Rede Globo de televisão. Embora o aparelho ideológico da imprensa seja, realmente, poderoso, essa visão pode ocultar o fato de que, como apontam Singer (2016) e Boito Jr. (2018), a ofensiva restauradora neoliberal começou antes. Singer (2016) recorda, por exemplo, o discurso adotado por veículos de imprensa ligados ao mercado financeiro. Em dezembro de 2012 a revista britânica *The Economist* pedia a demissão de Mantega do ministério da Fazenda; e em março de 2013 o *Financial Times* publicava um artigo criticando o ativismo estatal na economia. Ao longo de 2013 e 2014, Singer também aponta uma intensificação do discurso de que “era preciso cortar os gastos ineficientes e ‘descontrolados’ do governo e deixar o mercado funcionar para reordenar o país e retomar o crescimento” (Singer, 2016, p. 40). A ideia de que houve outra hegemonia ideológica que não a neoliberal durante os governos neodesenvolvimentistas também é polêmica, haja vista que ainda que os governos Lula e Dilma não tenham sido ortodoxamente neoliberais, o neodesenvolvimentismo não rompeu com determinados pilares do neoliberalismo.

Mesmo não sendo o protagonista do período, o movimento sindical seguiu ativo. Ainda que não se possa dizer com certeza que o número de greves tenha aumentado após junho de 2013 por causa das manifestações daquele mês, uma vez que o ciclo de greves já era ofensivo desde 2004, Braga (2016, p. 71) ressalta que:

Algumas greves vitoriosas de rodoviários e garis, por exemplo, emergiram de maneira invulgar na conjuntura gerada pelos protestos em 2013. Se esta sugestão mostrar-se acurada, então o ano de 2013 terá assistido à convergência espontânea entre *a luta política do precariado urbano* manifestando-se nas ruas em defesa de seus direitos sociais e a *luta econômica da classe trabalhadora mobilizada sindicalmente* em defesa de melhores salários e condições de trabalho⁵⁹.

Contudo, Braga também reconhece que nas greves do ano de 2013 voltaram a crescer as reivindicações defensivas, ainda que fossem predominantemente ofensivas. Essa mudança, porém, já era um indicador de que o caráter ofensivo do ciclo grevista inaugurado em 2004 poderia estar se encerrando (Marcelino, 2017).

Houve uma tentativa por parte do sindicalismo de intervir na conjuntura pós-manifestações de junho e demonstrar vitalidade, conteúdo programático e representatividade. Em 26 de junho de 2013, Dilma Rousseff finalmente recebeu as centrais sindicais para debater temas como inflação e as pautas trabalhistas. Para esse mesmo dia, 11 de julho de 2013, as centrais marcaram um ato nacional em parceria com os movimentos sociais, que seria denominado de Marcha Nacional da Classe Trabalhadora. Cardoso (2015, p. 499) recorda que, nesse dia, mais de 100 mil manifestantes em 100 cidades mobilizaram-se e trouxeram à tona reivindicações históricas do sindicalismo, tais como a redução da jornada de trabalho e fim do fator previdenciário⁶⁰. Embora distante da magnitude das manifestações do mês anterior, Cardoso (2015, p. 499) argumenta que “medir o fracasso de um movimento pelo sucesso de outro não é adequado. A pauta sindical não era a pauta dos manifestantes de junho”. O autor também ressalta o fato de que o sindicalismo não aderiu à antipolítica presente na segunda etapa das manifestações de junho, mas, ao contrário, interpelou o mundo da política institucional em defesa de seus interesses.

O DIEESE (2015) levantou para o ano de 2013 um número de 2.050 greves, indicando um crescimento de 134% em relação ao ano anterior, no qual haviam sido registradas 877 greves. As greves concentraram-se na esfera privada (54%), portanto, majoritariamente realizadas por trabalhadores sem estabilidade no emprego, e o número de horas paradas foi o

⁵⁹ O autor argumenta, em favor dessa posição, que a maioria das greves em 2013 ocorreram no setor de transportes, ao qual se vinculava a pauta inicial do passe livre.

⁶⁰ Como esclarecem Marcelino e Galvão (2020), o fator previdenciário foi introduzido no governo FHC e reduz o valor do benefício de maneira a manter o trabalhador na ativa e prolongar sua contribuição para o sistema previdenciário.

maior desde 1990 (117.027 horas paradas). Contudo, a proporção de greves ofensivas começou a recuar ainda neste ano de 2013 (de 64,3% em 2012 para 57,4% em 2013), ao passo que as greves defensivas saltaram de 67,5% em 2012 para 74,5% em 2013) (Dieese, 2015). Que o sindicalismo não tenha conseguido realizar grandes manifestações com a visibilidade que tiveram as manifestações de junho de 2013 não quer dizer que ele não tenha intervindo na conjuntura. Marcelino (2017) recorda ainda que os governos Lula e Dilma foram os primeiros desde a redemocratização que não foram alvo de greves gerais contra a política econômica e social governamental. Dentre outros fatores, esse ciclo grevista pode estar ligado não a um sentimento de descontentamento geral em relação ao governo, mas a uma percepção de melhoria das condições de luta (Marcelino, 2017).

Singer (2018) argumenta que um traço que distingue a “nova classe trabalhadora” do subproletariado – ou os trabalhadores da massa marginal, conforme nos referimos anteriormente – é o de que aquela interviu na conjuntura pelas greves e, parcialmente, por meio das manifestações de junho. De acordo com Singer (2018, p. 118),

(...) caso tivesse se conectado com o ensaio desenvolvimentista numa ponta e com as greves noutra, junho poderia ter representado um momento de ascensão da luta dos trabalhadores. Nenhuma das duas coisas se deu. Dilma não tinha vocação para o diálogo com a base dos movimentos e as direções sindicais evitaram politizar a onda de greves.

Essa “conexão” entre o “ensaio desenvolvimentista”, ou intensificação do neodesenvolvimentismo, e as greves poderia se dar por meio da demonstração, por parte da presidenta Dilma Rousseff, da necessidade do aumento dos investimentos públicos para atender às reivindicações de “saúde e educação padrão Fifa” que apareceram nas manifestações de junho de 2013. Isso porque, a crítica que se fazia à época, era a de que os gastos públicos para a realização da Copa do Mundo de 2014 deveriam ser destinados à saúde e à educação. Ainda de acordo com o autor, o governo Dilma, ao interpelar essa nova classe trabalhadora como “nova classe média” e “sem divulgar que sustentava políticas de inclusão, contra a oposição da burguesia, que pedia o ajuste recessivo, desperdiçou o potencial classista dos novos trabalhadores” (Singer, 2018, p.95). A eleição presidencial do ano seguinte, 2014, foi marcada por uma forte polarização entre as candidaturas de Dilma Rousseff e Aécio Neves, representante do neoliberalismo do PSDB.

3.3. As eleições de 2014: a agenda das centrais vence, mas não leva

*“Eu não mudo direitos na legislação trabalhista.
Férias, décimo terceiro, FGTS [Fundo de Garantia do*

Tempo de Serviço], hora extra, isso não muda nem que a vaca tussa”.
(Dilma Rousseff, durante a campanha eleitoral de 2014).

Desgastada com as centrais sindicais e os movimentos sociais, e acossada pela ofensiva restauradora neoliberal, que havia ganho o “reforço inesperado das ruas” com as manifestações de junho de 2013, a candidatura à reeleição de Dilma Rousseff não era unanimidade nem nas centrais e movimentos sociais, nem no próprio PT. Como lembra Lula (2018), em um encontro partidário pouco antes das eleições de 2014, houve um apelo pela volta do presidente. Em entrevista concedida a nós, o secretário-geral da Força Sindical, Juruna (2020) afirma que:

A Marta [Suplicy] começaria a trabalhar pela volta do Lula. Isso combinado com São Bernardo, combinado com a esquerda mais que queria que ela [Dilma] fizesse um mandato e o segundo mandato ela não sairia, sairia o Lula. O nosso sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo foi o primeiro sindicato a ostentar uma faixa, numa campanha salarial ali pelo mês setembro, outubro... Estava escrito assim “volta Lula”, sabe? Isso tudo combinado politicamente. Mas não deu certo. O Paulinho foi e perguntou pro Lula: “você vai sair candidato?”. “Não, vai ser a Dilma”. Então, despediu e o Paulinho preferiu apoiar o Aécio⁶¹. Vários aqui apoiaram o Aécio. Eu, pessoalmente, o pessoal dos Químicos, eletricitários, Metalúrgicos se dividiram, nós apoiamos a Dilma.

Este cenário consistia em uma ruptura com a eleição anterior, na qual sete centrais sindicais apoiaram a eleição de Dilma Rousseff. Ainda em setembro de 2013, Aécio Neves apoiou a fundação do partido Solidariedade, de Paulinho da Força, com a perspectiva de que a nova sigla apoiasse sua candidatura em 2014, o que de fato aconteceu (*Folha de S. Paulo*, 26/09/2013). Eduardo Campos (PSB), à época governador de Pernambuco, e que recentemente havia rompido com o governo, também tratou de se aproximar do sindicalismo encampando a bandeira do fim do fator previdenciário, reivindicação histórica das centrais sindicais (*Folha de S. Paulo*, 14/12/2013).

Após as manifestações de junho de 2013, Dilma Rousseff tentou uma reaproximação com os movimentos sociais e partidos de esquerda. Nesse sentido, dentre as propostas que fez como resposta à crise, a implementação do programa *Mais Médicos* reforçava a saúde pública, e a proposta de Constituinte Exclusiva e Soberana para a Reforma Política contava com a simpatia da CUT. Contudo, como recorda Turra (2019), membro da Executiva Nacional da CUT à época, a proposta da constituinte exclusiva foi “praticamente vetado pelo Michel Temer, que já era o seu vice, pelo STF, que se pronunciou contra e pela maioria do Congresso, que não deu voto [necessários para aprovação na Câmara]. É bom dizer também

⁶¹ O relato deste encontro ocorrido em abril de 2013 foi confirmado por Paulinho da Força em entrevista à Rádio Bandeirantes (Força Sindical, 17/05/2017).

que ela não teve muito respaldo dentro do PT”. A importância da campanha pela reforma política expressa-se, por exemplo, em artigo publicado por Vagner Freitas, presidente da CUT à época, em 1º de maio na *Folha de S. Paulo* (01/05/2014), no qual saudava esta campanha como prioritária.

Naquele mesmo Primeiro de Maio, um ato unitário da CUT, CTB e CSB declarou apoio à reeleição de Dilma Rousseff. Contudo, a presidenta não compareceu ao ato, agradeceu às centrais por meio de ligação telefônica e optou por um pronunciamento na televisão, no qual anunciou medidas com o aumento do Bolsa Família, manutenção da política de valorização do salário mínimo até 2015 e uma correção na tabela do Imposto de Renda. O então presidente da CUT-SP, Adi dos Santos Lima, reclamou da falta de diálogo com as centrais e ressaltou a proximidade que as entidades sindicais tinham com Lula.

A nosso ver, afirmar que essas repetidas “ausências” de Dilma em atos de Primeiro de Maio relacionam-se com sua formação política ter se dado à margem do movimento sindical não se sustenta. Muitos políticos com formação diversa participam deste ato, como veremos a seguir, sendo notáveis os casos de Eduardo Campos e Aécio Neves, ou até mesmo Eduardo Cunha. Também não acreditamos que se possa atribuir esse comportamento à opção governamental de não adotar o caminho da organização e mobilização permanente de suas bases políticas, pois Lula, que compartilhou dessa opção, nunca deixou de participar desses atos quando era presidente. Como hipótese, entendemos que esse comportamento devia-se a um estilo tecnocrático de governo da presidenta, como se apenas assinar documentos que garantissem conquistas fosse politicamente suficiente para angariar apoio dos trabalhadores organizados.

Se aqueles que apoiavam a reeleição de Dilma Rousseff demonstravam insatisfação no trato com as centrais, o 1º de Maio organizado pela Força Sindical foi uma verdadeira celebração oposicionista. Além de receber o humorista Márvio Lúcio caracterizado como a personagem “Dilma Ducheff”, cujo intuito era difamar a presidenta acusando-a de ser servil a Lula, Eduardo Campos e Aécio Neves também compareceram. Se Campos afirmou em tom mais conciliatório que não agrediria Dilma na campanha e fez um apelo para que o debate de ideias dominasse a agenda eleitoral, Paulinho da Força pediu ao público que fizesse um gesto ofensivo (de “banana”) à Dilma e, assim como Aécio Neves, afirmou que ela deveria ser presa por corrupção. Representantes do governo, tanto o Secretário-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, quanto o Ministro do Trabalho, Manoel Dias, foram vaiados pelo público (*Folha de*

S. Paulo, 01/05/2014). Contudo, Juruna (2020) afirma que boa parte da Força Sindical ainda apoiou a reeleição de Dilma.

Durante a campanha eleitoral do ano de 2014, Dilma Rousseff adotou um discurso fortemente desenvolvimentista, crítico ao neoliberalismo, a propostas como aquela da autonomia para o Banco Central, polarizando com Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (atualmente, Rede; à época no Partido Socialista Brasileiro/PSB). Araújo (2019) recorda que a propaganda eleitoral da presidenta mostrava os banqueiros tirando comida da mesa dos trabalhadores. O mote da campanha foi não mexer em direitos trabalhistas “nem que a vaca tussa”. A presidenta insistia que o rumo da política econômica não seria alterado, o que parecia ser verdadeiro pela manutenção dos índices de emprego e salário. Porém, no curso do processo eleitoral, demitiu o então Ministro da Fazenda, Guido Mantega. Embora no discurso de vitória tenha reafirmado seu compromisso desenvolvimentista, em novembro de 2014 optou pela nomeação de um membro do mercado financeiro para o lugar de Mantega: Joaquim Levy, ex-diretor-superintendente do Banco Bradesco (Bastos, 2017).

A frustração por parte dos sindicalistas e de lideranças dos movimentos sociais com esse gesto também deu-se em função do peso que eles e a CUT, em particular, tiveram na reeleição de Dilma. Júlio Turra (2019) ressalta o esforço feito pela central, que realizou não apenas atos de rua, como também visitas às periferias, locais de trabalho, panfletagens e criação de comitês sindicais. Com efeito, as resoluções do 12º Congresso da CUT, ocorrido entre 13 e 17 de outubro de 2015, foram extremamente críticas em relação às políticas regressivas do segundo governo Dilma, defendendo a retomada da “agenda do segundo turno”, isto é, o programa presente no discurso que reelegeu Dilma, fortemente desenvolvimentista e com proteção de direitos trabalhistas e sociais. Segundo os sindicalistas à época, “a vaca tossiu” (Força Sindical, 15/01/2015).

3.4. O ajuste fiscal Dilma-Levy e as centrais sindicais: rompendo com a base social

A tentativa de ajuste fiscal, em um momento no qual a economia mundial encontrava-se em retração, fracassou. De acordo com Morais (2017), Paulani (2017) e Bastos (2017), esse momento de retração é o menos adequado para uma política deste tipo. O resultado foi o aprofundamento da recessão e o aumento do desemprego, o que solapou a base social de apoio ao governo e abriu caminho para facilitar o prosseguimento do *impeachment*. Singer (2016, p. 53) afirma que a *pluralidade de camadas prejudicadas* contribuiu fortemente para o isolamento político da presidente, permitindo que a crise política desembocasse em seu

impeachment, argumento também de Moraes (2017), Paulani (2017) e Bastos (2017). Mas a oposição já estava na ofensiva antes. Logo após o segundo turno, o PSDB endureceu o discurso e chegou a contestar o resultado das eleições, exigindo que se fizesse uma auditoria das urnas. Além disso, líderes do partido afirmaram que o sistema eleitoral brasileiro é “inauditável” e “vulnerável”. Contudo, sua auditoria concluiu que não houve fraude nas eleições de 2014 (Valor Econômico, 04/11/2015). É importante ressaltar que foi a primeira vez que uma força oposicionista contestou uma derrota eleitoral desde as primeiras eleições diretas para presidente em 1989, após a redemocratização.

A partir de 16/10/2014, movimentos de direita passam a organizar manifestações pedindo “fora PT”, “fora Dilma” e “fora corruptos” (Tatagiba, Trindade, Teixeira, 2015). Essas manifestações de rua massificaram-se sobretudo em São Paulo, passando a defender abertamente o *impeachment* no dia 16/08/2015. Nessas manifestações, a tônica era o discurso anticorrupção, com o protagonismo das classes médias nas ruas (Cavalcante, 2015). Como demonstra Singer (2012, p. 62-63, 111-112), a classe média afastou-se eleitoralmente do PT nas eleições de 2006. Para Cavalcante (2015, p. 183-184), as razões materiais desse afastamento, como a elevação do preço dos serviços domésticos tradicionalmente consumidos pela classe média, são potencializadas pela ideologia meritocrática. A hipótese deste autor é a de que essa ideologia, característica dessa classe, reflete-se na aversão a políticas sociais de amplo alcance como, por exemplo, a expansão de vagas em universidades (públicas e privadas) ou a expansão da renda das classes populares. Isso é agravado quando essas passam a frequentar lugares tradicionalmente reservados à classe média.

Nesse mesmo ano de 2015, durante um discurso na convenção nacional do PSDB, o ex-candidato à presidência Aécio Neves afirmou que o PT era uma “organização criminosa” e que Dilma Rousseff não concluiria o mandato (O Globo, 05/07/2015). Como recorda Semer (2016, p. 108), “o movimento pelo *impeachment* começou antes da posse da presidente. Desde o início, tratou-se da pena à procura de um crime”. Na visão de Cida Trajano, da Executiva Nacional da CUT, o segundo mandato de Dilma foi tão conturbado que nem existiu, porque a presidenta não teria conseguido realizar seus projetos. Além disso, a direita teria aderido ao golpismo ao perceber que pelas eleições não retomaria a presidência do país. Embora o presidente da câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) não tenha facilitado a aprovação de pautas do governo, buscando aprovar projetos que comprometessem o orçamento do governo, Dilma apresentou algumas pautas, como veremos a seguir.

Do ponto de vista de sua base de apoio, deve-se ter em conta que um dos fatores que dificultou um enfrentamento maior ao golpe jurídico-parlamentar de 2016 foi a “virada” de Dilma com a nomeação de Levy, que não apenas frustrou seu eleitorado, como também não foi suficiente para reconquistar o apoio da burguesia interna e do mercado financeiro (Boito Jr., 2018, p.213-214). Identificamos que uma das consequências dessa opção foi o afastamento do movimento sindical organizado da base de apoio ao governo. Desse ponto de vista, foi ilustrativa a reação contrária às Medidas Provisórias 664 e 665 – a primeira restringia o acesso ao auxílio-doença e o recebimento da pensão em caso de morte pelo dependente, enquanto a segunda restringia o acesso ao seguro-desemprego e ao abono salarial (Galvão, Marcelino, 2017). Edson Carneiro, conhecido como Índio (2017), secretário-geral da Intersindical, reconhece que essas medidas facilitaram a campanha de desestabilização patrocinada pela direita contra o governo.

Julio Turra (2019), da CUT, diz que a nomeação foi recebida “como um murro no estômago” pela central. Além de criticar a continuidade da falta de diálogo com as centrais, Turra afirma que a interlocução com o governo era via ministros: “Rosseto vivia aqui, ele era Ministro da Previdência. Chegou a ir a uma reunião na Executiva da CUT em março de 2015, da qual ele saiu tonto de tantas críticas que recebeu”. Juruna (2020), também da Força Sindical, ressalta a frustração com a ruptura das promessas de campanha: “você não pode prometer no local do trabalho uma coisa que você não vai cumprir. São frases muito fortes. Nem que a vaca tussa, pô! Isso é fio de bigode, compreende?”. Porém, embora reconheça que Levy era uma figura distante do sindicalismo, Juruna também afirma que uma vez começado o ajuste “ela devia ter seguido com o projeto liberal naquele momento pra agradar o outro lado também”. Antônio Rogério Magri (2020), da Força Sindical, entende que havia uma grande dificuldade orçamentária naquele momento, dando a entender que, de fato, o ajuste era necessário. Àquela altura, dos 74% de sindicatos filiados a alguma central, 31,7% se concentravam na CUT, seguida de longe pela Força Sindical (10,8%) e pela CTB (10,3%) (Cardoso, 2015).

O PT também reagiu negativamente ao ajuste. Lula pedia paciência com o governo e o ajuste fiscal, embora intensificasse sua agenda junto a movimentos sociais e sindicatos, chamando-os a pressionar por mudanças na política econômica. Em junho de 2015, o PT realizou o seu 5º Congresso Nacional, fortemente dividido em torno da política econômica vigente. Sindicalistas cutistas e petistas (31 membros da Executiva Nacional da CUT e mais 390 militantes de base) enviaram aos delegados do Partido um manifesto no qual criticavam

duramente os rumos que o partido havia tomado desde sua fundação. Para eles, o Partido teria se tornado uma “federação de mandatos parlamentares”, em que cada um desses mandatos age como um “micropartido”, um partido no qual o eleitoralismo fez com que a organização privilegiasse o financiamento privado de campanha em detrimento de seus compromissos de origem (*O Trabalho*, 17/06/2015). Dentre os signatários constavam desde o presidente Vagner Freitas, a vice-presidenta Carmen Foro, até quadros históricos da Central como João Felício e Júlio Turra.

Embora reconhecessem os avanços dos governos encabeçados pelo PT, os signatários de tal carta, sindicalistas, denunciavam que a guinada da política econômica após o segundo turno em novembro de 2014 consistia em ataques a direitos dos trabalhadores sem que tivesse havido qualquer diálogo. Isso, afirmavam, ocorreu após uma reeleição acirrada na qual os movimentos sociais foram decisivos na conquista de votos. Além disso, os sindicalistas cobraram uma postura mais firme do PT, que “ficou no fogo cruzado, ora dando sustentação às medidas de ajuste fiscal do governo, ora defendendo corretamente as nossas bandeiras, como na luta contra o PL 4330”, projeto de lei que previa a possibilidade de terceirização irrestrita, que incluía as atividades-fim das empresas (*O Trabalho*, 17/06/2015). Desse modo, advertiam esses sindicalistas, o ajuste fiscal colocava o PT contra a classe trabalhadora e poderia levar o partido a uma derrota semelhante às sofridas pelos partidos socialistas (socialdemocratas em seus projetos políticos) da Europa que aplicaram medidas recomendadas pelo FMI. Compreendiam, ainda, que o ajuste facilitava a vida daqueles que trabalhavam para derrubar o governo Dilma. Por fim, dispunham-se a “assumir sua parcela de responsabilidade” na formulação de uma política voltada para o emprego e o desenvolvimento, com valorização do salário mínimo, que rompesse com as políticas neoliberais que estavam sendo implementadas.

Recentemente, o ex-presidente Lula (2018, p. 116-117) afirmou em entrevista que a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda em novembro de 2014 foi “um desastre para a militância”, uma vez que havia tido uma mobilização muito forte dos movimentos sociais e militantes de esquerda para reeleger Dilma. Em 29/12/2014, ela apresentou uma proposta de Reforma da Previdência. Sobre esse período Lula (2018) diz que:

Nós perdemos muita credibilidade (...) o nosso povo do movimento social, do movimento sindical, dizia: ‘Fomos traídos’. Esse é o sentimento da militância. E aí os adversários não perdoaram. Qual era a propaganda do PSDB? ‘Estelionato eleitoral’. Isso nos fragilizou demais (Lula, 2018, p. 117).

A CTB, aliada da CUT e do governo em todo período, realizou seu 2º Conselho Político em São Paulo nos dias 29, 30 de setembro e 1º de outubro de 2015. Na ocasião,

demonstrou em suas resoluções o aprofundamento da crise, a desaceleração do crescimento, desindustrialização e crescimento do desemprego, a radicalização das lutas de classes no Brasil, com o golpismo do PSDB, e em nível internacional com uma ofensiva imperialista. Contudo, suas resoluções tinham um tom bem mais ameno do que as da CUT no mesmo período (CTB, 2015). Em momento algum a CTB aponta Dilma Rousseff como promotora do ajuste, referindo-se sempre positivamente a ela nesse documento. Ao contrário, afirma que “além da ofensiva conservadora no Parlamento, também sobrou para a classe trabalhadora parte da amarga conta do ajuste fiscal promovido pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy” (CTB, 2015, p. 8). Posteriormente, nas Resoluções Políticas de seu 4º Congresso, realizado já em agosto de 2017, com um tom mais duro a CTB (2017, p. 24) afirmaria que:

As grandes massas trabalhadoras ficaram à margem do movimento golpista, não participaram dos atos públicos nem a favor nem contra o *impeachment*, o que se explica em função do descontentamento do governo Dilma provocado pelas desonerações e o desastroso ajuste fiscal⁶².

A posição subalterna do sindicalismo na frente política neodesenvolvimentista, a relação política de tipo populista (fetice do Estado protetor) – sobretudo no caso dos trabalhadores da massa marginal (Boito Jr., 2018), mas também o fato de que “o sindicalismo brasileiro continuou, ao longo dos governos do PT, marcado pelo corporativismo estatal, sendo um sindicalismo de dirigentes, pouco enraizado no local de trabalho”, como argumentam Galvão e Marcelino (2017, p. 6), são fatores que auxiliam na explicação da ausência dos sindicatos de base na disputa em torno *impeachment* de Dilma Rousseff. Como as autoras avaliam, as centrais sindicais, ao longo desse período, priorizaram a ação institucional, de modo que as manifestações de rua “desempenharam um papel mais demonstrativo do que organizativo e politizador, sendo pouco eficazes para respaldar a posição sindical nas negociações efetuadas no âmbito estatal” (Galvão, Marcelino, 2017, p.4). Essa ideologia “legalista”, digamos, prevaleceu não apenas nas centrais que apoiaram o governo, mas também nos partidos políticos e no Planalto, que concentraram seus esforços na disputa jurídica e parlamentar.

À luz da predominância dessa estratégia que se concentrava na luta institucional, podemos entender a afirmação de Turra (2019), de que “era difícil encontrar dois, três, parlamentares do PT nas grandes mobilizações que nós fizemos (a CUT, a Frente Brasil

⁶² Cabe ressaltar que em seus documentos o PCdoB se declarava contrário ao ajuste fiscal, criticava os cortes de direitos e defendia a retomada do crescimento e a preservação das regras vigentes. Apesar disso, o tom em relação ao governo Dilma não era o de uma crítica frontal a essa política econômica. Em 16 de julho de 2015, a Comissão Política Nacional dizia que “O PCdoB, embora crítico ao ajuste fiscal, tem reiterado o apoio político à presidenta Dilma, votando favoravelmente ao ajuste, mas sempre procurando preservar os direitos trabalhistas e previdenciários”. Ora, as propostas feitas no bojo do ajuste fiscal empreendido por Dilma e Levy consistiam justamente na restrição e retirada de direitos.

Popular, primeiro, depois veio a Frente Povo Sem Medo). O PT estava recuado e a CUT acabou assumindo um papel de central sindical e de partido político mesmo”. Outra fala que nos parece uma expressão desse “legalismo” está presente tanto em Juruna (2020), quanto em Magri (2020). Esse último afirma que:

Aquele voto do PT contra o presidente da câmara [na Comissão de Ética contra Eduardo Cunha] se os petistas votassem a favor dele... Meu Deus do céu! Ah, mas tem uma sacanagem! F...! Política é política! Eu vendo o almoço pra pagar a janta (...) Era simples; dois votos e ele não teria jamais colocado o processo de impeachment.

Juruna (2020) por sua vez, entende que:

Teve encontros com o Eduardo Cunha pra fazer acordo com ele – “faça isso que eu faço isso” – selaram acordos, mas na hora H foi rompido, tá? Tinha a Comissão de ética... Faz o acordo. Vamos supor que o PT tapa o nariz e fala “vai, Eduardo Cunha!”. Tem coisa que você tem que fazer... Que que vai fazer? Não pode arriscar e perder. Então, eu sou muito pragmático nisso sabe?

Ambos reconhecem um distanciamento das bases e uma dificuldade de tratar o assunto nas portas de fábrica.

Logo após a reeleição de Dilma, em janeiro de 2015, Miguel Torres, presidente da Força Sindical, afirmou que havia unidade das centrais em torno de propostas como redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais e o fim do fator previdenciário. Além disso, bandeiras como a política de valorização do salário mínimo, a correção da tabela do Imposto de Renda, valorização das aposentadorias e combate à terceirização também eram tidas como consensuais. Miguel Torres ainda afirmava que era necessário manter independência e pressionar o governo, demonstrando preocupação com o desemprego, a inflação e a desindustrialização (Força Sindical, 27/01/2015).

Após a edição das Medidas Provisórias 665 (restringia o auxílio-doença e recebimento de pensão em caso da morte pelo dependente) e 666 (restringia o acesso ao seguro-desemprego e ao abono salarial), o presidente da central subiu o tom (Miguel Torres, 27/01/2015):

Para nós, trabalhadores, a presidenta Dilma Rousseff havia garantido que não mexeria nos direitos trabalhistas. “Nem que a vaca tussa”, prometera ela durante a campanha eleitoral de sua reeleição. Infelizmente, ela enganou os trabalhadores. Daí a nossa revolta que vai culminar na deflagração de grandes manifestações de protesto na próxima quarta-feira. Neste dia, vamos exigir a revogação das medidas e a abertura de negociação entre governo e representantes do movimento sindical.

Além de criticar a falta de diálogo, Miguel Torres ainda criticou o fato dessas medidas penalizarem os mais pobres e acentuar ainda mais as desigualdades sociais. As declarações do ministro da Fazenda Joaquim Levy ao *Financial Times*, afirmando que o modelo brasileiro de seguro-desemprego era ultrapassado, também repercutiram mal; isso não apenas na Força, mas em todo movimento sindical, incluindo a CUT (Força Sindical, 26/01/2015). Em maio de

2015, quando a MP 665 foi para o Senado, houve uma manifestação de membros da Força Sindical e da CSP-Conlutas no Congresso. Na ocasião, notas falsas de dólar com os retratos de Lula, Dilma e o ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, foram atiradas no plenário. Também houve ataques que tinham como intuito desqualificar a presidenta Dilma Rousseff, como o uso, por parte dos manifestantes de máscaras nas quais a presidenta aparecia com “chifres de capeta”, segundo reportagem de *O Globo* (27/05/2015). Nesse mesmo dia, deputados do PT e do PCdoB também foram ofendidos por esses membros das centrais. Em junho houve novo desgaste entre o governo e as centrais com o veto de Dilma ao fator previdenciário, contrapondo-se a uma decisão do Congresso Nacional e à reivindicação das centrais.

Além da conjuntura política, a econômica também era agravada. Após anos de congelamento dos preços da gasolina e após ter baixado a tarifa da energia elétrica em 2013, o governo adotava uma política de reajuste, aumentando o custo de vida. Marcelino (2017) destaca que as greves ofensivas caem de 64% em 2102 para 57% em 2013 e o agravamento da crise colocava os trabalhadores em maiores dificuldades nas negociações sindicais. Em 2015, o então Presidente da Câmara Eduardo Cunha, de maneira militante, empreendeu seus esforços na aprovação do PL 4330, um projeto de lei que autorizava a terceirização irrestrita nos locais de trabalho. Como recorda Marcelino (2017, p. 219), “cinco jornadas com manifestações massivas e paralisações de algumas categorias (como metalúrgicos e trabalhadores do transporte público)” foram convocadas entre agosto 2015 e 2016. Ainda que essas jornadas tenham sido vitoriosas naquele momento, a perspectiva defensiva já apresentava-se e daria a tônica do período seguinte, sobretudo depois do golpe jurídico-parlamentar de 2016.

Deve-se destacar que, se as centrais eram críticas à terceirização, elas divergiam em relação à abrangência da terceirização, isto é, se deveria abarcar somente atividades-meio, ou também atividades-fim e também na responsabilidade da empresa contratante, ou seja, “se ela deveria assumir o pagamento de dívidas e encargos trabalhistas eventualmente não pagos pela prestadora de serviço ou se bastaria fiscalizar seu pagamento por parte da terceirizada” (Marcelino, Galvão, 2020, p.164). Além disso, as autoras também destacam que: a) o projeto de Lei inicial recebeu um texto substitutivo elaborado pelo deputado Roberto Santiago (PSD – SP), vice-presidente da UGT, que apoiava a proposta e possibilitava a contratação de serviços especializados de qualquer natureza; b) a Força Sindical, retomando as posições defendidas em sua fundação, esteve ausente de todas as jornadas de luta contrárias ao PL da

terceirização e isolou-se na defesa desse projeto. Dizem as autoras, ainda: “mas diante da expressiva reação das ruas e da oposição das instituições de regulação do trabalho (Anamatra, Ministério Público do Trabalho), até mesmo a Força Sindical começou subscrever críticas a ele” (Marcelino, Galvão, 2020, p.164).

Houve um diálogo do governo com as centrais sindicais e do setor industrial na elaboração do *Programa de Proteção ao Emprego (PPE)*, lançado em 6 de julho de 2015 com validade até o fim de 2016. Em maio de 2015, a reivindicação de adoção desse programa havia sido feita por meio de carta pelas seguintes entidades: CUT, Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (CUT), Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos da Força Sindical e UGT. Inspirado em uma experiência ocorrida na Alemanha, o objetivo do Programa era evitar demissões no setor produtivo, porém qualquer empresa em dificuldades financeiras poderia aderir (Folha de S. Paulo, 06/07/2015). Como recordam Galvão e Marcelino (2020), o programa possibilitava a redução da jornada *com* redução salarial.

Em seu 12º Congresso, realizado em 2015, embora a CUT reafirmasse em suas resoluções a sua posição histórica de redução da jornada de trabalho sem redução salarial, o que se opunha à proposta do Programa de Proteção ao Emprego, também sustentava que a posição correta naquele momento seria a de acompanhar a experiência e assegurar o debate interno sobre a correção ou não do programa, no lugar de opor-se a ele por princípio. (CUT, 2015). Ainda na visão da central, o que deveria ser assegurado era que o acordo fosse submetido sempre à assembleia da categoria, de modo que o seu Diretório Nacional autorizava a as Confederações Nacionais da área da indústria a negociar com o governo uma proposta experimental, que deveria durar um ano.

Em novembro de 2016, já no governo de Michel Temer, o Ministério do Trabalho fez um balanço positivo do programa, que ele teria atingido 116 empresas e 63,3 mil trabalhadores, e prorrogou-o até o final de 2017 (Força Sindical, 10/11/2016). Contudo, como veremos ao tratar do governo Temer, houve um aumento da crise econômica e do desemprego. O secretário-geral da Força Sindical, Juruna (2020), narrou uma experiência sucedida durante a vigência do PPE da seguinte forma. Ao se darem conta de que a produtividade e as vendas no setor estavam em baixa, os próprios trabalhadores tomaram a decisão de abrir mão de certos direitos para preservar o emprego:

Pela legislação, o cara não quer saber se está produzindo ou não está produzindo. O patrão tem que cumprir e acabou. Só que, no real, as pessoas são capazes de falar: “é melhor abrir mão do 13º. Você abre mão do 13º salário? Vocês topam diminuir o salário, diminuindo a jornada?”. Coloca em votação, as pessoas topam... Estou

contando um caso real da Volkswagen do ABC, tá? Os trabalhadores fizeram assembleia, ia ter demissão (...), faz uns 5, 6 anos se não me falha a memória. Aí deu um rolo porque o sindicato fez tudo bonitinho. Fez o acordo nos seguintes moldes: nós vamos reduzir a jornada, reduzir o salário, mas o salário vai ficar igual porque nós vamos ter um pagamento de PLR mensal. Eles fizeram um jeito de que, no conjunto das coisas, o trabalhador não perdia monetariamente, sabe? Fizeram o acordo bonitinho, tal, tal. A turma falou “tudo isso aqui pra garantir o emprego”. Tá bom, a turma topou. (Risos) A Justiça não aceitou, o Ministério Público não aceitou.

Assim, na visão de Juruna, a excessiva ingerência da Justiça do Trabalho nessa negociação também teria prejudicado a luta para preservar os empregos em meio à crise. Como argumenta Boito Jr. (1991), a outorga por parte do Estado do poder de representação e negociação para os sindicatos, bem como a unicidade e as contribuições sindicais obrigatórias, asseguram “a estrita dependência e subordinação do sindicato oficial à cúpula da burocracia de Estado”. Além disso, “a unicidade sindical é o sindicato único estabelecido em lei” (Boito Jr, 1991, p.27). Ora, como vimos no primeiro capítulo, é justamente essa estrutura sindical que a Força Sindical nasceu para defender e preservar. Ainda segundo o autor, a interferência do Ministério do Trabalho, da Justiça do Trabalho e das Delegacias Regionais do Trabalho, por exemplo, sempre foram uma constante nesse modelo de estrutura sindical, destituindo direções e tutelando eleições sindicais, por exemplo. Não deixa de ser curioso que uma estrutura vista como positiva pelas forças políticas que compuseram a Força Sindical, apesar dessa interferência estatal, apareça simultaneamente como um entrave à manutenção de empregos.

Se o ajuste fiscal já sinalizava a virada de conjuntura, o golpe jurídico-parlamentar de 2016 dá um passo adiante e leva ao governo não apenas o programa político-econômico que havia sido derrotado nas urnas, mas o conjunto do bloco neoliberal, que participou de forma ativa e militante nessa ofensiva restauradora. Somou-se a isso uma ofensiva de setores conservadores contra políticas de Direitos Humanos. Como afirma Quinalha (2016, p.132), os votos do impeachment “pela família”, “pelos evangélicos” e “por Deus” cobraram sua conta: “fim do Ministério de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; Secretaria de direitos Humanos dissolvida na enorme estrutura do Ministério da Justiça”. Um ministério composto apenas por homens brancos, o primeiro desde o governo Geisel (1974-1979) (Folha, de S. Paulo, 12/05/2016). Vejamos, portanto, com um pouco de mais de detalhes, como se deu essa parte do processo da crise política brasileira.

3.5. O golpe jurídico-parlamentar de 2016

Dentro do conceito de crise política com o qual trabalhamos, isto é, a crise política como “positiva” para as classes dominantes, já que se trata de uma acomodação no interior do bloco no poder, a ideia do golpe está intimamente vinculada ao processo de redefinição, ou reforço, da hegemonia política no bloco no poder. Martuscelli (2018c, p. 8) afirma que

(...) nem toda redefinição de uma hegemonia política, que resulta da emergência de uma fração não-hegemônica (...) e nem todo reforço de uma hegemonia política de uma dada fração já hegemônica podem ser concebidos como intrinsecamente associados a um golpe de Estado, mas qualquer golpe de Estado comporta um desses processos.

Assim, os golpes de Estado coincidem com conjunturas de crise política “nos quais não está em jogo a substituição do bloco no poder existente, mas sim a concretização de mudanças em sua hierarquia política interna entre as frações dominantes que o compõem”, de maneira que sempre é dirigido por uma das frações que já estão presentes no bloco no poder (Martuscelli, 2018c, p. 8)⁶³. Com efeito, a guinada neoliberal na política econômica operada por Dilma Rousseff em seu segundo mandato, após uma eleição acirrada contra um candidato abertamente neoliberal, Aécio Neves, já demonstrava que havia uma ofensiva restauradora neoliberal, dirigida pelo capital estrangeiro e a fração da burguesia perfeitamente integrada a ele.

A ruptura institucional que se deu no Brasil com o impeachment de Dilma Rousseff constitui um tipo de golpe bastante diferente das “quarteladas” e invasões estrangeiras que a América Latina esteve acostumada a presenciar ao longo de sua história. Essa “nova cara”, a nosso ver, dificulta bastante a compreensão de que se trata de um golpe. O secretário-geral da Força Sindical, Juruna (2020), por exemplo, embora tenha sido contrário ao *impeachment*, contesta a qualificação desse processo como golpe, na medida em que ele foi ratificado e votado pelo Congresso, além de chancelado pelo Supremo Tribunal Federal. O Projeto de Resolução do 8º Congresso da Força Sindical, realizado entre 12 e 14 de junho de 2017, reconhece no *impeachment* uma virada de conjuntura, na qual aquilo que eram “equivocos” da condução econômica do país transformam-se em uma “coalizão de forças políticas corporativas, empresariais e midiáticas gestada no combate e na derrubada do governo do PT” (Força Sindical, 2017, p.8). Se por um lado a central afirma em tom negativo que “a mudança de governo, após o impedimento da presidente Dilma, alterou substancialmente a agenda

⁶³ O autor não ignora a possibilidade de frações externas ao bloco no poder dirigirem golpes de Estado. Isso ocorreria em virtude de uma defasagem entre a fração hegemônica e a fração reinante – aquela que, conforme vimos, domina a cena política. São os casos do golpe de 1930 no Brasil e do golpe de 1974 em Portugal, ambos dirigidos pela pequena-burguesia (Martuscelli, 2018c, p.9).

trabalhista para os próximos anos” (Força Sindical, 2017, p.9), em nenhum momento utiliza-se da palavra golpe para denunciar esse processo.

Comin (2017) argumenta que lideranças civis sozinhas não têm a capacidade de desferir golpes de Estado, de maneira que a associação com a burocracia de Estado é fundamental para viabilizá-los. Como diz o jurista Marcelo Semer (2016, p. 109), “em um golpe sem armas, sem tanques ou baionetas, Judiciário e imprensa são de fato os principais instrumentos de legitimação”. De fato, ambos foram fundamentais na legitimação do processo e na difusão do descontentamento com o governo Dilma por meio da propaganda – seja na cobertura tendenciosa de determinados fatos políticos por parte da imprensa, seja por meio de expedientes inconstitucionais ou espetaculosos, como no caso da Lava Jato. Santos (2017, p. 131-132) defende a caracterização do golpe de 2016 como estritamente Parlamentar, ao afirmar que: “a inclusão de participantes fora do circuito parlamentar oficial, não invalida a tese de que o comando de todo o processo permanece em mãos de parlamentares profissionais, com ou sem mandato eleitoral na ocasião”. Contudo, como recorda Martuscelli (mimeo), o próprio Santos (2017) reconhece que o Judiciário foi fundamental na execução do golpe. Neste aspecto, Santos (2017) desenvolve a tese de que o julgamento da Ação Penal 470, do Mensalão, que prendeu líderes históricos do PT como José Dirceu e José Genoino, foi fundamental na medida em que “estreou ostensivo espetáculo de intervenção jurídica na ordem política” (Santos, 2017, p.159). Desse modo, esse julgamento “fraudou a lógica política e constitucional, lançando fundamentos para potenciais golpes parlamentares, como socorro sofisticado da Constituição” (Santos, 2017, p.168).

Assim, Martuscelli (mimeo, p.27) argumenta que, destacando-se:

A organização de toda uma arquitetura institucional para defenestrar do governo a presidente Dilma e as forças ligadas ao PT, destacando-se os seguintes componentes: Ação Penal 470 e a legitimação da teoria do domínio do fato, o rechaço à PEC 37, a ampliação da abrangência do dispositivo da delação premiada, a Operação Lava Jato, o vazamento ilegal de conversas entre Dilma e Lula, o impedimento da posse de Lula como ministro, a criminalização do lobby, a “participação ativa” do STF na condução dos trabalhos do julgamento do processo de impeachment no Senado e a sua “omissão” ao rejeitar todos os recursos que visavam demonstrar irregularidades e lacunas no processo; o “conluio” entre aparato judicial e mídia corporativa (...) como considerar esse conjunto de elementos como algo secundário ou irrelevante na caracterização das forças institucionais que foram protagonistas e perpetradoras do golpe?

Desse modo, este autor julga como correta a caracterização do golpe como jurídico-parlamentar.

A ideia de “confusão orgânica dos poderes” e constante invasão dos campos de atuação de um e outro poder volta à tona, uma vez que, novamente com Semer (2016, p. 108):

(...) o caráter político do processo de *impeachment* claramente se sobrepõe à exigência jurídica de um crime de responsabilidade. (...) Sem crime de responsabilidade que pudesse servir de base para acusação, o propalado *conjunto da obra* representou um voto de desconfiança, em inequívoca ruptura com o processo eleitoral que o antecederia.

Desse modo, tem-se mais uma das características do golpe de Estado, “a ação usurpadora realizada por forças de oposição a um determinado governo” que, no caso, concretizou-se “pela adoção de mecanismos previstos nas próprias regras do jogo com vistas a esvaziar a capacidade governativa de um mandatário ou pelo uso casuístico das normas ou procedimentos vigentes” (Martuscelli, 2018c, p. 12).

Como recorda o jurista Marcelo Semer (2016, p. 108), os “desvios” que supostamente foram apresentados como crime de responsabilidade para a deposição de Dilma Rousseff consistiram em uma alteração de entendimento por parte do Tribunal de Contas da União aplicada retroativamente – “que maquiaram a deposição como afastamento, instalando no poder aquele que, presidente em exercício, praticara idênticos atos”. Além disso, o processo foi conduzido por Eduardo Cunha, “afastado pelo STF por desvios de poder contemporâneos ao *impeachment*, mas só reconhecidos após o encerramento do processo”. Assim, como aponta Santos (2017), feita a ressalva de que entendemos ser mais adequada a caracterização do golpe como jurídico-parlamentar, esse novo tipo de golpe obedece formalmente à letra da lei vigentes no país. Assim:

A reação imediata da população, em particular da parte contrária ao golpe, revela perplexidade diante da mágica de fazer com que procedimentos rotineiros da democracia representativa produzam um resultado, a destituição do governo legitimamente eleito, sem dúvida alguma, transgressor das regras constitucionalmente consagradas (Santos, 2017, p. 32).

No dia 2 de dezembro de 2015, o então presidente da Câmara Eduardo Cunha (membro do partido Movimento Democrático Brasileiro/MDB–RJ) autorizou a abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Recentemente, Lula (2018) afirmou que, àquela altura, eram muito poucos aqueles que acreditavam na possibilidade do golpe jurídico-parlamentar concretizar-se. Organizações de esquerda, como o PSTU e setores do PSOL – como o Movimento de Esquerda Socialista e a Corrente Socialista dos Trabalhadores — que eram oposição ao governo Dilma, também sustentaram o discurso de que não haveria golpe porque o programa dos dois blocos seria o mesmo, ou mesmo que não haveria grandes modificações no regime político pelo nível de precariedade da nossa democracia⁶⁴.

⁶⁴ No caso do PSTU, isso influenciou na linha “Fora todos!” adotada pela CSP-Conlutas — central sindical ligada ao partido — discurso semelhante ao da Corrente Socialista dos Trabalhadores (Cf. CST, 2016). O Movimento de Esquerda Socialista, que compõe o PSOL, em nota de março de 2016, não qualifica o processo de *impeachment* como um golpe, que seria um recurso do PT para mobilizar sua base social pelo “medo”. Afirmar

A admissibilidade desse processo foi votada no dia 17 de abril de 2016 e demonstrou que a correlação de forças já era bastante desfavorável para o governo, que não conseguiu os 171 votos necessários para barrar o processo de impedimento. De acordo com Limongi (2017), boa parte da derrota do governo na votação parlamentar está ligada ao descontentamento na sociedade com a situação econômica, bem como a ineficácia do governo em impedir que a Lava Jato atingisse o sistema político. Isso explicaria, ainda em sua visão, que boa parte dos votos pelo *impeachment* tenham sido dados por deputados de partidos ainda considerados aliados ou que o eram até pouco tempo antes. Contudo, mesmo antes da votação da admissibilidade do *impeachment*, Eduardo Cunha já havia ameaçado o governo com as chamadas “pautas bomba”, que comprometiam o orçamento previsto anteriormente pela União e as iniciativas do Executivo eram sistematicamente travadas ou rejeitadas na Câmara. Em 31 de agosto de 2016 o placar da votação do Senado, que referendou o golpe – ou a votação de mesma decisão da Câmara dos Deputados em 17 de abril – demonstrou o isolamento do governo em relação ao Congresso, majoritariamente composto por forças conservadoras – com 61 votos favoráveis ao *impeachment* e 20 contrários.

Durante todo o processo de *impeachment* o governo concentrou sua defesa na esfera jurídica-institucional, relegando a mobilização nas ruas ao segundo plano (Boito Jr., 2018, p.285). É sintomática a ausência de Dilma Rousseff nas manifestações de rua contra o golpe, excetuando-se o 1º de Maio de 2016 em São Paulo, onde fez um discurso em que apresentou uma série de medidas favoráveis aos trabalhadores. A crítica a essa postura apareceu na entrevista que realizamos com o então membro da Executiva Nacional da CUT, Júlio Turra (2019), da seguinte forma:

O Lula disse um dia na Executiva Nacional: “escuta! Os coxinhas⁶⁵ estão fazendo manifestação em cima de manifestação e nós não vamos fazer nada?” E resolvemos entrar na parada no dia 13 de março de 2015. Tinha uma manifestação dos coxinhas para o dia 15, então, nós nos antecipamos a eles e fizemos uma manifestação aqui na Paulista que deu algumas dezenas de milhares, menor que a dos coxinhas, mas mostrando que nós estamos aqui. (...) Às vésperas do 13 de março nós recebemos aqui na CUT ligação do Planalto, não da Dilma, “vocês estão loucos! Vocês vão sair na rua! Vocês vão provocar a direita”. O presidente do PT na época, que era o Rui Falcão, “vocês não têm que fazer isso!”. O Marinho, que era presidente do PT aqui

também que o que havia era um golpe para travar a Lava Jato, mas que não haveria diferenças entre Dilma e Temer (Cf. MES, 2016).

⁶⁵ “Coxinha” é uma expressão pejorativa que surgiu em meio à crise política para designar conservadores. Inicialmente utilizado, na década de 1980, para caracterizar pejorativamente Policiais Militares que se alimentavam mal, almoçando coxinhas em botecos, pois seus vale-refeição não podiam pagar mais do que isso, com a popularização dos programas policiais de rádio e televisão, o termo ganhou novo significado. Desse modo, passou a designar aqueles que eram preocupados com segurança acima de tudo. Com as manifestações de junho de 2013, esse termo se disseminou, passando a designar os setores conservadores que participaram dos atos, mormente compostos pela classe média tradicional (Observatório da imprensa, 3/09/2013).

em São Paulo... O único que falou para nós: “vocês são a CUT. Vocês têm que fazer o que acham que têm que fazer” foi o Lula. Deu um certo sinal verde.

Houve também um discurso triunfalista por parte do governo, segundo o qual o golpe não aconteceria, fosse pela maturidade das nossas instituições políticas, fosse pelo fato de que a presidenta não havia cometido crimes de responsabilidade. Às vésperas da votação do *impeachment*, dia 13 de abril de 2016, foi divulgada pela deputada Luciana Santos (PCdoB-PE) uma lista de 186 deputados contrários ao *impeachment*. A lista teria sido articulada pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e, em tese, mostrava que a deposição da presidenta não ocorreria (*Folha de S. Paulo*, 14/04/2016). A opção estratégica foi a de não extrapolar o caráter meramente demonstrativo das manifestações de 2015 e 2016 contra o golpe.

Como argumentam Saad Filho e Moraes (2018), ao radicalizar pela esquerda o discurso nas eleições, Dilma Rousseff afastou-se da grande burguesia interna e ainda mais da classe média, sobretudo de sua parcela de maior renda, como vimos. De acordo com os autores, com o agravamento da crise econômica, “as melhorias na distribuição que legitimaram os governos do PT estancaram” (Saad Filho, Moraes, 2018, p. 183). Em 2012, 94,6% dos acordos coletivos haviam sido feitos acima do INPC (Índice de Nacional de Preços do Consumidor), o que nos faz levantar a hipótese de que esses ganhos reais obtidos pela classe trabalhadora tenham sido tolerados pela grande burguesia interna devido à situação de crescimento econômico (Boito Jr., Marcelino, Galvão, 2015)⁶⁶. Desse modo, rompida com sua base social devido ao ajuste fiscal, enfrentando a hostilidade da classe média e do capital internacional e a burguesia integrada a ele, a frente política neodesenvolvimentista contaria com uma nova baixa: a grande burguesia interna que, paulatinamente, foi se afastando e que também foi prejudicada pela redução dos gastos públicos e a política de financiamento do BNDES (Berringer, Boito Jr., 2018b.).

Como vimos, a grande burguesia interna não apenas realiza parcerias com o capital financeiro internacional, sobretudo no caso dos bancos brasileiros, como também não pretende uma ruptura com o imperialismo. Em virtude de seu caráter dependente, discussão histórica que não teremos tempo de aprofundar nesse espaço, essa fração burguesa costuma oscilar: ora apresentando-se como força social distinta apoiando governos (mais ou menos) desenvolvimentistas, ora aliando-se ao programa político da fração da burguesia perfeitamente integrada ao capital internacional. Martuscelli (2018a, p. 36) chama atenção

⁶⁶ Bresser-Pereira (2016a, p. 373) demonstra que os lucros da fração industrial da burguesia interna vinham caindo desde 2013, o que a levou a aliar-se “aos capitalistas rentistas, incluindo a classe média rentista, o setor do agronegócio e financista (...) novamente sob hegemonia do liberalismo conservador”.

para sua fragilidade político-ideológica perante o capital estrangeiro “o que a impede de exercer, no longo prazo, a hegemonia política no bloco no poder”.

Com efeito, Bresser-Pereira (2016a) afirma que, desde o fracasso do Plano Cruzado, essa fração da burguesia, sobretudo industrial, viu-se sem discurso perante a ideologia neoliberal. Mas a essa característica histórica (fragilidade político-ideológica da grande burguesia interna) somaram-se fatores conjunturais ⁶⁷. A política externa neodesenvolvimentista “altiva e ativa” – como denominam Berringer e Boito Jr. (2018b) – passou a incomodar essa fração de classe, ainda que ela fosse a maior beneficiada por essa política. Quais fatores conjunturais são esses que, a partir de 2012, contribuíram para o afastamento da grande burguesia interna da frente política neodesenvolvimentista? Os autores elencam fundamentalmente seis razões: 1) a diminuição do PIB no Brasil; 2) aumento das políticas protecionistas na Argentina, que dificultaram as exportações para esse país; 3) a ofensiva imperialista com a criação do bloco Aliança para o Pacífico, que se contrapunha ao Mercosul, à Unasul e ao papel da China no continente; 4) o golpe de Estado no Paraguai, que deu início à ofensiva contra os governos progressistas na região; 5) a entrada da Venezuela no Mercosul e o aprofundamento da crise no país⁶⁸; 6) o aumento das importações chinesas, que disputavam mercado diretamente com a burguesia brasileira. Os autores também demonstram que começou a haver uma divisão cada vez maior na grande burguesia interna: um polo mais descontente, encabeçado pela CNI e a FIESP (sobretudo o setor da indústria de transformação que perdeu espaço com as importações chinesas) e a ABIMAQ, que cresceu enormemente com a política de conteúdo local dos governos neodesenvolvimentistas.

A última grande tentativa de manter coesa a frente neodesenvolvimentista aconteceu em 3 de dezembro de 2015, quando as centrais sindicais (CSB, CTB, CUT, NCST, UGT), as associações empresariais (ABIMAQ, CNI) e as federações sindicais de trabalhadores lançaram um manifesto chamado *Compromisso com o desenvolvimento*, no qual instavam o governo a retomar o programa neodesenvolvimentista e reconstruir um pacto entre empregados e empregadores para superar a crise. A intensificação da ofensiva golpista nos primeiros meses de 2016, na qual, como veremos a seguir no item 3.6, a operação Lava Jato cumpriu um papel fundamental, impediu essa reconstrução. Sobretudo porque essa operação

⁶⁷ Nesse ponto, é importante observar que o fracionamento de classe é entrecruzado das mais diversas formas, apresentando contradições internas que variam com a conjuntura, levando à dominância de uma ou outra característica do fracionamento (porte do capital, ramo econômico, questão regional, etc.). (Cf. Farias, 2009).

⁶⁸ Os autores destacam que, nesse quesito, o principal efeito foi ideológico do bolivarianismo. A grande burguesia interna passou a temer a ideologização da política externa e o consequente isolamento do país (Berringer e Boito Jr., 2018b, p. 9).

teve como alvo privilegiado o setor mais forte da grande burguesia interna, a engenharia nacional, revelando um antigo esquema de corrupção que envolvia empresas privadas, partidos políticos e a burocracia de Estado. Contudo, a recusa da operação em realizar acordos de leniência paralisou as empresas e provocou demissões, agravando a crise econômica. Expedientes de exceção foram utilizados para manter na cadeia empresários que se recusassem a fazer delações premiadas, instrumentalizadas com o fim de atacar o governo (Semer, 2016).

Boito Jr. (2018) insiste em que é errôneo afirmar que a grande burguesia interna agiu como bloco monolítico durante a crise do *impeachment*, isso porque, como vimos, ela é atravessada das mais diversas contradições. Em levantamento empírico, o autor concluiu que, na defensiva, parte da grande burguesia interna aderiu ao golpe, como no caso da FIESP – que teve um protagonismo na convocação e organização das manifestações de massa, do agronegócio e da indústria de transformação –, e parte teve suas atividades econômicas paralisadas e foi posta na cadeia, caso da engenharia nacional. O setor da construção naval ficou neutro (Boito Jr., 2018, p. 320). Os bancos nacionais, que controlam 80% do mercado bancário brasileiro e defendiam a política de ajuste implementada por Joaquim Levy, tentaram ajudar o governo Dilma. Mas, à medida em que a crise foi se agravando, a grande burguesia interna foi mudando de posição e se afastando cada vez mais do governo. Assim, afirma o autor:

O representado, a grande burguesia interna, não se reconhecia mais no representante. (...) O ajuste fiscal do segundo governo Dilma foi um fator importante para o agravamento da crise. Não afastou apenas o movimento popular, criou atritos, inclusive, com a grande burguesia interna. A ofensiva restauradora do grande capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele associada, apoiados na mobilização da alta classe média, pôde, então, avançar (Boito Jr., 2018, p. 320).

A atração da grande burguesia interna para o bloco golpista deu-se por motivos semelhantes aos que levaram sua adesão ao campo neoliberal na década de 1990, isto é, o apoio à política de desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas, a chamada “responsabilidade fiscal”, que consiste em superávit primário para a rolagem da dívida pública e privatizações. A ofensiva neoliberal foi bem sucedida porque se intensificou quando a frente neodesenvolvimentista estava se esgarçando. Como afirma Boito Jr. (2018, p. 284), “a grande burguesia interna (...) convenceu-se (...) que o ajuste fiscal é [era] o único caminho para retomar o crescimento econômico”, desde que esse ajuste recaísse sobre a classe trabalhadora e não sobre as empresas. Contudo, o programa do consórcio golpista apresentado pelo PMDB, chamado *Ponte para o futuro*, de claros contornos neoliberais e que se transformou no programa mínimo da burguesia em seu conjunto, omitiu, por exemplo, como

nota Boito Jr. (2018), o fim da política de conteúdo local da qual a grande burguesia interna havia sido a maior beneficiária e cujo desmonte foi levado a cabo pelo novo presidente, Michel Temer. Em 2017, Paulo Skaf, presidente da FIESP, escreveu no jornal *Folha de S. Paulo* um artigo em tom de indignação a respeito.

A FIESP também foi perdeu força com a operação Lava Jato. Mas seu silêncio diante da operação demonstra, em nossa avaliação, a situação defensiva na qual estava a política e a frente neodesenvolvimentista. Certamente, havia conflitos, dentro da associação, entre as diversas frações do empresariado brasileiro. Vejamos mais de perto o papel da operação Lava Jato na crise política brasileira.

3.6. A Operação Lava Jato: crise ideológica, corrupção, classe média e impacto nas centrais

Embora já tenhamos dito algo sobre a operação Lava Jato, é preciso falar mais especificamente sobre os efeitos causados por ela na conjuntura política. Ela teve efeitos importantes tanto na classe média quanto na classe trabalhadora. Neste primeiro momento, trataremos mais especificamente de seu papel na mobilização política e ideológica da classe média, um agente importante para a compreensão da crise e base de massas da campanha pela destituição de Dilma Rousseff.

Deflagrada no ano de 2014 pela Polícia Federal, a operação Lava Jato tinha como objetivo investigar casos de corrupção na Petrobrás. Essa operação impactou fortemente a economia e a cena política no país. De acordo com Bastos (2017), é difícil mensurar se foi o ajuste Dilma-Levy ou a Lava Jato que teve maior impacto na economia. Do ponto de vista econômico, Bastos (2017) argumenta que a resistência da operação em realizar acordos de leniência prejudicou a fração da burguesia próxima do governo (setor naval, indústria pesada e construção civil) – a grande burguesia interna –, colocando alguns de seus executivos na cadeia e inviabilizando economicamente as empresas. Isso ocorreu mesmo em contrariedade com as determinações da lei anticorrupção (Giovanaz, 2018). Além disso, de acordo com Boito Jr. (2018, p. 258) os alvos prioritários da Operação foram, e ainda são, a construção pesada, a Petrobras e o PT; mas, são também “as instituições do Estado que se converteram em centro privilegiado de poder” da grande burguesia interna, como o BNDES e a própria Petrobras. O ex-presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli de Azevedo (2018, p.127) menciona que, do ponto de vista do desemprego, além da demissão de mais de 200 mil terceirizados, 20 mil funcionários da empresa aderiram a programas de demissão voluntária.

De acordo com Azevedo (2018, p.127), “somente as seis principais empreiteiras envolvidas na operação destruíram mais de 300 mil postos de trabalho”. O economista Luiz Gonzaga Beluzzo estimava, em julho de 2017, que a operação Lava Jato e a operação Carne Fraca haviam produzido de 5 a 7 milhões de desempregados, de um total de 14,2 milhões (Brasil de Fato, 19/07/2017), o que também coloca o sindicalismo na defensiva. Giovanaz (2018, p.73) cita o caso da Engevix Construções Oceânicas (Ecovix), no qual o dono da empresa de indústria naval foi processado, absolvido e solto. Contudo, uma trabalhadora relata ao autor que “tem 200 pessoas atuando no estaleiro no momento. (...) Na época mais forte, eram 12 mil”. Na região litorânea do estado do Rio de Janeiro (sobretudo Angra dos Reis, Niterói e Rio de Janeiro), desde 2004, “em dez anos, o estoque de empregos diretos no setor naval cresceu 383% e chegou a 71,6 mil” (Giovanaz, 2018, p.75-76). Com a deflagração da Lava Jato, “sem dinheiro para concluir as encomendas, o estoque de empregos na indústria naval caiu 44% entre 2014 e 2016” (Giovanaz, 2018, p.76).

Em entrevista concedida ao jornalista Daniel Giovanaz, Paulo Cayres, presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM-CUT), questiona a afirmação da força-tarefa da Lava Jato, segundo a qual a operação recuperou R\$ 38,1 bilhões para os cofres públicos. “Qual o sentido de recuperar R\$ 38,1 bilhões e quebrar toda uma indústria que representava para nosso Produto Interno Bruto (PIB) cifras na casa dos trilhões? (...) Cada prisão da Lava Jato significou 22 mil postos de trabalho a menos” (Giovanaz, 2018, p.130). Embora afirme que queira ver “corruptos na cadeia”, Cayres também afirma que nunca concordou com os métodos e as armadilhas da operação, como a seletividade em relação ao PT. Além disso, Paulo Cayres destaca que no ramo da indústria naval, alguns profissionais dos portos, como soldadores de alta capacitação técnica, ganhavam salários na faixa dos R\$ 3.000. Como nem todos estados possuíam mão de obra qualificada, além da qualificação da mão de obra local, houve muita migração de trabalhadores para preencher essas vagas (Giovanaz, 2018). Ele afirma que “no caso dos migrantes, a perda de emprego destrói a vida do trabalhador. Aí ele precisa voltar para a cidade de origem, normalmente com pouco dinheiro e sem ter o que fazer” (Giovanaz, 2018, p.131).

Para compreender os efeitos da Lava Jato na conjuntura, julgamos ser imprescindível a contribuição de Althusser (2017b, p.62-63) na afirmação de que a ideologia dominante opera por meio de um mecanismo denominado de *alusão-ilusão*. Faz-se alusão ao real (há corrupção no Estado burguês) para, no caso da Lava Jato, criar a ilusão de que o que está em jogo é o combate à corrupção de forma neutra, quando na realidade são modelos de

acumulação capitalista que estão em disputa. Assim pode se compreender a afirmação da nossa entrevistada Cida Trajano (2020), da Executiva Nacional da CUT, quando ela reconhece que havia uma grande dificuldade de combinar a defesa do combate à corrupção com a denúncia dos efeitos negativos que a Operação teve no aumento do desemprego, no desmanche de setores estratégicos da economia e no comprometimento à soberania nacional.

Boito Jr (2018, p. 255) afirma que a Operação Lava Jato, cujos ramos do aparelho de Estado são majoritariamente compostos pela classe média, agiu como “uma espécie de ‘partido da classe média’, representando a classe à qual pertenciam não de maneira organizada, mas pelo alto, agindo em seu nome”. Com efeito, Souza (2016) recorda o empenho do Ministério Público em influenciar nas manifestações de junho de 2013 no rechaço à proposta de lei que limitava os poderes do órgão. Singer (2018, p. 233) também enfatiza que o “Partido da Justiça” possuía até mesmo um programa próprio, as “10 medidas contra a corrupção”, que haviam sido idealizadas pelo Ministério Público da Lava Jato. Como vimos, a politização da burocracia e de ramos do aparelho de Estado, no caso o poder judiciário, é um caso típico nas crises políticas, sobretudo em virtude da ruptura no laço entre representantes-representados e nas quais há uma crise ideológica em que aparelhos de Estado podem assumir essa função.

Júlio Turra (2019), da CUT, também concorda com essa leitura. Entende que, na medida em que houve uma “falência” dos partidos políticos que reforça uma crise de representatividade, “esse setor do Judiciário mais militante, mais engajado ao redor dos Procuradores e do Moro, acabou sendo a válvula de escape para um partido político”.

Assim, “a alta classe média elegeu o PT e seus governos como inimigo principal. Mas o discurso contra a corrupção é mero pretexto”, isto porque o grande incômodo da classe média em relação a esses governos era com as políticas sociais adotadas por eles (Boito Jr., 2018, p. 258). Boito Jr. e Saad Filho (2018) argumentam que a alta classe média sempre teve antipatia em relação a essas políticas porque sente que o sistema tributário a sobrecarrega com serviços sociais que ela não utiliza, além de ameaçar espaços simbólicos que a distinguem histórica e sociologicamente da classe trabalhadora, como a expansão do ensino universitário.

Diversos autores, tais como Santos (2017), Singer (2018), Boito Jr. (2018) e Souza (2016), recordam que na história brasileira o discurso contra a corrupção é instrumentalizado contra governos que adotam medidas progressistas. Embora a ideia de corrupção seja um elemento da ideologia burguesa do Estado – que formalmente distingue recursos privados de recursos públicos, ainda que ambos estejam a serviço dos capitalistas – na luta entre frações é

comum que uma fração burguesa lance mão do combate à corrupção para alijar outra fração na disputa pela hegemonia do bloco no poder. Assim, Boito Jr. (2018, p. 260) assinala que “é isso que presenciamos no Brasil com a operação Lava Jato: o imperialismo e a fração da burguesia brasileira a ele integrada utilizam politicamente a corrupção”. É importante ressaltar que a interferência do imperialismo na Operação Lava Jato ficou evidenciada pelas reportagens que o *The Intercept* publicou em parceria com A Pública. Elas demonstram que o FBI discutiu o regime de partilha do Pré-Sal com a força-tarefa da operação desde 2015, e que membros do Ministério Público, responsáveis pela operação, participaram de reuniões com agentes do FBI e procuradores do Departamento de Justiça dos EUA, além da articulação por parte do Procurador-Geral da República, Augusto Aras, para o recebimento de recursos da *Foreign Corrupt Practices Act* do Departamento de Justiça dos EUA (*The Intercept Brasil*, 20/01/2020).

A base social do projeto restaurador neoliberal é, como no neoliberalismo do passado, a classe média, que entre 1994 e 2018 teve sua representação partidária no PSDB (Singer, 2012). Com efeito, recentemente o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (2018) redigiu um livro sobre a crise política no Brasil no qual destina diversas páginas para demonstrar como políticas de “dirigismo estatal”, desenvolvimentistas, necessariamente levam à corrupção e à promiscuidade entre agentes “públicos” e empresários. Ele oculta, desse modo, que nas políticas de privatização e desregulamentação, típicas do neoliberalismo, também abundam casos de corrupção e favorecimentos ilícitos das mais variadas ordens – no seu governo, esse processo ficou conhecido como “privataria Tucana” (Biondi, 1999).

Na classe média há uma sensibilidade específica no tocante à questão da corrupção. De acordo com Boito Jr. (2018, p. 262), isso deve-se fundamentalmente à ideologia meritocrática e à condição econômica dessa classe. Essa ideologia valoriza o trabalho não-manual em detrimento do manual, exaltando a trajetória escolar “longa e bem-sucedida”, de modo que as desigualdades sociais são apresentadas, de maneira deformada, como resultado de diferenças individuais que dizem respeito a dons e méritos. É assim que se justificam as vantagens salariais desses trabalhadores. Justamente é essa classe social que, majoritariamente, destina seus quadros para ocupar a burocracia de Estado, portanto, que está presente no Ministério Público e no Judiciário e que conduziram a Operação Lava Jato. Segundo Boito Jr. (2018, p. 262),

(...) o caráter formalmente público das instituições do Estado capitalista é um ícone para os burocratas da classe média e não pode ser maculado pelo poder econômico, terreno em que, de resto, os indivíduos pertencentes à classe média veem-se em desvantagem diante dos capitalistas.

Portanto, pode-se compreender a seguinte questão: se essas regras burocráticas forem violadas, como justificar seus altos salários ou, no limite, seus próprios empregos? Como justificar seus anos de escolaridade, quase sempre sob esforços não desprezíveis da família? Assim, conclui Boito Jr. (2018, p. 262), que “para a classe média o mal não reside nas regras de organização burocrática do Estado que criam segmentos parasitários e privilegiados, mas sim na violação dessas regras pela prática da corrupção”. Cabe ressaltar que essa suposta desvantagem e essa ideologia não impede que seus agentes valham-se de métodos de corrupção, ligações escusas com Estados estrangeiros, expedientes ilegais e inconstitucionais, como a atuação como advogado por parte de um juiz, conforme revelam as reportagens do *The Intercept Brasil* e seus parceiros (20/01/2020). A série de reportagens do *The Intercept Brasil*, no âmbito da chamada “Vaza Jato”, realizaram um trabalho investigativo no qual demonstraram que a Lava Jato teve traços abertamente conspiratórios. Os objetivos eram enfraquecer o governo Dilma Rousseff e, sobretudo, condenar o ex-presidente Lula, com vistas a inviabilizá-lo para as eleições de 2018.

Se, como afirma Souza (2016, p. 95), as manifestações de junho de 2013 selaram o casamento entre mídia e classe média conservadora, no ano de 2015 a Operação Lava Jato termina por consolidar o “conluio” cuja finalidade era deslegitimar o governo eleito. Ao longo da operação, a espetacularização promovida pela mídia monopolista auxiliaria no papel de encobrir medidas inconstitucionais que eram tomadas. Notadamente, isso ocorreu nos casos da condução coercitiva do ex-presidente Lula – que até então não havia sido convocado para depor, portanto, foi conduzido de maneira ilegal – no dia 4 de março de 2016, e na divulgação, também ilegal, de uma conversa telefônica entre Dilma Rousseff e Lula na qual discutiam detalhes da nomeação do ex-presidente para o Ministério da Casa Civil – o que impactou na anulação de sua nomeação. Como argumenta Semer (2016, p. 110), a “falsa neutralidade” do então juiz Sérgio Moro apresenta-se no vazamento sistêmico, seletivo e interessado, que “abdica do papel de garantidor de direitos, para assumir o de vingador social ou condutor de políticas majoritárias” (Semer, 2016, p. 112).

Contudo, Araújo (2019), da Frente Nacional dos Engenheiros, destaca que o efeito perverso que a Lava Jato teve sobre a engenharia nacional reposicionou esse setor. Diz ele:

É profundamente doloroso para um engenheiro assistir empresas brasileiras serem desmontadas porque foi a carreira dele. Você pega os engenheiros da Petrobras, os engenheiros das grandes construtoras, isso teve rebote nas petroquímicas, isso teve rebote na construção civil leve... o país entra em recessão. Os engenheiros mecânicos, pessoal que trabalha, por exemplo, na indústria naval... Nós tínhamos um belíssimo corpo na indústria naval. Não tem o que fazer agora. Vai desenhar lancha? (...) Talvez os engenheiros tenham sido dos setores sociais que mais cedo perderam qualquer ilusão com a Lava Jato.

A ideologia “antipolítica” que apareceu na segunda etapa das manifestações de junho de 2013 por fim ganhava uma dimensão política e institucional, alijada dos partidos políticos e encoberta sob o insuspeito discurso do combate à corrupção. Desse modo, ela pode tornar-se uma “linha de massas” da ofensiva restauradora neoliberal, oferecendo um norte às manifestações de massa que defenderam a deposição de Dilma Rousseff entre 2015 e 2016. Como sintetiza Singer (2018, p. 250), a Lava Jato, enquanto “vanguarda togada do antilulismo”, atuou “mobilizando e radicalizando a classe média de modo a garantir maioria parlamentar para derrubar Dilma”.

Limongi (2017) mostra os vínculos entre a perda de base parlamentar da então presidenta Dilma Rousseff e sua insistência em não intervir na Operação Lava Jato para coibir o avanço dessa operação. Evidentemente, isso cumpriu um papel muito importante na crise política, como demonstra a conversa gravada por meio de um grampo telefônico, realizado pela Polícia Federal e posteriormente divulgada, envolvendo o influente senador Romero Jucá (MDB-RR) e Sérgio Machado (MDB-CE). Nesse diálogo, Jucá afirma que, enquanto Dilma fosse presidente, não teria como frear a operação, instrumentalizada para desgastar seu governo, de modo que a solução “mais fácil” seria derrubá-la, dando lugar a Michel Temer para “estancar a sangria” (Limongi, 2017).

Como as centrais reagiram à Operação? Ainda que enfatizassem a importância do combate à corrupção⁶⁹ na Petrobras, a CUT, por exemplo, também denunciava que, por trás do discurso de combate à corrupção da Lava Jato estava o objetivo de acabar com o regime de partilha do Pré-Sal⁷⁰ e abrir as portas para a privatização e desnacionalização da empresa, então responsável por 13% do PIB brasileiro (CUT, 2015, p. 55). Tanto nas entrevistas que realizamos, quanto nos documentos analisados, há um claro consenso: a denúncia da recusa de realização dos acordos de leniência da Operação Lava Jato como um propulsor da crise econômica, do desemprego e do desmanche de setores estratégicos da economia nacional.

As resoluções da CUT também destacam que a paralisação de obras e contratos na construção pesada geravam uma enorme onda de demissões em massa nas 24 empreiteiras envolvidas nos escândalos de corrupção que, àquela altura, eram responsáveis pela geração de

⁶⁹ Em diversas passagens do seu Caderno de Resoluções, a CUT (2015) defende que corrupção seja crime inafiançável, seu combate deve atingir corruptos e corruptores e aponta a necessidade de uma Reforma Política, feita por uma Constituinte Exclusiva e Soberana, para combater adequadamente a corrupção.

⁷⁰ Como esclarece a Agência Nacional do Petróleo (2017), o regime de partilha determina que em casos de licitação, nos quais a Petrobras não é contratada diretamente para exploração de áreas estratégicas, a Petrobras tem prioridade de ser operadora no consórcio contratado. Neste caso, sua participação não pode ser inferior a 30%.

14% dos empregos formais. Conforme vimos, a Lava Jato se recusou a firmar acordos de leniência que impedissem esse quadro. Assim, a central afirmava a centralidade de defender uma Petrobras 100% pública, com monopólio da extração do Pré-Sal e demais áreas de produção, e que as empreiteiras que lesaram a empresa fossem encampadas pelo poder público ou pela Petrobras, garantindo que não houvesse desemprego (CUT, 2015).

A já mencionada dificuldade de combinar a defesa do combate à corrupção com a denúncia de seu caráter político fez com que, nas palavras de Cida Trajano (2020), da Executiva Nacional da CUT, a central ficasse “sem argumentos” para tratar adequadamente do tema com os trabalhadores. Araújo (2019), da Frente Nacional dos Engenheiros destaca o sucesso dessa operação em associar, na cabeça dos trabalhadores, a esquerda à corrupção e a busca do “poder pelo poder”. Magri (2020), da Força Sindical, por exemplo, destaca em sua entrevista que mudou de opinião com a evolução da operação. Num primeiro momento viu com simpatia o necessário combate à corrupção. Destaca também que, na cabeça dos trabalhadores, há uma repercussão muito positiva de ver um “engravatado” da elite indo para a cadeia. Apesar disso, ainda no ano de 2015, o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, afirmava que “a Operação Lava Jato, que vem trazendo à tona toda sorte de corrupção e negociatas, está deixando os brasileiros receosos”, justamente porque estava impedindo as empresas de realizarem suas atividades, no lugar de punir individualmente os agentes corruptos (Força Sindical, 19/03/2015). Em seu Projeto de Resolução do 8º Congresso, realizado de 12 a 14 de junho de 2017, a Força Sindical reconhece esse “apelo popular” da Operação, mas responsabiliza-a pela dificuldade de retomada dos investimentos no país.

Todas as falas dos nossos entrevistados, bem como as resoluções da CUT, apontam para a importância da grande imprensa nessa construção ideológica. Por exemplo, uma das reportagens da “Vaza Jato”, do *The Intercept*, em parceria com a *Folha de S. Paulo*, apurou que a divulgação ilegal para a imprensa das conversas entre Lula e Dilma, no contexto de sua nomeação como Ministro da Casa Civil, rompeu o padrão adotado pela operação. Além da gravação ter sido feita após uma ordem que suspendia o grampo telefônico, à exceção do caso de Lula, os outros áudios da operação, até aquele momento, haviam sido postos em sigilo – mesmo no caso de empreiteiros presos, como Renato Duque, o que fez com que membros da força-tarefa duvidassem da legalidade da decisão. Com o argumento de que se tratava de um conteúdo de “interesse público”, esse vazamento foi determinante para que Lula não pudesse entrar no governo Dilma Rousseff, na tentativa de ajudar a recompor sua base parlamentar (Folha de S. Paulo, 24/11/2019). Fernandes, Oliveira e Lima (2018, p.142) comentam que,

entre dezembro de 2015 e agosto de 2016, o *Jornal Nacional* da Rede Globo produziu 13 horas de notícias negativas contra Lula, sem dar espaço para o contraditório, seja entrevistando-o, seja por meio de sua assessoria e seus advogados.

Como saldo desse processo que visou por em descrédito todas as forças ligadas ao neodesenvolvimentismo, Juruna (2020) aponta para o desencanto com a política, o voto nulo e comenta reações que ouvia nas portas de fábrica à época que antecedeu o golpe jurídico-parlamentar: “Impeachment? Eu lá quero saber de política?”. Magri (2020) chama atenção para a dificuldade dos trabalhadores terem acesso a informações e argumentos que não os que são veiculados de maneira interessada pela grande mídia. Isso é devido às aviltantes condições de vida e trabalho. Contudo, podemos trazer à tona a discussão de Poulantzas (1977) que, inspirado em Gramsci, falava da ruptura no laço entre representantes-representados como uma característica essencial das crises políticas. Afirmamos isso porque, por exemplo, embora a ideologia dominante tenha sua força e a grande imprensa não seja neutra, em outros momentos históricos o sindicalismo foi capaz de mobilizar as suas bases e contrapor-se a pautas defendidas tanto pelo conjunto da burguesia, quanto pela grande imprensa. Foi o que aconteceu nos embates das reformas trabalhista e da previdência no governo Temer.

Todos os entrevistados, bem como todos os documentos da CUT ressaltam o caráter político da Operação Lava Jato, em especial a perseguição a Lula. Embora avalie positivamente o papel da CUT nesse processo, o ex-membro da Executiva Nacional da CUT, Júlio Turra (2019), ao ser questionado sobre o tratamento dado ao debate em torno da condenação de Lula nas bases sindicais, responde que: “Acho que há dificuldades. Não na CUT. Aqui em cima na CUT é Lula livre o tempo todo, mas você pega os boletins de base do sindicato cadê o tema do Lula?”. Podemos nos questionar se o fato do tema estar ausente nos boletins de base não diz respeito ao êxito ideológico da operação Lava Jato em vincular a imagem de Lula à corrupção.

Embora as resoluções do 8º Congresso da Força Sindical (2017) não façam menção a esse ponto, Juruna (2020), secretário-geral da entidade, afirmou em sua entrevista que, quando foi decretada a prisão Lula, apenas houve uma indignação generalizada na central. “Lula é uma pessoa nossa. (...) Quando prenderam o Lula, a nossa turma não gostou não, entendeu? A maioria da nossa turma achou que não devia fazer”. Além disso, ele também destaca a seletividade da operação. Ao mencionar a realização ato de Primeiro de Maio de

2018 em Curitiba, realizado em frente à sede da Polícia Federal onde Lula estava preso ele diz:

Nós fomos. Vamos fazer aqui em cada local e vamos fazer lá à tarde, foi até à noite. (...) O pessoal “não, não tem quer fazer lá”. Como não p...? Nós temos essa análise que o Lula foi prejudicado pra não participar das eleições. Nós temos essa certeza também. Vá tomar banho, cara! Todo mundo do PSDB aí solto e o nosso representante preso? Que p... é essa? Vamos defender! Ganhamos, fomos pra lá. Decidimos fazer o primeiro de maio lá e foi ótimo.

Apesar disso, nosso entrevistado menciona que alguns grupos, como os vinculados ao Partido da Causa Operária, vaiaram as falas de membros da Força Sindical. Entendemos que essa visão de que a Força Sindical seria integrante do golpismo, era devido à participação de Paulinho da Força no golpe de 2016. Cumpre destacar que esse ato de Primeiro de Maio contou com a participação de quase todas as centrais sindicais existentes no país (CUT, Força Sindical, CTB, UGT, NCST, CSB, Intersindical e CGTB).

Juruna (2020) destaca também o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, importante sindicato da região filiado à Força, participou ativamente do Acampamento Marisa Letícia, que ficou em vigília em frente à sede da Polícia Federal da cidade em que o ex-presidente estava preso. No dia 7 de abril de 2018, dia da prisão de Lula, o portal do sindicato veiculou um texto de seu presidente, Sérgio Butka. De acordo com ele,

O único objetivo de toda essa perseguição política ao ex-presidente Lula que envolve sua prisão é impedir que ele suba aos palanques esse ano e que, assim, os trabalhadores tenham sua voz calada neste momento tão importante para o nosso Brasil. Condenar e prender sem provas e de maneira tão acelerada e parcial só mostra a quem a justiça está servindo neste momento: a direita conservadora e ao grande Capital. Isso porque, com Lula na jogada, toda essa corja não teria chance alguma de vencer estas eleições para finalizar um projeto cruel de corte de direitos do povo e entrega de mais privilégios para os ricos e grandes potências econômicas (Simec, 07/04/2018).

Além disso, desde o primeiro instante convocou os membros do sindicato a comparecerem à sede da Polícia Federal em repúdio à prisão de Lula.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a Lava Jato impactou nas centrais tanto pelo aspecto econômico, quanto ideológico e político. Do ponto de vista econômico, já mencionamos algumas características (aumento do desemprego e consequente perda de base sindical). Do ponto de vista político-ideológico, associou-se toda a esquerda, e não apenas o PT, à corrupção. Os sindicatos e movimentos sociais, ao oporem-se ao golpe, enfrentaram essa dificuldade, como se a luta contra o golpe tivesse de fundo a manutenção de interesses “mesquinhos”, “corporativos”, como a manutenção do imposto sindical, como veremos no item 4.1., que trata da luta contra a reforma trabalhista no governo Temer.

CAPÍTULO 4: As centrais e o governo Temer: o retorno do neoliberalismo e unidade relativa na defesa de direitos

Durante o governo Temer, a crise econômica se agravou e a crise política não se resolveu com a destituição de Dilma Rousseff. Como destaca Biancareli (2017), a campanha do *impeachment* foi construída também em torno de grandes promessas de recuperação da confiança do empresariado. A ideia vendida pelos protagonistas do golpe era a de que, uma vez sem Dilma Rousseff, o Brasil teria um governo responsável do ponto de vista fiscal e os investimentos retornariam ao país. Essa campanha ideológica estava presente no *slogan* adotado pelo governo Temer: “*Vamos tirar o Brasil do vermelho!*” (Martuscelli, 2018b). Essas promessas foram frustradas. Se entre 2015 e 2016 o Brasil viveu a sua segunda pior recessão da história, acumulando uma queda de 7% no PIB, o crescimento de 1% obtido em 2017 pode, de acordo com o DIEESE (14/05/2018), ser considerado píffio, sobretudo devido ao modo como ocorreu: sustentado pelo “agronegócio, aliado à expansão da produção de automóveis e à sustentação do consumo, com a liberação do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)”. Ainda de acordo com o DIEESE (14/05/2018), em 2017 a indústria ainda estava paralisada e o desemprego era uma realidade para cerca de 13,7 milhões de brasileiros. No ano seguinte, em que pese a propaganda governamental ter prometido uma retomada econômica, o desemprego se estabilizou em patamar elevado e o PIB cresceu apenas 0,4% em relação ao ano anterior (DIEESE, 2018).

A unidade das frações burguesas, que foi construída na disputa do golpe de 2016 em torno das propostas neoliberais de ajuste fiscal, como a chamada “PEC do Teto de gastos”, reforma trabalhista e reforma da previdência, presente no programa *Ponte para o futuro*, do PMDB, não foi suficiente para estabilizar o governo. Não apenas a Operação Lava Jato tinha na sua mira figuras do novo governo, tais como Eduardo Cunha, Romero Jucá, Moreira Franco – os três do PMDB –, por exemplo, mas também outras operações, como a denominada Carne Fraca⁷¹ e a já citada delação de Joesley Batista, envolvendo diretamente o presidente contribuíram para sua instabilidade. Esta delação, de março de 2017, renderia a Michel Temer a votação na Câmara Federal de um processo de *impeachment*, no qual o presidente saiu vitorioso, em que pese sua baixíssima popularidade e manifestações de massa que pediam sua saída e a antecipação das eleições presidenciais de 2018. Seguindo a

⁷¹ A Operação Carne Fraca investigava fraudes em laboratórios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e irregularidades cometidas por frigoríficos de grandes companhias. Seu alvo, portanto, eram setores da grande burguesia interna como a BRF e a JBS (dona da Friboi e da Seara) (Exame, 5/05/2018).

indicação de Martuscelli (2018c), da relação entre golpes de Estado e os conflitos no bloco no poder, e a de Saes (1998), sobre as crises “positivas” para a classe dominante, podemos levantar a hipótese de que o fato desse ser um governo ilegítimo dificultou a solução para a crise de hegemonia no bloco no poder⁷².

Como vimos no capítulo anterior, a crise política teve como ponto de partida a ofensiva restauradora neoliberal, cujo objetivo maior era restaurar a relação de forças vigente nos anos 1990 no interior do bloco no poder. Isto é, que a grande burguesia associada fosse hegemônica e não fosse ameaçada mais seriamente pela emergência da grande burguesia interna que, ao que tudo indica, necessitava de apoio do movimento sindical e popular para sustentar a frente política neodesenvolvimentista. O grande desafio de Temer era executar essa tarefa sem o crivo das urnas. A enorme falta de apoio popular de Dilma Rousseff não implicava em um apoio à agenda neoliberal.

Além disso, apesar do apoio ao “programa mínimo” por parte do conjunto da burguesia (ajuste fiscal e retirada de direitos), não é possível dizer que o governo Temer foi uma unanimidade entre todas as frações burguesas. Em 2017, o presidente da FIESP, Paulo Skaf, que havia atuado com grande empenho na campanha pelo impeachment de Dilma, escreveu um artigo para a Folha no qual criticava o novo governo pelo abandono da política de conteúdo local, que beneficiava diretamente a grande burguesia interna. Essas contradições, porém, não evoluíram ao ponto de fazer com que essa fração se distanciasse do governo Temer. Pelo contrário, como lembra Carvalho (2018), quando o *impeachment* de Temer foi à votação no Congresso, Skaf afirmou que não cabia à FIESP pronunciar-se sobre “política”.

Do ponto de vista sindical, o patamar de greves continuou elevado, mas em clara situação desfavorável para os trabalhadores. Em 2016, foram registradas 2.093 greves, das quais 80,9% (1.694) foram defensivas. Esse perfil foi semelhante ao de 2017, que registrou uma queda no número de greves (1.556), das quais 81% (1.269) foram defensivas (DIEESE, 2017, 2018). De igual modo, em 2018, foram registradas 1.453 greves das quais 81,8% (1.189) foram defensivas, sendo que 765 (52%) foram por *descumprimento de direitos*. A

⁷² Sobre a instabilidade e a crise hegemônica no bloco no poder neste período cf. Valle (2019, pp.103-136). O ex-presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli (2018), chama atenção que os efeitos da Operação Lava Jato na cadeia de petróleo desestruturaram tanto o setor que sua recomposição do ponto de vista do conteúdo nacional só poderá ser uma política de longo prazo. Esse cenário, somado às políticas neoliberais implementadas por Temer em relação à Petrobras, favorece diretamente a grande burguesia associada, uma vez que, como aponta o autor, a importação de derivados será necessária para atender às necessidades nacionais e contribui para desestruturar a grande burguesia interna que havia se fortalecido nessa cadeia produtiva (indústria naval, construção pesada etc.).

reivindicação predominante neste ano era relativa ao atraso de salário, férias, 13º ou do vale salarial (DIEESE, 2019). Dentre as greves nas quais o DIEESE obteve informações mais precisas (31% do total), embora seja possível observar que na maioria esmagadora dos casos (76%) houve atendimento das reivindicações, integral (40,8%) ou parcialmente (35,3%), estava mais do que claro que a conjuntura favorável para a luta por salário e condições de trabalho havia acabado.

Greves por ano durante o governo Temer

ANO	2016	2017	2018
TOTAL DE GREVES	2.093	1.566	1.453
OFENSIVAS	721 (34,4%)	508 (32,4%)	572 (39,4%)
DEFENSIVAS	1.694 (80,9%)	1.269 (81%)	1.189 (81,8%)

Fonte: Dieese (2017, 2018, 2019)

Como afirmam Marcelino e Galvão (2020, p.163),

(...) a burguesia aproveitou-se da estagnação econômica e da instabilidade política para retomar as condições de exploração e recompor suas margens de lucro. A ofensiva burguesa obteve êxito na aprovação dos projetos que mais lhe interessavam: a terceirização, a reforma trabalhista e previdenciária.

Essa ofensiva enfrentou resistência dos sindicatos e movimentos sociais que, no ano de 2017, convocaram diversas manifestações e três greves gerais (24 de maio, 28 de abril e 30 de junho). A primeira e a segunda tiveram maior adesão, sendo que a de abril protagonizou uma grande marcha em Brasília e, segundo a CUT, teria mobilizado 35 milhões de brasileiros (*O Dia*, 29/04/2017). A Federação do Comércio de São Paulo avaliou os prejuízos da greve geral de abril em cerca de 5 bilhões de reais (Estado de Minas, 29/04/2017). Por sua vez, a convocatória para junho teve uma adesão menor, não contando, por exemplo, com o estratégico setor de transportes, que havia aderido à greve no mês de abril. As centrais acabaram abandonando a própria qualificação de “greve geral” e passaram a falar em “paralisação” (Folha de S. Paulo, 29/06/2017). Só no ano de 2017, foram seis as manifestações realizadas contra as reformas de Temer (Marcelino, Galvão, 2020).

Diante deste cenário, as divergências anteriores sobre a avaliação dos governos neodesenvolvimentistas, o caráter golpista ou não do *impeachment*, deu lugar à necessidade de contrapor-se a tais reformas. Dessa forma, as centrais sindicais tiveram uma unidade de ação relativa nesse período, ainda que eventualmente divergissem em relação às estratégias e táticas a serem adotadas. O processo de crise política dividiu de tal forma as centrais sindicais,

sobretudo na disputa em torno do golpe de 2016, que foi apenas no dia 26 de julho de 2016, mais de três meses depois da votação do *impeachment* de Dilma na Câmara dos Deputados, que a CUT reuniu-se formalmente com as demais centrais para discutir a resistência à agenda de Temer. Nessa data, foi lançado um documento que conclamava os trabalhadores para um dia nacional de lutas, em 16 de agosto de 2016. Além disso, as centrais insistiam na plataforma do documento entregue ao governo anterior em dezembro de 2015, intitulado *Compromisso com o desenvolvimento*, no qual havia a defesa de uma plataforma semelhante ao neodesenvolvimentismo do período Lula e Dilma (Folha de S. Paulo, 26/07/2016).

Apesar dessas mobilizações, ainda em novembro de 2016, a PEC do Teto de gastos, foi aprovada pelo Senado em primeiro turno e, em dezembro, no segundo turno⁷³. Posteriormente, em 11 de julho de 2017, a reforma trabalhista foi aprovada pelo Senado por ampla maioria, assim como a PEC do Teto de gastos, e entrou em vigor em novembro de 2017. Por seu caráter extremamente regressivo no que diz respeito aos investimentos públicos em áreas essenciais, como saúde e educação, esta PEC foi chamada por sindicalistas, movimentos sociais e outras entidades de “PEC do fim do mundo” (Brasil de Fato, 12/12/2017). A CUT (2017) recorda que essa proposta visava atender às reivindicações de um documento lançado pela CNI em 2012, intitulado “101 propostas para a modernização trabalhista”. Contudo, os escândalos envolvendo diretamente o presidente com a delação da JBS, a baixa popularidade, a proximidade das eleições, além das mobilizações, foram fatores que contribuíram para o congelamento da reforma da previdência, que só seria aprovada já sob o governo Bolsonaro.

4.1. A luta contra a reforma trabalhista

O “programa mínimo” da ofensiva burguesa começou a ser implementado com celeridade pelo governo. Pochmann (2019, p.293) identifica que, ainda que não fosse a primeira vez que um governo implementava políticas contrárias aos interesses dos trabalhadores, a novidade era que as políticas atuais – implementadas primeiro por Temer e depois por Bolsonaro – procuravam “substituir o sistema público pelo privatista (contratual-

⁷³ Carvalho (2018, p.119120) explica: “o que a regra garantia por meio de uma alteração na Constituição é que, independentemente de quanto se arrecadasse no futuro, o debate econômico e o conflito distributivo sobre o orçamento público ficariam restritos por dez ou vinte anos a uma disputa sobre um total já reduzido de despesas primárias, na qual os que detêm maior poder econômico saem vencedores”. Assim, a PEC desvinculava recursos de áreas obrigatórias (serviços públicos como educação e saúde) que, supostamente engessariam o orçamento.

individual) de relacionamento entre patrão e empregado”. Essas políticas, de acordo com o autor,

(...) se mostraram convergentes com o desmonte do padrão corporativo das relações de trabalho. Para tanto, medidas orientadas ao esvaziamento e amordaçamento da justiça trabalhista foram tomadas, bem como aquelas que asfixiam financeiramente o funcionamento dos sindicatos e desregulam as relações laborais através da reforma trabalhista e da generalização da terceirização.

Num período de alto desemprego, crescimento da desigualdade, desconstituição de categorias tradicionais devido à desindustrialização, terciarização da economia, o poder contratual dos trabalhadores é reduzido enormemente e o modelo privatista neoliberal de relações de trabalho encontra um terreno fértil (Pochmann, 2019). Marcelino e Galvão (2020, p.166) ressaltam que, “embora o foco da reforma seja a legislação trabalhista, ela também fragiliza os sindicatos, pois a ampliação das formas de contratação precária aprofunda a fragmentação das bases de representação sindical”. Essa ideia de que as transformações estruturais da economia reduzem e enfraquecem fortemente a base sindical é compartilhada pelos nossos entrevistados e aparece em diversos documentos sindicais. De acordo com Pochmann (2019, p.308), tem-se uma queda de 13,8% na taxa nacional de sindicalização, mais intensa entre aqueles cuja remuneração é acima de cinco salários mínimos (28,5%) e menor nas faixas de rendimento interiores (16,% entre 2,1 a 5 SM e 1,9% até 2SM). Além disso, ela é mais intensa entre os trabalhadores jovens (27,4%) e no setor industrial (32,7%), assim como entre os empregadores (44,6%) e ocupados por conta própria (28,4%) (Pochmann, 2019).

No período anterior, mesmo que a lei de reconhecimento das centrais, de 2008, tenha aumentado a disputa na cúpula, Cardoso (2015, p. 503) destaca que, entre 2012 e 2013, houve perda absoluta nas taxas de filiação sindical. Diz o autor:

Tomando-se apenas a população assalariada adulta (pessoas de 18 anos ou mais, incluindo servidores públicos, domésticos e assalariados sem carteira, além dos assalariados com carteira, do campo e da cidade), 19,3% eram filiados a sindicatos. Em 2006, a taxa tinha subido a 21%, e vem caindo desde então, tendo atingido 16,6% em 2013. Trata-se da menor taxa registrada pelo IBGE na série histórica iniciada em 1988. (...) A taxa de 16,6% de 2013 equivalia a perto de 11 milhões de assalariados. Se considerarmos a população ocupada como um todo (inclusive empregadores), o número subia a 15 milhões de trabalhadores. A taxa de filiação da população ocupada foi de 16% em 2013, depois de ter atingido o pico de 19,5% em 2006 (Cardoso, 2015, p.495).

O autor destaca ainda que desde que a série histórica foi iniciada, nunca havia sido registrada uma perda absoluta nas taxas de filiação sindical em períodos de geração de empregos, como foi o período 2012-2013. Em sua visão, isso se deve tanto às transformações na estrutura produtiva, com empregos de maior rotatividade, quanto do abandono por parte da CUT do projeto de renovação da estrutura sindical, já que, como o autor demonstra, “a

proporção de filiados vem caindo, mesmo com o aumento do número de entidades que devolve o imposto [sindical]” (Cardoso, 2015, p. 504).

Cardoso (2015) via àquela altura o risco de uma “oligarquização” do sindicalismo. Ainda que o critério adotado à época pelo Ministério do Trabalho no repasse do imposto sindical às centrais fosse o de representatividade, o que estimula a competição na cúpula pela base, a filiação sindical não era uma necessidade para esta competição ocorrer. Isso porque uma característica estrutural do sindicalismo brasileiro é que a existência do sindicalismo independe da adesão dos trabalhadores, sobretudo pelo fato de que quem outorga aos sindicatos oficiais o poder de negociação e representação dos trabalhadores é o Estado, em virtude da unicidade sindical (Boito Jr., 1991). Esse aspecto está umbilicalmente ligado à questão do imposto sindical, que examinaremos ainda neste capítulo no seio da luta contra a reforma trabalhista encampada pelo sindicalismo.

No embate da Reforma Trabalhista entre o bloco neoliberal e as forças que a ele se opõem, a questão do imposto sindical foi amplamente utilizada pelos defensores da Reforma, enfatizando “a perda da mamata” por parte dos sindicatos. É possível compreender esse movimento a partir do argumento de Cardoso (2015, p. 507), para quem

(...) a atual crise do PT é, também, a crise das correntes hegemônicas do sindicalismo (CUT e CTB, mas, também a Força Sindical no segundo mandato de Lula), levadas de roldão na onda de criminalização das lideranças e da prática política do PT.

Mais do que isso, entendemos que mesmo as organizações da classe trabalhadora que foram oposição à frente política neodesenvolvimentista não foram poupadas pela ofensiva restauradora neoliberal. Além de terem sido igualmente atingidas pelas políticas regressivas, não apenas no que se refere ao corte de direitos, mas também na “onda de criminalização” à qual se refere Cardoso (2015), até o momento não é possível observar que elas tenham tido um expressivo crescimento com a crise das organizações vinculadas ao neodesenvolvimentismo.

Além do argumento crítico ao imposto sindical, os defensores da Reforma também afirmavam que a CLT era muito antiga e não daria conta das novas relações de trabalho. Esse argumento é reforçado, por exemplo, pela alta taxa de informalidade no mercado de trabalho que, segundo a PNAD, em outubro de 2019 atingiu o recorde de 41,4% (Agência Brasil, 31/10/2019). Esse altíssimo contingente de trabalhadores da massa marginal não está contemplado pela CLT e há muito possui condições de trabalho precárias, o que, segundo hipótese de Marcelino e Galvão (2020, p.165), pode causar “indiferença dos trabalhadores

diante de uma legislação que não os protege” e, conseqüentemente, dificulta a resistência sindical a essas reformas.

Em consonância com essa precariedade, Juruna, Secretário-Geral da Força Sindical, questiona a efetividade da CLT dentro do âmbito da fábrica, isto é, mesmo no caso dos trabalhadores organizados. Diz ele que:

A lei não chega no local de trabalho! Eu digo isso porque trabalhei em fábrica (...) você não reclama dos seus direitos no local de trabalho. Se reclamou, tá fora. Então, a CLT nos defende, mas ela não é efetiva nos locais de trabalho porque não há organização que cobre no ambiente de trabalho. (...) Todo mundo pergunta isso que é fundamental: “você prefere a CLT ou prefere a negociação direta?”. Eu acho que o movimento sindical escolheu ambas as coisas não é? Tem uma regra mínima, mas nós queremos mais que a regra mínima. (...) Então, quando fala assim “nós vamos agora fortalecer a negociação direta. Você é a favor?”. Sou! Por que? Porque fortalece o sindicato. Agora, “você é contra a CLT?” Eu acho que a CLT tem que ser atualizada sim. Tem coisas que nós podíamos repensar, não é? Esse acabasse a CLT? Nos outros países não tem CLT. França não tem, Itália não tem.... Tem condutas mínimas do direito trabalhista. Não é que você é contra a CLT. É que o processo que ele desencadeia, você não tem o conflito. (...) Você vai reclamar depois que você sair [do emprego]. Você tem a Justiça do Trabalho que defende você, tal, tal... Mas e o processo de enfrentamento? Eu acho que é isso que desencadeia coisas melhores pra organização dos trabalhadores. (...) A desregulamentação é negativa para os trabalhadores e ela atinge coisas que você não vai conseguir manter. (...) 40 horas não vai mexer... 44 agora né? Era 48. Nós baixamos pra 44 na paulada... não foi CLT não. Então, muitas coisas que eram direito já foram pra CLT... das greves nossas de 1917. Chega em 1945 [1943] faz-se um compêndio, que é a CLT, de várias coisas que já tinham. Só que pra você ter esse direito, você tem que ir para a Justiça né? Então, se judicializou demais as lutas sociais. (...) Então, essas mudanças que o governo propôs, tanto o governo Temer, quanto esse que está aí agora, elas podem fortalecer a entidade sindical, compreende?

Como vemos, além do questionamento da efetividade da CLT dentro da fábrica, Juruna também refere-se a pontos da CLT que poderiam ser atualizados, à não existência de uma Consolidação das Leis de Trabalho em países como a França e a Itália – o que não asseguramos ser procedente. Além disso, afirma que essa mudança pode fortalecer processos de conflito e o próprio sindicalismo, em detrimento do que seria a excessiva “judicialização das lutas sociais”.

Outro ponto importante que, de acordo com Turra (2019), foi determinante para aprovação da reforma trabalhista, foi a promessa, também frustrada, de que ela geraria empregos, porque iria diminuir o “engessamento” promovido pela antiga CLT da Era Vargas. Araújo (2019) também afirma que esse argumento não procedia porque:

A CLT deu conta dos mais diversos momentos da economia brasileira. Esse argumento poderia ter sido usado na década de [19]50 também! “Vejam ela é da década de [19]30, ela não entende a indústria dos anos [19]50...”. Bobagem! Ela deu conta muito bem, ela é belissimamente desenhada. E outra falácia é a de que a CLT não mudou. Se há uma coisa que mudou ao longo dos anos foi a CLT. O número de alterações que houve ao longo dos anos na CLT é de milhares. Ela sempre foi dinâmica. Mas esse era um tema que para a base sindical era irrelevante.

Além disso, Turra (2019) também destaca que os artigos referentes às profissões quase extintas, como alfaiates, foram mobilizados como propaganda para tratar dessa “inadequação” às relações de trabalho vigentes hoje.

Antunes (2018, p. 266) recorda que o advento do neoliberalismo e a reestruturação produtiva trouxeram consigo “um novo vocabulário *empresarial* no mundo do trabalho que não para de crescer”. Expressões como, “capital humano”, “salários flexíveis”, “empreendedor”. No fundo, segundo o autor, essas expressões – que, acrescentamos, foram amplamente utilizadas na defesa da reforma trabalhista – consistem em um “ideário apologético e mistificador”, cujo propósito é o de ocultar “as consequências reais no mundo do trabalho: terceirização nos mais diversos setores; informalidade crescente; flexibilidade ampla (que arrebenta as jornadas de trabalho, as férias, os salários); precarização, subemprego, desemprego estrutural, assédios, acidentes, mortes e suicídios” ⁷⁴. De igual modo, diz o autor: “o eufemismo ‘flexibilizar’ é a forma encontrada por essas forças para dizer que é preciso desconstruir os direitos trabalhistas, arduamente conquistados em tantas décadas de embates e batalhas” (Antunes, p.292). Ainda em sua visão, essa reforma conseguiu desfigurar em definitivo a CLT ao estabelecer o primado do negociado sobre o legislado, introduzir o trabalho intermitente e restringir a abrangência da Justiça do Trabalho, dentre outros aspectos nefastos⁷⁵.

Do ponto de vista da organização sindical, o DIEESE (02/05/2017) destaca que a reforma trabalhista reduz o poder de negociação e contratação coletiva dos sindicatos porque prevê a realização de acordos individuais, a não exigência de participação dos sindicatos na homologação de rescisões, bem como o condicionamento da contribuição sindical à concordância prévia dos trabalhadores. Além disso, o estabelecimento de uma representação no local de trabalho pode, ainda segundo o DIEESE (02/05/2017, p.7), “ser o embrião do sindicato por empresa” e implicar em superposição de atribuições em um conflito entre comissão e sindicato, extinguindo o monopólio da representação previsto na CLT e na Constituição Federal de 1988. Além disso, também ressaltam “a revogação do princípio que protege o trabalhador perante o empregador e, segundo o qual o primeiro é a parte mais fraca na relação de emprego” (DIEESE, 02/05/2017, p.2)

⁷⁴ Cumpre acrescentar que essas expressões descritas por Antunes (2018) foram ampla e largamente utilizadas pelos defensores da reforma trabalhista.

⁷⁵ A íntegra do texto da reforma trabalhista pode ser acessada em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 31/07/2020.

Marcelino e Galvão (2020) também apontam que parte do movimento sindical incorporou o discurso da modernização e flexibilização das relações de trabalho, evidente em sindicatos que só existem devido à terceirização. Além disso, o culto do empreendedorismo, amplamente mobilizado pela mídia, “faz com que muitos trabalhadores considerem tais mudanças inevitáveis, ou até mesmo desejáveis” – como no caso de serviços como o “Uber” que dão a falsa impressão de autonomia em relação ao contratante (Marcelino, Galvão, 2020, p.166).

Esse panorama é reforçado, ainda segundo Marcelino e Galvão (2020, p.166), com a difusão da lógica do “menos pior”, de que seria melhor ter menos direitos e mais emprego, “transmutação da noção de justiça social, de modo que reduzir e diferenciar os direitos existentes passa a ser considerado uma forma de se promover inclusão”. Este ponto, a nosso ver, é reforçado pelo aspecto conjuntural de crise econômica e crescimento do desemprego e outro aspecto mais estrutural – também pontuado pelas autoras – que é o fato de boa parte da classe trabalhadora brasileira ser altamente informalizada. Um último ponto, já mencionado anteriormente, que as autoras também levantam para explicar a baixa resistência à reforma trabalhista, é o da divisão entre as centrais sindicais, posto que algumas centrais preferiram negociar aspectos dessa reforma que julgavam ser mais nefastos do que outros – sobretudo a questão do imposto sindical.

A Força Sindical, em suas resoluções, demonstrou certa disposição para negociar com o governo. Embora reconheça que as reformas visavam “impor aos trabalhadores e aos brasileiros mais humildes o ônus dos ajustes econômicos e sociais”, eliminando direitos fundamentais conquistados pela luta do movimento sindical, ela também afirma que elas estavam sendo feitas “à toque de caixa e sem o necessário diálogo social, negociação e construção de consensos”. Valorizando esse esforço de negociação e reconhecendo uma possibilidade de estabelecer consensos, as resoluções citam as “inúmeras reuniões com representações de seus mais diversos níveis (com o presidente, ministros do Palácio do Planalto, ministros do Trabalho, da Fazenda, com o pessoal técnico etc.)”. (Força Sindical, 2017, p.11). Desse modo, reconhece que a estratégia do governo e sua maioria parlamentar era a de desconstituir, no menor espaço de tempo possível e sem negociação, os direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais.

A CUT, em agosto de 2017, afirmando ser radicalmente contrária à reforma trabalhista, indica não à restauração da CLT nos moldes anteriores, mas a necessidade de uma “pela aprovação de um novo instrumento de regulação das relações de trabalho que incorpore

os elementos fundamentais do sistema democrático de relações de trabalho elaborado pela Central” (CUT, 2017, p.14). A central também vê como obstáculos para essa luta a elevada taxa de desemprego, a informalidade, mas não apenas isso. Dessa forma também afirma que “assistimos ao avanço de inovações tecnológicas que estão mudando radicalmente a forma de produzir e de organizar o trabalho (indústria 4.0, internet das coisas, a título de exemplo) nos mais diversos setores da economia” (CUT, 2017, p.14). Ainda segundo a CUT, esse panorama levaria à necessidade de pensar sua própria forma de organização sindical.

Embora em seus documentos tanto a CUT quanto a Força Sindical enfatizem que as inovações tecnológicas, a alta informalidade, as mudanças no “mundo do trabalho” – sobretudo o aspecto da “uberização” — e o advento da indústria 4.0 são fatores que levam à necessidade de se repensar a organização sindical, mencionando a necessidade de um sindicalismo “mais horizontal”, as entidades nunca deixam muito claro como isso pode ser feito. Juruna (2020), da Força Sindical afirma que:

Tem muita coisa que aconteceu no processo de produção, com os trabalhadores, com os sindicatos... Você entra numa metalúrgica hoje de uma Volkswagen que era 45 mil, hoje tem... 20 mil, tem 15 mil... muitas mudanças ocorreram. As novas formas de organização, as novas tecnologias com uso das redes sociais também, eu creio que foram processos que os sindicatos, as instituições, os dirigentes de movimentos eu acho que não se atentaram pra essas novas formas também, entendeu?

Ainda em sua visão, foram os movimentos da direita, como o Movimento Brasil Livre, que souberam melhor utilizar ferramentas como as redes sociais para seus propósitos do que o movimento de trabalhadores.

Julio Turra (2019), da CUT, de maneira semelhante também diz que:

Acabou de sair uma pesquisa do IBGE que está na imprensa de hoje que diz que a taxa de sindicalização no Brasil está na faixa de 12,5% e ela é maior no setor público que tem 25%. Evidentemente que a CUT sofreu, como todas as demais organizações sindicais, os impactos da primeira reforma trabalhista do Temer que flexibilizou muitos direitos, criou trabalho intermitente, trabalho temporário, a possibilidade de você fazer acordo no nível das empresas abaixo da convenção coletiva da categoria e nós estamos procurando enfrentar isso através da mobilização, do diálogo, da conscientização do trabalhador.

O dirigente também enfatiza que a própria CUT, enquanto Central, enfrenta dificuldades, decorrentes do impacto da reforma trabalhista e discute redução de funcionários, de salários. Contudo, faz questão de ressaltar que:

(...) a combinação da precarização do trabalho, a individualização do trabalhador, cada vez menos carteira assinada – hoje mais da metade da força de trabalho no Brasil tem trabalho informal, não é formal – é mais difícil de sindicalizar, não é impossível. Por que não é impossível? Porque em Brasília mesmo, fomos procurar a CUT em Brasília pra organizar o sindicato de Uber, por exemplo, que é uma multinacional, com sede nos Estados Unidos e explora trabalhadores em todo o mundo.

Para Artur Araújo (2019), da Federação Nacional dos Engenheiros, embora as mudanças nas relações de trabalho e as inovações tecnológicas tenham criado dificuldades para a organização sindical, também oferecem oportunidades. Diz ele:

Um das experiências nos Estados Unidos, principalmente nos sindicatos na área de serviços, é o sindicato virtual e está funcionando extremamente bem! Tem experiências, por exemplo na Virgínia, que são fantásticas. Sindicato não precisa nem mais de sede. Ele é uma grande rede de comunicação entre direções e base. É uma enorme troca de informações, de orientações, de ações que é feita por um sistema virtual. Eles são capazes de executar atos de massa, passeatas, protestos, chamando todo mundo para o lugar X, na hora Y. Ou greves... Também fazem! O comando de greve, inclusive do ponto de vista de segurança é divertidíssimo, porque ninguém sabe quem é. (...) Antes, tudo bem, você sabia que horas e onde estavam os trabalhadores. Só que ir lá, falar com eles, distribuir papel, conversar, era um problema gigantesco! Você tinha a repressão da própria empresa, você não tinha como ficar interrompendo a jornada de trabalho, você tinha que achar o momento, você tinha que deslocar gente do sindicato pros locais de trabalho. Hoje você conversa com dois milhões de metalúrgicos com um toque de teclado. Você manda mensagem pros telefones deles, eles leem, interagem com você, respondem.

Neste sentido, Juruna (2020) enfatiza que mesmo no período anterior o sindicalismo sempre teve dificuldades de “entrar no local de trabalho”. Diz ele que o

(...) ambiente de trabalho também ainda é muito assim essa coisa do ‘feudo’ que o cara tem e pronto. Alguns desenvolveram processo de democratização, vários empresários avançaram nisso, mas a maioria do nosso país e do empresariado não aceita a organização no local de trabalho.

Além disso, ele destaca que a disputa entre distintas correntes pela direção dos comitês de fábrica costuma dificultar seu estímulo por parte do sindicato. Ele afirma que:

Você tá no poder, você vai criar cobra pra te morder? Como é que isso? Quem vai entrar nessa comissão? Vai ser a oposição? Vai ser o pessoal da esquerda? Vai ser gente nossa? Várias perguntas que você responde para aquilo que é melhor pra você que está no poder. Você acaba não vendo aquilo que é mais importante para a sociedade, para a instituição e pro futuro. Então, muitos comitês de empresa não foram incentivados pelo movimento sindical, pelas suas direções e nós vamos pagar um preço (Juruna, 2020).

Como já mencionado, a greve geral de abril de 2017, com a participação de 35 milhões de trabalhadores e uma marcha importante realizada em Brasília, não foi suficiente para impedir a aprovação da reforma trabalhista no dia 11 de junho daquele ano. Ainda assim, o governo Federal reuniu-se em 20 de julho de 2017 com a Força Sindical, a NCST, a UGT e a CSB para discutir uma Medida Provisória que deveria alterar pontos da reforma trabalhista, aprovada no Congresso, incluindo o financiamento das entidades. Havia um chamado de greve geral para o dia 30 daquele mês, a qual terminou sendo bem inferior em termos de visibilidade e adesão. Setores estratégicos como os transportes (motoristas de ônibus e metroviários), que haviam aderido ao movimento anterior, desistiram de fazer greve. De acordo com o presidente da UGT, Ricardo Patah, cuja central concentra importantes sindicatos ligados ao setor de transportes, as multas recebidas após a paralisação em abril

foram essenciais para essa desistência⁷⁶. Além disso, ele também afirmou que a paralisação não pode depender do setor de transportes, sendo necessário, portanto, conscientizar as demais categorias. Desse modo, a central participaria dos protestos convocados para aquele dia, mas não paralisaria suas atividades (Folha de S. Paulo, 29/07/2017).

Ainda de acordo com Ricardo Patah, era necessário ser pragmático. Na ocasião ele afirmou, justificando a reunião com Michel Temer e o então Ministro do Trabalho Ronaldo Nogueira (PTB-RS), que “queríamos que a reforma não passasse, mas pragmaticamente, em isso acontecendo, [com as alterações] é menos pior” (Folha de S. Paulo, 29/07/2017). Na mesma ocasião, o secretário-geral da Força Sindical, Juruna, declarou: “A mobilização do dia 30 está[va] muito focada na reforma trabalhista, mas o que mobiliza mais gente, na nossa opinião, é a Previdência. Então ainda que haja acúmulo de forças e as questões em Brasília tenham ajudado, talvez a mobilização seja menor” (Folha de S. Paulo, 29/07/2017). Embora reivindicasse a centralidade da realização de um grande movimento de mobilização e a realização de greves neste dia, a CUT deixou de falar em greve geral e, diferentemente das outras entidades, defendeu que a palavra de ordem “Fora Temer!” fizesse parte desses atos (Folha de S. Paulo, 29/07/2017).

Desse modo, julgamos possível sustentar a hipótese de que a frustração da aprovação da reforma mesmo após um grande movimento grevista, somado à crise econômica (alta taxa de desemprego e informalidade) e a divisão estratégica das centrais (negociar pontos da reforma ou manter a luta pela sua revogação) foram fatores que contribuíram para um “refluxo” em relação à mobilização do mês de abril de 2017. Marcelino e Galvão (2020) destacam, por exemplo, que a Força sindical, a UGT, a CTB e a CSB elaboraram, em conjunto com a FIESP propostas para viabilizar crescimento econômico e geração de empregos, que foi apresentada ao governo. Segundo as autoras, eram propostas semelhantes às implementadas pelos governos neodesenvolvimentistas: retomada do crédito, das obras públicas paralisadas, incentivos à construção civil, retomada da política de conteúdo local para os setores de petróleo e gás, bem como o aumento das parcelas do seguro desemprego. Além disso, defendiam que o governo apresentasse uma Medida Provisória para restaurar o imposto sindical, que removesse pontos como “o trabalho insalubre das gestantes e lactantes, o trabalho intermitente, a homologação da rescisão do contrato de trabalho sem a presença

⁷⁶ Em levantamento realizado ao longo da pesquisa, constatamos que em São Paulo a UGT conta com o Sindicato dos Mensageiros, Motociclistas, Ciclistas e Mototaxistas Intermunicipal do Estado de São Paulo, o Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano de São Paulo e o Sindicato dos Ferroviários da Sorocabana, cujos trabalhadores são responsáveis pela linha da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), fundamental no fluxo para a Grande São Paulo.

sindical e a negociação individual das condições de trabalho” (Marcelino, Galvão, 2020, p.167). CUT, Conlutas e Intersindical recusaram-se a participar dessa mesa de negociação por considerarem o governo Temer ilegítimo.

4.1.1. A questão do imposto sindical

A questão do imposto sindical dentro do sindicalismo sempre foi controversa. Como se viu anteriormente, foi também contrário a ele que a CUT surgiu. Contudo, de acordo com Turra (2019), que afirma que o imposto “é uma mamata mesmo”, eram poucos os sindicatos filiados à central que devolviam o imposto sindical. Como diz Araújo (2019), defensor do modelo anterior, a ideia de um imposto sindical nunca foi simpática para o trabalhador, de modo que esse foi o principal argumento que incidiu nas bases sindicais para angariar algum apoio à Reforma Trabalhista como um todo. Cida Trajano (2020), da Executiva da CUT, também afirma que a mídia soube trabalhar a associação de casos de corrupção com a questão do imposto sindical, de modo a inculcar nos trabalhadores a ideia de que aquele dia trabalhado que ia para o sindicato também era objeto de malversação⁷⁷. Além disso, ela destaca que as reportagens jornalísticas tratam sempre de malversação de recursos sindicais apenas em sindicatos de trabalhadores e nunca em associações patronais. Novamente, vê-se aqui o mecanismo de alusão-ilusão. Há casos de uso irregular dos recursos sindicais, mas utilizá-los como argumento para defender a extinção do imposto sindical é semelhante a defender o fim do orçamento público devido a casos de corrupção⁷⁸. Como discutiremos mais adiante, o problema do imposto sindical está mais vinculado aos seus efeitos na prática sindical.

De acordo com Cida Trajano (2020), esse ponto específico da reforma trabalhista serviu não apenas para angariar certa simpatia entre a classe trabalhadora, mas também para ocultar a quantidade de contratos precários que ela comportava em seus artigos. Turra (2019) também reconhece que essa questão era um entrave para conseguir realizar uma mobilização maior contra a reforma. Críticos ao imposto sindical ou não, o fato é que, em dois anos de fim da obrigatoriedade do imposto sindical, a arrecadação dos sindicatos caiu 96%, isto é, de R\$

⁷⁷ Veja-se, por exemplo, uma reportagem da Revista Veja de 13 de março de 2020 que associa a crítica do fim da obrigatoriedade do imposto sindical com a corrupção ao afirmar: “O fim do imposto sindical foi devastador, um verdadeiro massacre”, reclama o presidente da CSPB, João Domingos, que acumulou patrimônio expressivo à frente da entidade, conforme reportagem publicada por VEJA em 2012”. O relator da proposta, deputado Rogério Marinho (PSDB – RN), também afirma que é um montante de dinheiro público muito alto para o qual não há prestação de contas (Nexo, 14/04/2017).

⁷⁸ Em junho de 2017, por exemplo, Paulinho da Força foi condenado por improbidade administrativa pela Justiça. A acusação era a de que quando era presidente da Central ele teria contratado uma fundação sem licitação valendo-se de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (ConJur, 12/06/2017).

3,64 bilhões para R\$ 128,3 milhões (Poder 360, 29/01/2020). A questão financeira sempre foi um importante ponto para os defensores do imposto sindical. Paulinho da Força (Nexo, 14/04/2017), por exemplo, sustenta que um dia de salário descontado, em comparação com os ganhos que o sindicato proporciona ao trabalhador, é muito pouco. Magri (2020), embora crítico dos sindicatos que “vivem do imposto sindical” e não fazem mobilização, também afirma que:

Vamos pegar uma pessoa que ganha mil reais, ele dá um dia de trabalho, se eu dividir por trinta, dá 32 reais por dia, que ele dá para o sindicato. Para o sindicato vence 60%, 6 vezes 3, igual a 18 reais e divide por 365 dias que é o ano, que dá 4 centavos. Que fortuna que entra? O que o sindicato faz quando você dá 18 reais, e se você quiser sócio, dá mais 30 reais. Você tem médico, dentista, colônia de férias, clube de campo, por que não se associa? Você vai arrancar um dente aí fora, no mínimo 200 reais, no sindicato é de graça, porque ele vai cobrar só o material. Por que você não entra de sócio? O que está errado? E tem um sindicato atuante politicamente.

Na mesma linha, Artur Araújo (2019), da Frente Nacional dos Engenheiros, afirma que:

A classe trabalhadora brasileira tinha tido uma conquista absolutamente fantástica nos anos [19]30: não haver pânico financeiro para tocar o sindicalismo. Isso é uma vitória de classe! Você por o Estado a serviço da classe. Isso é uma vitória gigantesca. Isso permitiu que o sindicalismo brasileiro não precisasse ter como foco de tensão e atenção o seu financiamento. Permitiu que ele tivesse recursos pra tocar a vida sindical. Fosse a reivindicativa, fosse a associativa.

Nosso entrevistado compara os clubes, colônias de férias e demais serviços oferecidos pelos sindicatos à experiência do sindicalismo da socialdemocracia alemã no século XIX, que possuía clubes de viagem e clubes de ópera. Isso seria positivo na medida em que gera “sociabilidade de classe”, nas suas palavras. Araújo (2019) ainda afirma que a perda do imposto foi uma derrota profunda. Segundo ele foi “a maior derrota do sindicalismo brasileiro. A ditadura militar não teve um efeito tão deletério nos sindicatos quanto teve essa reforma comandada pelo Rogério Marinho”. Isso porque, além de fragilizar as relações de trabalho, tirou-se a capacidade material de sustentação dos sindicatos. Juruna (2020), mesmo afirmando que nunca foi defensor desse modelo de contribuição sindical, defende a importância desses recursos para fazer mobilizações, como as marchas à Brasília, por exemplo.

Em contrapartida, Turra (2019), defendendo a posição histórica da CUT, afirma que esse argumento de que o imposto auxilia na mobilização é secundário diante do fato de que ele constitui-se em um mecanismo de controle do movimento sindical pelo Estado – argumento semelhante ao de Boito Jr. (1991). O ex-membro da Executiva Nacional da CUT relata que, embora fosse essa a posição histórica da CUT, reafirmada a cada novo Congresso, não apenas, como já foi dito, não eram todos os sindicatos que devolviam o imposto sindical,

como também havia dificuldades de fazer o debate político interno a respeito desse tema. Diz ele:

Em todo Congresso você fazia uma pesquisa com delegados, 2 mil, 3 mil delegados, 70% era a favor do imposto sindical e da unicidade sindical. Daí você submetia a resolução a voto, todo mundo votava a favor. Mas na vida, não aplicava. Durante a presidência do Artur Henrique aqui na CUT, nós resolvemos fazer um plebiscito entre sindicalistas pelo fim do imposto sindical [2012]. Eu fui em vários lugares, eu chegava e era hostilizado. “Vocês querem acabar com o sindicato! Cheguei lá no meu sindicato tinha um outdoor da CUT pelo fim do imposto sindical. O que que vocês estão pensando?”. Cara que era filiado à CUT... é um vício, um vício de mais de 60 anos.

Desse modo, aquilo que ele considera como a “crise do sindicato varguista” dificulta a vida dos sindicatos, que não conseguem pensar outras modalidades de ação sindical que não as inscritas nessa estrutura, tal qual a conhecemos. Assim, ele afirma que:

Se você for ver na história é a crise do sindicalismo varguista: unicidade sindical, imposta por lei, não pode ter mais do que um sindicato por base territorial, financiado pelo Estado através do imposto sindical, garante monopólio de representação. Você quer vida mais mansa para o burocrata sindical do que essa? Você tem um sindicato e ninguém pode competir com você porque você tem o monopólio de representação, daí a você criar uma burocracia sindical que preserve seus interesses em detrimento das bases que você representa é um pulo né? É o fenômeno do peleguismo no Brasil, do qual a CUT não está imune, até pelo seu caráter amplo, de massa (Turra, 2019).

Assim, mesmo que não expressamente, nosso entrevistado explica o descompasso entre a histórica posição de rechaço da entidade ao imposto sindical e a recusa de muitos de seus sindicalistas em levar adiante esta bandeira, como no caso da realização do plebiscito mencionado anteriormente. A situação descrita pelo entrevistado é reconhecida pela própria CUT, que reconheceu no seu Caderno de Teses do 13º Congresso que “com a reforma da legislação trabalhista e o fim do imposto sindical, encontramos uma situação de acomodação e fragilidade financeira da estrutura Cutista e de muitos sindicatos filiados que não se preparam para esta situação” (CUT, 2019, p.39). Como ressalta Boito Jr. (1991, p.18), esse é um dos motivos daquilo que denomina como “debilidade organizativa crônica”. A outorga do poder de representação, negociação e tributação, dada ao sindicato pelo Estado, faz com que todos esses recursos humanos e materiais do sindicato dependam do Estado e não dos trabalhadores (Boito Jr., 1991, p.37). Dessa forma, a estrutura sindical brasileira permitiu a existência não apenas de sindicatos “de carimbo”, como também a existência de uma burocracia que se beneficia amplamente desses recursos, mesmo em sindicatos com expressiva participação.

Turra (2019) e Trajano (2020) ressaltam, ainda, que a CUT nunca defendeu que não houvesse nenhum tipo de contribuição sindical. Turra (2019) entende que “o financiamento tem que ser baseado na vontade do trabalhador, tem que ser voluntário e não um imposto, que

é arrecadado pelo governo e repassado pelo Ministério do Trabalho”. Com efeito, em seu 13º Congresso, a CUT afirma que “sempre entendeu seu [do imposto sindical] papel para muitos sindicatos, que investiam esse recurso na luta e na sua organização”, sem, contudo, deixar de denunciá-lo como um fator que permitia a acomodação, bem como a sobrevivência e proliferação de “sindicatos de cartório” (CUT, 2019, p.39).

Porém, a central reitera que sua luta contra o imposto sindical sempre esteve atrelada à sua substituição “por uma contribuição decidida pelos/as trabalhadores/as e que esta fosse fruto da ação, mobilização e negociação”, bem como aliada à aprovação de uma legislação que “não só regulamentasse a contribuição negocial como também coibisse as práticas antissindicais” (CUT, 2019, p.39). Em acordo com essa visão, Vagner Freitas, presidente da CUT entre 2012 e 2019, sustenta que:

A CUT pode sobreviver sem o imposto sindical. Não é verdade que nenhum sindicato no Brasil consiga. Mas, também é preciso lembrar que o Brasil tem de superar práticas antissindicais, fundamentalmente no setor público, que não tem direito a associação sindical, não tem data-base, não tem direito a negociação coletiva. Boa parte das greves no setor público é para abrir negociação. No setor privado, se o trabalhador se associa ao sindicato, a empresa demite. Se a empresa puder impedir a associação, impede. O sindicato não tem acesso ao local de trabalho, temos raras exceções. Os dirigentes, por exemplo, no campo, são assassinados pelo exercício da atividade sindical (SMABC, 21/07/2017).

Traiano (2020) relata que, após o reconhecimento legal das centrais pelo governo Lula, houve uma discussão sobre alternativas e chegou-se à conclusão de que a melhor forma de decidir a forma de contribuição sindical seria via assembleias de categorias. Esta posição é semelhante à de Antônio Rogério Magri (2020), para quem as “Assembleias que têm poder para decidir tudo, que ela decide se vai cortar seu salário, ela pode tudo, ela pode também fixar um percentual para manutenção do seu sindicato. E uma vez aprovada em Assembleia, ela será estendida para todos os trabalhadores”. Esta posição também foi defendida pelo então presidente da CUT, Vagner Freitas, que em declaração ao portal do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC afirmou que:

Nós defendemos a substituição do Imposto Sindical por uma contribuição negocial aprovada pelos trabalhadores em assembleia, com piso e teto definidos e que, para existir, o sindicato tenha um percentual de associados pré-determinado, transparência nas contas, com realização de assembleias de prestação de contas, previsão orçamentária e que os trabalhadores tenham acesso total as contas da entidade (SMABC, 21/07/2017).

Contudo, a grande crítica feita pelos opositores do imposto sindical é, nas palavras de Traiano (2020):

(...) tinha que chegar o momento de ele acabar e tinha que ser dentro de uma ruptura, porque você nunca se prepara para deixar de ter certas coisas, você se prepara para ter. Agora, o problema é que se tirou o imposto sindical, se tirou o direito do trabalhador querer contribuir.

A entrevistada relata casos nos quais a Justiça anulou contribuições sindicais decididas em assembleia pela categoria, bem como os entraves criados pelo governo Bolsonaro, que tentou instituir sem sucesso uma arrecadação que teria de ser feita por boleto bancário. Ela afirma ainda que havia casos nos quais “mesmo o trabalhador assinando e dizendo que quer contribuir, a empresa não quis fazer o desconto. Tem algumas que só descontaram depois que o trabalhador foi para cima ou através de liminar”. De maneira semelhante, Juruna (2020), da Força Sindical, também afirma que a forma abrupta com que foi feita essa retirada deixa claro que se tratava de frear a resistência das centrais sindicais. Atualmente, o imposto segue sendo descontado em folha.

Nesse sentido, a CUT no Caderno de Teses de seu 13º Congresso, realizado entre os dias 7 e 10 de outubro de 2019, reafirma sua posição histórica contrária ao imposto sindical. Contudo, também denuncia que, no contexto de uma ofensiva regressiva e autoritária contra a democracia e a classe trabalhadora, não se pode perder de vista que há um enfrentamento a “um conjunto de ações governamentais e práticas antissindicais que promovem restrições à livre organização dos/as trabalhadores/as, e que buscam estrangular financeiramente nossos [das centrais sindicais] sindicatos” (CUT, 2019, p.38). Dessa forma, a entidade dá a entender que a maneira como foi realizada a retirada do imposto sindical, acabou sendo um retrocesso ao não permitir nenhuma discussão sobre o necessário financiamento sindical. Essa posição também foi expressada por Vagner Freitas, que presidia a CUT à época:

Mesmo sendo historicamente contra o Imposto Sindical, a CUT não concorda com a alteração nesse momento porque o que Temer e os empresários querem fazer é enfraquecer o movimento sindical, alegando que ele existe só por conta dos recursos públicos e que sindicato não é importante para a vida do trabalhador. Duas afirmações mentirosas. Primeiro não é verdade que os recursos são públicos, são dos trabalhadores. Segundo, sem sindicatos os trabalhadores ficarão à mercê dos patrões e dos seus prepostos do RH, especialmente após a aprovação da nefasta reforma Trabalhista. (...) Além de golpistas, esse governo não tem legitimidade para propor qualquer tipo de mudança, nem do Imposto Sindical, porque eles não foram eleitos para isso. Nunca se debateu isso na sociedade. Quer fazer proposta desse tipo, a CUT topa debater desde que se eleja o presidente da República, renove-se o Congresso Nacional, dê legitimidade aos poderes e depois coloque-se na mesa os problemas que têm e devem ser debatidos na sociedade. É por tudo isso que a CUT não vai se reunir com o governo golpista. Só negociamos com quem tem legitimidade (SMABC, 21/07/2017).

A questão do imposto sindical era de tamanha importância que foi o único ponto com o qual publicamente o então presidente Michel Temer comprometeu-se com algumas centrais, em especial com a Força Sindical. Após a já mencionada greve geral do dia 28 de abril, no qual houve uma grande marcha à Brasília, no dia 20 de julho de 2017, o então presidente realizou uma reunião, da qual não participaram apenas a CUT, a NCST e a CSB, em que se compromete a manter o imposto sindical. Posteriormente, com a aprovação da reforma, no dia

31 de outubro de 2017, dirigentes da Central, liderados pelo deputado Paulinho da Força, se reuniram com Temer e negociaram um projeto de Lei que seria enviado ao Congresso pelo Presidente. De acordo com reportagem no site do partido Solidariedade (31/10/2017), seria instituída uma Contribuição de Negociação Coletiva em substituição à contribuição sindical. Assim, “o valor da contribuição será fixado pela assembleia geral da categoria profissional e será descontado na folha de pagamento da empresa no mês em que for registrada a convenção ou acordo coletivo de trabalho no Ministério do Trabalho”.

De acordo com Juruna (2020), esse acordo não frutificou porque Temer foi “atropelado pela delação da JBS”, que comprometeu a aceitação do projeto na Câmara Federal. Diz ele:

Ele [Temer] não propôs o fim da contribuição assistencial, entendeu? Ele propunha o fim da contribuição sindical que as centrais sindicais na sua maioria entendiam, no processo que a gente tinha desencadeado, não daria pra defender a contribuição sindical obrigatória – um dia de salário. (...) Eu hoje tenho a avaliação meio negativa disso, sabe? Poderia ter forçado mais a barra? Poderia. Mas num Congresso em que a maioria não é nossa, tem que se buscar acordos. Foi o que se buscou, mas na hora H, acabamos perdendo.

Esse relato confirma a hipótese de Marcelino e Galvão (2020), segundo a qual uma das razões para a pouca resistência à reforma trabalhista foi a aposta que parte das centrais fizeram de negociar uma medida provisória que contornasse os aspectos mais nefastos da reforma, em lugar de centrar peso nas mobilizações. Muito embora os críticos do modelo antigo de imposto sindical afirmem que seu fim enseja o fortalecimento de sindicatos combativos, maior autonomia do Estado, poderíamos nos questionar qual era disposição das direções sindicais para encontrar alternativas. Isso porque o esforço pela manutenção do antigo modelo demonstra uma persistência do apego à estrutura sindical. De maneira semelhante, Antônio Rogério Magri, que quando foi ministro de Collor enviou ao Congresso uma Medida Provisória com o objetivo de por fim ao imposto sindical, em entrevista realizada por nós afirmou que se tratava de uma derrota para a classe trabalhadora. Apesar de reconhecer que poderia fortalecer sindicatos representativos, ele afirma-nos que:

Quando corta o imposto sindical, a unicidade se sustenta por causa do imposto. Quando você tira o imposto, acabou a unicidade. Ela ainda está no papel, mas não existe mais. (...) Quebrou as pernas, o sindicato como o Metalúrgico [de São Paulo] que você teve um patrimônio histórico, de um dos maiores sindicatos da América Latina, está à venda [a sede do Sindicato]. Quer dizer, quando eu vejo uma estrutura dessa ser colocada venda, este sindicalismo, isso que está aí, não existe mais, é uma mera ficção. Alguns foram bons administradores, guardaram um dinheirinho, que já, já, acabou. Pergunta: qual a Reforma que vira? Vira uma reforma sindical (Magri, 2020).

Outro exemplo desse comportamento hesitante é a entrevista dada pelo deputado federal Paulinho da Força (Solidariedade – SP) à Rádio Bandeirantes, em 17 de maio de 2017

(Força Sindical, 17/05/2017). Inicialmente, ele diz ser contrário à estrutura sindical brasileira, que representa por categoria e não apenas os filiados ao sindicato. Na ocasião, ele defendeu um Projeto de Lei escrito por ele e pelo deputado Bebeto Galvão (PSB-BA), que havia sido discutido com federações e confederações patronais e de trabalhadores. De acordo com ele, a ideia era criar um Conselho Nacional do Trabalho que fosse responsável por criar e legalizar os sindicatos, de modo que o governo fique de fora da estrutura sindical e a contribuição sindical fosse de livre negociação nas entidades empresariais e de trabalhadores (Força Sindical, 17/05/2017). Apesar disso, Paulinho da Força defendia a retirada do fim do imposto sindical do PL da reforma trabalhista sob a seguinte alegação: [o PL] “tira o imposto sindical dos trabalhadores e dos empresários, mas deixa os empresários com o Sistema S intacto” (Força Sindical, 17/05/2017). Ele recorda que o Sistema S é financiado por um desconto de 2,5% na folha de pagamento dos trabalhadores e que, portanto, a “livre negociação” (prevalência do negociado sobre o legislado prevista na reforma) “amarra as mãos e os pés” do sindicato, que não tem como brigar com os empresários, muito mais beneficiados por esses recursos (Força Sindical, 17/05/2017).

A CUT, desde o início, considerava o governo ilegítimo e não se reuniu com o Temer ou seus representantes para discutir ou negociar. No dia 6 de julho de 2017, o presidente da CUT, Vagner Freitas publicou uma nota intitulada “CUT não negocia perda de direitos da classe trabalhadora”. Nela dizia que:

Nos últimos dias, vários órgãos de imprensa vêm publicando matérias sobre supostas negociações de “centrais sindicais” com o governo Temer para manter o imposto sindical em troca da aprovação da reforma Trabalhista, na realidade um desmonte dos direitos assegurados na CLT. O termo ‘centrais sindicais’, sempre assim, no plural, induz o leitor a erro. Existem nove centrais sindicais no Brasil, a maior e mais combativa, com mais de 25 milhões de trabalhadores na base é a CUT. E a CUT não está negociando nem nunca negociou retirada de direitos dos trabalhadores (CUT, 06/07/2017).

O sindicalista afirmava ainda que

(...) a CUT reafirma que exige a derrubada do Projeto de Lei da Câmara (...) que trata da reforma Trabalhista no Senado Federal e apoia o relatório adotado pela Comissão de Assuntos Sociais da Casa, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) (CUT, 06/07/2017).

A divisão relativa ao enfrentamento às reformas novamente aparece aqui. Nas resoluções de sua 15ª Plenária Estatutária, realizada em agosto de 2017, a CUT (2017, p.13) afirma:

No dia 24 de maio, o movimento sindical e os movimentos populares ocuparam Brasília com as palavras de ordem: nenhum direito a menos, retirada imediata da reforma da previdência e da reforma trabalhista da pauta do congresso, fora Temer, diretas já! Foi uma das maiores mobilizações da história da capital federal. Vieram dispostos a dizer ao governo e ao congresso não às reformas e que parar e que o presidente ilegítimo tinha que sair para que o país reencontrasse seu caminho através

da democracia. O Congresso lhes voltou as costas. Foram recebidos com violência e repressão por uma polícia despreparada e um governo que chegou ao cúmulo de acionar as forças armadas para reprimir trabalhadores/as, lembrando os piores dias da ditadura militar. O 30 de junho [de 2017], menor que a greve geral de 28 de abril (“a maior da história”), revelou hesitações e obstáculos nas direções das centrais sindicais, entre eles a negociação de algumas delas com o governo golpista, abrindo mão da defesa dos direitos trabalhistas em favor de um arranjo que mantenha o imposto sindical.

Ao qualificar o que seriam as “hesitações” mencionadas pela CUT na citação anterior, Julio Turra (2019), entende que a reforma trabalhista foi aprovada, ao contrário da previdência, não apenas porque a reforma trabalhista “era PL, não precisava de maioria qualificada, era maioria simples”. Mas também porque, em sua visão, “as outras centrais abandonaram a CUT. A Força, a CTB foram negociar, inclusive a CTB dirigida pelo PCdoB, boicotaram a greve de agosto de 2017 que era da (...) reforma trabalhista.”.

A Força Sindical (2017, p. 16), em seu Projeto de Resoluções do 8º Congresso, parece ter a compreensão de que seria necessária uma reestruturação profunda na organização sindical. A entidade afirma que, além da retirada do imposto, o entendimento contrário do STF à cobrança da contribuição assistencial para não sindicalizados poderia ter uma contrapartida positiva. Isso porque esse panorama:

Deverá, necessariamente, obrigar as direções sindicais a marcharem pelo caminho da reestruturação das entidades, que não deve ser encarado como uma simples adaptação da estrutura hoje existente (número de dirigentes, empregados e respectivas remunerações, estrutura física, sedes, veículos e despesas de manutenção, imprensa e gráfica sindical, prestação de assistência jurídica, médica, odontológica e outros serviços, manutenção de espaços de cultura, esporte e lazer como clubes de campo e colônia de férias etc.) ao novo quadro de receitas e sim estarem abertas à uma reestruturação mais ampla, que poderá levar, por exemplo, a processos de fusão de sindicatos, de compartilhamento de estruturas e redefinições na estrutura dos níveis superiores da organização sindical, das federações e confederações e das próprias Centrais Sindicais existentes, de forma a otimizar os recursos disponíveis e garantir alguma eficiência da ação sindical (Força Sindical, 2017, p.16).

Nesse processo de reestruturação, a Força Sindical (2017, p.16) também defende que a tarefa prioritária seja um amplo movimento de sindicalização dos trabalhadores, “tarefa muitas vezes relegada a um plano secundário no planejamento das entidades sindicais face às facilidades proporcionadas pela existência das contribuições financeiras obrigatórias das categorias aos respectivos sindicatos”. Além de considerar que essa medida teria um impacto positivo na ampliação da representatividade, bem como na renovação das direções sindicais, a central também afirma que a sindicalização será central no sistema de financiamento das entidades.

De igual modo, a CUT também reconhece a necessidade de “radicalizar nossa [da CUT] concepção de autossustentação financeira”, pontuando que isso passa por uma discussão política para convencer os sindicatos, “pois estes, para contribuir com regularidade,

necessitam se sentir representados e participantes da ação política” (CUT, 2019, p.39). A partir disso, a central também afirma que o desenho do sistema interno de arrecadação não é meramente burocrático ou financeiro, mas político, sendo que sua adequação depende de opções políticas corretas. Assim como a Força Sindical, a CUT também defende a necessidade de realizar um esforço permanente de sindicalização e aponta que a desregulamentação, a precarização e os avanços tecnológicos que reduzem postos de trabalho nas categorias, criam novas formas de contratação não devem ser tidos como impossibilidade de organização sindical. A solução dada pela CUT (2019, p.40) é a defesa de “um sindicato cada vez mais horizontal”, muito embora não diga exatamente o que seria esse sindicato horizontalizado.

Além disso, a CUT (2019) coloca como necessária a realização frequente de assembleias como espaço prioritário para discutir e aprovar as taxas coletivas, participação coletiva em panfletagens, mobilizações, eleições sindicais. Assim como a Força Sindical, entende que será necessário compartilhar espaços e estruturas, reduzindo os investimentos em estrutura interna.

Sendo ou não um vício pernicioso, o fato é que no ano de 2018 os sindicatos tiveram de lidar com a queda de 90% da contribuição sindical. De acordo com dados oficiais, os sindicatos de trabalhadores passaram de um repasse feito pelo Ministério do Trabalho de R\$ 2,24 bilhões em 2017 para R\$ 207,6 milhões em 2018. O fim do imposto sindical impactou na CUT com uma queda de R\$ 62,2 milhões, em 2017, para R\$ 3,5 milhões em 2018, atrás da Força Sindical e da UGT, que ficaram com R\$ 5,2 milhões (O Estado de S. Paulo, 05/03/2019).

A compreensão, por parte da Força Sindical e da CUT, da necessidade de realizar profundas mudanças internas para aumentar a representatividade junto à base e diversificar as formas de arrecadação, leva-nos a levantar a hipótese de que há uma compreensão por parte de ambas as centrais de que o desmonte do antigo modelo de arrecadação sindical é irreversível na atual conjuntura. Contudo, como destacam Vêras de Oliveira, Galvão e Campos (2019), até o momento os sindicatos não possuem uma estratégia orientada a enfrentar tanto as mudanças relativas às relações de trabalho, bem como ênfase em repensar sua representatividade junto aos trabalhadores e seu papel na sociedade. É necessário pontuar que, apesar do fim do imposto sindical ser uma importante reforma na estrutura sindical, outros aspectos fundamentais permanecem em pé, como a outorga do poder de representação e negociação, a unicidade sindical (Boito Jr., 1991).

Além das já citadas denúncias de interferência da Justiça em decisões tomadas em assembleia a respeito da contribuição sindical, o governo Bolsonaro buscou dificultar ainda mais a contribuição sindical. Valendo-se de uma Medida Provisória que excluiu a possibilidade da contribuição ser descontada diretamente do salário, valeu-se do argumento de que a contribuição deve ser voluntária para estabelecer que o pagamento deve ser feito mediante boleto bancário. Embora essa Medida tenha caducado 120 dias depois, por não ter sido votada no Congresso, uma reportagem do portal Consultor Jurídico, de 12 de março de 2020, relata que o STF decidiu cassar uma decisão tomada em assembleia sindical que autorizou a contribuição, o que denota uma insegurança jurídica em relação ao tema no Brasil de hoje.

4.2. A reforma da previdência

A proposta de reforma da previdência encabeçada pelo governo Temer gerou uma insatisfação muito maior do que a reforma trabalhista, e contribuiu para desgastar ainda mais um governo cujo programa não havia sido referendado pelas urnas, que não entregava os resultados econômicos prometidos e que estava envolvido em escândalos de corrupção⁷⁹. De fato, uma pesquisa de opinião encomendada pela CUT (2017), realizada pelo instituto Vox Populi, afirmava que, na segunda quinzena de julho de 2017, a reforma da Previdência seria rejeitada por 93% dos entrevistados, enquanto que a Reforma Trabalhista era rejeitada por 57% dos entrevistados. Ao fim e ao cabo, a reforma trabalhista foi aprovada com muito mais facilidade do que a reforma previdenciária.

Outro ponto importante é que os trabalhadores da massa marginal, que já trabalham em condições extremamente precárias e não seriam atingidos pela reforma trabalhista, também seriam afetados pela reforma da previdência. Matijastic (2018, p.166) destaca que os principais pontos dessa PEC eram: 1) fixação da idade mínima em 65 anos; 2) tempo mínimo de contribuição de 25 anos e 49 anos para obter uma taxa de reposição de 100% dos salários; 3) eliminação das diferenças de idade entre homens e mulheres e trabalhadores rurais para a elegibilidade às aposentadorias; 4) elevação para 68 anos de idade das aposentadorias dos Benefícios de Prestação Continuada pagos a idosos; 5) vedação da acumulação de aposentadorias e pensões.

⁷⁹ Em dezembro de 2018, último mês do governo Temer, o então presidente, já desgastado pelas propostas antipopulares e pelos esquemas de corrupção, contava com 7% de bom e ótimo nas pesquisas de opinião, 29% de regular e 62% de ruim e péssimo (Portal G1, 27/12/2018).

O debate sobre a necessidade de uma reforma da previdência era anterior ao governo Temer. Marcelino e Galvão (2020, p.168) lembram que o governo FHC instituiu o fator previdenciário – objeto de críticas pelas centrais sindicais ao longo da década de 2000 e que, como efeito, manteve o trabalhador na ativa por mais tempo e prolongou o tempo de contribuição. Para as autoras, “no primeiro governo Dilma, uma parte das centrais passou a assimilar a tese da insustentabilidade do sistema público de aposentadoria”, elaborando a proposta do fator 85/95⁸⁰. Embora estivesse acordada com o governo Dilma, a votação dessa fórmula não ocorreu. No segundo mandato, Dilma vetou essa fórmula “e a substituiu por uma fórmula que aumenta progressivamente um ponto a cada dois anos a partir de 2018, até chegar a 90/100 (lei 13.183/2015)” (Marcelino, Galvão, p.168). As autoras ainda destacam que o rompimento desse acordo foi justificado pelo governo com o argumento de que a fórmula pactuada anteriormente levaria à insustentabilidade da previdência.

Embora não se remeta diretamente à insustentabilidade da Previdência Social, pública, Juruna, da Força Sindical, afirma que há pontos da reforma da previdência aos quais é difícil contrapor-se:

Tem coisa de reforma que para a sociedade fica difícil você defender. Por exemplo, você é servidor público; eu [trabalhador do setor privado] não. Quando você se aposenta, você se aposenta integral. Quando você se aposenta você vai receber os aumentos que a sua categoria conquistar. Eu não, não é? Você se aposenta pelo teto; eu não. Isso na hora que você coloca pra debate... “peraí! Tem que reformar essa m... aí! Isso aí tá protegendo alguém”. Então eu sinto assim que a necessidade das reformas, elas são colocadas (...) Outra coisa, a idade. Tem que se manter a mesma idade? Não vai modificar? Com as mudanças na sociedade em termos de saúde, de melhoria de saneamento, de vida? Vai ser os mesmos 55 anos? Se você perguntar pra mim eu falo: “não, eu tenho que manter o que tá! Porque a regra é boa pra mim”. Mas, por exemplo, se eu estou no governo, dirigindo o país, tinha que pensar no todo né? Então, eu sinto que essas argumentações dividem a sociedade. Nós que nos posicionamos aqui colocamos coisas que nós achamos que deveriam ser reformadas.

Essa mesma lógica apresentada por Juruna, aparece em um artigo de Paulinho da Força no qual ele afirma: “Queremos uma Previdência justa para todos e sem privilégios para uma elite endinheirada que se locupleta à custa do suor alheio” (Força Sindical, 06/02/2017).

Apesar disso, a Força Sindical (2017, p.11) em suas resoluções congressuais, afirma que, assim como a reforma trabalhista, o objetivo da reforma da previdência é “impor aos trabalhadores e aos brasileiros mais humildes o ônus dos ajustes econômicos e sociais através de medidas que, na prática, eliminam direitos fundamentais conquistados pela luta histórica do povo trabalhador e do movimento sindical brasileiro”. Além disso, embora afirme que a PEC continuava inaceitável, a Central também diz que:

⁷⁴ A proposta era de que, no cálculo das aposentadorias, a soma entre tempo de contribuição e a idade no momento de requisição da aposentadoria somassem 85 anos (mulher) e 95 anos (homem).

O relatório final aprovado pela Comissão Especial da Reforma da Previdência recuou em vários pontos do projeto inicial apresentado pelo governo, fruto da grande pressão popular (...) das grandes manifestações convocadas pelas Centrais Sindicais e outros setores populares, especialmente a exitosa paralisação do 28 de abril e a magistral Marcha da Classe Trabalhadora em Brasília, no 24 de maio, que reuniu mais de 150 mil trabalhadores em luta contra as reformas (Força Sindical, 2017, p.13).

Neste cenário, a Força Sindical orientou seus militantes a defenderem a suspensão da reforma e a retomada do diálogo em torno da questão da previdência, defendendo uma reforma que garantisse direitos e se distanciasse da “armadilha fiscal”.

Como afirmam Marcelino e Galvão (2020), embora o impeachment contasse com parte expressiva da Força Sindical, o governo Temer foi incapaz de montar uma base sindical na qual pudesse se apoiar. Em 10 de junho de 2016, Temer se reuniu com representantes do sindicalismo, dentre os quais Paulinho da Força. Naquela ocasião, Temer afirmou que não faria nada que prejudicasse os trabalhadores, e Paulinho, em tom de aprovação a Temer, afirmou: “a oposição é tão pequena que nem faz barulho” (Folha de S. Paulo, 10/06/2016). Posteriormente, em função da falta de um consenso com representantes dos sindicatos, Temer recuou da ideia inicial de aprovar a reforma da previdência ainda em 2016 e Paulinho reclamou que a “primeira etapa proposta” pelas centrais não havia sido cumprida, que seria a redução de benefícios fiscais para o agronegócio e a fixação da idade mínima para a aposentadoria, ponto que o governo considerava essencial (Folha de S. Paulo, 28/06/2016).

Até meados de novembro de 2016, houve diversas tentativas de diálogo entre o governo e algumas centrais, como a Força Sindical e a UGT. Em dezembro de 2016, após reunião com Temer para discutir a proposta de reforma da previdência, Paulinho da Força afirmava que caso aquela proposta fosse adiante ele seria o primeiro a desembarcar do governo (Congresso em Foco, 05/12/2016). Ainda no final deste mês, por meio do site da Força Sindical, Paulinho da Força pediu para que as bases da central enviassem mensagens para ele dizendo se estavam ou não de acordo com uma emenda para “mudar a reforma da previdência para melhorar a vida dos trabalhadores” (Força Sindical, 16/12/2016). Suas propostas giravam em torno principalmente de: a) idade mínima de 58 para as mulheres e 60 anos para homens; b) uma regra de transição de 30% de cima até embaixo, ou seja, “uma pessoa que falta um ano para se aposentar, trabalharia 4 meses a mais. Uma pessoa que falta dez anos para se aposentar trabalharia 3 anos a mais”; c) exclusão da proposta de desvinculação do salário mínimo feita pelo governo (Força Sindical, 16/12/2016).

Em janeiro de 2017, Paulinho da Força reuniu-se com a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano e disse que, de fato, a previdência seria deficitária e precisava

de uma reforma. Contudo, a proposta do governo, segundo ele, não só retirava direitos, como também ninguém iria aposentar-se com ela. Desse modo, pediu aval dos sindicalistas presentes para levar adiante uma proposta intermediária na Câmara Federal (Metalúrgicos São Caetano do Sul, 24/01/2017). Mais adiante, em 2 maio de 2017, Paulinho da Força foi à televisão para apresentar o programa partidário do Solidariedade. Na ocasião, fez críticas à proposta de Temer e reafirmou as propostas de sua emenda, mencionadas no parágrafo anterior. Apesar disso, o Solidariedade ainda detinha a Secretaria do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e indicações no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Folha de S. Paulo, 02/05/2017). Ou seja, o Solidariedade não era exatamente oposição ao governo Temer.

Dessa forma, já não se trataria de fazer grandes mobilizações para derrubar a proposta governamental de reforma da previdência. Em fevereiro de 2017, Paulinho da Força afirmava que “para que a proposta governamental seja *modificada com mudanças pontuais* no texto original, faz-se necessária uma grande mobilização dos trabalhadores e de cada entidade representativa” (Força Sindical, 06/02/2017 – grifos nossos). Além disso, conclamava os trabalhadores a participarem “dos *atos das centrais por mudanças na reforma previdenciária* e, no dia 22, vamos a Brasília para demonstrar que, quando os trabalhadores lutam por seus direitos, força alguma pode nos superar” (Força Sindical, 06/02/2017). Ainda neste artigo, cujo título sugestivo é “Trabalhadores querem mudanças na reforma da Previdência”, os deputados Bebeto Galvão (PSB-BA), ligado à central, Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e Rogério Rosso (PSD-DF), apareciam como representantes que estavam, ao lado do histórico líder da Força Sindical, tentando promover mudanças na reforma da previdência para impedir maiores retrocessos.

Por fim, Paulinho da Força ainda ressalta que esse processo contou com a participação de um dos sindicatos mais importantes da central, o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos: “O Sindicato Nacional dos Aposentados e a Força Sindical reuniram, no último dia 25, trinta mil trabalhadores e aposentados em ato realizado em São Paulo por mudanças na proposta do governo” (Força Sindical, 06/02/2017). Como podemos ver, houve uma tentativa por parte de Paulinho da Força e, portanto, de setores ligados a ele, de criar um consenso nas bases da central de que a reforma da previdência viria de qualquer forma, em função do caráter deficitário da previdência social, agravados pelas distorções do sistema que geram uma “elite”, mesmo não especificando quem era essa elite. A tarefa imediata seria, portanto, amenizar os aspectos mais nocivos da proposta.

A CUT (2017), contrariamente ao que afirmava Paulinho da Força, denunciava que o discurso dos defensores da reforma da previdência – de que o sistema seria deficitário – consistiria em uma manipulação dos dados. Cida Trajano (2020), da Executiva da CUT, recorda que a mídia explorou amplamente o discurso de que se não houvesse reforma, aqueles que já estavam aposentados não teriam como receber suas aposentadorias. Com efeito, em outubro de 2017, a CPI da Previdência no Senado, presidida por Paulo Paim (PT-RS), apontava, de acordo com o relator Hélio José (PROS-DF), que havia enormes inconsistências nos dados utilizados pelo governo Temer para defender a reforma da Previdência, de modo que ela seria superavitária e o sistema público era sustentável (Senado Notícias, 23/10/2017). Além disso, a CUT (2017, p.14) também defendia à época que:

A proposta é inoportuna e autoritária. O que o governo propõe não é uma reforma, mas a destruição da previdência pública e da própria seguridade social asseguradas como direito pela Constituição de 1988. Seu objetivo final é restringir o acesso da população aos benefícios previdenciários e assistenciais, além de diminuir o valor dos benefícios, para abrir espaço aos fundos privados de pensão. A Constituição de 1988 integrou a Previdência no sistema de Seguridade Social, da qual também fazem parte a Saúde e a Assistência Social. Se for observado o que prevê a Constituição, o orçamento da Seguridade Social tem sido superavitário, ao contrário do que alega o governo.

Desse modo, e, ainda neste documento, a central defendia ainda a organização de uma greve geral para barrar a reforma da previdência.

Na avaliação de Turra (2019), foi justamente essa sequência de greves, mas principalmente a de abril de 2017, que impediu a aprovação da reforma da previdência no governo Temer, de modo que a denúncia feita por Joesley Batista contra o então presidente teria cumprido um papel secundário. Contudo, cabe ressaltar que não temos dados suficientes para uma afirmação desta natureza. Não subestimamos os impactos da Lava Jato, da delação feita por Joesley Batista e os altíssimos índices de reprovação sobre o governo Temer. O fato de o sindicalismo ter realizado grandes manifestações, em parceria com movimentos sociais, não pode ser superestimado nessa conjuntura. Turra (2019) afirma ainda que:

Na questão da Previdência a audiência foi muito grande. Por quê? Questão concreta! Vou me aposentar, então vou me ferrar. Na questão da trabalhista já foi mais difícil. Por quê? Porque a propaganda oficial era acabar com o imposto sindical, que é “a mamata dos sindicatos (Turra, 2019).

Se bem é verdade que as mobilizações contrárias às reformas repercutiram no governo, como na declaração dada por Eliseu Padilha, ministro da Casa Civil de Temer, de que “independente da dimensão, temos de respeitar e avaliar” (Folha de S. Paulo, 10/09/2016), é preciso cautela para não superdimensionar a força do sindicalismo nessa conjuntura. A proximidade das eleições, somadas à baixíssima popularidade de Temer e suas reformas, bem como o fato de seu programa de governo não ter passado pelo crivo das urnas,

também são elementos importantes para compreender o “congelamento” da Reforma da Previdência, que seria aprovada, posteriormente, já no governo Bolsonaro. As centrais também buscaram encampar, com a proximidade das eleições de 2018, uma campanha de denúncia dos deputados que votassem a favor das reformas de Temer (“quem vota, não volta!”).

Além disso, é importante lembrar que à medida em que o governo Temer via-se sob investigação da Lava Jato, a crise política agravava-se e os índices de aprovação eram baixíssimos, o então presidente enfrentou dificuldades para obter maioria parlamentar. Em março de 2017 a situação era bem adversa. Além das críticas do antigo aliado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), o presidente do PSB, Carlos Siqueira, partido que comandava a importante pasta de Minas e Energia, afirmou: “um partido socialista não pode se dar ao luxo de trair as pessoas que ele pretende representar” (Folha de S. Paulo, 09/03/2017). Renan Calheiros (MDB-AL), líder do partido de Temer, criticou a proposta: “aposentar aos 69 [anos de idade] no Nordeste? Isso é demonstração do desconhecimento da realidade” (Folha de S. Paulo, 09/03/2017). Até mesmo Ronaldo Caiado (DEM-GO), pertencente a um partido doutrinariamente liberal, criticou a reforma (Folha de S. Paulo 09/03/2017).

No dia 16 de fevereiro de 2018, o governo Temer decretou a intervenção federal das Forças Armadas no comando da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Aprovada pelo Congresso, essa medida tinha como consequência legal anular as votações de emendas constitucionais enquanto a intervenção fosse vigente (até dezembro de 2018, final do mandato de Temer). Ou seja, das três grandes reformas neoliberais propostas por Temer (PEC do Teto de Gastos, reforma trabalhista e reforma da previdência), apenas a da previdência não foi aprovada. Ao contrário do que diziam os defensores do impeachment, o novo governo não devolveu estabilidade política ao país, não entregou melhores índices na economia e nem gerou novos empregos⁸¹. Como afirma Carvalho (2018, p.125),

A crise econômica brasileira também se mostrou uma oportunidade de ouro para bloquear agendas democráticas crescentes – das mulheres, dos movimentos sociais, das minorias e da juventude – e viabilizar uma agenda ideológica de redução do tamanho do Estado. (...) O PMDB – um partido que sempre se alimentou do tamanho do Estado em seu fisiologismo – utilizava-se de um discurso neoliberal de ocasião para conquistar o apoio dos que faziam oposição ao governo Dilma Rousseff.

Laura Carvalho (2018) também afirma que a recessão, na qual o Brasil entrou em 2015, teve efeitos mais duradouros do que a crise da dívida na década de 1980 e o confisco da poupança em meio à hiperinflação [durante o governo Collor]. Segundo a autora, o aumento

⁸¹ Carvalho (2018) lembra que, no ano de 2017, 75% dos empregos criados foram informais, sejam sem carteira assinada, sejam por conta própria. O restante foi gerado no setor público.

do desemprego, a queda dos rendimentos reais médios dos trabalhadores e seu poder de compra – o que anulava o efeito da queda da inflação –, no governo Temer, aconteceram mesmo com a melhora do cenário externo. Carvalho (2018, p.133) destaca, por exemplo, que o índice de preço das commodities reverteu sua trajetória de queda e subiu 34,8% entre fevereiro de 2016 e março de 2017. Ainda de acordo com a autora, o fracasso econômico, apesar das reformas e do corte de gastos públicos, era respondido pelos defensores desta política com a afirmação de que ela não teria sido realizada com vigor suficiente. Isso era feito em detrimento da constatação de que “as expectativas estavam contaminadas pela retórica política, e que, sendo esse o caso, a economia não necessariamente iria obedecê-las” (Carvalho, 2018, p.135).

Carvalho (2018, p.139) também destaca a posição da FIESP, extremamente atuante no impeachment de Dilma Rousseff, em relação a Temer. Em 26 de junho de 2017, o presidente da entidade, Paulo Skaf, afirmou que “cabe à FIESP discutir economia, não política”. Desse modo, alegando uma suposta melhora do cenário econômico sustentava que “enquanto Dilma teria jogado o país na recessão, Temer teria controlado a inflação, reduzido juros e estaria aprovando as reformas estruturais”. Contudo, a autora chama atenção para o fato de que, se essa recessão não foi a mais profunda da história, haja vista que o PIB encolheu 8,2% em 2015-2016 e 8,5% em 1981-1983, “o problema é que (...) a crise dos últimos anos foi longa e, o que é pior, parece estar sendo sucedida pela mais lenta das recuperações” (Carvalho, 2018, p.144).

Apesar dessa conjuntura, houve uma intensa resistência sindical, bem como dos movimentos sociais, às reformas propostas com Temer, que foi um elemento importante no período estudado. O saldo deste período de governo (12 de maio de 2016 a 31 de dezembro de 2018) foi a aprovação da reforma trabalhista, da PEC do Teto de Gastos e o congelamento da reforma da previdência. Na luta contra a retirada de direitos, o sindicalismo mobilizou-se com muito mais força do que na luta contra ao golpe jurídico-parlamentar de 2016. As reformas neoliberais tinham muito menos mediações ideológicas e políticas, dizendo respeito diretamente a problemas muito concretos do cotidiano do trabalhador (emprego, condições de trabalho, salário, aposentadoria, etc.). Desse modo, a resistência a esse programa revelou maior potencial de mobilização, haja vista que o governo Dilma Rousseff já estava adotando políticas regressivas e contava com pouco apoio popular.

As reformas neoliberais de Temer forneceram uma plataforma comum que uniu distintas centrais no enfrentamento àquele programa. Como consequência, durante o governo

Temer tivemos um período de *unidade relativa* entre as centrais, não necessariamente em torno de estratégias de luta, mas de bandeiras de luta. CUT, CTB, Intersindical e CSP-Conlutas deram maior ênfase à necessidade do recurso da greve geral do que a UGT e a Força Sindical, que se sentaram à mesa mais vezes para negociar com Michel Temer. Destaque-se, ainda, que a CUT, a Intersindical e a CSP-Conlutas recusaram-se a todo o tempo negociar com o governo que consideravam ilegítimo, ao passo que até mesmo a CTB, que havia participado da campanha contra o golpe de 2016, e qualificava como ilegítimo o governo de Temer, negociou com ele a questão de uma MP para restituir o imposto sindical. Na questão da reforma da previdência, como vimos, Paulinho da Força atuou com muito vigor dentro da central e de suas bases na tentativa de fazer com que não houvesse um rechaço direto à reforma, mas um apoio a algumas mudanças pontuais. Isso não impediu, contudo, que houvesse a realização de grandes manifestações de rua contra as reformas, haja vista que bandeiras como o “Fora Temer!” e a defesa da antecipação das eleições presidenciais pela via direta tampouco eram consenso entre as centrais nos atos de rua.

O ciclo grevista 2004-2013, como argumentamos no capítulo 2, foi ofensivo e possibilitou ganhos reais. Contudo, suas vitórias não se converteram em um saldo de organização que permitisse aos trabalhadores enfrentar o programa regressivo que se impôs posteriormente. A greve geral de abril de 2017 foi, possivelmente, o momento mais alto do sindicalismo pós-eleições de 2014, quando teve de enfrentar: um ajuste fiscal, recessão econômica, um golpe de Estado e as reformas de Temer. Contudo, apesar da demonstração de vitalidade e poder de mobilização e resistência, junto a movimentos sociais, acabou sendo um ponto fora da curva na conjuntura estudada. Nas eleições de 2018, a vitória de Jair Bolsonaro, uma candidatura abertamente antissindical, coroaria essa série de derrotas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, vimos que o sindicalismo cumpriu um papel muito importante no período estudado (2013-2017). Nos governos neodesenvolvimentistas, hegemonzados pela grande burguesia interna (2003-2016), a maior parte das centrais sindicais ocupou o papel de força política subordinada na frente política neodesenvolvimentista. As centrais que apoiaram o governo federal foram interlocutoras reconhecidas para a elaboração e execução de políticas públicas – notavelmente o caso da política de valorização do salário mínimo (Boito Jr., Galvão, Marcelino, 2015). Mesmo sem uma ruptura com o modelo neoliberal no Brasil, que foi objeto de reformas pela via do neodesenvolvimentismo (Saad-Filho, Moraes, 2018; Boito Jr. 2018), houve uma melhora das condições políticas, econômicas e ideológicas para o sindicalismo. A retomada do crescimento econômico a partir de 2004, da geração e formalização de empregos, a estabilidade democrática, e a existência de um governo oriundo dos movimentos sindical e popular, foram elementos importantes para a ascensão de um ciclo grevista que, entre 2004 e 2013, permitiu ganhos econômicos como aumentos salariais, acordos coletivos acima da inflação e a conquista de novos benefícios.

Mesmo mantendo índices positivos no mercado de trabalho, nesse mesmo período também persistiram características de degradação do trabalho, como a precarização, flexibilização de direitos, terceirização e mesmo a alta taxa de rotatividade nos postos de trabalho (Alves, 2014). Esse também foi um importante desafio para que o ciclo grevista 2004-2013 pudesse implicar em mais do que ganhos econômicos. Ainda assim, as dificuldades de organizar sindicalmente trabalhadores com alta rotatividade nos postos de trabalho, ou mesmo que não estão concentrados em um mesmo local de trabalho, não implicaram em uma impossibilidade. A posição subordinada na frente política também foi um entrave, na medida em que os movimentos social e sindical eram convocados ou a participar apenas em fóruns institucionais ou eleitoralmente (Boito Jr., 2018). Essa relação poderia ter evitado as dificuldades encontradas pelo governo Dilma em seu *ensaio desenvolvimentista* (Singer, 2016), uma vez que o movimento de trabalhadores organizados tinha interesse nessas políticas de aceleração do crescimento e geração de empregos formais.

Também vimos que se Lula conseguiu reunir em torno de si quase a totalidade das centrais sindicais (excetuando-se a CSP-Conlutas e a Intersindical) e que Dilma Rousseff teve uma relação mais distante e contraditória com elas. Em especial, a então segunda maior central sindical do país, a Força Sindical, foi progressivamente distanciando-se de seu

governo, ainda que alguns setores mantivessem seu apoio. Além disso, o principal líder desta central, Paulinho da Força, tornou-se uma importante voz da oposição, transformando os atos de Primeiro de Maio dos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016 em atos de oposição ao governo Dilma. Além disso, ele atuou fortemente no Congresso como deputado federal na oposição, e apoiou em 2014 a candidatura de Aécio Neves (PSDB), tendo sido também um dos principais articuladores do *impeachment* da presidenta em 2016. Essa atuação do deputado e ex-sindicalista sempre buscou respaldo nas bases da Força Sindical, sobretudo junto ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, um dos mais importantes dentre os filiados à central.

A difícil relação que Dilma vinha mantendo com as centrais sindicais foi reforçada pela emergência de uma crise política e uma crise econômica. Como ressalta Comin (2017), ao longo de todo esse período, o governo esteve premido entre priorizar a estabilidade ou o crescimento. O *ensaio desenvolvimentista* (Singer, 2016) operado pelo governo Dilma Rousseff, que visava intensificar as iniciativas neodesenvolvimentistas, incomodou fortemente o capital internacional, que pressionava pela demissão de Guido Mantega da Fazenda. Ao mesmo tempo, a grande burguesia interna receava-se do que seria um excessivo intervencionismo econômico do governo. Os impactos da crise econômica de 2008 começam a ser sentidos mais fortemente, ainda no ano de 2011 (Paulani, 2017). Como destaca Carvalho (2018), a participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional saltou de 52% em 2004 para 57,4% em 2013. Desse modo, nos parece plausível supor que as diversas frações das classes dominantes começaram a incomodar-se com o crescimento da luta reivindicativa. As condições para uma retomada da ofensiva neoliberal estavam dadas e receberam, nas palavras de Singer (2016, p.41), um “inesperado reforço das ruas”.

As manifestações de junho de 2013, mesmo que tivessem reivindicações populares em seus primeiros momentos, foram rapidamente instrumentalizadas por essa ofensiva neoliberal e transformadas em manifestações da classe média contra a ineficácia do Estado e a corrupção. Naquele ano, o sindicalismo atingiu a marca de 2.050 greves, 134% a mais do que o ano anterior (877 greves); ao mesmo tempo, o número de greves com presença de reivindicações de caráter ofensivo nas suas pautas começou a recuar: de 64,3% em 2012 para 57,4%. Além disso, as greves em que as pautas defensivas apareciam saltaram de 67,5% em 2012 para 74,5% em 2013 (DIEESE, 2015). Contudo, essa intensa atividade paredista não se transformou em manifestações de rua como as do mês de junho. Isso não quer dizer que o sindicalismo não estivesse intervindo na conjuntura ou mesmo que estivesse ausente dela. De modo secundário, entendemos que essa foi uma contradição que, como indicamos

anteriormente, incomodou as classes dominantes, sobretudo na medida em que a renda do trabalho avançava em um período de desaceleração da economia.

Esse quadro foi agravado no segundo semestre de 2014. A deterioração econômica do país e do cenário internacional, a adoção de uma tática golpista por parte da oposição neoliberal, que vinha em uma ofensiva desde 2013, e o ajuste fiscal promovido por Dilma Rousseff, que contrariava o discurso eleitoral com o qual havia sido eleita, colocaram em dificuldades a resistência do sindicalismo. Deve-se ressaltar que o ajuste fiscal contribuiu para aprofundar a recessão econômica. A CUT, mesmo sendo ligada ao PT, reagiu com duras críticas ao ajuste fiscal, realizando manifestações, notas públicas e endereçando uma carta ao V Congresso do PT, em julho de 2015, pedindo que o partido aprovasse uma moção de repúdio à política econômica do governo, o que não aconteceu por uma diferença pequena de votos dos delegados. Ainda no ano de 2015, a necessidade de contrapor-se a um Projeto de Lei que legalizava irrestritamente as terceirizações, votado a toque de caixa pela Câmara, já demonstrava um novo período defensivo para os sindicatos.

Apesar de todas essas medidas que contrariavam os interesses dos trabalhadores sindicalmente organizados, a CUT foi pioneira em convocar manifestações contra o golpe e em defesa de que Dilma Rousseff cumprisse o seu mandato até o final. Como vimos, mesmo entre aqueles dirigentes da Força Sindical que eram contrários ao *impeachment*, não havia o entendimento de que se tratava de um golpe, o que entendemos que decorre também da forma institucional parlamentar com a qual ele aconteceu. A relação instável que a presidenta vinha mantendo com a Força Sindical também foi um empecilho para que os trabalhadores da base da central saíssem em sua defesa. Além disso, como sustentamos, o governo Dilma e o Partido dos Trabalhadores tinham como centro da estratégia de combate ao golpe a esfera jurídico-institucional (Parlamento e Judiciário), de modo que as manifestações populares tivessem um caráter demonstrativo. No entanto, as frações da Força Sindical que apoiaram o golpe contra Dilma Rousseff também tiveram dificuldades para mobilizar suas bases, como pretenderam desde abril de 2015 em parceria com a CGTB e partidos como o PPS (atual Cidadania) e o Solidariedade na *Frente Popular Fora Dilma*.

A nosso ver, além da recessão econômica, do desemprego, do crescimento da informalidade, que são fatores que enfraquecem a base sindical, há outro fator importante para compreender a dificuldade de as centrais sindicais mobilizarem suas bases na disputa do *impeachment*: a ruptura no elo representantes-representados – característica das crises políticas em períodos de reprodução do capitalismo, conforme argumenta Poulantzas (1977,

1972a). Incorporando a contribuição de Martuscelli (2018a), segundo a qual a cena política extrapola o âmbito dos partidos, podemos sustentar que, mesmo que não se tenha chegado a uma ruptura no elo representantes-representados entre as centrais e sua base, a crise política recente no Brasil incidiu fortemente nessa relação. Não foram apenas os partidos, da esquerda à direita, que foram tratados sistematicamente pela imprensa como “corruptos”, degenerados, mas também os movimentos sindical e popular no geral. Entendemos que isso se deve em boa medida à ligação que a frente neodesenvolvimentista teve com esses movimentos, de modo que o ataque a ela também foi um ataque ao sindicalismo e aos movimentos sociais. Cabe ressaltar que esse discurso recebeu adesão nas classes populares.

Ainda na crise da relação representantes-representados, cabe destacar o papel cumprido pela Operação Lava Jato que não teve apenas um impacto econômico, mas também ideológico e político. Enquanto a CUT denunciou desde o início que se tratava de uma operação cujo objetivo era desestabilizar o governo Dilma e paralisar importantes setores da economia nacional, a Força Sindical inicialmente deu maior importância ao combate à corrupção que, supostamente, a Lava Jato estaria promovendo. Contudo, ao longo do tempo essa central passou a criticar mais fortemente a destruição desses setores econômicos, dos empregos e, finalmente, em parceria com a maioria das centrais sindicais, a prisão de Lula com o objetivo de tirá-lo das eleições de 2018. Além disso, a Lava Jato neutralizou potenciais resistências da grande burguesia interna, seja cooptando-a, seja colocando seus membros sob ameaça de prisão, ou até mesmo inviabilizando suas atividades econômicas – caso das indústrias naval, siderurgia, petroquímica, construção pesada, etc.. Atingiu, portanto, não apenas uma importante parcela da força subalterna da frente política neodesenvolvimentista, os trabalhadores que se viram sem empregos, como também sua fração dirigente, a grande burguesia interna. Isso foi feito nos marcos da ofensiva restauradora neoliberal, que tinha como objetivo restaurar a relação de forças no interior do bloco no poder que fora vigente na década de 1990, assegurando a hegemonia da grande burguesia associada ao capital internacional. Desse modo, a grande burguesia associada não seria ameaçada pela emergência da grande burguesia interna que, ao que tudo indica, necessitava do apoio do movimento sindical e popular para assegurar suas vitórias eleitorais.

As características positivas para o sindicalismo no ciclo grevista 2004-2013 restringiram-se a ganhos econômicos que foram importantes, mas não se converteram em uma organização que pudesse preparar essa força social para o que veio depois – golpe, perda de direitos, precarização do trabalho e desemprego. Podemos nos questionar se isso não se deve,

em boa medida, à relação mantida pela maior parte do sindicalismo com os governos neodesenvolvimentistas, que mobilizavam essa base social apenas eleitoralmente, como força subalterna na frente política que sustentou esses governos (Boito Jr., 2018). Entretanto, mais do que isso, podemos nos questionar também se essas características não estão relacionadas a já citada estrutura sindical, cuja fonte de financiamento sindical até a reforma trabalhista em 2017 era compulsória e levava o sindicato a prescindir de mecanismos como a filiação em massa para sustentar-se financeiramente.

Cabe ressaltar que o fim do imposto sindical não implica no fim da estrutura sindical, cujo aspecto essencial é, de acordo com Boito Jr. (1991), a outorga por parte do Estado do monopólio de representação dos trabalhadores. Porém, ele era visto como vital para o sindicalismo por boa parte das centrais. Mesmo a CTB, que participou da campanha contra o golpe de 2016 e considerava ilegítimo o governo de Temer, participou da negociação de uma Medida Provisória que restituísse o imposto sindical – o que está, diga-se, completamente de acordo com a postura histórica e doutrinária dos comunistas ligados ao PCdoB em defesa da estrutura (Galvão, Marcelino e Trópia, 2015).

As sucessivas derrotas sofridas pelo sindicalismo não impediram que ele protagonizasse, junto com movimentos sociais, importantes manifestações durante o governo Temer. O patamar de greves também continuou elevado, mas com crescente caráter defensivo, contrastando com as conquistas econômicas obtidas anteriormente. Além disso, mesmo instável, com baixíssima popularidade e sem o crivo das urnas, o governo Temer aprovou com facilidade a reforma trabalhista e a PEC do Teto de Gastos. Em conjunto com essas outras duas medidas, a reforma da previdência formava o programa mínimo em torno do qual reuniram-se as frações da burguesia e as demais forças que deram o golpe em 2016. Diferentemente da reforma trabalhista e da PEC do Teto de Gastos, a reforma da previdência encontrou uma resistência muito maior do que as anteriores. Coincidindo com um escândalo de corrupção envolvendo diretamente Michel Temer, outra proposta da mesma natureza só seria aprovada sob o governo Bolsonaro em 2019.

Diferentemente das disputas em torno do *impeachment*, houve um imediato entendimento por parte de todas as centrais de que era necessário contrapor-se a essas reformas, mesmo que com distintas estratégias e até com graus de intensidade diferentes. Vimos, por exemplo, que o histórico líder da Força Sindical, Paulinho da Força, inicialmente atuou no sentido de construir uma ponte entre o governo Temer e os sindicatos, e negociou a questão de uma fonte de financiamento compulsória que substituísse o imposto sindical. Cabe

ressaltar que um primeiro ponto de divergência entre as centrais estava ligado a reunir-se ou não com o novo governo. Para a CUT era inconcebível reunir-se com um governo que considerava ilegítimo e que havia destituído uma presidenta que a central havia ajudado a eleger.

Além disso, Paulinho da Força também buscou apoio da sua base sindical para uma proposta de reforma da previdência, realizando reuniões com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, bem como com um de seus sindicatos mais importantes o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos. A postura de buscar uma proposta para a reforma da previdência partia do pressuposto de que a previdência social no Brasil é deficitária, tese que, como indicam Marcelino e Galvão (2020), foi assimilada por parte das centrais sindicais ainda no primeiro governo Dilma. No debate público, a CUT priorizou o combate à ideia de déficit na previdência social e enfatizava a necessidade da construção de greves gerais para barrar essa a reforma.

Apesar disso, houve unidade suficiente entre as centrais sindicais e movimentos sociais para realizar duas greves gerais expressivas em 2017 (24 de maio e 28 de abril) e uma terceira tentativa em 30 de junho daquele mesmo ano, que não gozou do mesmo êxito das anteriores. A nosso ver, o aprofundamento das crises política e econômica, o entendimento de que as manifestações anteriores não foram suficientes para barrar as medidas do governo Temer e a divisão das centrais em torno da estratégia a se adotar perante o governo, foram fatores que retiraram fôlego das mobilizações.

Apesar de a contradição principal nesse período não ter sido aquela que opõe a classe trabalhadora e a burguesia, o sindicalismo foi um agente político importante na conjuntura estudada. Nos períodos de estabilidade, foi majoritariamente uma relevante força de apoio aos governos neodesenvolvimentistas e obteve conquistas econômicas reais. Isso ocorreu mesmo com a persistência da precarização do trabalho, alta rotatividade nos postos de trabalho, flexibilização de direitos, etc. No período de crise, apesar de suas limitações, o sindicalismo também logrou protagonizar momentos de resistência ao golpe de 2016, em menor medida, e às reformas neoliberais, em maior. Cabe ressaltar que, mesmo havendo dificuldades para mobilizar as bases sindicais contra o golpe de 2016, a CUT foi um destacado agente na resistência ao golpe, articulando manifestações, pressão sobre parlamentares e até mesmo iniciativas para tentar dar coesão novamente à frente neodesenvolvimentista. Além do aprofundamento da recessão econômica, o ajuste fiscal e a ofensiva ideológica restauradora neoliberal foram obstáculos a tais iniciativas.

Contudo, poderíamos nos questionar ainda o quanto das limitações, tanto do ciclo grevista ofensivo 2004-2013, quanto das campanhas contra o golpe de 2016 e da resistência à agenda do governo Temer decorrem da estrutura sindical. Isso porque, até a reforma trabalhista de 2017, o imposto sindical era compulsório, assegurava a manutenção econômica do aparelho sindical mas, ao mesmo tempo, abria a possibilidade de que muitos sindicatos prescindissem da filiação em massa e da participação na vida sindical por parte dos trabalhadores (Boito, 1991). Apesar da falta de uma estratégia nítida que permita ao sindicalismo enfrentar essa nova realidade por parte das centrais e dos sindicatos (Véras de Oliveira, Galvão, Campos, 2019), a experiência concreta de lutas e enfrentamentos por melhores condições de trabalho certamente indicará novos caminhos e a retomada do debate sobre a estrutura sindical.

Entendemos que o tratamento que demos à CUT e à Força Sindical poderia ser enriquecido com a análise das demais centrais sindicais. Assim, poderíamos desenvolver a tese de que houve uma reconfiguração do sindicalismo durante o período neodesenvolvimentista (Galvão, 2012), de modo a acompanhar seus desdobramentos e suas consequências na crise da frente neodesenvolvimentista e na retomada do governo pelo neoliberalismo ortodoxo. Isso também permitiria compreender de maneira mais qualificada as distintas táticas e estratégias adotadas durante o governo Temer, isto é, se essas divergências foram contingentes, se deitavam raízes em divergências anteriores, ou mesmo se implicaram em uma mudança de posicionamento desta ou daquela central.

Além disso, seria importante abordar a relação entre as centrais sindicais e seus sindicatos de base. Isso porque, se as posições das centrais sindicais, como sustentam Galvão, Marcelino e Trópia (2015), precisam sempre em alguma medida refletir os anseios de suas bases sociais, a análise entre as centrais e seus sindicatos possibilitaria: a) compreender melhor em que medida os anseios da base foram (ou não) correspondentes com as ações de uma determinada central; b) se as distintas estratégias, posições e compreensões a respeito da crise guardam ou não relação com as distinções no interior da classe trabalhadora. Isso porque as centrais sindicais possuem diferenças importantes em suas composições não apenas em relação a partidos políticos, mas também perfil socioeconômico, étnico, de gênero e peso maior ou menor de um determinado ramo econômico (Galvão, Marcelino, Trópia, 2015). Outra abordagem importante seria verificar se houve diferenças substantivas nas posições tomadas entre, por exemplo, sindicatos de trabalhadores manuais, como portuários,

metalúrgicos, e sindicatos de classe média, como engenheiros e bancários, o que permitiria lançar luzes sobre como os distintos setores da formação social brasileira sentiram os impactos da crise política e da crise econômica.

Compreendemos, ainda, que outro limite importante deste trabalho diz respeito à análise de outros instrumentos de luta da classe trabalhadora, como o movimento sem-teto, movimento sem-terra, cuja trajetória nesse período também poderia auxiliar-nos a compreender a natureza da crise política no Brasil. Isso porque o sindicalismo abarca apenas um setor dessa classe. Seria importante explorar as articulações e as tensões na relação entre essas duas formas de luta e organização da classe trabalhadora. Além disso, os estudos sobre as diferentes formas de organização da classe trabalhadora e sua ação política poderiam, ainda, suscitar o debate sobre a pertinência ou não para as classes trabalhadoras do conceito de fracionamento que nos acompanhou ao longo da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) Livros, artigos, teses:

- ALONSO, Angela. Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos*, Cebrap, São Paulo, Junho/2017, pp.49-58.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Em busca do centro perdido. *Novos Estudos*, Cebrap, São Paulo, Junho/2017, pp.23-27.
- ALTHUSSER, Louis. *Sobre o trabalho teórico: dificuldades e recursos*. In BARISON, Thiago (org.). *Teoria marxista e análise concreta. Textos escolhidos de Louis Althusser e Étienne Balibar*. São Paulo, Expressão Popular, 2017a, pp.83-114.
- _____. Teoria, prática teórica e formação teórica. Ideologia e luta ideológica. In BARISON, Thiago (org.). *Teoria marxista e análise concreta. Textos escolhidos de Louis Althusser e Étienne Balibar*. São Paulo, Expressão Popular, 2017b, p.27-82.
- ALVES, Giovanni. *Trabalho e neodesenvolvimentismo. Choque de capitalismo e degradação do trabalho no Brasil*. Bauru, Projeto Editorial Práxis, 2014.
- ANTUNES, Ricardo. *O Continente do Labor*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- _____. *O privilégio da servidão. O novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, Boitempo, 2018a.
- _____; BRAGA, Ruy. OS DIAS QUE ABALARAM O BRASIL: as rebeliões de junho, julho de 2013. *Revista de Políticas Públicas*, n. especial, pp.41-47. Jul. 2014.
- ARAÚJO, Ângela; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. El sindicalismo brasileño en la Era de Lula. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, vol. 5, p. 83-112, 2011.
- ARIAS, Santiane. A ATTAC. Um movimento social transnacional? *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v.7. n.13, jan./jun, 2018, pp.255-283. < Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes> >. Acesso em: 28/07/2020.
- AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Mudança no setor de petróleo: novo papel da Petrobras. MATOSO, Jorge; CARNEIRO, Ricardo (orgs.). *O Brasil de amanhã*. São Paulo, Instituto Lula/Fundação Perseu Abramo, 2018, pp.119-148.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Que horas ela volta? Economia política e política econômica de Lula a Dilma. In MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano (orgs.). *Os cinco mil dias do lulismo*. São Paulo, Boitempo/Fundação Lauro Campos, 2017, pp.77-90.
- BERRINGER, Tatiana; BOITO JR, Armando. Neodesenvolvimentismo, classes sociais e política externa nos governo do PT. In BOITO JR., Armando. *Reforma e crise política no Brasil. Os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas, Ed. Unicamp; São Paulo, Ed. Unesp, 2018a, p.155-182.
- _____. Crise política e mudança na política externa no governo Temer: contradições no seio da burguesia interna brasileira. *Revista Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v.9, n.48, p.5-19, out/dez, 2018b.
- BIANCARELI, André. O governo Temer na economia: conjuntura, estrutura e “fracasso”. *Le Monde Diplomatique*, agosto, 2017. Disponível em: < <https://diplomatique.org.br/o-governo-temer-na-economia-conjuntura-estrutura-e-fracasso/> >. Acesso: 08/06/2019.
- BIANCHI, Álvaro. Revolução passiva: o pretérito do futuro. *Crítica Marxista*, n.23, São Paulo, Ed. Revan, 2006, pp.34-57.
- _____; BRAGA, Ruy. Brazil: The Lula government and financial globalization. *Social Forces*, Chapel Hill, v.83, n.4, 2005.
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado. Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo, Perseu Abramo, 1999.
- BOITO JR. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

- _____. *O Sindicalismo de Estado no Brasil. Uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo, Hucitec, Campinas, Editora da Unicamp, 1991.
- _____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999.
- _____. A crise do sindicalismo. In SANTANA, Marco Aurélio, RAMALHO, José Ricardo. *Além da fábrica*. São Paulo, Boitempo, 2003, pp.319-334.
- _____. Os atores e o enredo da crise política. In JINKINGS, Ivana et alli. *Por que gritamos golpe?* São Paulo, Boitempo Editorial, 2016, pp.23-30.
- _____. *Estado, política e classes sociais*. São Paulo, UNESP, 2007.
- _____. A nova fase do capitalismo neoliberal no Brasil e sua inserção no quadro político da América Latina. In ALIAGA, Luciana et alli. *Marxismo. Teoria, História e Política*. São Paulo, Alameda, 2011, pp.125-140.
- _____. *Reforma e crise política no Brasil. Os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas, Ed. Unicamp; São Paulo, Ed. Unesp, 2018.
- _____.; MARCELINO, Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. *Cad. CRH [online]*. 2010, vol.23, n.59, pp.323-338.
- _____.; GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. A nova fase do sindicalismo brasileiro. In CESIT; UGT (orgs.). *Sindicalismo contemporâneo. Uma nova visão para o movimento sindical brasileiro*, São Paulo, 2015, pp.206-223.
- _____.; MARCELINO, Paula; TRÓPIA, Patrícia. *As bases sociais das novas centrais sindicais brasileiras*. Curitiba, Appris, 2015.
- BOITO JR., Armando; SAAD-FILHO, Alfredo. Estado, instituições estatais e poder político no Brasil. In BOITO JR., Armando. *Reforma e crise política no Brasil. Os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas, Ed. Unicamp; São Paulo, Ed. Unesp, 2018, p.223-252.
- _____. O papel da burguesia no golpe de 2016. *A terra é redonda*. 18/06/2020. Disponível em: < <https://aterraeredonda.com.br/o-papel-da-burguesia-no-golpe-de-2016/> >. Acesso em: 16/02/2021.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado. Do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2012.
- _____. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes in SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (orgs.). *As contradições do lulismo*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2016, pp.55-92.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. *Texto para discussão*, São Paulo, n. 275, nov. 2010. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/12.Do_antigo_ao_novo_desenvolvimentismo.pdf>. Acesso em: 27/04/2016.
- _____. *A construção política do Brasil. Sociedade, economia e Estado desde a Independência*. São Paulo, Editora 34, [3ª edição], 2016a.
- _____. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. *Revista de Economia Política*, vol.36, n.2 (143), pp.237-265, abril-junho, 2016b.
- CARDOSO, Adalberto. Sindicato no Brasil: passado, presente e futuro. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *Trabalho: horizonte 2021*, pp.121-146. Porto Alegre: Escritos Editora, 2014.
- _____. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. *Caderno CRH [online]*, Salvador, v.28, n.75, pp.493-510, Set/Dez 2015.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Crise e reinvenção da política no Brasil*. São Paulo, Cia. Das Letras, 2018
- CARVALHO, Francisco Prandi Mendes de. O sindicalismo brasileiro nos governos do PT: um balanço crítico da bibliografia. Relatório de Iniciação científica, FAPESP, mimeo, 2016.

- CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira. Do boom ao caos econômico*. São Paulo, Todavia, 2018.
- CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In VELASCO E CRUZ, Sebastião et al. *Direita volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, pp.177-196.
- COMIN, Alvaro. Elites econômicas e neoliberalismo. *Plural*, PPGS-USP, São Paulo, v.22.2,2015, p.5-17.
- _____.O futuro não é mais o que costumava ser. A crise brasileira em perspectiva internacional. *Novos estudos*, São Paulo, Cebrap, junho 2017, pp.59-70.
- _____; BARBOSA, Rogério Jerônimo. Trabalhar para estudar. Sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, novembro 2011, pp.75-95.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *A elite dirigente no governo Lula*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2009.
- DEMIER, Felipe. *Depois do golpe. A dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2017.
- DOBRY, Michel. *Sociologia das crises políticas: a dinâmica das mobilizações multissetoriais*. São Paulo, Ed. Unesp, 2014.
- DRUCK, Graça. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. In *OSAL*, ano VI, nº19. CLACSO, Buenos Aires, Argentina, Julio 2006.
- FARIAS, Francisco Pereira de. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. *Crítica Marxista*, n.28, p.81-98, 2009.
- FERNANDES, Carla Montuori; OLIVEIRA, Luiz Ademir; LIMA, Patrícia Cristina de. Crítica em formato de meme: a perseguição do Jornal Nacional ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). In *Temática*, ano XV, n.11, nov.2019, pp.127-144.
- FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo, Globo, 2005.
- FERRAZ, Marcos; BRIDI, Maria Aparecida. Olhares sindicais sobre o governo Lula: a percepção dos dirigentes sindicais. In OLIVEIRA, Roberto Vêras et alli. *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas, olhares*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2014, pp. 87-114.
- FILGUEIRAS, Luis. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico in BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique (Comp.) *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2006.
- GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. *Revista Outubro*, n.18, 1º semestre de 2009, pp.177-200.
- _____. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. In: BOITO JR., Armando e GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012, pp. 187-221.
- _____. MARCELINO, Paula. O sindicalismo brasileiro diante do golpe. *XXXV Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos*, 2017, pp.1-15. Disponível em: <
<http://democraciapopular.org.br/storage/app/media/O%20sindicalismo%20brasileiro%20diante%20do%20golpe.pdf>>. Acesso em 23/05/2019.
- GENNARI, Emilio. *Sindicato e organização de base*. São Paulo, CPV, 1999.
- GIANOTTI, Vito. *Força Sindical. A central neoliberal de Medeiros a Paulinho*. Rio de Janeiro, Mauad, 2002.

- GIOVANAZ, Daniel. *Dossiê Lava Jato – Um ano de cobertura crítica*. São Paulo, Outras Expressões, 2018.
- GOENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. Vol. 1. Maquiavel, a Política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017.
- _____. *Cadernos do cárcere. Vol. 5. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- HYMAN, Ricard; GUMBRELL-MCCORMICK, Rebecca. Trade Unions and the Crisis: A Lost Opportunity? *Socio-Economic Review* 8(2), pp.364-372.
- HUMPHREY, John. *Fazendo o “milagre”*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- ÍNDIO. Edson Carneiro. Direitos trabalhistas em tempos incertos. In MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano (orgs.). *Os cinco mil dias do lulismo*. São Paulo, Boitempo/Fundação Lauro Campos, 2017, pp.215-222.
- [JURUNA] João Carlos Gonçalves. Os trabalhadores e o dia seguinte. *Portal O Vermelho*. Disponível em: < <http://www.vermelho.org.br/noticia/279495-1> >. 18/04/2016. Acesso em: 01/03/2018.
- KATZ, Cláudio. *Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo*. São Paulo, Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2016.
- KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- LADOSKY, Mario Henrique Guedes; RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome. A questão trabalhista e os desafios da ação sindical nos anos 2000. In OLIVEIRA, Roberto Vêras; et al. *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas, olhares*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2014, pp. 61-85.
- LADOSKY, Mario Henrique Guedes; RODRIGUES, Iram Jácome. A CUT e o sindicalismo brasileiro nos anos recentes. Limites e possibilidades. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v.30, n.1., dez 2017, pp.53-76.
- LIMONGI, Fernando. Impedindo Dilma. *Novos Estudos*, Cebrap, São Paulo, 2017, pp.5-13.
- LULA, Luís Inácio da Silva. *A verdade vencerá. O povo sabe por que me condenam*. São Paulo, Boitempo, 2018.
- MACHADO, João. *O que foi o Programa Democrático e Popular do PT?* Mimeo. Disponível em:<<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/O%20que%20foi%20o%20PDP.pdf>> Acesso em 31/05/2018.
- MARCELINO, Paula. Sindicalismo e neodesenvolvimentismo. Analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v.30, n.1., dez. 2017, pp.201-227.
- MARTUSCELLI, Danilo. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba, Editora CRV, 2015.
- _____. *Classes dominantes, política e capitalismo contemporâneo*. Editora Em debate, UFSC, 2018a.
- _____. Balanço dos governos petistas e análise dos realinhamentos de classe na crise do governo Dilma. In OUVIÑA, Hernán; REY, Mabel Thwaites (comp.). *Estados en disputa. Auge y fractura del ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina*. Buenos Aires, El Colectivo, 2018b, p.90-120.
- _____. O golpe de Estado como fenômeno indissociável dos conflitos de classe. *Demarcaciones*, n.6, maio 2018c [online], pp.1-15.
- MARX. Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
- MATIJASCIC, Milko. A epopeia da seguridade na ordem social. In Cardoso Jr., José Celso. *A Constituição golpeada 1988-2018*. São Paulo, Perseu Abramo, 2018, pp.143-176.

- MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.
- _____. Que crise? Elementos para uma análise da conjuntura brasileira. *Blog Marxismo 21*. Disponível em: < <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/05/Conjuntura-Marcelo-Badar%C3%B3.pdf> >. 2015. Acesso em: 23/05/2019.
- MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massa e crise política. Estudo da greve dos 300 mil em São Paulo – 1953 1954*. São Paulo, Polis, 1978.
- MORAIS, Lécio. A perda de competitividade externa e a ruptura da aliança de classe no governo Dilma Rousseff. In RABELO, Renato; MONTEIRO, Adalberto. *Governos Lula e Dilma: O ciclo golpeado*. São Paulo, Fundação Maurício Grabois/Ed. Anita Garibaldi, 2017, pp.177-208.
- NETO, Antonio. Carta de desfiliação. Disponível em:<<https://jornalgggn.com.br/sites/default/files/documentos/pmdboficio.pdf>> 03/07/2017. Acesso em: 05/03/2018.
- NORONHA, Eduardo G.. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. Lua Nova [online]. 2009, n.76, pp.119-168.
- OLIVEIRA; Francisco. *O ornitorrinco*. In: *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo; Boitempo; 2003, pp.121-150.
- OLIVEIRA; Roberto Vêras de; O sindicalismo e a questão democrática na história recente do Brasil: o que se pode esperar? In OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele (orgs.). *A Era da indeterminação*. São Paulo, Boitempo, 2007, pp.49-70.
- OSORIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização*. São Paulo, Expressão Popular, 2014.
- PAULANI, Leda. Desenvolvimentismo, planejamento e investimento público. In MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano (orgs.). *Os cinco mil dias do lulismo*. São Paulo, Boitempo/Fundação Lauro Campos, 2017, pp.91-100.
- [PAULINHO DA FORÇA]. Paulo Pereira da Silva. “Fora Dilma” vai para a periferia. 09/04/2015. Disponível em: < <http://www.fttresp.org.br/artigo-e-opiniaio/rfora-dilmar-vai-para-a-periferia> >. Acesso em: 23/05/2019.
- _____. Uma data para fazer história. 11/04/2016. Disponível em: < <http://www.fsindical.org.br/paulo-pereira-da-silva/uma-data-para-fazer-historia> > . Acesso em: 23/05/2019.
- POCHMANN, Márcio. Mundo do trabalho e organização dos trabalhadores. In AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli; POCHMANN, Márcio (orgs.). *Brasil: incertezas e submissões*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2019, pp.293-314.
- POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura. A III Internacional face ao fascismo – I Volume*. Porto, Portucalense, 1972a.
- _____. *Fascismo e ditadura. A III Internacional face ao fascismo – II Volume*. Porto, Portucalense, 1972b.
- _____. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- _____. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado in _____. (org.). *O Estado em crise*, Rio de Janeiro, Graal, 1977b, pp.3-41.
- _____. *A crise das ditaduras*. São Paulo, Paz e Terra, 1978.
- _____. *Poder político e classes sociais*. Campinas, Ed. Unicamp, 2019.
- POMAR, Valter. Os dez anos de governo do PT: caráter de classe e relação com a política neoliberal. 2013. *Blog Marxismo 21*. Disponível em: < <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/V-Pomar.pdf> >. Acesso em: 23/05/2019.
- QUINALHA, Renan. “Em nome de Deus e da família”: um golpe contra a diversidade. Jinkings, Ivana et. al. *Por que gritamos golpe?* São Paulo, Boitempo, 2016, pp.131-138.

- RODRIGUES, Iram Jácome. *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria*. São Paulo, Cortez, 1980.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: militantes e ideologia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- _____. *Destino do sindicalismo*. Edusp, 1999.
- _____.; CARDOSO, Adalberto. *Força sindical: uma análise sociopolítica [online]*. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisas Sociais, 2009.
- SAAD-FILHO, Alfredo; MORAIS, Lécio. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo, Boitempo, 2018,
- SAES, Décio. *República do Capital*. Boitempo Editorial, 2001.
- _____. *Estado e Democracia: ensaios teóricos*. Unicamp, IFCH, 1998.
- _____. Marxismo e história. *Rev. Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, n.1, 1994, pp.39-59.
- _____. As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica. In PINHEIRO, Milton. *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo, Boitempo, 2014, pp.105-118.
- SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In _____. *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo, Boitempo, Rio de Janeiro, FLACSO, 2013, pp.135-144.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa*. IE-UNICAMP, 2012.
- SANTANA, Marco Aurélio. O mundo do trabalho em mutação: memórias, identidades e ações coletivas. In MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inês Terezinha. *O Mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/São Paulo, Central Única dos Trabalhadores, 2010, p.43-60.
- SANTOS, Theotônio dos. *Socialismo o fascismo. El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latino-americano*. Buenos Aires, Periferia, 1972.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida. O Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2017.
- SECCO, Lincoln. *História do PT (1978-2010)*. Cotia – SP, Ateliê Editorial, 2011.
- SEMER, Marcelo. Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do judiciário. In JINKINGS, Ivana et alli. *Por que gritamos golpe?* São Paulo, Boitempo Editorial, 2016, pp.107-114.
- SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In _____.; LOUREIRO, Isabel (orgs.). *As contradições do lulismo*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2016, pp.21-54.
- _____. *Os sentidos do Lulismo*. São Paulo, Cia. Das Letras, 2012.
- _____. *O lulismo em crise. Um quebra-cabeça do período Dilma (2011 – 2016)*. São Paulo, Cia. Das Letras, 2018.
- SOARES, José de Lima; As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula in *Revista Sociedade e Estado*. Vol. 28; n.3. Setembro-Dezembro; 2013.
- SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe*. Rio de Janeiro, LeYa, 2016.
- SÓRIA e SILVA, S. *Intersecção de classes: fundos de pensão e sindicalismo no Brasil*. Tese de doutorado em Sociologia, Unicamp, Campinas, 2011.
- TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007 – 2015). In VELASCO E CRUZ, Sebastião; et al. *Direita volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, pp.197-212.
- TORRES, Miguel. Vamos às ruas em defesa dos direitos e do emprego. 27/01/2015. Disponível em: <http://www.fsindical.org.br/miguel-torres/vamos-as-ruas-em-defesa-dos-direitos-e-do-emprego>. Acesso em: 23/05/2019.

- TRÓPIA, Patrícia Vieira. *Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.
- TROTSKY, Leon. Os sindicatos na época da transição. In AGUENA, Pablo (org). *O marxismo e os sindicatos. Marx, Engels, Lenin e Trotsky*. São Paulo, Sundermann, 2008a, pp.195-198.
- _____. Os sindicatos na época da decadência imperialista. In AGUENA, Pablo (org). *O marxismo e os sindicatos. Marx, Engels, Lenin e Trotsky*. São Paulo, Sundermann, 2008b, pp.199-207.
- VALLE, André Flores Penha, Divisão e reunificação do capital financeiro: do impeachment ao governo Temer. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 2020.
- _____. MARTUSCELLI, Danilo Enrico. A paralisação dos caminhoneiros no Brasil (maio de 2018): força dirigente, alianças e interesses de classe em disputa. *Boletim LIERI*, n.1, pp.1-31.
- VÉRAS DE OLIVEIRA; Roberto; GALVÃO, Andreia; CAMPOS, Anderson. Reforma trabalhista: impactos imediatos sobre os sindicatos e primeiras reações. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*. Saçvador, n.248, set./dez., p.668-689, 2019.

b) Documentos oficiais sindicais, partidários e de movimentos sociais:

- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. *Os regimes de concessão e partilha*. 13/08/2018. Disponível em: < <http://rodadas.anp.gov.br/pt/entenda-as-rodadas/os-regimes-de-concessao-e-de-partilha> >. Acesso em: 07/06/2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Glossário*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/GLOSSARIO>>. Acesso em: 28/03/2018.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *A indústria em números*, dezembro 2016. Disponível em: http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/cni_estatistica_2/2015/02/11/165/Industria_Numeros_dezembro2016.pdf?r=0.530258823916. Acesso em: 28/03/2018).
- CHAMADO AO DIÁLOGO PELA DEMOCRACIA. 14/08/2015. Disponível em: < <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2015/08/sindicatos-se-unem-para-pedir-investimento-projeto-nacional-e-respeito-a-democracia-1954/> > . Acesso em 23/05/2019
- COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO. 3/12/2015. Disponível em < <http://www.cesit.net.br/compromisso-pelo-desenvolvimento/> >. Acesso em: 23/05/2019.
- CST (Corrente Socialista dos Trabalhadores). *Nem Dilma, Nem Temer! Fora Todos! Barrar o pacto de governabilidade do PT, PSDB e PMDB! Após a votação do impeachment vem mais ajuste e corrupção!*. Disponível em: < <http://cstpsol.com/home/index.php/2016/04/17/nem-dilma-nem-temer-fora-todos-barrar-o-pacto-de-governabilidade-do-pt-psdb-e-pmdb-apos-a-votacao-do-impeachment-vem-mais-ajuste-e-corruptcao/> >. Acesso em: 07/06/2019.
- CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil). *Resolução do 2º Conselho Político Nacional*. 2015.
- _____. *Documento base do 4º Congresso Nacional da CTB*, 2017.
- CUT (Central Única dos Trabalhadores). *Caderno de resoluções do 12º Congresso Nacional*. 2015.

- _____. Resoluções da Executiva da CUT. 27/04/2016. Disponível em: < <https://www.cut.org.br/noticias/resolucoes-da-executiva-da-cut-cdc9> > . Acesso em: 17/04/2020.
- _____. *Resoluções da 15ª Plenária Estatutária*. 2017.
- _____. As armas da democracia. 14/09/2015. Disponível em: < <https://www.cut.org.br/noticias/as-armas-da-democracia-6478> > . Acesso em: 14/04/2020.
- _____. Resoluções da direção nacional. 18/09/2015.
- MES (Movimento de Esquerda Socialista). *Vai ter golpe?* Disponível em: < <https://movimentorevista.com.br/2016/03/vai-ter-golpe/> > . 19/03/2016. Acesso em: 07/03/2019.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Derrotar o golpismo, fortalecer a contraofensiva pelo êxito do governo Dilma*. 09/03/2015. Disponível em: < <https://pcdob.org.br/documentos/resolucao-aprovada-na-reuniao-da-comissao-politica-nacional/> > . Acesso em: 21/07/2020.
- _____. *Defender o Estado democrático de direito e a retomada do desenvolvimento*. 16/07/2015. Disponível em: < <https://pcdob.org.br/documentos/resolucao-aprovada-pela-comissao-politica/> > . Acesso em: 21/07/2020.

c) Fontes documentais na imprensa comercial e sindical:

- A TARDE. Força Sindical reforça neutralidade sobre impeachment. Disponível em: < <http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1730904-forca-sindical-reforca-neutralidade-sobre-impeachment> > . 03/12/2015. Acesso em: 01/03/2018.
- AGÊNCIA BRASIL. Informalidade no mercado de trabalho é recorde, aponta IBGE. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-10/informalidade-no-mercado-de-trabalho-e-recorde-aponta-ibge> > . Acesso em: 01/05/2020.
- BRASIL DE FATO. Belluzzo: “Lava Jato e Carne Fraca produziram 5 a 7 milhões de desempregados”. 19/07/2017. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2017/07/19/belluzzo-lava-jato-e-carne-fraca-produziram-5-a-7-milhoes-de-desempregados/> > . Acesso em: 22/07/2020.
- _____. Organizações lançam campanha pela revogação da “PEC do fim do mundo”. 12/12/2017. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2017/12/12/organizacoes-lancam-campanha-pela-revogacao-da-pec-do-fim-do-mundo/> > . Acesso em: 31/07/2020.
- CONJUR (Consultor Jurídico). Deputado Paulinho da Força perde os direitos políticos por cinco anos. 12/06/2017. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2017-jun-12/paulinho-forca-perde-direitos-politicos-cinco-anos> > . Acesso em: 01/05/2020.
- CONGRESSO EM FOCO. Paulinho da Força ameaça deixar governo Temer se reforma da previdência tirar direitos. 05/12/2016. Disponível em: < <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/paulinho-da-forca-ameaca-deixar-governo-temer-se-reforma-da-previdencia-retirar-direitos/> > . Acesso em: 14/07/2020.
- CUT (Portal da Central Única dos Trabalhadores). “Nunca tive tanta certeza da derrota do golpe”, diz Vagner”. 27/06/2016. Disponível em: < <https://www.cut.org.br/noticias/nunca-tive-tanta-certeza-da-derrota-do-golpe-diz-vagner-24d8> > . Acesso em: 17/04/2020.
- DIEESE. *Balanço das greves de 2013*. Dezembro de 2015. Disponível em: < <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf> > . Acesso em: 08/09/2020.
- _____. *A reforma trabalhista. Riscos e perdas impostos pelo PL 6.787/2016 aos trabalhadores e ao movimento sindical*. 02/05/2017.

- _____. *Balanço das greves de 2016*, agosto de 2017. Disponível em: < <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2016/estPesq84balancogreves2016.pdf> >. Acesso em: 08/06/2019.
- _____. *Balanço das greves de 2017*. Disponível em: < <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2017/estPesq87balancoGreves2017.pdf> >. Acesso em: 08/06/2019.
- _____. *Boletim de conjuntura*. 14/05/2018. Disponível em: < <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2018/boletimConjuntura014.pdf> >. Acesso em: 08/06/2019.
- _____. *Balanço das greves de 2018*. Abril de 2019. Disponível em: < <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2018/estPesq89balancoGreves2018.html> >. Acesso em: 01/05/2020.
- EL PAÍS. “Veta, Dilma” versus “fora Dilma” dão tom do Dia do Trabalho em São Paulo. 1/05/2015. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/01/politica/1430508752_804649.html > . Acesso em: 23/05/2019.
- _____. Por que o STF impediu Lula e autorizou Moreira Franco como ministro. 14/02/2017. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/14/politica/1487109644_038135.html >. Acesso em: 06/06/2019.
- ESTADO DE MINAS. *Greve geral provocou rombo de R\$ 5 bi no comércio brasileiro, diz FecomercioSP*. 29/04/2017. Disponível em: < https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/04/29/internas_economia,866028/greve-provocou-rombo-de-r-5-bi-no-comercio-brasileiro-diz-fecomercio.shtml >. Acesso em: 28/03/2018.
- EXAME. Entenda o que é a Operação Carne Fraca e os impactos para a BRF. 05/05/2018. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/negocios/entenda-o-que-e-a-operacao-carne-fraca-e-os-impactos-para-a-brf/> >. Acesso em: 30/04/2020.
- FOLHA DE S. PAULO. *Paulinho insulta governo por causa da CLT*. 04/04/2002. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0404200236.htm> >. Acesso em: 08/04/2020.
- _____. Lula quer secar verba do FAT para as centrais. 10/11/2002. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1011200202.htm> >. Acesso em: 08/11/2020.
- _____. Lula corta verba de centrais sindicais. 09/03/2003. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0903200302.htm> >. Acesso em: 08/11/2020.
- _____. Força Sindical apóia ministro e espera reforma. 09/06/2005. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0907200510.htm> >. Acesso em: 10/04/2020.
- _____. *Força Sindical faz protesto sem dizer "fora, Lula"*. 18/08/2005. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1808200510.htm> >. Acesso em: 10/04/2020.
- _____. *Força Sindical pede demissão de ministro*. 11/11/2005. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1111200504.htm> >. Acesso em: 10/04/2020.
- _____. *Ex-lavrador, Paulinho diz que aprendeu a “falar com poderosos”*. 11/05/2008. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1105200809.htm> >. Acesso em: 08/04/2020.
- _____. Aécio defendeu criação do Solidariedade, que deve apoiar sua candidatura à Presidência. 13/09/2013. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/09/1348076-aecio-defendeu-criacao-do-solidariedade-que-deve-apoiar-sua-candidatura-a-presidencia.shtml> >. Acesso em: 12/04/2020.

- _____. Campos diz que defende o fim do fator previdenciário. 14/12/2013. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/143628-campos-diz-que-defende-o-fim-do-fator-previdenciario.shtml>. Acesso em: 12/04/2020.
- _____. Ausente, Dilma liga e agradece apoio da CUT, CTB e CSB à reeleição. 01/05/2014. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1448248-ausente-dilma-liga-e-agradece-apoio-da-cut-ctb-e-csb-a-reeleicao.shtml> >. Acesso em: 12/04/2020.
- _____. Vagner Freitas: Não vamos permitir o retrocesso. 01/05/2014. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/05/1448082-vagner-freitas-nao-vamos-permitir-o-retrocesso.shtml> >. Acesso em: 12/04/2020.
- _____. Dirigente da Força Sindical pede 'banana' para presidente Dilma. 01/05/2014. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1448236-dirigente-da-forca-sindical-pede-banana-para-presidente-dilma.shtml> >. Acesso em: 12/04/2020.
- _____. Governo abre diálogo com centrais sindicais sobre mudança em benefícios. 19/01/2015. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/01/1577423-governo-abre-dialogo-com-centrais-sindicais-sobre-mudanca-em-beneficios.shtml> >. 15/01/2015. Acesso em: 14/04/2020.
- _____. Governo vai recuar no seguro-desemprego. *Mercado*. 27/01/2015.
- _____. Contra ajuste fiscal, líder sindical se reúne com Dilma. 10/02/2015. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1588106-contra-ajuste-fiscal-lider-sindical-se-reune-com-dilma.shtml> >. Acesso em: 10/04/2020.
- _____. Paulinho da Força pressiona oposição por campanha pró-impeachment. 12/04/2015. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1615781-paulinho-da-forca-pressiona-oposicao-por-campanha-pro-impeachment.shtml> > Acesso em: 23/05/2019.
- _____. Entenda o plano de proteção ao emprego, lançado por Dilma. 06/07/2015. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/asmais/2015/07/1652432-entenda-o-plano-de-protecao-ao-emprego.shtml?cmpid=menupe> >. Acesso em: 15/04/2020.
- _____. Setor produtivo pede decisão rápida do Congresso sobre impeachment. 03/12/2015. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1714786-setor-produtivo-pede-decisao-rapida-do-congresso-sobre-impeachment.shtml> >. Acesso em: 17/04/2020.
- _____. Lula articula frente com assinaturas suficientes para barrar impeachment. 14/04/2016. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1760844-lula-articula-frente-com-assinaturas-suficientes-para-barrar-impeachment.shtml> >. Acesso em 12/02/2019.
- _____. MST diz ter achado correspondência de Temer em fazenda invadida em SP. 09/05/2016. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1769501-mst-diz-achar-correspondencia-de-temer-em-fazenda-invadida-em-sp.shtml> >. Acesso em: 17/04/2020.
- _____. “Não vamos fazer nada contra os trabalhadores”, diz Temer a sindicatos. 10/06/2016. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/06/1780299-nao-vamos-fazer-nada-contra-os-trabalhadores-diz-temer-a-sindicatos.shtml> >. Acesso em: 04/08/2020.
- _____. Governo desiste de fixar prazo para apresentar reforma da Previdência. 28/06/2016. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/06/1786561-governo-desiste-de-fixar-prazo-para-apresentar-reforma-da-previdencia.shtml> >. Acesso em: 04/08/2020.
- _____. Crise não tem que ser paga pelos trabalhadores, dizem centrais sindicais. 26/07/2016. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/07/1795513-crise-nao-tem-que-ser-paga-pelos-trabalhadores-dizem-centrais-sindicais.shtml> >. Acesso em: 04/08/2020.
- _____. Preocupado, Planalto incorpora discurso de não minimizar manifestações contra Temer. 10/09/2016. Disponível em: < <https://painel.blogfolha.uol.com.br/2016/09/10/preocupado> >.

- planalto-incorpora-discurso-de-nao-minimizar-manifestacoes-contratemer/ >. Acesso em: 04/08/2020.
- _____. Mesmo no governo, Paulinho da Força ataca reforma da Previdência na TV. 02/05/2017. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/05/1880390-mesmo-no-governo-paulinho-da-forca-ataca-reforma-da-previdencia-na-tv.shtml> >. Acesso em: 14/07/2020.
- _____. Manifestantes ocupam segundo andar do Planalto em apoio a Dilma. 09/05/2016. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1769355-manifestantes-ocupam-segundo-andar-do-planalto-em-apoio-a-dilma.shtml> >. Acesso em: 17/04/2020.
- _____. Protestos pró-Dilma foram 'atos de guerrilha', diz Alexandre de Moraes. 10/05/2016. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1769708-atos-contraimpeachment-foram-como-guerrilha-diz-alexandre-de-moraes.shtml> >. Acesso em: 17/04/2020.
- _____. Ministério de Temer deve ser o primeiro sem mulheres desde Geisel. 12/05/2016. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770420-ministeriado-de-temer-deve-ser-o-primeiro-sem-mulheres-desde-geisel.shtml> >. Acesso em: 17/04/2020.
- _____. *Força e UGT esperam mobilização menor para paralisação de sexta*. Mercado, 29/06/2017. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/06/1896912-forca-e-ugt-esperam-mobilizacao-menor-para-paralisacao-de-sexta.shtml> >. Acesso em: 28/03/2018.
- _____. Moro contrariou padrão da Lava Jato ao divulgar grampo de Lula, indicam mensagens. 24/11/2019. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/moro-contrariou-padrao-da-lava-jato-ao-divulgar-grampo-de-lula-indicam-mensagens.shtml> >. Acesso em: 24/07/2020.
- FORÇA SINDICAL. E a vaca tossiu! 15/01/2015. Disponível em: < <https://fsindical.org.br/artigos/e-a-vaca-tossiu> >. Acesso em 21/07/2020.
- _____. Centrais Sindicais criticam fala de Levy sobre seguro-desemprego. 25/01/2015. Disponível em: <http://www.fsindical.org.br/imprensa/centrais-sindicais-criticam-fala-de-levy-sobre-seguro-desemprego>. Acesso em: 23/05/2019.
- _____. As empreiteiras, os trabalhadores e a conta. 19/03/2015. Disponível em: < <https://fsindical.org.br/miguel-torres/as-empreiteiras-os-trabalhadores-e-a-conta> >. Acesso em: 23/07/2020.
- _____. Lula recebe dirigentes da Força para discutir saídas políticas e econômicas. 31/07/2015. Disponível em: < <http://www.fsindical.org.br/imprensa/lula-recebe-dirigentes-da-forca-para-discutir-saidas-politicas-e-economicas> >. Acesso em 23/05/2019.
- _____. Dia do trabalho: Para Paulinho da Força e Marta Suplicy, Dilma age com desespero. 01/05/2016. Disponível em: < <http://www.fsindical.org.br/imprensa/dia-do-trabalho-para-paulinho-da-forca-e-marta-suplicy-dilma-age-com-desespero> >. Acesso em 23/05/2019.
- _____. Paulinho da Força faz ponte de Temer com grupos próximos do PT. 01/05/2016. Disponível em: < <http://www.fsindical.org.br/imprensa/paulinho-da-forca-faz-ponte-de-temer-com-grupos-proximos-ao-pt> >. Acesso em: 23/05/2019.
- _____. Programa de proteção ao emprego alcança 633 mil trabalhadores. 10/11/2016. Disponível em: < <https://www.fsindical.org.br/imprensa/programa-de-protecao-ao-emprego-alcanca-633-mil-trabalhadores> >. Acesso em: 15/04/2020.
- _____. Paulinho da Força quer saber sua opinião para mudar a reforma da Previdência. 16/12/2016. Disponível em: < <https://www.fsindical.org.br/videos/paulinho-da-forca-quer-saber-sua-opinio-para-mudar-a-reforma-da-previdencia> >. Acesso em: 04/08/2020.
- _____. Trabalhadores querem mudanças na reforma da Previdência. 06/02/2017. Disponível em: < <https://www.fsindical.org.br/paulo-pereira-da-silva/trabalhadores-querem-mudancas-na-reforma-da-previdencia> >. Acesso em: 04/08/2020.

- HORA DO POVO. Sindicalistas, movimentos sociais e partidos criam a Frente Popular Fora Dilma. 04/04/2015. <http://www.horadopovo.com.br/2015/04Abr/3332-01-04-2015/P3/pag3d.htm> Acesso em: 23/05/2019.
- HUFFPOST BRASIL. Aliado de Cunha, Paulinho da Força confirma que 'muita gente quer financiar o impeachment' e diz que não Dilma dura 1 mês. 21/03/2016. Disponível em: < https://www.huffpostbrasil.com/2016/03/21/aliado-de-cunha-paulinho-da-forca-confirma-que-muita-gente-que_n_9515398.html?guccounter=1 >. Acesso em 29/04/2020.
- INFOMONEY. *Depois da euforia do mercado, o ceticismo: afinal, o impeachment de Dilma esfriou?*, 1/4/2016. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/4821561/depois-euforia-mercado-ceticismo-afinal-impeachment-dilma-esfriou>>. Acesso em: 01/06/2018.
- INTERSINDICAL. Resolução da Direção Nacional da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora. 01/03/2015. Disponível em: < <https://www.intersindicalcentral.com.br/resolucao-da-direcao-nacional-da-intersindical-central-da-classe-trabalhadora/#.XPvw3ohKjIU> >. Acesso em: 08/06/2019.
- METALÚRGICOS SÃO CAETANO DO SUL. 24/01/2017. Disponível em: < <https://www.metalurgicoscsul.org.br/post/metal%C3%BArgicos-de-s%C3%A3o-caetano-promovem-encontro-com-deputado-paulinho-da-for%C3%A7a-para-discutir-a-reforma> >. Acesso em: 14/07/2020.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. Divulgada relação das centrais sindicais certificadas para 2016. 01/04/2016. Disponível em: < <http://trabalho.gov.br/noticias/3202-divulgada-relacao-das-centrais-sindicais-certificadas-para-2016> >. Acesso em: 07/12/2016.
- MUNDO SINDICAL. Com Temer, pobreza cresce e atinge mais de 54 milhões de pessoas, diz IBGE. 06/12/2018. Disponível em: < <http://www.mundosindical.com.br/Noticias/34873,Com-Temer-pobreza-cresce-e-atinge-mais-de-54-milhoes-de-pessoas-diz-IBGE> >. Acesso em 08/06/2019.
- NEXO JORNAL. A cronologia do caso JBS: Pressão, delação e questionamentos. 05/09/2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/09/05/A-cronologia-do-caso-JBS-pressao-delação-e-questionamentos> >. Acesso em: 28/02/2018).
- _____. O imposto sindical deve ser mantido? Um debate com Rogério Marinho e Paulinho da Força. 14/04/2017. Disponível em: < <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/04/14/O-imposto-sindical-deve-ser-mantido-Um-debate-com-Rog%C3%A9rio-Marinho-e-Paulinho-da-For%C3%A7a> >. Acesso em: 04/05/2020.
- NSCTOTAL. Para Paulinho da Força, impeachment de Dilma não mudaria nada para o país. 03/02/2016. Disponível em: < <https://www.nsctotal.com.br/noticias/para-paulinho-da-forca-impeachment-de-dilma-nao-mudaria-nada-para-o-pais> >. Acesso em: 29/04/2020.
- OBSERVATÓRIO D. IMPRENSA. O surgimento dos “coxinhas”. 03/09/2013. Disponível em: < http://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/_ed762_o_surgimento_dos_coxinhas/ >. Acesso em: 23/07/2020.
- O DIA. O Dia. *Greve foi geral, mas não parou o país*. 29/04/2017. Disponível em: < <https://odia.ig.com.br/brasil/2017-04-28/greve-foi-geral-mas-nao-parou-o-pais.html> >. Acesso em: 28/03/2018.
- O ESTADO DE S. PAULO. Ação que expulsou partidos da marcha foi organizada. 21/06/2013. Disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/acao-que-expulsou-partidos-da-marcha-foi-bem-organizada/> >. Acesso em: 07/06/2019.
- _____. Paulinho da Força diz que “trabalhadores não estão representados no governo Temer”. 18/05/2016. Disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,paulinho-da-forca-diz-que-trabalhadores-nao-estao-representados-no-ministerio-temer,10000052007> >. Acesso em: 08/06/2019.

- _____. Sindicatos perdem 90% da contribuição sindical no 1º ano da reforma trabalhista. 05/03/2019. Disponível em: < <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,sindicatos-perdem-90-da-contribuicao-sindical-no-1-ano-da-reforma-trabalhista,70002743950#:~:text=Sindicatos%20perdem%2090%25%20da%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20sindical%20no%201%C2%BA%20ano%20da%20reforma%20trabalhista,-Para%20sobreviver%2C%20entidades> >. Acesso em: 23/06/2020.
- O GLOBO. Claque festeja Renan Calheiros e xinga senadores do PT e do PCdoB. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/claque-festeja-renan-calheiros-xinga-senadores-de-pt-pcdo-b-16270966>. Acesso em 23/05/2019.
- _____. Ver O Globo. *Em convenção, Aécio diz que Dilma não concluirá o mandato e faz apelo por unidade no PSDB*, 05/07/2015. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/em-convencao-aecio-diz-que-dilma-nao-concluira-mandato-faz-apelo-por-unidade-no-psdb-16667961> >. Acesso em: 29/03/2018.
- O TRABALHO. Manifesto de sindicalistas cutistas dirigido ao 5º Congresso do Partido dos Trabalhadores. 17/06/2015. Disponível em: <<https://otrabalho.org.br/manifesto-de-sindicalistas-cutistas-dirigido-ao-5o-congresso-do-partido-dos-trabalhadores/>>. Acesso em: 23/05/2019.
- PODER 360. Imposto sindical cai 96% em 2 anos, de R\$ 3,64 bilhões para R\$ 128,3 milhões. 29/01/2020. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/economia/imposto-sindical-cai-96-em-2-anos-de-r-364-bilhoes-para-r-128-milhoes/> >. Acesso em: 04/05/2020.
- PORTAL CTB. *Conselho Nacional aprova indicação de fusão entre CTB e CGTB*. 16/12/2019. Disponível em: < <https://ctb.org.br/movimento-trabalhista/ctb-fara-fusao-com-a-cgtb/> > . Acesso em 07/04/2020.
- PORTAL G1. Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope. 16/12/2010. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html> >. Acesso em: 22/03/2018.
- _____. Entenda o novo cálculo que aprimora e muda o tamanho do PIB. 27/03/2015. Disponível em: < <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/03/entenda-o-novo-calculo-que-aprimora-e-muda-o-tamanho-do-pib.html> >. Acesso em: 21/07/2020.
- _____. Gilmar Mendes suspende nomeação de Lula como ministro da Casa Civil. 18/03/2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/gilmar-mendes-suspende-nomeacao-de-lula-como-ministro-da-casa-civil.html> >. Acesso em: 06/06/2019.
- _____. Governo Temer tem aprovação de 7% e reprovação de 62%, diz Datafolha. 27/12/2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/27/reprovacao-de-temer-recua-para-62-no-fim-do-governo-diz-datafolha.ghtml> >. Acesso em: 14/07/2020.
- REDE BRASIL ATUAL. Padrinho da candidatura de Aécio, FHC só falou para os próprios tucanos. 25/10/2014. Disponível em: < <https://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2014/2014/10/padrinho-da-candidatura-de-aecio-fhc-so-falou-para-os-proprios-tucanos-2648/> >. Acesso em: 17/02/2021.
- _____. Há três anos, condução coercitiva de Lula foi “confissão de medo” de seus perseguidores. 04/03/2019. Disponível: < <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/03/ha-tres-anos-conducao-coercitiva-ilegal-de-lula-pela-pf-escancarou-confissao-de-medo-de-seus-perseguidores/> >. Acesso em: 06/06/2019.
- SENADO NOTÍCIAS. Relatório da CPI da Previdência descarta reforma e não aponta déficit no sistema. 23/10/2017. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2017/10/relatorio-da-cpi-da-previdencia-descarta-reforma-e-nao-aponta-deficit-no-sistema-1> >. Acesso em: 14/07/2020.
- SIMEC (Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba). Tirar Lula das eleições é calar a voz dos trabalhadores. 07/04/2018. Disponível em: <

- http://www.simec.com.br/?area=ver_noticia&id=5473&titulo=tirar-lula-das-eleicoes-e-calar-a-voz-dos-trabalhadores >. Acesso em: 24/07/2020.
- SINTRACON-SP (Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Paulo). Nota de esclarecimento. Disponível em: < <https://www.sintraconsp.org.br/noticia/nota-de-esclarecimento/> > . 14/08/2015. Acesso em: 23/05/2019.
- SMABC (Sindicato dos Metalúrgicos do ABC). *Imposto sindical*. 21/07/2017. Disponível em: < <https://smabc.org.br/imposto-sindical/> >. Acesso em: 06/08/2020.
- SOLIDARIEDADE. Temer promete a Força Sindical regulamentar contribuição em 15 dias – Bem Paraná. 31/10/2017. Disponível em: < <https://www.solidariedade.org.br/fique-de-olho/temer-promete-a-forca-sindical-regulamentar-contribuicao-em-15-dias-bem-parana/> >. Acesso em: 04/05/2020.
- THE INTERCEPT BRASIL. Leia todas as reportagens que o Intercept e parceiros produziram para a Vaza Jato. 03/09/2019. Disponível em: < <https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/> >. Acesso em: 21/07/2020.
- UOL ELEIÇÕES. Em 2002, presidenciável Serra já fazia campanha do “mudar, mas não muito”. 17/08/2010. Disponível em: < <https://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/08/17/em-2002-presidenciavel-serra-ja-fazia-campanha-do-mudar-mas-nao-muito.jhtm> >. Acesso em: 17/02/2021.
- UOL NOTÍCIAS – Política. Dilma é aprovada por 79% e supera Lula e FHC, diz CNI/Ibope. 19/03/2013. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm> >. Acesso em: 22/03/2018.
- VALOR ECONÔMICO. Auditoria do PSDB nas eleições presidenciais de 2014 não aponta fraude. 4/11/2015. Disponível em: < <https://www.valor.com.br/politica/4301458/auditoria-do-psdb-nas-eleicoes-presidenciais-de-2014-nao-aponta-fraude> >. Acesso em 23/05/2019.
- VEJA. A mamata acabou: A nova realidade dos sindicatos sem o imposto obrigatório. 13/3/2020. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/brasil/a-mamata-acabou-a-nova-realidade-dos-sindicatos-sem-o-imposto-obrigatorio/> >. Acesso em: 04/05/2020.